



ESTE LIVRO
FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NA
TIPOGRAFIA ROSSOLILLO
À
RUA ASDEUBAL DO NASCIMENTO, 395
SÃO PAULO



A PRINCESA ISABEL

"A REDENTORA"



A princesa-regente em 1876

2 5.^a — BRASILIANA — Vol. 207
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

PEDRO CALMON
DA ACADEMIA BRASILEIRA

PRINCESA ISABEL

“A REDENTORA”

EDIÇÃO ILUSTRADA

781
B823
V. 207

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo - Rio - Recife - Porto-Alegre

1 9 4 1

LIVROS DO MESMO AUTOR

LITERATURA HISTÓRICA

- Pedras d'Armas** (Contos) — Monteiro Lobato & Cia., São Paulo 1923.
- O Tesouro de Belchior** (1.º premio da Academia Brasileira, 1929) — Comp. Melhoramento de S. Paulo.
- Anchieta, o Santo do Brasil** — Comp. Melhoramentos de São Paulo.
- O Crime de Antonio Vieira** — Comp. Melhoramentos de São Paulo.
- Males** (Novela) — Pro Luce, Petropolis 1933.
- O Marquez de Abrantes** — Editora Guanabara, Rio 1933.
- Gomes Carneiro, O General da Republica** — Editora Guanabara, Rio 1933.
- Vida e Amores de Castro Alves** — Editora "A Noite", 2.ª ed. Rio 1938.
- O Rei Cavaleiro** — Vida de D. Pedro I — Comp. Editora Nacional, S. Paulo 1933.
- O Rei do Brail** — Vida de D. João VI — José Olimpio Editora, Rio 1935.
- O Rei Filosofo** — Vida de D. Pedro II — 2.ª edição, Col. "Brasilliana", S. Paulo 1939.
- Figuras de Azulêjo** (Perfis e cenas da História do Brasil) — Editora "A Noite", Rio 1940.
- A Princesa Isabel** — a Redentôra.

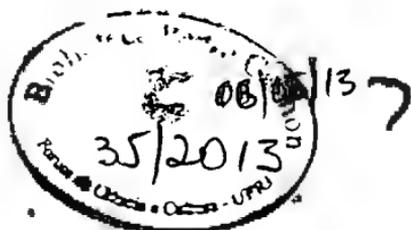
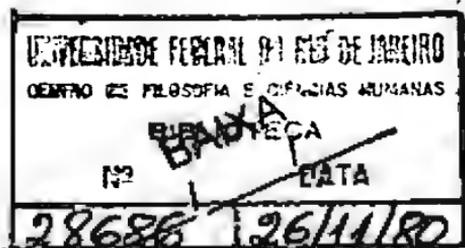
HISTÓRIA

- A Conquista. História das Bandeiras Bahianas** (Esg.).
- História da Bahia**, 2.ª ed. — Comp. Melhoramentos de S. Paulo.
- História da Independência do Brasil** — Imprensa Nacional, 1927.
- História da Civilização Brasileira** — 4.ª edição — "Col. Brasilliana", S. Paulo 1940. Traduzida para o espanhol por Julio E. Pavró, prologo de R. Levene (Biblioteca de autores brasleños, vol. 1.º, Buenos Aires 1937) e para o italiano.
- Pequena História da Civilização Brasileira** (Para a escola primária. Vol. XXXII da série II. Livros Didáticos da B. P. B. da Cia. Editora Nacional. 4.ª edição).
- História Social do Brasil** (Vols. 40, 83 e 130 da "Brasilliana"):
- I — Espírito da Sociedade Colonial — (3.ª edição).
 - II — Espírito da Sociedade Imperial — (2.ª edição).
 - III — Epoca Republicana.
- Por Brasil e Portugal** — Sermons de Antonio Vieira, comentados — Col. "Brasilliana", 1938.
- História do Brasil** — 1.º volume — As Origens — Col. "Brasilliana", 1940.
- História do Brasil** — 2.º volume — A Formação — Col. "Brasilliana", Rio 1941.
- História da Casa da Torre** — José Olimpio Editôra, Rio 1940.

DIREITO

- Direito de Propriedade** — Imprensa Nacional 1926.
- A Reforma Constitucional da Bahia** — Bahia 1929.
- A Federação e o Brasil**, Rumos Constitucionais — Rio 1933.
- Intervenção Federal** — Livr. Freitas Bastos, Rio 1936.
- Curso de Direito Constitucional Brasileiro** — Livr. Freitas Bastos, Rio 1937.
- Curso de Direito Publico** — Livr. Freitas Bastos, Rio 1938.

~~523~~
~~1625~~



INDICE

Este livro		IX
I — Nasceu uma princesa		1
II — Herdeira do trôno		9
III — Educação de rainha		19
IV — Um príncipe romântico		31
V — Gaston de Orléans		43
VI — A primeira viagem		49
VII — Faltava a glória		53
VIII — Razões de Estado		67
IX — Um marechal, para o triunfo		77
X — As desilusões do conde d'Eu		83
XI — Quasi a rebelião		95
XII — No governo uma mulher		101
XIII — Mães escravas		107
XIV — A questão dos bispos		113
XV — Outra vez Regente		121
XVI — Uma família pacífica		135
XVII — A grande crise		145
XVIII — As camélias da liberdade		153
XIX — Naquela serena Europa		159
XX — A sucessão antecipada		163
XXI — A borrasca da Abolição		169

VIII

ÍNDICE

XXII	— A politica de Isabel	181
XXIII	— “O temporal leva tudo diante de si”	189
XXIV	— Uma batalha de flôres	195
XXV	— Redentôra	203
XXVI	— Depois da festa	213
XXVII	— A rosa de ouro	221
XXVIII	— A guarda negra	227
XXIX	— O ultimo alvitre	235
XXX	— Decadencia	245
XXXI	— 15 de Novembro de 89	249
XXXII	— Entre dous navios	263
XXXIII	— Um inverno, no exílio	273
XXXIV	— A morte do Imperador	283
XXXV	— Horizontes de fôgo	295
XXXVI	— Onde se fala em Vendéa	307
XXXVII	— Alguns velhos	313
XXXVIII	— A “mocidade temeraria”	319
XXXIX	— Um dever final	331
XL	— Epilogo	337

ESTELIVRO

Originou-se este livro d'uma advertencia amiga e prezada. Agradecendo-me o volume, que lhe mandei, com a ultima das tres biografias dos "reis brasileiros" — a Vida de D. Pedro II — o conde de Afonso Celso lembrou: faltava à galeria um retrato de mulher. Devia completá-la escrevendo a história da Princesa Isabel, tres vezes regente do Império, unica Senhora que, na America, teve um dia, nas mãos tão femininas, o destino de um povo e as rédeas de um governo e cujo nome se ligou para sempre ao do Brasil com a redenção dos escravos. Era justo. E impellido pela suave persuasão daquele grande homem do passado, a cuja ausencia ainda não nos habituámos, os seus confrades do Instituto Histórico e da Academia — realizei essa difficil tarefa.

Ao contrário do que succedia em relação aos monarchas de que nos occupámos nos livros anteriores — D. João VI, D. Pedro I, personagens de dous mundos, e o "Rei Filósofo", fartamente iluminado por um seculo de litteratura desconéxa — a figura da Princesa Isabel carece de nitidez no recôrte dos acontecimentos, dissimula-se numa penumbra simpática, de modestia, e apenas sobresáe, cla-

ra e viva, na tormentada fase da Abolição. Não havia ainda um estudo sério do "seu caso", dedicado á sua ação e ao seu drama — destacando-lhe o perfil de Bragança-Bourbon, num horizonte de fátos universais. Por isto — inicial — um trabalho largo de indagação, discriminado em notas de pé de página. Quanto possível, a preferencia dos documentos inéditos. Um cotêjo de fontes arquivísticas. Esparsa e copiosa bibliografia. Para a compreensão da influencia e da psicologia do principe-consorte o volume de Alberto Rangel, "Gastão de Orléans". E, para o periodo final, os papeis do espolio do conselheiro João Alfredo, da Casa de Ruy Barbosa, do castelo d'Eu. Coube aí um retrospecto dos acontecimentos que se seguiram no país á proclamação da Republica até a guerra européa. Do nascimento á morte, temos assim, pela primeira vez em obra de tomo, a interpretação d'uma longa existencia vincúlada, desde o berço, á sorte da Pátria. Não estre-mece, nestes capítulos descritivos, uma intenção qualquer de defesa ou de combate. Longe do panegirico, é, singela, a narrativa — por vezes emocionada, em contacto com as vîbrações sentimentais que a esclarecem e informam. Isabel foi muito individual. Não fez uma fria politica de equilibrio, como o pai e o bisavô. Impulsiva e religiosa, autoritária e tenaz, na brandura de suas virtudes consciente do seu poder — teve a felicidade de desempenhar um papel inconfundivel na crise nacional que a surpreendeu na direção do Estado. Diz-se que perdeu o trono para precipitar a liberdade dos escravos. O Papa enviou-

lhe a Rosa de Oiro e o povo lhe deu o título, sucedâneo da corôa sacrificada: a Redentora.

Uma brasileira que, tanto tempo, foi expoente e simbolo das qualidades morais distintivas de suas patricias, bem merece que estas lhe conheçam a história digna e singular.

Ha nesse retabulo de dama antiga — dôr, renúncia, arrogancia, humildade, energia, entusiasmo e belêza; e uma luz pálida, propria das igrejas, onde as télas misticas se distanciam numa sombra macia e poética. Mas nada de sobrehumano. . . Foi intensamente mulher!

P. C.

Julho de 1940.

I.

NASCEU UMA PRINCÊSA

A família imperial do Brasil aparentava uma grande felicidade em 1846.

O amôr não é essencial á vida dos principes. Casára-se D. Pedro II aos dezeseite anos com a suave D. Tereza Cristina, postã ao seu lado pelo destino — e por uma diplomacia inhábil — como um contraste físico do seu jóven e grande marido: pequena, corpulenta, meridional nos cabelos quasi negros e nos olhos castanhos; sensível, musicista, cantando maviosas canções de Napoles, devota, plácida, maternal, enquanto ele era alto como um **viking**, frio e sério como um **Austria**. . . Detestára de começo esse matrimonio desajeitado. Mas fôra vencido pela tranquila compostura da esposa. Sentiu que errara, recebendo-a com tristeza, de face sombria, como um ludibriado — que em logar da beldade dos sonhos acolhe a noiva do interesse e da politica, Lia em vez de Raquel. . . E a vida calma de S. Cristovão, a sua methodica vida da Quinta da Bôa Vista lhe floriu de repente uma alegria nova, ao nascer-lhe, em 23 de Fevereiro de 45 — dezeseite meses depois do casamento — um herdeiro varão, o Principe Imperial D. Afonso.

A dinastia enraizava-se. O ramo brasileiro da casa de Bragança atirava ao chão tropical a radícula em cuja circulação de sangue azul — o sangue de Luiz XIV e dos Habsburgos — pulsavam as esperanças do

Imperio. D. Pedro I fôra-se, na madrugada da abdicação, como um estrangeiro. A nação quizêra rei nosso, nascido no Rio de Janeiro, creado entre as árvores de um arrabalde carioca. D. Pedro II subira ao trono graças á agua do seu batismo: não importava o queixo de arquiduque vienense, a sua barba doirada de neto do Imperador Francisco II, a velha raça que lhe acentuava, no prognatismo austriaco, dos retratos reais de Velasquez, a origem augusta. Respirára, no berço, o ar cheiroso da mata fluminense; isto bastava. Pois D. Afonso lhe continuaria a fortuna e o nome. Outros filhos viriam. As princessas do grupo italiano de Bourbon eram fecundas, inexcediveis mães de familia. Maria Carolina, filha de Maria Tereza, déra a Fernando I, das Duas Sicilias — em 21 anos — dezoito filhos. Xavier-Francisco, seu sucessôr, da infanta de Espanha Maria Isabel tivêra doze. Entre estes, Fernando II, Francisco de Paula, cunhado de D. Pedro II por ter desposado D. Januarina, e Tereza Cristina. Tambem 17 meses após o advento de D. Afonso a Imperatriz — na tarde de 29 de Julho de 1846 — deu á luz uma menina.

Eram 6 horas e 25 minutos.

Fôra ás 7 horas da manhã que o Castêlo emitira o sinal dos primeiros incômodos de Sua Majestade. Na Camara, o vice-presidente Teófilo Ottoni, aguçando o esguio perfil de carbonário desiludido, déra uma inflexão quasi cortezã — ele, que se gabava de jamais ter beijado a mão ao Imperador — á sua declaração de fim do expediente: “No caso de ter logar hoje o bom successo de sua majestade a Imperatriz, fica esta ordem do dia para sexta-feira, porque o sr. 1.º secretario me informa que então não é possivel haver casa” (1). Na sua alta cadeira aquele rebelde do pas-

(1) Max Fleiuss, *Páginas Brasileiras*, Rio 1919.

sado, que não se curvava ao presente, visivelmente se comovia em face do futuro. O legislativo não funcionou na quinta-feira. Enchera-se o Paço de ministros de casaca, moços fidalgos de calção e vereadores de levita, os familiares, as autoridades, os títulos da côrte. O físico-mór Candido Borges Monteiro desempenhou-se dextra e rapidamente. A's 7 menos 13 da tarde reboou no Castelo a salva esperada. Rastilhou, alegre, a notícia. Os juizes de paz aguardavam-na, com as fanfarras prontas, as girandolas com lume junto, para a sua manifestação de estilo. Bandas de música percorreram as ruas. Improvisaram-se festas populares. O "Jornal do Comercio", no dia immediato, publicou um aviso official. Tinha a sobriedade dos editais da Ilustrissima Camara:

"Havendo a Divina Providencia felicitado a este Imperio com o nascimento, que hontem teve lugar, de uma princesa, por ordem de S. M. o Imperador se faz publico que o mesmo Augusto Senhor se digna receber hoje, pela uma hora da tarde, em grande gala, no paço de S. Cristovão, por tão fausto motivo, o cortejo das pessôas que a este ato costumam ser admitidas, na conformidade dos avisos sobre este objéto já expedidos em 6 do corrente. Secretaria de estado dos negocios do Imperio em 30 de Julho de 1846. Antonio José de Paiva Guedes de Andrade."

As fôlhas noticiaram, com emoção: a Imperatriz e a princezinha passavam bem. Poétas divulgaram ditirambos em louvor da recém-nascida. Antonio José Ferreira Cavalcanti, em versos mediocres, profetizou:

"Conduzida ao seu reino em áurea nuvem..."

Desejavam-lhe longevidade e gloria. — Uma rapariga! — meditava o Imperador um tanto pertur-

bado. Era a terceira geração de princesas que povoaram a Quinta com a sua travessura e os seus laços de fita. Primeiro as tias de Portugal, fiscalizadas molemente pela tolerancia pasmada e risonha de D. João VI. Depois as manas, Januária, Francisca e Paula. Agora, a filha rubicunda, de olhos de agua-marinha... E que nome lhe poria? Tereza Cristina lembrou a rainha-viuva de Napoles. Era justo que a tomassem por madrinha. Chamar-se-ia, como essa avó espanhola, Isabel. Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaéla Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança — o nome todo. D. Pedro II concordou. A segunda filha teria, em compensação, o nome da avó paterna, a dôce Leopoldina. Nome, e destino de acabar moça e melancolica, em país estrangeiro... Na saudade da mãe, que lhe ficára na Italia, Tereza Cristina pagava uma dívida de amôr e confessava uma admiração natural.

Isabel de Bourbon só fôra fraca na sua viuvez prematura, de forte e viva mulher cuja alegre conversa acendêra na côrte das Duas Sicilias — propensa a um "spleen" indefinivel — luminárias de espirito. Unira-se, num casamento morganatico, que o filho-rei acabára aprovando, com um general de 34 anos, o belo Francisco del Balzo. (1). A condessa de Boigne viu-a em Paris rotunda, bulhenta e excessiva como uma duquêza. da côrte de Maria Luiza, dos ultimos serenins de Aranjuez, no tempo de Godoy (2). No seu "jornal", a rainha Marie Amélie sorriu — em 1802 — quando o "Nasone" — Fernando IV — entrou no palacio com a nora Isabel, "mínima pessôa redonda e gorda como uma bola" (3), sem educação, chorando,

(1) Marqués de Villa-Urrutia, *Las Mujeres de Fernando VII*, Madrid 1925.

(2) Comtesse de Boigne, *Mémoires*, III, 300, Paris 1909.

(3) *La Jeunesse de Marie Amélie*, I, 102, Paris 1935.

maldizendo-se, como se o duque de Calabria, seu noivo, fosse o Minotauro. Estalava-lhe no sangue castelhano a flama d'uma raça amorosa, mística e imperial — de grandes senhoras, voluntariosas e brilhantes. Envelhecêra, sem dar por isso, cercada da família numerosa e desunida. Foi madrinha da pequenina Isabel, sua neta brasileira, como fôra do conde de Chambord, o neto francês. Dois destinos opostos. Ele, a flôr de liz, condenado a representar, num exílio irremediavel, a estirpe de Henrique IV, agarrada á sua bandeira branca e ao seu divino direito; ela, penhôr do futuro num clima improprio para a heraldica antiga, fadada a ser herdeira d'uma corôa recente e tres vezes chefe de Estado, num país que nunca a entendeu bem...

Foi a 15 de Novembro o batisado. A pompa adotada não se afastou das praxes da côrte desde o batisado dos filhos de D. Pedro I.

Quarenta e tres anos depois esse dia seria o mais cruel da vida que então se cobria de brocados e laçarotes suspensa, como um talisman, das mãos sêcas do bispo conde de Irajá — “a bôca cheia de riso como frei Luiz de Souza refere de S. Bartolomeu dos Mártires, os olhos pequenos, com a pouca luz restante, coados pelos vidros grossos dos oculos de ouro...” (1). O Brasil politico e nobre, exercito e armada, burguezia e clero, lá resplandecia, no largo do Paço, na tarde estival e azul. Vestia-se grande gala. Tomára a menina das mãos da aia o mordomo da Imperatriz, de opa de veludo carmezim e sendal, Ernesto Frederico de Verna Magalhães, filho da bôa “Dadama”. Esta — condessa de Belmonte — e D. Rita Rosa; o velho marquez de Maceió, representante da rainha de Napoles; o estribeiro-mór, marquez de Itanhaen, fa-

(1) Machado de Assis, *A Semana*, p. 413.

zendo as vezes do padrinho, que era o rei Fernando de Portugal, cunhado do Imperador, acompanhavam a criança. Dous archeiros, com as tunicas pintalgadas de escudêtes, a musica dos chameleiros com os instrumentos de prata, seis porteiros de maça, os da cana, o rei d'armas, precediam aos juizes territoriais, os directôres dos institutos literarios (as escolas á frente das Camaras!), os veradores. Antonio Henrique de Miranda Rego levava o sal e João José de Almeida Mascarenhas Ramos a concha de ouro. Aureliano, o poderoso Aureliano, arbitro dos partidos nos confusos dias da Maioridade, segurava o cirio. José Maria Velho, substituto de Paulo Barbosa na mordomia-mór, servia de mestre-sala. Um uniforme constelado de medalhas infundia respeito, cintilante e irrepreensivel: o conde de Caxias. As varas do pátio viam-se Olinda, com a sua gravidade, um tanto triste, de antigo regente; Monte Alegre, Honório, de fisionomia carregada, uma eterna ruga severa entre os olhos autoritários, Lopes Gama, o feroz Teófilo Ottoni... Juntavam-se, debaixo daquella tendal de sêda, as forças que dirigiam a nação: conservadores, transformadôres, liberais...

Aos 21 anos D. Pedro II tinha uma fulva e escassa barba de arquiduque, a cintura fina, enxuto de carnes, faces coradas, os cabelos de um tom de bronze novo, e era formoso na sua elevada estatura, nos olhos infantis e na farda de almirante, com o Tosão d'oiro pendurado sobre a faixa multicôr de todas as Ordens. Os diplomatas falavam de sua renovação — mais homem, mais cordial — depois que a esposa lhe déra dous filhos. "Sua Majestade — escrevera em Abril o ministro austriaco Rechberg — cresceu consideravelmente e ganhou um "aplomb" que parece indicar um

caracter firme e decidido” (1). A imperatriz, coxeando ligeiramente, propensa a engordar, um penteado soberbo e, a tiracólo, a banda do Cruzeiro, inspirava simpatia e respeito.

Diante do altar, onde fôra batizado e ungido o Imperador, Isabel Cristina Leopoldina, afillhada do rei de Portugal e da rainha-mãe das Duas Sicilias, molhou nas aguas lustrais a cabecita empenujada d’uma lanugem côr de oiro.

(1) Heitor Lyra, *Historia de Dom Pedro II*, I, 287, S. Paulo 1938. E o ministro francês Ney, em 27 de Fevereiro de 1845, Lyra, *ibid.*, I, 280.

II

HERDEIRA DO TRÔNO

D. Pedro II perdeu os dous filhos varões — D. Afonso e D. Pedro de Alcantara — em 11 de Junho de 1847 e em 9 de Janeiro de 50. O primeiro parecia um robusto menino, loiro e sanguineo, quando morreu de febres, aos dous anos e meio de idade. Em 13 de Julho de 47 nascera a princezinha Leopoldina. Foi breve a consolação que entrou com ela o Paço de S. Cristovão. O segundo, que seria — herdeiro do nome — o 3.º Pedro do Brasil — não resistiu ás convulsões naquela madrugada de verão, na fazenda de Santa Cruz.

O golpe atingiu o Imperador nas fibras mais sensíveis. Não era só um filho, portador de suas melhores esperanças, que se extinguia quasi de repente, sem dar tempo á medicina para um socôrro eficaz: era a propria monarquia que se mutilava. Teria subsistido o Imperio se em vez dele ficassem D. Januaria e o conde d'Aquila? Far-se-ia a concordia da Maioridade em torno d'uma rapariga — destinada a um casamento estrangeiro, débil de vontade, educada como as outras meninas, incompreendida dos politicos e impopular, porque rainha, e mulher? A carta, escrita pelo Imperador na manhã seguinte á morte do pequenino principe, é uma confissão humilde — de toda a sua dôr.

Destinava-se ao camarista Joaquim Teixeira de Macedo:

“Senhor Macedo. Dê as ordens necessarias para que com toda a comodidade venham para S. Cristovão, esses filhos, que me restam, e estimo mais que a vida.

“Louvo a diligencia, que o Senhor, o Meirelles, e todos desenvolveram, porque estou certo que todos m'estimam, e á minha familia.

“Foi o golpe mais fatal, que poderia receber, e decerto a ele não resistiria, se não me ficassem ainda mulher e duas crianças, que tenho a educar para que possam fazer a felicidade do país que as viu nascer, e é tambem uma de minhas consolações.

“Desejava ainda desafogar, mas cada palavra é interrompida, por minhas lagrimas, e muito incomodado me sinto desde hontem á noite, como se fosse um presentimento do que me havia de succeder. — D. Pedro 2.º”. E este post-scriptum: “As princezas hão de descansar no Bangú”. (1)

Na mesma ocasião, deplorando aquella calamidade, Macedo avisou á filha:

“O Principe padecia de uma inflamação do baço e desde o anterior acesso de convulsões nunca ficou livre de febres intermitentes e foi isto o motivo de aqui procurarem ares; não porem proveitosa a vinda porque tem sempre sofrido; finalmente, hontem, pelas 7 1/2 da tarde, teve o primeiro acometimento de convulsões que, todavia, ao fim de perto de duas horas cedeu ao tratamento do Dr. Meirelles e deu-nos as melhores esperanças, mas pelas 10 h. da noite repetiram-se-lhe com tal violencia que o não deixaram até ás 4 h. 20 da madrugada em que morreu. Eu não

(1) Carta pbl. “in fac-simile” por Sergio Teixeira de Macedo, *Historia*, num. 1, Setembro de 1939 (Rio).

preguei olho e tive toda a noite de 2 em 2 horas de expedir boletins. A Princesa, hoje Imperial, está também com febres intermitentes". (1)

O ministro austriaco escreveu cinco dias depois, que estava "o principio monarchico enfraquecido, por falta do apoio com que contava de futuro..." (2) Substituiria-o — ao malgrado Pedro III — uma princesa demasiadamente pequena para os prognosticos desconhecidos. Como a receberia o nacionalismo irônico e exaltado — quando tivesse por marido um europeu intrigado com as surpresas tropicais? Poderia domá-lo uma adolescente, puxando á mãe nos modos serenos e dignos, ou estudiosa e fria como a avó Habsburgo? Repetir-se-ia em Isabel o caso das grandes mulheres da familia Bourbon, energicas junto de esposos mediocres, reacionárias num palacio cheio do seu espirito inquieto e da algazarra de meninos — como o de Napoles, ao tempo de Maria Carolina e das filhas? A irmã de Maria Antonieta olhára ferozmente Napoleão. Maria Amelia, duqueza de Orléans, fôra a Egeria do liberalismo — discreta e sagaz. Maria Cristina puzera a corôa espanhola na cabeça de sua filha Isabel II. D. Carlos, como D. Miguel de Portugal, creou a mística tradicionalista sem vencer a gentil inimiga. Apoderou-se do passado, instalou a sua realêza sentimental nos montes de Navarra, e perdeu o futuro. A duqueza de Berry, alma desesperada da "restauração", símbolo ardente d'uma causa irreductivel, mostrára que as netas do Rei Sol valiam os marechais do orléanismo. Essas esplendidas senhoras ofuscavam os reis constitucionais, timidos e gordos, que antes dos Estados — como naufragos perturbados — tinham

(1) Doc. na revista cit., cm. por Sergio Teixeira de Macedo.

(2) Heltor Lyra, *História de Dom Pedro II*, p. 326.

lançado pelas bordas do barco a fé e as convicções. Souberam crêr. A mãe de Francisco I das Duas Sicílias não perdoou a Revolução (1), de que se aproveitou a filha duquesa de Orléans, rainha dos românticos de 1830. A bela de Berry não transigiu com os democratas, agarrada ao fantasma branco de sua bandeira de Vendéa. A Idade Média não podia acabar mais cândidamente: com o desafio dessas Minervas de mãos de fada e sobr'ôlho político, que envolveram, com os braços de neve, a roda da **civilização**, numa luta inútil...

D. Pedro II, porém, não admirava os Bourbons, não compreendia as irmãs e tias da Imperatriz e amava as idéas tolerantes.

O seu tipo de soberana era exatamente Vitória de Inglaterra, que o detestava.

O Imperador também não gostava dos primos Austrias.

Ficára-lhe, da decepção conjugal, um resaiço de indisposição que o tempo não apagou. Os Habsburgos, em 1842, tinham-lhe negado a noiva, que a perplexidade do ministro Bento Lisbôa fôra achar á beira do Vesúvio — fôra do quadro ideal de suas preferidas, arquiduquesas loiras como sua mãe Leopoldina, de olhos da côr do céu e faces de rosa, lembrando, nos parques de Viena, a juventude de Maria Tereza... Despedira por isso secamente, com velada indignação, o bom barão Daiser, ministro d'Austria que ha dez anos o servia no Rio de Janeiro. Deixára-se empolgar pela educação francêsa. O padre Boiret, seu mestre de primeiras letras, e Felix Taunay, professor de gre-

(1) *La Jeunesse de Marie-Amélie, Reine des Français, d'après son journal, publié par S. A. R. la duchesse de Vendôme*, I, 5, Paris 1935.

go e botânica, desvaneceram-lhe, na imaginação infantil, as tendências germânicas de sua raça. Esse neto de Francisco II fez-se um latino na sua politica, na sua leitura e na sua palavra. Continuou alemão nas intimas fibras do temperamento glacial. O homem sem amôr e o príncipe sem impaciencias revelavam o intellectual intoxicado de lêtras clássicas, de ciência dispersa e textos escolares. O cético marquês seu tutor ensinara-lhe a veneração da Enciclopedia. O carmelita seu aio desembrulhára-lhe o espirito das complicações emocionais de sua instrução religiosa, para aí plantar um racionalismo com a sua abstração: o culto do devêr. Diziam-lhe que o papel de rei era executar a Constituição sem comprometer a autoridade irresponsavel. Tal o programa da rainha Vitória. Lá e aqui, um parlamentarismo verboso girava em torno do seu monarca adolescente. Tinha ela por si a "opinião" — plurisecular. E ele? Procurando partidos, encontrava os chefes, as pessoas que recebiam a "influência" do trônó e a retransmitiam ás provincias; atraz das eleições, o governo; em vez do povo, os poderes, que o dirigiam; substituindo os "imponderaveis", que fazem a atmosfêra dos Estados, a ação visível d'uma elite pequena; e esta, atenta á sua precocidade de moço sensato... Isabel teria o exito de Vitória? Toleraria o Brasil uma jóven imperatriz, que tivesse ao alcance da mão de jaspe as mólas da máquina politica — e o destino da nação?

D. Pedro II foi um severo professor das filhas.

Fôra-lhe fácil mergulha-las em literatura antiga, á semelhança dos seus proprios estudos, quando o vigiava o olhar fatigante de frei Pedro de Santa Mariana. Mas não queria somente familiarizar as meninas com os autôres helênicos. Preocupava-se em afeiçoar-lhes

o caracter á sua condição, impondo-lhes uma serenidade adequada. Seria naturalmente excessivo, algo desastrado, em ambas as tarefas: na instrução intensa e na educação austera. O método do velho paço de S. Cristovão reviveu, inexoravel, nos seus horários fixos. Cresceram as princêsas vexadas por essa justa medida do tempo. Com os minutos contados. Perseguidas por uma aia inalteravel, de relógio na mão, como se o palacio fosse um quartel, um imenso quartel para dous pequeninos recrutas. Não podia extranhar! O Imperador, na sua orfandade, não tivera desvêlo materno que lhe amenisasse o método, do trabalho madrugador, do almoço matinal, do passeio de praxe, das lições exaustivas, do vestuário cerimonioso, de sua infancia sem as meúdas loucuras que confundem anjos e diabretes... Creára-se insensivel ás reações subjetivas, contra essa tirania que sofrêra no seu aprendizado de rei teórico, talhado, pelos mestres, para ser antítese dos tirânos... A pontualidade em pessoa!

Essa regularidade enfadonha — é certo — não repetia o antigo socêgo da Quinta vigiada pelo tutôr saltitante e pelo aio taciturno, quando a condessa de Aquila e a princeza de Joinville se aborreciam infinitamente ao lado do mano Imperador.

Tereza Cristina temperava as tradições de tristeza e ordem com a sua benevolencia, o gosto da musica, as árias cantadas ao piano, a sua tendencia para a quiétude, em casa, ao pé do bastidor de bordar, cada vez menos majestosa nesses modestos costumes. Quebrava com isso a aspereza dos “programas” e dava ás meninas — que se desenvolviam sadias — uma alegria de brinquêdos ao ar livre, uma permanente festa de passeios, teatro e jardinagem no parque, como nunca tivêra D. Pedro II no seu ciclo de “órfão da Pátria”.

Debaixo das janelas da Imperatriz um recinto murado foi-lhes concedido, para os pequenos trabalhos agrícolas.

Um banco de conchas e louça, dominava a aléa de saibro entre os talhões das violêtas e das hortaliças. As parêdes exteriores do quadrilatero caíam sobre as ladeiras que, em alcatifas de verdura, acompanham as construções mais nóvas do palacio, separadas das cavalariças, ao fundo, por um vale balisado de arvores frondosas. Eram acolá as cocheiras de D Pedro I, aqui a esplanada, onde Itanhaen fizêra armar o teatrinho de D. Pedro II...

Tres gerações de principes deixavam nessa paizagem idílica — as enormes arvores! — o seu vestigio infantil, a sua saudade...

Antes de Glaziou, vindo em 1863, com a “paizagem” francesa, que transportou para a Quinta aspectos frios, dos parques de Le-Notre, aquilo estremecia de frémitos tropicais: diziam-na “chácara imperial”, mas á roda do Paço, um tanto rústico, o que gemia e cantava era um trecho bárbaro de floresta americana... Um horror, esse descuido em que se deixára S. Cristovão — extranhára, em 1843, o principe de Joinville, habituado ao desenho geométrico de seus jardins históricos, onde as fontes de alabastro jorram, por sobre hombros de divindades, uma agua decorativa... O botânico Konig puzera-se a concertar o bosque, dando ao vasto terreno um ar civilizado, próprio da côrte que, ás 5 da tarde, de chapéos de palha, saía a espairecer pelas alamedas húmidas. “Tout est convenable et de bon gout”, concordára o Dr. Yvan (1).

Isabel lembrar-se-ia: “Na minha infancia, o parque era famoso, sobretudo pelas aléas ensombradas,

(1) *Voyages*, I, 74, Bruxelles 1853.

feitas de mangueiras, de tamarindeiros e de outras arvores. Havia uma soberba alameda de bambús cujos cimos se cruzavam tão alto, que formavam uma verdadeira abobada de catedral. Por inspiração de meu Pae, Glaziou traçou a linha plantada de arvores, que vae dar diante da bela fachada do Palacio. Dos andares superiores desta fachada, vê-se ao longe uma parte do mar, do lado do Cajú; das duas outras fachadas descobre-se o esplendido panorama que tem por fundo a Tijuca e Corcovado". (1)

Não podiam querer mais bonito campo!

As princêsas eram rainhas na sua horta, entre quatro ou cinco amigas de sua idade, sob as janelas da Imperatriz.

E tinham, no verão, um espaço mais livre, mais delas: tinham Petropolis.

A Julho de 1850, aliás, devêra remontar-se a reminiscencia mais distante de Isabel; quando entrou oficialmente nos papeis do Estado, reconhecida — aos quatro anos — herdeira da corôa.

No dia 29 solêne comissão legislativa fôra cumprimentar os soberanos ao Paço da Cidade.

As 11 horas de 10 de Agosto, no Senado, presentes 79 deputados e trinta e seis senadores, o barão de Monte Santo, presidente da assembléa, proclamou-a herdeira do trôno (2).

As profalsas do estilo poderiam beliscar-lhe a vaidade nascente. Mas era tão pequenina! E amava a dôce liberdade de Petropolis.

(1) *Alegrías e tristezas*, manuscrito da Princêsa, no arquivulo do castélo d'Eu, cit. por Heitor Lyra, *História de Dom Pedro II*, II, 83, S. Paulo 1939.

(2) *Jornal do Comércio*, de 11 de Agosto de 1850.

Conheceu a sua linda serra em 1850 ou 51, quando o palacio que o pae mandára construir, solitario, apenas preconizava a cidade que havia de brotar, como uma vegetação multicôr, no vale ondulante e vêrde. Apegou-se muito áquele trêcho de montanha por ter aí vivido os mais claros e belos dias de sua infancia. Refúgio de saúde e calma... Em carta de 8 de Abril de 1851, para Paulo Barbosa, Ernesto Frederico de Verna contava que uns preferiam a Tijuca, outros a insipida fazenda de Santa Cruz. . . “Mas eis que aquece o tempo, o sol ardente aquece os pedregulhos de que o casebre era rodeado (na Tijuca), a Princesa a peorar e muito a pressa tudo “dégringole” e vamos em debandada para Petropolis. “Malgré tout” é lá que a Princesa acha saúde” (1).

A amenidade do Imperador nos mêses de vilegiatura, quando a sua face era mais saudavel e o sorriso mais terno, havia de concorrer para que ligasse á idéa de Petropolis a de uma felicidade entre rosas e palmeiras. As rosas celebres do ministro Andres Lamas. As palmeiras do parque do palacio. As pontes de madeira sobre o Piabanha e os colonos alemães que iam beijar, trémulos, a mão do seu “kaiser” — tão perfeitamente germânico entre os lavradores de Westfalia e da Saxonia, cujas roças, pelas abas dos morros, cercavam as casinhas asseiadadas e brancas, com a sua chaminé nórdica e as cortinas de chita. E o luxo insólito dos barões que fugiam ao estio de beira-mar, com as equipagens inglêsas, os seus sobrados, os seus bailes, um esplendôr de sociedade satisfeita á roda

(1) Americo Lacombe, conf. no **Jornal do Comereio** de 30 de Abril de 1939.

d'um monarca que, por vezes, nesse clima galante, esquecia a austeridade prematura e dansava a sua valsa vienense... D. Pedro II pudéra ali conversar horas a fio com Sarmiento. "Pareciamos dous estudantes..." (1) Petropolis — cresceu com ela.

(1) **Obras** de D. F. Sarmiento, XIV, 71.

III

EDUCAÇÃO DE RAINHA

A primeira aia da Princeza — e a sua melhor amiga afinal — foi a excelente D. Rosa de Sant'Ana Lopes.

O paciente Luiz Aleixo Boulanger, que ensinára caligrafia ao Imperador-menino, guiou-lhe a mão nas garatujas infantís. Inexcedível Boulanger! Com a sua fidelidade cortezã e discrêta sonhava ensinar á discipula imperial uma soberba caligrafia — e não perdeu o seu tempo. A filha aproveitou-lhe mais a lição do que o pae, cuja pessima letra se tornava por vezes ilegível. Os estudos gerais da menina aos 11 anos estavam a cargo do Dr. Francisco Crispiniano Valdetaro. Era um pedagogo sério que tinha Colégio disciplinado pelo método do professor José da Costa e Azevedo (1). Em 1855 Antonio Feliciano de Castilho — mal recebido dos confrades americanos — achára-o retardado, Costa plagiário, e Valdetaro homem de poucas luzes... “O tal colégio que se apontava, e que pertence a um fulano Valdetaro, ensina por uma modificação feita pelo mesmo Valdetaro ao mesmo Costa, mas leva anos para dar mãos ledôres” (2). Apesar deste julgamento o homem resplandecia, na sua reputação de educador. Era o principal, num

(1) Sobre este, Lacerda Nogueira, *A mais antiga Escola Normal do Brasil*, p. 28, Niterói 1938.

(2) *Obras Completas de Castilho*, vol. 8.º, p. 21 (carta do Rio, 12 de Maio de 1855). Lisboa 1914.

grupo de mestres hábeis: para o desenho, Marciano José de Almeida; para a música, Isidoro Bevilaqua, e depois Pinzarrone; para o inglês o padre Marcos Neville, o alemão, Guilherme Schulze, a filosofia, depois, frei José de Santa Maria Amaral (sábio beneditino, professor do Colégio Pedro II (1), por fim Reitor do internato e Inspetor geral da instrução), em companhia do romancista Joaquim Manoel de Macedo e do velho Sapucahy, lentes eventuais de história e literatura. Jules Toussaint — cujos bailados, em 1826, tinham agradado a D. Pedro I (2) — foi o mestre de dança. . . Sem a assistência, porém, de uma preceptora que desse a esse conjunto de aulas uma direção adequada, preenchendo-lhes as falhas, para que a formação espiritual da princesa correspondesse às suas responsabilidades sociais, seriam elas desencontradas, algo confusas, como na infância de D. Pedro II, antes do vigilante frei Pedro. A mulher providencial, que desempenhou o papel do bispo de Crisópolis junto do Imperador, foi a condessa de Barral.

D. Luiza Margarida Borges de Barros associára um fidalgo francês, sobrinho do marquês de Beauharnais, á sua grande herança e ao seu espirito cultivado. O visconde de Pedra Branca seu pae, com engenhos na Bahia, as suas poesias, a diplomacia, o senso econômico (requerêra á assembléa provincial, em 1835, a primeira concessão de estrada de ferro!) (3) — quizera casa-la com um politico da terra, que lhe não es-

(1) Natural da Bahia, ingressou no Pedro II, como professor de filosofia, em 1858; dirigiu o Internato em 1866-70, quando passou a inspetor de Instrução. Jubilou-se em 1877. Escragnole Doria, *Memoria Historica do Colegio D. Pedro 2º*, p. 94; Rio 1939.

(2) Lafayette Silva, *História do Teatro Brasileiro*, p. 470, Rio 1938.

(3) *Actas da Assembléa Provincial da Bahia*, I, 117, Bahia 1937.

tranhasse a casa-grande ao pé da senzala e a nostalgia das propriedades avoengas. A rapariga contrariou-o, preferindo o estrangeiro, que lhe retribuiu o sacrificio abandonando a "carrière" bem começada para vir meter-se, com a esposa, no reconcavo de massapê fôfo de bagaços de canas, onde a nobreza, de calças brancas, vivia pródigamente o seu ultimo periodo de abundancia. Para o visconde, que tinha por melhor tesouro a filha unica, a companhia do joven casal fôra o prêmio de uma velhice iluminada, até o fim, pelo seu clarão de arte suave. Quanta gente, no Imperio, sabia de cór essas estrófes mimosas! (1).

Põe na virtude,
Filha querida,
De tua vida
Todo o primôr.

Não dês á sorte,
Que tanto ilude,
Sem a virtude
Algum valôr.

Em 1854 nasceu-lhe um neto, Dominique... O "não esperado já", como lhe cantou o poeta Muniz Barreto (1) — a quem o visconde convidava para almoçar com versos assim:

Se de mascar um perú
Tem hoje gana o seu dente,
Vem trinchá-lo em familia
Có'o seu amigo e parente.

(1) Barão de Loreto, *Noticia biografica da condessa de Barral e de Pedra Branca*, Rio 1891.

(2) *Clássicos e Românticos*, p. 100, Bahia 1855.

Faleceu no ano seguinte, aquele patriarca de letras floridas. Depois de o sepultar no Campo Santo da Bahia, onde trêchos do seu poema "Os Túmulos" ornaram, com os caractéres de bronze, varios marmores monumentais, a senhora de Barral pensou em recolher-se á Europa com o seu Dominique. Convidou-a então o Imperador para dirigir a educação das princêsas.

E' facil adivinhar a origem do convite.

Antes de 1848 D. Luiza Margarida servira á princêsa de Joinville D. Francisca, e fizêra-se amada na modesta côrte da irmã de D. Pedro II, mais vazia e mais insípida nas demoradas ausencias do principe, primeiro marinheiro do Reino e caçador de aventuras pelos largos mares.

Para uma velha amiga — a condessa de Itapagipe — assim Pedra Branca lhe noticiára a nomeação — em carta de 26 de Março de 1844:

"Tanto pela recomendação de minha Filha, como por amizade minha, participo a V. Ex. e a Exma. Snra. D. Maria Francisca, Sinházinha como gostamos de chamá-la, que El Rei dos Francêses nomeou minha Filha Dama d'honor de nossa Princêsa hoje de Joinville, graça tanto mais lisonjeira quanto toda espontânea. O emprego além de tudo é honorifico, tem honorários bons, uma carruagem da Casa Real, talher na mesa d'El Rei, e despesas de viagens pagas etc. etc., sendo o mais precioso viver ao pé de uma Princeza nossa, e tão digna, e de uma Rainha Santa: assim é minha Filha a primeira brasileira empregada na Côrte, onde seu Pae foi o primeiro Representante do Brasil" (1).

(1) Carta datada do engenho S. João, ms. no arq. do A. Maria Francisca, a quem se refere, foi a viscondessa de Nogueira da Gama, Dama da Imperatriz e mulher do mordomo do Imperador, que exerceu este cargo em substituição de Paulo Barbosa, de 1868 a 1889.

O Imperador devia ouvir de preferencia a irmã mais idosa, D. Januaría. Mas entre eles se interpuzera uma sombra: o cunhado conde d'Aquila. Joinville teve o tacto de não interferir nunca no destino do parente do Brasil. Aliás, elogiando o rei Fernando de Portugal, notára-se com o mesmo defeito: a incapacidade política... (1) D. Francisca, a meiga Chicá de Orléans, tão desinteressada como o heroico marido, podia manter com D. Pedro II — sempre rebelde a tutelas domesticas — uma correspondencia franca. Indicou-lhe a Barral. Talvez ensinasse mais á sobrinha do que a ela tinham ensinado — como estranhára a condessa de Boigne — seus mestres de S. Cristovão... (2).

1855 fôra um ano atroz.

O colera morbus matara, no Engenho Novo, a insubstituivel Belmonte — a "Dadama". Empestára os ares da Bahia e da côrte. Suspendêra um terrôr mudo e vago sobre aquella sociedade que se polia ao contacto da "Revue des Deux Mondes" e da lirica italiana. O inverno seguinte trouxêra a calma, a paz. Somente em Agosto de 56 — porem — se resolveu a senhora de Barral a mudar de residencia. O Jornal do Comercio do dia 30, na sua crônica da Bahia, noticiou a partida da fidalga, que ia presidir á educação das princêsas (3). Completára quarenta anos em 13 de Abril. Quatro anos depois o pintor Tirone, na sua tela do "juramento da princêsa imperial", a retratou, com uns tons de prata nos cabelos partidos ao meio, o busto farto, a fisionomia mais energica do que formosa, irradiando a majestade das damas de palacio que sabem arrastar o manto verde com bordados

(1) *Vieux souvenirs du Prince de Joinville*, Paris 1896.

(2) Comtesse de Boigne, *Mémoires*, IV, 340.

(3) *Jornal do Comercio*, 30 de Agosto de 1856.

argênteos, e olham d'alto, como diante do cavalete de Nattier que as deve representar numa aureola mística... Dava-se ás ciências e fazia nas cartas, como a Sevigné (a comparação é do barão de Loreto) uma literatura apreciavel. Adquirira em França essa profusa instrução clássica (1) que depois de 1848 difficilmente se acharia nos conventos europeus: o seu latim, o seu grego, a sua philosophia, e a historia como se ensinára no Colegio de Louis le Grand. Não admira que esse requinte impressionasse o Imperador, a fazer, na sua côrte, interlocutores enciclopédicos. A Barral foi mais do que a aia das princêsas: foi um modêlo, em S. Cristovão (2) de 1856 a 1864, da grã-senhora poliglôta, erudita e conversada.

D. Pedro II nunca mais lhe dispensou a colaboração intellectual. Na Europa depois de 1864 foi como um seu agente confidencial, que lhe dizia as novidades, á maneira dos diplomatas, e apresentava os autôres, com uma intuição sagaz do seu préstimo e das suas vistas. Recomendou-lhe Gobineau (3) — o seu principal amigo estrangeiro. A este, em 1874, haveria de escrever: "A companhia da Senhora de Barral foi para nós uma grande consolação e durante a doença de minha filha pude ver, ainda uma vez, até que ponto ella me é afeiçoada, assim como aos meus. Com a chegada de Dominique, não falta mais ninguem; faltam-me ainda os nossos domingos" (4).

(1) Em 1826 e 1831, nos jantares do ministro do Brasil, Pedra Branca, já figurava a futura condessa de Barral, docs. no arq. do minist. das Relações Exteriores.

(2) Cf. F. Biard, *Deux Années au Brésil*, p. 57, Paris 1862, a Barral morava a um quarto de legoa de S. Cristovão e o conde estava na Europa.

(3) Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*, p. 222, S. Paulo 1936.

(4) Georges Readers, *D. Pedro II e o conde de Gobineau*, p. 169, S. Paulo 1938.

Isabel ligou-se extremosamente a essa mestra ideal.

Não se parecia com as professôras angulosas, de impertinente “pince nez”, que se vestem como sêres indeterminados, na frieza do seu officio de mulheres sábias. Antes de ser a preceptôra, era castelã em França e senhora de engenho na Bahia. Continuou, até morrer, aristocrata irrepreensivel. Dela pôde dizer-se que restauraria sozinha as leis do bom tom, se estas se perdessem. Vinha de Paris de Luiz Felipe. Sem as velharias protocolares do “ancien régime” nem o “arrivismo” de máo gosto do segundo Imperio. Luiz XV modernizado, em “frack” inglês, de guarda-sol branco, chapéo redondo e “caleça” vitoriana: mas, a despeito da simplicidade burguêsa, do recôrte liberal e dos burzeguins — Luiz XV... Isabel comprehendeu o mundo, de transações razoaveis, que o conde d’Eu lhe mostraria em 1865 — por intermedio da sua querida condessa. D. Pedro II não tivera esta fortuna: vira-o através do temperamento sombrio de frei Pedro... O paço Isabel e os seus serões artisticos, Petropolis, com as exposições de flôres e o Palacio de Cristal, as “camelias da abolição” esboçam-se na influencia da Barral sobre o espirito da herdeira da corôa, mais Bourbon do que Austria, mais latina do que Habsburgo. A sua alegria sociavel, a sua interpretação muito feminina dos devêres de Estado, o lar aburguezado e harmônico, o aparente desprendimento das vaidades superfluas, a intima satisfação — um tanto estoica — de ser imperatriz e mulher num circulo de familia, pequeno e fechado, contente com a sua sorte, sem ambições perigosas, sobretudo sem préssa de trocar essa placidez por uma gloria arriscada, a do poder — completaram-lhe as linhas do ca-

racter, em contacto com a “experiencia” da Barral. Nada de exagêros historicos — a proposito dos direit-
tos dos reis!

A lucidez da condessa consumou esse delicado tra-
balho de adaptação duma princêsa ás desilusões do
seu seculo.

Dir-se-ia que fôra seu livro de horas, em todo o
periodo da instrução das imperiais meninas, “De l’edu-
cation des filles”, de Fenelon... “De ordinario os que
governam crianças nada lhes perdôam, perdoando-se
tudo, a si proprios...” (1). Em Isabel o que havemos
de observar mais tarde é exatamente a supremacia da
mulher, onde as conjunturas deviam impôr — capri-
chosa — a rainha. Não a fizeram forte politica — o
pae e a mestra. Se nisto houve uma deficiencia, é de
culpar-se o Imperador, submetido, na juventude, ao
mesmo método de transformação do principe — ávido
de governo — numa creatura dócil ás suas obriga-
ções, própria para ouvir, e calar... Não queria ele
ter filha “pretendente”, metida com assuntos de Es-
tado na idade em que as raparigas lêem Lamartine, e
indiscreta na sua curiosidade precoce. Por seu lado
Tereza Cristina, alheia, por sistêma e voto, ás intrigas
politicas (renuncia de primeira hora, a que se conser-
vou fiel até o tumulto) trataria de afastá-la do bulicio
social, para que fosse caseira e prendada como as in-
fantas de Napoles — religiosas, filarmônicas e re-
traídas.

A triplice vigilancia, dos paes e da aia, tornaram
gradualmente monotona a vida das duas meninas, á
medida que passavam da cartilha para o francês, da
geografia para as matemáticas, do desenho de Mar-

(1) *Discours sur l'éloquence*, p. 185, ed. Garnier.

ciano José de Almeida para a dança de Jules Toussaint e a filosofia (ó, a massiça filosofia!) de frei Amaral.

Restava-lhes a jardinagem. Mas um acontecimento lamentavel permitiu que a herva daninha lhes invadisse os canteiros de violêtas. Brincavam uma vez — foi em 1862 — Isabel, Leopoldina e as amigas inseparaveis, Amandinha Paranaguá (1), Mariquinhas (Maria José Velho de Avellar), Eugeninha (a filha do visconde da Penha), Maria Candida (filha do caro Sapucaí), Maria Antonia (sobrinha de Caxias)... Armára-se cada qual com o seu ferro agrícola. Nas mãos macias da princeza imperial um pequeno alvião, feito para ela, reluzia o aço novo. Com que dextreza elevava-o acima da cabecita doirada e golpeava, forte, a leira revolvida e húmida! De repente, sem vêr a companheira que se puzera por detraz dela, suspendeu a picarêta... Um grito de dôr ecoou no jardim. A ferramenta caíu-lhe aos pés; voltou-se, aterrorizada; e agarrou-se, cheia de aflição, á querida Amandinha, que cobria um dos olhos com a mão nervosa. Uma gôta de sangue rolava-lhe pela face, como uma lágrima. Foi uma rapida cêna de desespero que nunca mais esqueceriam — naquela dôce manhã de sol, quando o palacio, em silencio, parecia mergulhado num sôno pacifico, bebendo, pelas janelas abertas, a quente respiração da terra cheirosa, e lá fóra aves e crianças chilreavam... Acorreram as açafatas, os criados, os medicos. Levaram em-braços uma e outra: Amandinha, a morder os labios para não chorar; Isabel, inconsolavel, a desfazer-se em pranto. Tudo fizeram para salvar a vista vazada áquela heroica menina: foi

(1) "Lembro-me quantas vezes brincaram juntas aqui em Petropolis e em S. Cristovão", carta da Imperatriz á Baroneza de Loreto, Fev. 1887, Max Fleiuss, *Páginas de História*, 2.^a ed., p. 396.

em vão. Isabel dedicou-lhe daí por diante um afêto que não se alterou com o tempo: a velhice e o exílio não puderam dissolver essa amizade.

O ciclo dos folguêdos ao ar livre, em todo caso, interrompeu-se-lhe assim. Os livros substituíram momentaneamente as flôres. A Barral incutiu-lhe o gosto do teatrinho. Exatamente como Itanhaen ao Imperador, na mesma área externa do Paço, diante dos mesmos fâmulos, porventura trajados com as mesmas velhas casacas, apenas mais grisalhos, mais comovidos... e até com as mesmas peças.

Uma surprêsa: desempenhava-se muito bem, em "Les Plaideurs", que Racine imitára de Aristophanes... Prazêres educativos, não escondem a sua insipidez: mas nas tardes de S. João e S. Pedro como que o calôr das fogueiras, no parque, derretia igualmente a massa dos preconceitos e o gêlo da etiquêta. A Imperatriz saía, com as damas, a condessa de Iapagipe e sua filha, Maria Francisca, Maria Antonia de Verna e o marido, medico da Imperial Camara, Luiz Carlos da Fonseca, para vêr os fôgos. D. Pedro II humanizava-se, numa bonhomia de quem tivesse saudades — de sua infancia em que esses jubilos foram raros, esperados gulosamente ano a ano; e as meninas se sentiam felizes, como pássaros soltos, tontas entre as lanternas de papel e as "bichas" chinêsas.

A' noite, porém, depois do jantar sempre ligeiro, e de um fugaz passeio pelas avenidas á volta do palacio emquanto durava o crepusculo — a erudição cobrava os seus direitos.

O Imperador, entre 8 e 9 1/2, lia, comentava a página, arrancava daí os olhos azues para alguma pergunta, deixava que pairasse, na sala austêra, que os reposteiros de gorgurão entristeciam com os tons

quentes, uma louvável admiração, pelos clássicos... Poetas, filósofos, geógrafos. E os mestres da lingua. Com dias próprios, João de Barros ás segundas, Camões ás terças-feiras. "Noutras horas dá-lhes lições de mathematicas, de latim; explica-lhes a fisica de Carnet" (1). A astronomia ficava para as noites estreladas. O seu estudo predilêto — dizia o sabio Liaís (2). Já em Setembro de 1851 lhe mandára Arago o projeto de um observatorio (3). Estudo predilêto e caro — porque construiu de fato o Observatorio Nacional. O mais popular tambem — porque era fácil, aos adversarios do governo, figurá-lo, "lunatico", a espiar por um telescopio... A sua pobre astronomia! Daria para tudo: a admiração dos americanos, em 1876, a ironia de Flammarion, a caricatura de Angelo Agostini, os desfôros do Carnaval carioca... Sua Majestade — não esquecessem as princesas! — era "le prince philosophe", como o tratava Lamartine. A Imperatriz bordava alguma cousa. Elas, ouviam quiêtas, atentas. D. Pedro II, avantajando, na poltrona de fôrro azul, a grande estatura, a barba de ouro antigo mais fulva junto da lâmpada, os olhos claros um tanto duros, a voz fina, um gesto de professor na maneira de criticar a sua leitura, sobre os joelhos o livro, era ali, em familia, o que quizêra ser no trôno, e na vida: um mestre muito informado... Isabel teria dele essa impressão essencial: seu mestre. Os netos, trinta anos depois, não o veriam d'outro modo: seu mestre. Parece que entre estes e ela só uma diferença foi sensível: o "pince-nez". Aquele implacavel "pince-nez" que

(1) Diario do Imperador, cf. Heitor Lyra, *Hist. de D. Pedro II*, I, 327.

(2) B. Mossé, *D. Pedro II*, p. 345, Paris 1889.

(3) Docs do arquivo d'Eu (*Anais da Bibl. Nac.* LIV, 525).

os filhos do conde d'Eu veneraram — acavalado, com cintilações mágicas, no seu nariz forte, oscilante, autoritário, impertinente, e por detraz do qual brilhava o mesmo par de olhos glaucos, comuns á casa d'Austria...

A princesa imperial não foi intimidada por esse “pince-nez”, da velhice: mas sofreu a inclemencia do seu regimen.

D. Pedro II — registou o “Jornal do Comercio” quando ella se casou — “tem sabido ser pai como nunca o houve melhor” (1).

(1) **Jornal do Comercio**, de 15 de Outubro de 1864.

IV

UM PRINCIPE ROMANTICO

1858 foi o ano dos primeiros devêres de Estado.

Começaram por uma devoção metódica. Em 6 de Novembro Isabel e Leopoldina subiram, com a Imperatriz, a ladeira da Gloria. No tôpo do outeiro, a igreja pequena e faceira da predileção da familia reinante as atraía como um complemento do Paço, o santuário ligado á sua sorte como um encargo das gerações precedentes... Já D. Pedro I chamára de Maria da Gloria á filha-rainha em homenagem a esse templo, onde, tantas vezes, agazalhára a imperatriz Leopoldina a sua aflição silenciosa. Com olhos de respeito os camaristas mostravam-lhes o quadro oferecido pela bôa Senhora, em que, de "amazona azul", aparece ela no seu cavalo de caçadôra, e a inscrição comemorativa do restabelecimento do Imperador, após a quêda, que quasi o matou... Daí a praxe, que se não alterou mais, de irem ouvir missa á igreja do môrro todos os sabados, ás 7 (1).

Por 1859 e 60 a sombra da politica entrou-lhe na vida.

Nunca mais o seu horizonte se livraria dessa névoa: interceptando-lhe o sol doirado — que era para todos — o fantasma do poder — que foi seu privile-

(1) Moreira de Azevedo, *Pequeno Panorama ou descrição dos principais edificios da cidade do Rio de Janeiro*, p. 322, Rio 1861.

gio... Começou devagar, esse problema de Estado, que, crescentemente, a apertaria nas tenazes da dúvida e da responsabilidade. E apresentou-se de uma forma galante: o casamento. Era, por sinal, a grande questão. Desse noivado — em que não pensara ainda — dependia a sua tranquilidade futura, infinitamente menos importante que a do país. O marido da Imperatriz, quizessem ou não, seria Imperador. Associar-se-ia a ela no governo. Um estrangeiro tomaria assim as rédeas ao nacionalismo — melindroso e bravo — que soprava a eterna braza de sua xenofobia. Viria um homem d'outra raça participar de nossas dificuldades, embulhar-se em nossas lutas, receber nos ombros de Cirenêo, indesejado, uma cruz alheia... Este pensamento aterrou o Imperio. Que fazer? Ou antes: onde procurar o raro sujeito, capaz de ser o "príncipe Alberto" do Brasil, exquivo, calado, doméstico, inútil, sem opinião, para ser constitucional, e sem "temperamento", para ser consorte da soberana? Indigitou-se — num boato inconsequente — o duque do Porto...

Foi a primeira noticia nupcial que se enrolou nas conversas da côrte com as preocupações que a adolescencia de Isabel despertavam. Sobrinho do Imperador, filho da brasileira D. Maria da Gloria, o belo D. Luiz (extremamente parecido com a avó, a triste Leopoldina, segundo a irmã desta, a princesa de Salerno, que o conheceu na Inglaterra em 1853) (1) seria um marido perfeito. Mas os meios populares extremunharam uma opposição jacobina. Não lhes sorria isto de Imperador português depois do banimento do primeiro... Na Camara a atoarda repercutiu, inesperada. Subiu á tribuna. Estrondeou... A 11 de Agosto de 1859, o deputado Pinto Lima interpelou o ministerio sobre

(1) Alberto Rangel, *Gastão de Orléans*, p. 43.

o propalado contrato. Respondeu-lhe o presidente do conselho Angelo Muniz da Silva Ferraz, no dia 19. Na apparencia a cousa carecia de importancia: porém o povo, emocionado, se deixára arrastar pelo rumor de possiveis revelações, que boliriam com a sorte da nação, e as galerias appareceram cheias. Ferraz não disse muitas palavras. Limitou-se a negar, dando por infundada a noticia, apoiado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que se revestia da autoridade de amigo e confidente do monarcha. Deste recebera uma informação peremptoria, talvez a recommendação para cortar os debates sobre caso tão particular. Fechou a oração de modo brusco: “e permita tambem a Camara que eu não acrescente mais uma só palavra ao que acabo de declarar”. No Jornal do Comercio um lúcido português pretendeu demonstrar que D. Luiz estava chamado a destinos mais altos — e que o esposo da princesa, afinal de contas, não teria força para nomear um juiz de paz (1). Acertou, na profecia: em breve D. Luiz reinaria em Portugal. E’ possível que o tio não tivesse pensado nele para genro, apesar do aféto que tinha ao cunhado o rei Fernando, tão atraente com a sua educação de artista completo (2) — um sibarita delicioso. A mana Francisca de Joinville conduziria aceitavelmente a intriga do seu centro natural — que era a côrte inglêsa. Isabel habituar-se-ia ás formalidades de sua posição e aos deveres correlatos. Entre menina e moça, appareceu de vez aos estadistas que arrastavam no Senado um passo trópego, e aos deputados jóvens que iam apoderar-se da máquina do Estado, em 29 de Julho de 1860. Aos quatorze anos, tinha de

(1) *O Casamento de Sua Alteza Imperial*, Rio 1859 (com extrato dos discursos e artigo do Jornal).

(2) E. Globlet d’Aviella, *L’Établissement des Cobourg en Portugal*, p. 41, Paris 1869.

prestar perante as Camaras o juramento que, na menoridade do Imperador, e com a mesma idade, prestára D. Januária. Foi idêntico o cerimonial. Mas a majestade da cêna, espelhando, no fulgôr d'uma assistencia de uniformes rutilantes a grandeza dos espetaculos inesqueciveis, lhe daria afinal a convicção do seu papel histórico, a realidade dos seus direitos.

11 horas da manhã, no antigo palacio do conde dos Arcos onde, desde 1826, funcionava o Senado. Trinta e nove senadores e 96 deputados alinhavam-se no recinto. A nobreza, em trajos de gala, pompeava na galeria do hemicirculo, reservada para as figuras do Paço, o corpo diplomatico. Na tribuna da imprensa quatro rapazes: Pedro Luis, do "Correio Mercantil", Bernardo Guimarães, do "Jornal do Comércio", alto e magro, com as apófises da face em relêvo ascetico, Quintino Bocayuva, e, de sobrecasacca, meúdo, timido, Machado de Assis... (1). As fardas, as condecorações, rostos veneraveis e conhecidos, descreviam em torno da mesa um halo de esplêndôr e prestigio; ali palpitava a monarquia nos seus valôres, descontraídos, inexcediveis. Os oradores, os chefes, os expoentes. As duas gerações — da Independência, com aqueles cabelos brancos, peitos doirados com as veneras reluzindo — e da ultima eleição — os moços, de barba em ponta e gadelhas negras, que se aproximavam de "sua hora". Lá — Olinda, Abrantes, Itanhaen "sêco e mirrado", Montezuma, os antigos; Eusebio, obeso e grisalho, Caxias e Porto Alegre com as suas medalhas gloriosas, Paranhos na mais inglêsa casaca da assemblêa, a lembrar — com as suições arrogantes — um "lord"

(1) Machado de Assis, O Velho Senado, *Revista do Inst. Hist. Brasil*, LXXI, parte I (1909).

victoriano; Carneiro de Campos com a sua barba de marujo, Nabuco de Araujo e Pedreira, Abaeté, Zacarias e Holanda, Itaboraí taciturno e Pimenta Bueno expansivo e risonho... marechais e soldados. Da comissão encarregada de receber a princeza participavam os senadores Ferreira Pena, Pimenta Bueno, Souza Ramos, José Antonio de Miranda, barão de Muritiba e o fiel Sapucaí; e, entre os deputados, Pinto de Campos e Luiz Carlos da Fonseca — dous palacianos —, Teixeira Junior, que herdára ao marquez de Paraná a independencia irreverente, um tanto rebelde, e Tito Franco, anti-dinasta. A amalgama agradava ao parlamento, que via naquela menina a esperanza d'outra epoca — liberal e pacifica... Isabel estava formosa, no seu penteado ao gosto de D. Maria II, no vestido branco bordado de ouro e no manto verde, com applicações do mesmo metal, que lhe pendia dos ombros. As damas, D. Rosa e a Barral, vestiam pelo figurino do primeiro Reinado que a Imperatriz não alterára: o vestido de gorgurão côr de palha com o seu feitio do tempo de D. Amelia, encoletando em bico, a realçar o busto, como aparece no retrato da marqueza de Santos; e o manto de sêda verde-cana debruado d'oiro que se usou em 1829. O sequito compunha-se do mordomo Paulo Barbosa — não mais o airoso Paulo do quadro da Coroação, de Porto Alegre — mas pezado, encanecido, igual ao outro apenas na cabeça provocante e senhorial —, do estribeiro-mór José Joaquim de Siqueira, do capitão de archeiros Augusto Duque-Estrada Meyer, dos vereadôres Candido Batista de Oliveira e Camilo José Pereira de Faro, servindo de porteiro da Imperial Camara Antonio de Araujo Ferreira Jacobina. O barão de Pirapama com os secreta-

rios do Senado recebeu no meio da sala a princesa. Reservara-se-lhe uma cadeira alta junto dos degraus do trôno, onde o Imperador lia as Falas de 3 de Maio. Foi rapida a solenidade. A mão direita sobre o livro, que lhe apresentou o senador Vellasques, declamou: "Juro manter a religião católica apostolica romana, observar a Constituição politica da nação brasileira e ser obediente ás leis e ao Imperador". De pé, a assembléa emudecêra, respeitosa. Aplaudiu ao fim dessas palavras quasi liturgicas. Meia hora depois saía Isabel acompanhada do mesmo cortêjo.

Esse contacto inicial com os negocios publicos não podia atemorizá-la.

Entrava na vida do Estado sob pálio e entre alas de pessoas benevolas que vestiam, em sua homenagem, uniformes soberbos. Aquilo fôra menos um ato politico do que uma festa — na sua cenografia brilhante, que o pintor Tirone fixou com o pincel minucioso (1).

Depois do incidente parlamentar de 1859 correu outro boato nupcial: quando o arquiduque Maximiliano visitou o Rio de Janeiro no ano seguinte. Disse-se que procurára inculcar a Isabel o mano arquiduque Luiz José, ou o cunhado, o conde de Flandres (2). Se tal era a embaixada, frustrou-se-lhe aos primeiros ensaios: não há vestigio, na diplomacia do Imperador, das propostas do amavel primo d'Austria. Este — excelente rapaz, que viajava para esquecer a politica de Francisco José, seu irmão, — encheu de observações literarias o caderno de "turista" erudito; deslumbrou-

(1) Quadro existente no Museu Historico Nacional.

(2) Alberto Rangel, *op. cit.*, p. 53.

se com os pássaros e as palmeiras (1) e seguiu o seu destino romanêsco: o ponto final seria em Queretaro, diante do pelotão de fuzilamento, epílogo de um sonho clássico — o Império mexicano... Não se conversou mais sobre o assunto: até 3 de Maio de 1864. D. Pedro II revelou nesse dia, na Fala do Trono: “Anuncio-vos com prazer que trato do casamento das princesas minhas muito amadas e queridas filhas, o qual espero se efetúe no corrente ano”.

Em 3 de Maio, pois, estariam combinados os noivados, concluídas as negociações, os escolhidos a vésperas do embarque — que de outro modo não se explica o prazo dado: “no corrente ano...”

Mas o mistério continuou (impenetrável, dizia para Viêna o Ministro Sonnleithner) (2) até Agosto.

Então dous adolescentes de agradável presença, primos-irmãos, sem que desse por isto a imprensa estrangeira empreenderam uma viagem de recreio — ao Brasil. Não seria difícil descobrir-lhes a intenção: porque eram dous, e netos de Luiz Felipe. Dignos, portanto, das princesas brasileiras. Augusto e Gaston. A princesa de Joinville tecêra habilmente a sua pequena intriga: ambos seus sobrinhos, aquele de Saxe Coburgo, este, filho do duque de Nemours. Primôres humanos, da melhor raça histórica: mocinhos, bem educados, sem futuro político na pátria, e sem fortuna... Em cada um deles fôra licito revêr o príncipe Alberto: loiro e delicado esposo d'uma rainha voluntariosa e

(1) Vd. Alfonso Reyes, *Primeras Impresiones de Maximiliano a su llegada al Brasil*, *Boletín de la Junta de Hist. y Numism.*, X, 59, Buenos Aires 1937. Em 1852 Maximiliano quizera casar-se com Maria Amélia, filha de D. Pedro I. Fôra vice-rei da Lombardia, cargo que acabava de deixar, mas com o Imperador, Otto Ernst, *François Joseph intime*, p. 73, Paris, 1928.

(2) Heitor Lyra, *op. cit.*, I, 398.

pouco bonita. D. Francisca concertára tudo: Augusto, mais novo, de 19 anos, para Isabel; Gaston, 22 anos feitos, para Leopoldina... A predileção pelo Coburgo explicava-se: era a familia ideal dos principes-consortes, das princêsas mimosas. A geração anterior déra Leopoldo da Belgica, Ernesto, pae do principe Alberto e a mulher do duque de Kent, mãe de Victória. A seguinte: Augusto, marido de Clementina de Orléans, Fernando, rei de Portugal, a duqueza de Nemours... Gente culta, estéta, superior ás paixões de mando, de partido. Ao contrário dos Orléans — liberaes, populares, gabando-se de conhecer os caprichos da massa, a democracia. Pezadas as respectivas tradições, eram antíteses, os primos: nos olhos alemães de Augusto — de um azul translúcido e inocente — havia certa ingenuidade, ou desapêgo das cousas do mundo, em contraste com a vivacidade que ardia nas pupilas do francês. Este era fisionicamente Orléans, na estatura, no perfil aquilino, o nariz dinástico em que pareciam conjugar-se avareza e ambição, a fronte inteligente, fortes ombros de soldado. Augusto tirára aos Saxes o ar sonhador e plácido, oposto ao irmão Fernando — um dia tzar dos bulgaros — cujo famoso “tipo de Orléans” na velhice tanto o assemelharia ao conde d’Eu. A duqueza sua mãe fôra a mais bela filha de Luiz Felipe e Maria Amelia: Clementina. Nutriu-a a mesma ama de leite do pequeno Nemours. (1) Desposára o duque Augusto em 1843: tres anos depois do casamento da irmã deste, Victoria Augusta, com seu irmão Nemours. Todos os invernos, depois de 1852, os filhos de ambos brincavam juntos nos parques de Claremont (2). Juntos estiveram em 1856, na Italia.

(1) *Journal de Marie-Amélie*, II, 195.

(2) A. Rangel, *op. cit.*, p. 41.

Uma fotografia, de 1860, representa-os juntos, no castelo da avó, á roda d'uma mesa de xadrez. Apenas um destino mais favoravel soprou sobre a casa de Saxe paz e fortuna, enquanto os filhos e netos de Luiz Felipe — o almirante Joinville, o general Nemours, o magnifico d'Aumale, conheceram a gloria prematura, a expatriação em plena juventude, as aventuras de novela pelos climas barbaros, todas as surpresas da vida, digna e viril.

Em 1848, quando caiu o **Rei-burguêz**, Gaston tinha seis anos de idade. Nascera em Neuilly em 28 de Abril de 42. Naquele suave Neuilly-sur-Seine que o tio Joinville recordou com tanta nostalgia nos "Vieux souvenirs" e que a rainha — entre uma duzia de dominios soberbos — preferia com razão: vulgar na arquitetura mas inegualavel nos jardins geométricos, com a sua moldura de bosques... Fôra casa do marquez d'Argenson, de Talleyrand, da linda Pauline Bonaparte — espécie de fada, que Canova esculpiu como uma deusa de amôr e fadiga — finalmente do duque de Orléans, que a encheu de conforto e riqueza (1). Essa paizagem idilica desapareceu numa labareda: a revolução de 1848.

A mesma cortina de fumo escondeu-lhe o seu caro castelo d'Eu, que em 1843, quando aí se hospedou a rainha Victória, foi sem duvida a mansão real mais discutida da Europa. Tinha a severa magnificencia das vivendas inglesas (2) e uma história illustre. Catarina de Clèves construiu a igreja e seu marido o duque de Guise o castelo, aprimorado por Mademoiselle de Montpensier, cujos retratos de familia, enormes e frios, a duqueza de Orléans ainda lá achou, na vasta galeria desbotada, quando pela primeira vez o

(1) *Journal de Marie Amélie*, II, 237.

(2) *Pierre de la Gorce, Louis Philippe*, p. 347, Paris 1931.

visitou em 1822 (1). As arvores, á volta, eram soberbas. Maria Amelia anotára no seu diário: “as mais antigas foram plantadas pelos Guise... as outras por Mademoiselle de Montpensier seguindo as indicações de Le Nôtre. Na extremidade d’uma longa alamêda ha um quiosque antigo...” O mar, bem próximo, convidava aos passeios de “yacht”, e impregnava a floresta de faias centenárias da salsugem e da frescura que circulam pelas praias bretãs. “Nos dias de grandes marés o ruido das ondas parece arrastar-se em longos mugidos sobre o cimo inclinado dos pinheiros”. (2) Essas visões de um passado glorioso e de um panorama artistico sumiram-se num horizonte abrazado. Ao abrir os olhos para a vida o pequeno conde d’Eu conheceu as margens do Tamisa, a bruma inglêsa e a paz solêne do palacio que a rainha Maria Amelia enchia com a sua tristeza altiva e silenciosa.

No exilio de Claremont — com o duque d’Alençon e a princeza Margarida, seus irmãos — creou-se como tantos principes banidos: com a idéa de voltar, num dia feliz; e o desejo de viver gloriosamente, para merecer... á volta. O ambiente liberal e modesto de Inglaterra havia de aprimorar-lhe o senso pratico da existencia, aliás comum á familia. Os Bourbons, no desterro, conspiraram; os Orléans, adaptaram-se-lhe — seguindo cada qual, por instinto, por vocação, o seu caminho. A America atráiu o conde de Paris, Joinville. Mas a Africa — teatro de grandes feitos do exercito francês depois de 1830 — continuava a im-

(1) *Journal de Marie Amélie*, II, 276. O duque de Orleans herdára o castelo d’Eu de sua mãe e do duque de Penthièvre, em cujo dominio estavam os bens deixados pela “Grande Mademoiselle”, *Journal cit.*, II, 266. O castelo passou á propriedade do duque de Nemours e deste ao conde d’Eu.

(2) Lucien Corpechot, *Memórias Inéditas da Rainha D. Amélia*, p. 19, trad. de Mello Menezes, Rio 1913.

pressionar a imaginação dos filhos, exatamente como empolgára os pais. Claremont, com a morte da duquesa de Nemours em 1853, tornou-se inhabitavel para Gaston, conde d'Eu. Debalde, em 59, tentou o duque-viuvo alistá-lo no exercito sardo. Os Montpensier dispunham de enorme prestigio na côrte de Isabel II de Espanha, cunhada desse ambicioso filho de Luiz Felipe, a quem fizera capitão-general do Reino. Foi-lhe facil conseguir o posto de alferes de cavalaria para o nosso rapaz. Quando menos acreditassem nele — de fisico débil, idéas serenas, enrubescendo como uma donzela a cada nova apresentação — surgiria em Marrocos, sabre em punho, a face voltada para os minarêtes esguios como palmeiras, lembrando o pae em Constantina... A sua comenda de S. Fernando, recebeu-a no campo de batalha de Al-Kantara. A primeira promoção, teve-a após a ação de Tetuan. Guerra breve, sangrenta, pinturesca: deu-lhe a familiaridade do perigo que o distinguiria, nove anos mais tarde, na cordilheira paraguaia. Recolheu-se, em seguida, á academia de artilharia de Segovia. A confusão colorida e inquietante, d'um país intermediario, entre a Europa dos Austrias e a Africa das mulheres de face oculta e dos albornós brancos. Nostalgia, estudo, os exames de fortificações, balística, prolixas matematicas, um desejo importuno de ser de novo homem livre, no seu álgido clima inglês... A Fala do Trono de 3 de Maio espantou os brasileiros. Havia, porem, outro surpreendido: precisamente o noivo...

Estava em Espanha — donde voltou a Claremont em meados de Abril — quando, á sua revelia, entre Nemours, Joinville e a côrte do Brasil, se tramou o casamento.

Fôra de 7 de Fevereiro a carta de D. Francisca, mandando ao Imperador o retrato do conde d'Eu —

um lustroso retrato de oficial de artilharia de Isabel II, marcial e adolescente — com esta recomendação: “Si on pourrait mettre la main sur lui pour une de vos filles, ce serait la perfection”. E pintava-o, por sua vez: “Il est grand, fort, beau garçon, bon, doux, très aimable, très instruit, aimant l’étude et de plus il a déjà une petite renommée militaire”. Nestes traços fáceis ha um julgamento psicologico: de D. Pedro II. Que o moço fosse estudioso, importava-lhe muito; quanto á fama das armas, o razoavel!...

A 16 de Abril o conde d’Eu comunicou ao professor, seu amado Gauthier, a surprêsa que lhe causára a confissão do pae, de que lhe negociava o casamento. Não resistiu, mas hesitou. O prudente Nemours tambem foi cauteloso: a ida do filho ao Brasil — marcada para Agosto — não constituiria um compromisso. Caso se dispuzesse a pedir uma das princesas, com o consentimento do Imperador, submeteria o ato á aprovação paterna, após o regresso. Não determinava qual delas lhe caberia. Tinha em vista Leopoldina: pois o “memorandum” advertia, “a segunda princesa, não se tornando herdeira imediata, não será obrigada a residir no Brasil”. Isto sorria-lhe: Gaston não ficaria muito tempo longe... Em Junho, o ministro Miguel Lisbôa partiu para o Rio, com a noticia da viagem próxima. A guerra do Sleswig retardou-a. De um lado, era o velho duque Augusto em meio de suas tropas; do outro, o primo de Saxe preso, como tenente, ao serviço da esquadra austriaca. Deslindou-se a tempo de tomarem em Southampton o vapor “Paraná” — em 9 de Agosto de 64. Mentalmente, estavam certos: o francês desposaria Leopoldina, e o alemão seria o príncipe-consorte — apesar de mais jóven, menos pretençioso... ou por isto mesmo!

GASTON DE ORLÉANS

Chegaram em 2 de Setembro.

O conde d'Eu parecia contente; mas, no seu diário, de si para consigo, se confessava consternado. Viéra de Inglaterra... Os portos mosqueados de negros e mestiços, as ruas coloniais, o pacífico aspecto das sentinelas que lhe apresentavam armas, o ar emoliente e humilde do Rio de Janeiro lhe doeram os nervos trepidantes. Sorriu ao padre preto que lhe mostraram em Recife, e notou: estranha facilidade na ascensão dos homens de côr... Corespondeu na Bahia á continencia de um soldado, e observou: poucas disposições militares devia ter o constitucional governo de Sua Majestade... Dirigindo-se para S. Cristovão na mesma tarde da chegada, uma multidão lhe correu sobre a sége de Estado, curiosa: agradeceu, de máo humôr. E perguntou: porque não mandavam os desocupados para Goiaz e Mato Grosso? Decididamente, não o seduzira ainda o Imperio. Achou S. Cristovão uma semsaboria. D. Pedro II e a Imperatriz sensibilizaram-no com a sua bondade. Mas as meninas...

No dia 6, confiava á mana Margarida: "As princesas são feias; mas a segunda "decidly", menos bem que a outra, menor, mais forte, em suma menos simpática. Tal a minha primeira impressão, antes, é certo, de saber as intenções do Imperador a meu res-

peito. Quanto ao seu espirito, nada deixaram perceber porque, nas duas primeiras entrevistas, como é natural, se limitaram a responder por monosílabos". E, mais satisfeito: "Ante-hontem o Imperador declarou ao general (Dumas) que era a mim que desejava ver desposar a sua herdeira" (1)

O que houve, na intimidade da familia imperial, revela uma página de diário de Isabel. Ela escreveu: "Chegaram o conde d'Eu e o duque de Saxe. Meu pae desejou essa viagem com o fito de nos casar. Pensava-se no conde d'Eu para a minha irmã e no duque de Saxe para mim. Deus e os nossos corações decidiram diferentemente" (2). Convencido, o Imperador, de que o francês agradára a Isabel, deu-lhe tambem a preferência. Com isto, floriu um breve romance na frieza dos contratos diplomaticos. O conde d'Eu mudou repentinamente: o país interessou-o; o país e a gente. Enternecia-o a princesa que, sem ser formosa, já lhe parecia a eleita dos seus sonhos. "Acreditei-a mais apta que a irmã menor — contou em carta de 19 de Setembro — para assegurar-me a felicidade domestica, o país onde deve ter a sua residencia principal não me desagrada; e emfim, vi a possibilidade de tudo conciliar com viagens á Europa a cuja duração e frequencia nenhum limite é impôsto..." "Mais, pour que tu ne sois pas surprise quand tu verras mon Isabelle, je te prévien qu'elle n'a rien du tout de joli dans la figure. Mais l'ensemble de sa tournure et de sa personne est gracieux".

A 17 chegára a autorização de Nemours. A 19, o Imperador informou ao Presidente do Conselho: "Pode dizer a quem quizer que os Principes pediram

(1) Alberto Rangel, *op. cit.*, p. 97.

(2) H. Lyra, *op. cit.*, I, 400.

a mão de minhas filhas: o conde d'Eu a de Isabel e o duque de Saxe de Leopoldina..." Não escondeu a sua alegria. Quiz que se fizesse rapidamente o resto: escrituras dotais, os compromissos que o genro assumiria, os acêrtos para a grande cerimônia. Tratava-se, nos termos da Constituição, de abasileirar aquele Orléans — de forçada residencia no Imperio, a ser incluído no exercito, impedido, em qualquer eventualidade, de participar do governo, aceitar posição ou emprego fóra do Brasil, e a cuja casa se atribuia a dotação anual de 150 contos, além de 300 para a compra do prédio em que morariam na côrte... Com a idéa das viagens, que poderia fazer, e o consôlo de ter de repente alcançado uma alta situação official — viu de bom semblante a faina dos preparativos, a controversia sobre as clausulas contratuais (representava Nemours o general Dumas), os debates de chancelaria.

Em 15 de Outubro — pouco mais de um mez após o desembarque — foi a sua festa.

Nada lhe faltou. O sol, o povo, a melhor pompa daquela côrte moderada, o regozijo da familia imperial, o garbo das tropas formadas, a dignidade do cortejo nupcial. Um sonho! Ao lado do duque de Saxe, com o seu uniforme soberbo, saíra de carro de S. Cristovão, para o Paço da Cidade, onde se aglomerára a multidão. A benção seria na capela onde se tinham realizado todos os cerimoniaes dos dous reinados. Isto abreviava o trajecto das damas e dos velhos cortezãos — uma praça em diagonal — e aproximava do povo a felicidade de seus principes. Poucas vezes, com efeito, resplandecêra assim a dinastia!

Todos os grão-senhôres lá estavam, de farda verde-garrafa. A nobiliarquia nacional acantonava-se na pequena igreja doirada. D. Manuel Joaquim da Sil-

veira, arcebispo da Bahia, capelão que fôra da Imperatriz na viagem de Napoles, surgira, mitrado, entre as murças rôxas do cabido. Testemunhavam o ato, por parte da noiva, o presidente do Conselho senador Furtado, e o velho Itanhaen; e pela noiva o duque de Saxe (á espera dos papeis da Alemanha para se casar com Leopoldina) e o marquez de Olinda. O Imperador e Tereza Cristina ficaram no estrado junto á Epistola onde se apresentou o prelado. O conde d'Eu — ao sinal de que a solenidade começava — desceu os degrãos do trôno com a mão dada á Princesa encantadôra no seu tufado e rico vestido branco. Adiantaram-se o mestre sala, a condessa de Barral com a capa verde e oiro sobre o braço, as damas de serviço. Depois da cerimonia religiosa os noivos fizeram a reverencia de estilo diante do trôno e o mordomo-mór exhibiu as insignias, de todas as Ordens do Imperio, que o Imperador entregou ao genro, abraçando-o em seguida. O Ministro do Imperio leu então o contrato. A artilharia, postada no largo do Paço, e logo os navios e as fortalezas, trovejaram a salva da pragmatica, a cujos écos se juntou a musica do **Te Deum**. A' saída do templo as manifestações populares déram a Isabel e Gaston a certeza de que a sua ventura comovêra, nas ruas, a pobre gente. D. Pedro II chegou á janela do Paço com a fisionomia iluminada, contente. Varias vezes vira dali a turba ruidosa, a vitoriá-lo: em 8 de Abril (uma criança com mêdo!), em 1840, em 43, quando se casára com um rito analogo, na "questão de Christie"...

Ao estrangeiro, tudo aquilo parecia fantastico.

Menos de dous mezes depois de ter chegado ao Brasil o capitão de artilharia em Espanha era principe-consorte e marechal do exercito — patente que achou entre os seus presentes de casamento. Para a lua de

mel — tinha o socêgo de Petropolis. Instalaram-se na casa que lhes emprestou Joaquim Ribeiro de Avellar. A Princêza sentia-se recompensada pelo bom Deus. Gaston deslumbrava-se com a vida nova; a paizagem, a lingua portugueza em que se exercitava rascunhando bilhetes, o Brasil, a educação de Isabel.

“Estou muito de acôrdo em que Isabel deve ter idéas exatas sobre as generalidades dos conhecimentos humanos”, escrevia ao sogro em 19 de Outubro, pedindo-lhe “alguma obra sobre a historia do Brasil já independente...” “De jour en jour plus heureux” — confessou ao pae, vinte dias depois do enlace. E para completar esse contentamento só lhe faltava a viagem á Europa, para apresentar aos Orléans a brasileira... “Car elle est vraiment bien bonne et douce et je suis fort heureux avec elle”, preveniu á irmã, em 22 de Outubro. E descrevia:

“Aqui estamos num formoso “cottage”, em meio de montanhas cobertas da mais bela vegetação...” Espalhavam-se pelos caminhos á volta crianças loiras, filhos dos colonos alemães. Não fôra a chuva, e se julgariam num paraiso. “En revanche nous lisons beaucoup du portugais, du français et le l’allemand; dans les intervalles Isabelle dessine et fait de la musique, et plus chaque soir on fait le courrier de Saint-Christophe”.

Interromperam ligeiramente essa paz de gente moça e feliz no seu isolamento poético para receberem, na côrte, homenagens complementares: luminárias em sua honra, banquete na Quinta, o baile do Casino Fluminense em 27 de Outubro.

Voltaram depressa ao “cottage” da serra. Deliciaram-se numa excursão a Juiz de Fôra, navegando o Paraíbuna. E em 15 de Dezembro assistiram, na mesma imperial capela, o casamento de Saxe e Leopoldina,

que o Imperador quizéira tivesse bilho identico. Não demorou a aquisição da casa que seria o Paço Isabel. Uma chacara ás Laranjeiras, com os lajões d'um môro ao fundo, mergulhada num bosque, perto do mar — no bairro que Carlota Joaquina preferira nos seus dias de hipocondria e doença. O major José Pinto de Araujo Rabello assumiu a mordomia do principe. Desembaraçava-o dos cuidados da administração que havia de ser uma de suas occupações prediletas, na monotonia d'uma vida mansa. E facilitava-lhe a suspirada viagem.

Em 10 de Janeiro, a bordo do "Madalena" — acompanhados dos barões de Lages e do medico Luiz da Cunha Feijó — o jóven casal seguiu para a Europa. Em tempo improprio, porque a guerra do Paraguai acabava de estalar. Mas, para eles, em ocasião como nenhuma outra: ansiando por prolongar o seu romance até Claremont House, e envolver na sua alegria aqueles illustres exilados que viam florescer na segunda geração a suave história de Joinville e da excelente Chicá...

VI

A PRIMEIRA VIAGEM

A tranquila Europa de 1865 sorriu-lhes logo em Lisbôa — a 2 de Fevereiro — quando Amelia — a Imperatriz viuva, — o rei Fernando, com o perfil inconfundível de artista de Montmartre, e o loiro rei D. Luiz os acolheram com efusão. O conde d'Eu recebeu das mãos do primo a grã cruz da Torre e Espada. Em Southampton, cinco dias depois, os esperavam os Orléans, o barão de Penedo e o pessoal da legação, patrióticos e personalidades.

Não faltou a Isabel o carinho daquela familia copiosa e amargurada. Nemours era o mais polido dos principes e Claremont — para onde seguiram em comboio especial — a Méca dos exilados. Um tanto sombrio, poderia pensar a princeza, se não estivesse habituada aos corredôres silenciosos, á gravidade exasperante de S. Cristovão onde dominava o mesmo espirito patriarcal. Abraçou-a a rainha Marie Amélie, “a ultima grande dama da Europa”, na sentença de Talleyrand, que lhe lembrava — com a doçura d'uma velhice cheia de religião e dôr socegada — a história toda dos ultimos cincoenta anos: a luta contra Napoleão, Luiz XVIII, as barricadas, um reinado burguês, o banimento, em que ingratidão e injustiça lhe teciam devagar a mortalha, que tardava... Repetia, que queria ser enterrada com o vestido com que se metêra na caruagem, expulsa de França. Dizia, que fora de espi-

nhos a sua corôa real. Os netos rodeavam-na de um respeito mudo, vagamente opréssos: e gostavam de ouvir-lhe as longas descrições, de cousas comoventes, gloriosas.

Essa austérea Inglaterra, aliás, era um caleidoscópio de impressões. Da frieza de Claremont se saía para o tumulto de Londres, passando por tres casas ideais: York-House, junto do Tamisa, onde se fixára o conde de Paris, Orléans-House, em Twickenham, tomada pelo duque d'Aumale desde 1852, e Mont-Liban — “pesada construção de tijolos, coberta pela hera mais espêssa, na sombra de grandes arvores”, que Joinville teria de habitar depois da morte de sua mãe, que os queria “unidos como as contas do seu rosário”. (1)

A rainha Vitória recebeu-os em Windsor, em 21 de Fevereiro. Foi cortez, mesmo amavel com a princeza que teria de representar, em clima tão diferente, um papel como o seu: o silencio da mulher caluniada, a resignação do poder sem força para conter os fatos na sua lógica, na sua torrente, o sofrimento — ó, bem semelhante! — do marido estrangeiro incompreendido e impopular, o contraste entre o seu officio público e os afetos domésticos, essa arte de dona de casa que Vitoria soube combinar com os seus deveres de governo... O seu principe morrêra minado de desgostos políticos, discutido por uma imprensa atroz e fútil. Ela não pudéa sequer lamentar-se: a corôa não tem coração. Isabel, em 1865, não lhe percebeu a extensão do sacrificio que se revestia de heroismo na paciencia e na intimidade em que se escondia. Tinha tempo para isto! Amou a vida naquela viagem de nupcias em que as graças d'um mundo inesperado se

(1) J. D'Ysné, *Duc d'Alençon*, p. 52, Paris 1911.

sucediam diante dos seus olhos de rapariga curiosa. Depois da Inglaterra das usinas, dos portos, das paizagens, aqui uma fábrica, ali uma abadia secular e um castelo com o seu parque de vêrde claro — a Belgica, a Alemanha, as estiquêtas da côrte d'Austria... Menos a França, onde os Orléans só entrariam depois da queda do bonapartismo.

Era esplendido; mas as noticias do Brasil assustavam.

Declarára-se a guerra.

Os paraguaios tinham violado a fronteira.

Fôra necessario convocar copioso voluntariado. Somente em Julho a Assembléa reconheçêra a efetividade do posto de marechal dado ao conde d'Eu. O Imperador não permitia equivocos: "Creio que deve ficar bem claro que o posto de meu genro não é o do quadro", avisára, em 16 de Maio, ao ministro da guerra. Em tal ocasião cumpria evitar as murmurações do exercito, a má vontade dos generais. Efetivo na lei, era honorário no imperial pensamento. O Imperador queria o genro fóra das armas, longe dos grupos, sem tentações indiscretas. Nem esperou por ele para seguir, estouvado, contra o voto dos conselheiros, surprehendendo a côrte, para o teatro das operações, naquella fronteira de fogo.

Gaston considerou, que era isso uma oportunidade.

Apressou o regresso: e veiu sonhando com a sua bela atitude, de punhos bordados, espada ao sol, nos campos de batalha onde seria general de verdade.

VII

FALTAVA... A GLÓRIA

De passagem por Pernambuco o casal d'Eu sentiu que houvera uma transformação notavel no país.

A guerra chegára até lá: empolgára a mocidade, inspirára-a, e fizera vibrar de emoções heroicas uma geração que ameaçava estiolar-se, na languidez romântica. O Brasil despertára. Respirava-se um orgulho novo; e os estudantes, no alvoroço de suas cóleras cívicas, pediam armas. Completou-se o belo dia que as homenagens officiais reservaram á princêsa em Recife com um espetaculo no Santa Isabel, que lhe dedicou o empresário Antonio José Duarte Coimbra. Um môço mestiço, com entusiasmo que se propagou, em delirio, pelo auditório que se não cançava de aplaudir, improvisou uma saudação "hugoana":

Larga a espada, ó Mauricêa,
Toma d'ouro o teu laurel,
Rasga-te pétrea epopéa
Aos pés da grande Isabel.
Grande?... Sim — essa grandeza
Não é, não é ser princêsa
E sim dons de mais possuir,
E' ser de heróes um renôvo,
Ser a esperança de um povo
Que abre a estrada do porvir,
E' ser a filha de sabios.

Quem era? Disséram-lhes que estudava Direito e nascêra em Sergipe: Tobias Barreto.

A 22 de Junho de 1865 desembarcaram no Rio de Janeiro.

A Imperatriz fazia-se forte, na sua preocupação aflita pela vida do marido — que se precipitára para Uruguaiana. A chegada da filha consolava-a. A felicidade de Isabel bastava-lhe por enquanto. E como lhe sorria a existencia na casa nova de Laranjeiras reformada em tres mezes por um architecto alemão — fachada solarenga de sete janelas, algo patriarcal, cujo traço palaciano consistia na bela escada dupla a valorizar o portico, em que um pár de colunas brancas apoiava o faceiro frontão néo-classico! O Paço Isabel não era bem morada principesca: nem se podia querer mais, com uma reforma de 36 contos (1), aviada naquele prazo curto. Melhor do que isto: era uma aprazível residencia de noivos que amam as flôres — espalhadas pelos jardins cheios de arvores — e a simplicidade clara e fresca. Luiz Felipe, com o guarda-chuva branco sob o braço, aprovaria com certeza... Nada de faustos indiscretos!

Gaston, porém, não toleraria esse “far niente”. O neto dos reis soldados indignava-se com a inação. “... J'aurais été inconsolable de ne pas pouvoir prendre part à cette expédition”, escrevia ao duque de Nemours. Queria seguir quanto antes ao encontro do sôgro. Não ficaria, atormentado pelos ruidos da guerra distante, na doçura da chácara onde Isabel repartia entre ele e o “atelier” de pintura, o teclado do piano e as camélias do parque a sua ventura, que era completa. Doeu a separação. Seria peor se lha obstassem. Partiu contente a 1.º de Agosto. O instinto dizia-lhe

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 113.

que a campanha do Paraguai havia de exigir maior sacrificio seu. A princesa devia resignar-se. O pae fóra inexoravel, ao bater o pé, que iria mesmo renunciando á corôa, como voluntario da Pátria... Voltasse depressa! Deus o acompanhasse! Quando o vapor "Santa Maria" passou a barra, a Imperatriz e as duas filhas sentiram-se mais necessarias, mais responsaveis perante o país, pelo exemplo de estoicismo que lhes pediam as outras esposas, todas... "J'ai bon espoir que nous les rencontrerons", aos invasôres, confidenciaiava a Nemours o conde d'Eu.

Foi em 15 de Agosto que chegou a Caçapava, unindo-se ao Imperador.

O contraste de temperamentos começou aí a definir-se.

Com a independencia de sua observação de forasteiro o principe espantava-se dos erros, achava a guerra desordenada, arrepelava-se de surpresas tristes.

D. Pedro II não tinha tempo para divagações: mandava, concitava, corrigia — de chapéo desabado, o "poncho" agalado sobre os hombros, de botas altas como um gaúcho loiro e enorme a quem os capitães guascas, de chilenas retinindo na estrada, saudavam com assombro.

Hospedára-o um deles com fartura de mesa em que resplandeciam os dôces de Pelotas, os manjares finos... O Imperador, que tinha fome, pediu feijão e carne. Explodiu a surprensa do súdito: — Que! Pois vossa majestade come carne?! Disseram-me que as pessoas reais só se tratavam a bicos de rouxinol e dôces e pasteisinhos... Porque não disse antes, senhor?... Com trezentos diabos!... Ora esta!..." (1) E serviu-lhe o churrasco.

(1) J. Simões Lopes Neto, *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, p. 97, Porto Alegre 1926.

Gaston desejava combater. Ao sôgro não agradava esse apetite de gloria. Sabiam que, após a capitulação de Uruguaiana, os exercitos pelejariam em "grande espetaculo": e ao pedido do principe, para assistir ás operações fóra do Imperio, respondera negativamente. "O pretexto que dá (relatava ao pae) é que isto poderia descontentar o governo argentino e abalar assim a aliança". O Imperador não costumava contradizer-se. "Je n'ai plus qu'à m'enfermer à Laranjeiras et m'enfoncer dans les livres". E raciocinava certo: "Porque, cortejar os ministros para que me empreguem a despeito do Imperador, é o que não farei. Alem de falta de delicadeza, seria enfronhar-me nas taticas de partido, mal peor que o outro". Aprendia — durante a larga jornada pelo Rio Grande — a respeitar a vontade do soberano e a eximir-se da politica a que, insensivelmente, se chegava pelo prazer perigoso de comprehendê-la. André Rebouças anotou no seu Diario, em 11 de Setembro de 65: "O duque de Saxe goza entre a comitiva de mais simpatia do que o conde d'Eu, pela sua afabilidade e inteira indiferença pelos negocios politicos. Este mostra-se muito preocupado e esforça-se por apressar a viagem em vista do estado interessante da Princeza" (1).

Herdára de Nemours esse privilegio: á primeira vista não gostavam dele. E foi sempre julgado precipitadamente.

O que parecia desejo de safar-se da monotonia da campanha era amúo, pela certeza de se ter de ir embora sem desembainhar a espada. Esforçava-se outrossim por agradar "persistindo em responder em português ás informações que eu lhe dava em francês", in-

(1) **Diario**, p. 92. — O conde d'Eu escreveu o seu diario da viagem ao Rio Grande, pbl. por Max Fleiuss, na coleção "Brasilliana".

dicou Rebouças no seu canhenho, mais conciliado com ele. Viagem vertiginosa, aliás! Em 25 de Agosto, aniversário de Caxias, que acompanhava o Imperador, o glorioso marquez não almoçara nem jantára... tal a desordem dos serviços (1). Mas sempre se chegára.

A rendição de Uruguaiana encerrou alegoricamente a primeira fase da guerra.

Em 9 de Novembro o Imperador e os genros foram recebidos com entusiasmo pela população da côrte. A esposa, a macia paz de Laranjeiras e os livros, cicatrizaram depressa a ferida que nos brios do príncipe abrira a intransigencia cautelosa de D. Pedro II. Em 19 de Novembro Isabel e o esposo tiveram um presente paterno: a nomeação dele (“sans me consulter...”) para comandante geral da artilharia e presidente da comissão de melhoramentos do Exercito. Explicou, para Claremont: “Uma bela tarde o Imperador me anunciou bruscamente essa nomeação, e num momento escolhido, para que toda interrogação fosse impossível. No dia seguinte está ela em todos os jornais. Entretanto quatro dias passaram sem que tivessem conhecimento oficial disto.” As funções dependiam de regulamentação ministerial: e o Imperador, laconico, invariavel: O Ferraz lhe falaria, o Ferraz resolveria, o Ferraz... (2).

Nas cartas para a familia o conde d’Eu confessava-se curioso de saber se a opposição á sua saída do Imperio era capricho imperial ou decisão dos ministros; consolava-se do regresso pacifico com as noticias de que a guerra se paralizára, em quartéis de inverno; e principiava a interessar-se pela burocracia das armas — sucedaneo desculpavel da ação, interdita.

(1) Carta de Uruguaiana, 5 de Outubro de 1865, no ministerio das Relações Exteriores.

(2) A. Rangel, *op. cit.*, p. 120.

Prevía — que o gabinete quizesse com isto agrilhoá-lo aos serviços administrativos, como para neutralizá-lo, nas impaciencias de soldado. Alarmára-se com uma terceira incumbencia: a chefia da numerosa comissão para rever a legislação militar... “Le plus clair c’est que cela me promet beaucoup d’ennuis”. A’ idéa de ser útil antepunha a suspeita de ser inutilizado. Enfadava-o o pessoal das secretarias. As leis obsoletas. O velho recrutamento. O sistema que entalava, nas presilhas do tempo da Independencia, o exercito desfigurado pelo engajamento da ralé... A imprensa, que nos ataques ao ministro da guerra o envolvia por vezes. “De resto — escrevia para a Europa em 23 de Janeiro de 66 — só acho honroso ser atacado pelos que declaram que a viagem do Imperador ao sul foi não um erro, mas um crime, e que o Imperador usurpou a Canabarro a gloria que lhe era devida! “E dando á sua indisposição um sentido amplo: “Le Brésil, en effet, ne m’as pas reconcilié avec les partis conservateurs”. (1)

A impressão causada pelos jornais conservadores, que agrediam o ministério, junta a uma ponta de gratidão que lhe ficára, de ter sido liberal o gabinete que aprovára o seu casamento, podia induzi-lo a descomedir-se em expansões imprudentes. Os partidos não se lembraram dele antes de 1869. Mas á vigilancia do Imperador, que soubéra até aí manobrá-los, sem se enredar nas intrigas de campanário, o pequeno problema não passára despercebido. A princesa durante todo o

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 257. Os estudos sobre a melhoria das condições do exercito deram em resultado a lei de 26 de Setembro de 1874, que creou o “sorteio militar” na hipotese de ser escasso o voluntariado... Ficou sem applicação até 1915, e, nas Faculdades juridicas, era indicada como exemplo de lei, abrogada pelo desuso, cf. Candido de Oliveira, *Curso de Legislação Comparada*, p. 132, Rio 1903.

reinado ouviu sempre, com uma obediência sem rebeldias, o seu conselho sizado; porém tendia para os conservadores. Religiosa, influenciada pela mãe, que dissimulava as lágrimas, em S. Cristovão, pelo drama em que se lhe arruinára a família, na Italia, parecia desconfiar das belas fórmulas liberais. O destino favoreceu-lhe a inclinação: as tres regencias que exerceu foram em “situação conservadora”. Do outro lado estavam os que lhe acusaram o piétismo, o espirito devoto, opiniões reacionárias... O conde d’Eu, ao contrário, parecia desfraldar a cada instante a “tricolor”, que o bisavô defendêra na Revolução Francêsa.

Era indispensavel esse contraste entre a Bourbon-Bragança e o Orléans educado na Inglaterra.

Através de vinte e cinco anos de harmonia conjugal não alteraram essa attitude de mocidade: Gaston, liberal como Luiz Felipe; Isabel, conservadora como o pae... sobretudo no seu silencio paciente. Em 1868 — diria Tavares Bastos — “a parcialidade que o Imperador novamente patenteára”, “para restabelecer a politica de sua constante predileção”, a “saquarema” (1)... Entenderam-se assim; principalmente porque não foi preciso que se entendessem. Sabia Gaston que a situação de consorte era monotona e equivoca: personagem sem direito de pensar, chefe de familia sem liberdade de movimentos, marechal do exercito sem parcela de autoridade, estrangeiro recebido com desconfiança, marido obrigado a ocultar-se na intimidade de um desgosto indefinivel, porque a

(1) **A situação e o partido liberal, 1872, nova edição sob o título Os Males do Presente e as esperanças do futuro, p. 136, S. Paulo 1939.** Uma vez escreveu o Imperador ao conde d’Eu: “Nunca me arrependi de evitar escrever o que se possa prestar a manejos politicos, e na nossa posição convem que nenhum partido se diga nosso com apparencia de razão”. Doc. in Heltor Lyra, **Historia de Dom Pedro II, III, 86.**

sua imprudencia pareceria usurpação, e o seu descon-sôlo — perjúrio... Tinha o seu lar! Mas para que fosse mais seu esse lar devia excluir-se da côrte, esquecer os rumôres malevolos d'uma imprensa que começara a detestar lendo-a com avidéz, fazer de Isabel apenas jóven esposa que ama o companheiro, pinta os seus quadros, toca ao piano valsas de Strauss e canta, em roda de familia, nisto só igual á Imperatriz, cujas canções napolitanas ás vezes as damas e as filhas ainda iam ouvir, nos serões do Paço. Procurava distraír-se...

Em 5 de Agosto de 1866: "Dôce é a vida que aqui levamos, entristecida somente pelos écos da Europa; e agradeço a Deus cada dia tudo o que encontrei no meu casamento. A vida social sendo pouco desenvolvida, e pouco desenvolvível, nestas regiões, a nossa existencia é toda intima. Não são senão exatamente para preencher os meus deveres militares. Em casa, se tenho algum trabalho para preparar, ela (Isabel) me serve de secretaria e ao mesmo tempo me corrige os erros que possa cometer em estilo portuguez. Depois lemos muito ou, de ordinario, leio em voz alta, alternadamente francês e portuguez, o sério e... romances (porque é preciso dar á mocidade a sua parte) No primeiro genero acabamos de devorar Tocqueville, ultimo presente enviado a meu pedido pela nossa venerada Rainha (Amélie). Mas, quanto a romance, não sei em que pégar, depois de Erckmann-Chatrian, Feuille? Não sei bem... O Imperador recomenda muito aperfeiçãoemos as linguas estrangeiras, e temos á mesa Evangelina, Guilherme Tell e "Promessi Sposi". Mas o trabalho da tradução é muito grande para que seja prazer. Pintura e musica tomam sempre certas horas".

Essa serenidade era superficial.

"Cela m'afflige", dizia a Nemours, a proposito das dificuldades do Imperio. Estremecia, nos impetos de

homem novo. “Quando o governo se decidirá a por-se á frente do movimento?” (1) Do movimento da abolição. Da maior transformação social que poderia operar-se no país. Achava isto — politica para vinte anos — fácil e ligeiro. A rotina obstava-a... Os estadistas eram como os conselheiros de Estado, “d’uma certa idade e pertencendo quasi todos ao partido conservador”, preocupados em afastar “tudo o que saísse da rotina ordinaria” (2), á maneira de Paranhos, “conservador até o fundo d’alma”, apostado em “retardar indefinidamente” o projeto do recrutamento...

Nesta frase traía outro despeito: relegavam-no para o plano das atividades silenciosas, secundárias. “...Cada vitória, as fortalezas empavezadas e iluminadas as casas da cidade, renovam o meu sentimento de não ter podido participar dela”. A guerra fazia-se sem ele! Vingava-se, pensando que Paranhos não subiria tão cedo ao poder, com o seu partido “da espera”, a coórte da “conservação”. “...O ultimo voto solene para a prorrogação do orçamento deu ao ministerio 15 votos de maioria, de modo que o marquês de Olinda e seus progressistas do *statu quo* pódem julgar-se solidos por muito tempo”. “Cela veut mieux du reste”. Irritava-se: “ha quatro mezes os srs. Paranhos, o marquês de Caxias e confrades acham meio de obstar, por emendas e adiamentos sem fim, o projeto de lei que deve autorizar o governo a conceder pensões aos militares feridos...” “Segundo o costume, não fui consultado sobre a oportunidade” — do projeto ministerial referente ao seu patrimonio em terras... — queixava-se, generalizando a indignação inócua: rivá-

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 151.

(2) A. Rangel, *op. cit.*, p. 151.

lidade de chefes, na guerra, ciumes políticos, crise financeira, confusão de idéas. Decidiu-se: pediria ao Imperador para seguir, para os campos de batalha, como um general efetivo!

A acolhida que o sogro lhe dispensou foi glacial — falando em razões de Estado, melindres dos aliados, inconveniencias mais ou menos obscuras.

Se requeresse por escrito? E D. Pedro II: Que sim, que requeresse... Em vão! — contou ao pae, em 23 de Junho de 66. "...Il faut donc prendre son parti de la vie paisible". Esperaria n6vos ministros da guerra. Contentou-se em ver publicada a tardia recusa ao seu oferecimento: n6o diriam que fugira aos riscos d'uma comiss6o cujas lantejoulas lhe faiscavam no punho. Preocupava-se com a opini6o publica. Com os comentarios da diplomacia. Com a Europa.

Nos entrementes, o revés de Curupaítí conster-nou a nação.

Já que o n6o deixavam ir para as linhas de frente, queria percorrer o norte, com a princesa, em propaganda do voluntariado... Conversaria com o Imperador. "Se recusar, deixarei de ir a S. Cristov6o... Se forem os ministros, darei a demiss6o de Comandante General de Artilharia... Voilà!" Escreveu o seu memorial; entregou-o no camarote imperial, no teatro, em 9 de Outubro. "Estes sentimentos os origina a priva-ção em que me acho de participar das fadigas e glorias dos militares brasileiros no Paraguai". "...Talvez seja mais feliz do que até agora em fazer-me compreender de V. M..."

A sua linguagem devia vexar o menos marcial dos reis: "Porei de parte aquela especie de brio militar que, com o sangue, me gira nas veias, herança de Ro-

berto o Forte, de São Luiz, de Enrique IV e do mesmo Luiz Felipe. . .”

O proprio conde d’Eu anotou: “Uma hora depois de entregar eu esta exposição ao Imperador, dignou-se S. M. comunicar-me verbalmente que se achava o M. de Caxias nomeado Comandante das Forças em Operações. . . Disse-me S. M. que me avisava disso para que eu não pudesse supôr que minha exposição concorrêra para este decreto, e que este houvesse em vista afastar-me do teatro das operações”.

A resposta de D. Pedro II foi tambem escrita. Era um exemplo de evasiva cortez e benevolente. “Decerto que sua presença não ha de provavelmente romper a aliança, e nem eu nunca disse tal; mas pôde dar azo a lhe crearem embarços e nossa gloria consiste em auxiliar e jamais estorvar nem de leve a facil terminação da guerra. Meu filho é moço e não sabe até onde podem chegar as desconfianças. . . Minha opinião não basta, pois, no sistema que nos rége, e, se a maioria dos Conselheiros da Corôa entender que sua ida para o exercito é de vantagem á causa publica, eu, tranquilo em minha consciencia, ficarei fazendo votos a Deus, pela felicidade de meu filho e esperando vitorioso para abraçá-lo, como seu Pae extremoso. 1.º de Outubro de 1866. Pedro”.

Belo ardil, o Conselho! Faria o que o Imperador desejasse; e fez. Não lhe autorizou — por 11 votos em 12 — a ida. O conde d’Eu quiz insistir na demissão, no protesto: mas se conteve em tempo; e disfarçou, em Petropolis, o seu tormento moral.

Isabel calava o seu apoio — modesto e intimo — á conduta do pae.

Que iria mesmo fazer no Paraguai? Petropolis encantava-a. Por outro lado, os sarãos nas Laranjei-

ras agremiavam, em ródas elegantes, artistas, políticos, as suas amigas. Tomára gosto á recepção, ao serenim, á sua hora de musica, em contraste com o socêgo pezado de S. Cristovão.

E' do diário de André Rebouças, 14 de Janeiro de 67: "... A's 8 estavamos no segundo salão do Palacio onde teve logar uma partida musical. Tocaram piano o Bevilaqua, filho do mestre da Princeza, a filha do o Bevilaqua, filho do mestre da Princesa, a filha do Ferreira de Abreu". "Cumpre mencionar uma peça de quatro mãos tocada pela Princesa imperial, acompanhada pelo Taunay, sobre motivos da "Muette de Portici" d'Auber, de que é apaixonado o príncipe, que comemorou ter-se feito uma revolução na Belgica, cantando-se esta musica".

Servia-se o chá na sala de estudo da princeza onde, entre retratos dinásticos, punha uma nota insólita no ambiente quiêto o quadro de Rouget de Lisle a declamar a Marselheza. "O conde d'Eu disse ser entusiasta da Marselheza..." (1) Dava a apparencia de aprovar o voto de bisavô, que mandára á guilhotina Luiz XVI: e isto alvoroçava os liberaes jóvens. Os velhos achavam-lhe excessiva a Marselheza...

Em 4 de Março os convidados eram centena, "dançando constantemente o príncipe e a princesa com juvenil entusiasmo".

Em 10 de Junho o engenheiro mulato indicava no seu caderno: "O príncipe convidou-me a dançar a segunda quadrilha de lanceiros com a princesa imperial..." (2) Constou que assim Sua Alteza desagrávára Rebouças, a quem uma dama, humilhando-o, negára a contra-dança anterior... Isabel surpreendera

(1) Diário, p. 144.

(2) Diário, p. 152.

a cêna; sentira a vergonha que aquecêra as faces áquele homem réto e escuro; e depressa, para castigar a fidalga e reparar-lhe a ofensa, mandára o conde d'Eu distingui-lo, com a sua preferencia para a segunda quadrilha... Rebouças negou a versão, e desmentiu o enrêdo: mas não esqueceu a honra que a princesa lhe deu. Orgulho então, seria cruz mais tarde: a cruz de sua dedicação inextinguível, como se devesse consagrar o resto da vida á lembrança d'uns passos harmoniosos de lanceiros, no paço de Laranjeiras...

VIII

RAZÕES DE ESTADO

Para o príncipe havia sempre pequenos trabalhos.

Por exemplo, a correção de provas do catalogo, em francês, dos produtos mandados á Exposição Universal... Divertiam-no; e tranquilizavam. Satisfazia a condição: "Imiter de Conrart le silence prudent...", como ironizou o poeta. A's segunda-feiras tinha o expediente do Quartel General. Depois, voltava para o seu jardim, o salão de estudos dominado pelo quadro da "Marselheza", a sensação enervante de que não acontecia nada.

Isabel não poderia contê-lo. Talvez não pensasse nisto. Doêr-se-á da permanente agitação daquele espirito inadaptado. A guerra, como um bom official, ou a Europa, repatriado...

Em 15 de Março de 67, renovou o pedido para engajar-se na tropa.

Escreveu simultaneamente ao Imperador e a Paragnaguá, ministro da guerra. "Em varias occasões official ou verbalmente me dirigi ao Governo Imperial..." (1) O Conselho de Estado confirmou a expectativa — em 18 de Março; os conservadores votaram contra (Olinda, Itaboraí, S. Vicente); liberais, a favor Souza Franco e Jequitinhonha; coerêntes com a attitude passada Nabuco, Torres Homem, Pedreira. A

(1) Of. no arq. do Inst. Hist. e Geogr. Bras., ms. inéd.

imprensa do partido estendeu ao assunto unhas aváras. Após o desastre de Curupaití o marquês de Caxias teve de assumir o comando em chefe do exercito. Mas era de politica opósta ao gabinete Zacarias. Os loiros do grande soldado começavam a fenecer na zona de debates a que o chamavam os jornais adeptos do ministério. Os outros não desdenhavam o incidente: porque acariciavam a esperança de que Caxias se aborrecesse e — forçando a mutação da cêna — fizésse valer a influencia. Porque não deixava Sua Alteza ir? — extranhavam articulistas maliciosos; porque queria S. A. ir? — indagavam os demais.

Imitára o sôgro num bonito gesto. O Imperador abrira mão da quarta parte de sua dotação em beneficio do tesouro. Quatro dias depois escreveu ao conselheiro Zacarias: “Paço Isabel, 7 de Setembro de 1867. Desejando a Princesa Imperial e eu acompanhar os sacrificios que as atuais circumstancias da nação impõem a todos os brasileiros, cedemos a favor das urgencias do tesouro a quinta parte da nossa dotação, que rogo a V. Ex. haja de mandar discontentar de 1.º de Janeiro proximo futuro em diante. Gaston de Orléans”.

O peor era a especulação da imprensa. Insistia em apresentá-lo como figura politica. Têma de discussões azêdas. Anhêlo de liberaes práticos: o anti-Caxias. Repugnando aos conservadôres tímidos: o anti-Imperador. No fundo, o enrêdo não tinha originalidade nem razão séria. A caricatura ajustava-se a todos os principes consortes que ajuntam á mocidade um garbo militar. Os xenófobos arriscavam um vaticinio: ambicioso! E os experientes e maduros — que era preciso desviá-lo das más companhias, isto é, dos espiritos impacientes que caluniavam o marechal-marquês.

Essa intriga, lógica e verbal, não passou de excitação jornalística.

Mas o marquês de S. Vicente foi falar-lhe ás Laranjeiras. Que se precavesse contra a sedução dos exaltados. Que proporia tivesse, com a princesa, assento no Conselho — “idéa que não desagradou ao Imperador...”

Os conservadores puzéram-se á frente do projéto, com a vantagem immediata de subtraí-lo ao afago dos adversarios. Silveira da Motta, no Senado, opôz-se-lhe falando em abdicação próxima. Paranhos — vencendo distancias — assegurou ao conde d’Eu a adesão dos “senadores ainda hesitantes”. Aplacava uma indisposição visível; mas não lhe removía a causa. Sempre que o inqueriam, Gaston discordava da lentidão dos movimentos de Caxias em Tuiuti, avançava conceitos imprudentes, despeitava-se... “Tática de Cunctator”, que não comprehendia — desabafava com o general Dumas. Falta de audacia — suspirava, nos seus bilhetes ao sôgro. “Falou sobre a má direção da guerra”, apontou Rebouças no seu diário, em 5 de Novembro (1). Marasmo e desânimo... De algum modo acoroçoava as menobras dos ultra-liberais que, em 23 e 24 de Janeiro de 68, propalaram que se retirava, desgostoso, para a Inglaterra.

O proprio Caxias fôra sensível a tais boatos. Em carta intima — de 11 de Maio de 67 — escrevêra: “Quem déra que ele viésse, não só para ver com seus olhos as dificuldades da guerra da America, como para me aliviar desta carga com que a minha idade já não comporta”. (2) Agora, a intriga se desmandava em

(1) *Diário*, p. 117.

(2) Ms. no arquivo do ministério das Relações Exteriores, cm. pelo major Afonso de Carvalho, inéd.

agitação: e choveram boletins, exprobrando ao ministério o repúdio do príncipe, e dando-lhe vivas, e á princesa. Exploração oportuna dos turvadôres das aguas politicas: no fundo era verdade.

Tres pessoas gradas correram a Petropolis, para pedir-lhe que descesse, e se mostrasse ao povo junto do Imperador. Que sim — respondeu lealmente; e mais — deixava temporariamente os seus cargos. “Sua carta é tão de Você que só com um abraço se responde bem — aquietou-o D. Pedro II. Não se aflija; lembre-se de como nos estimamos todos, e faça do dito de certa gente o mesmo caso que da matinada dos sapos nos charcos”. “Isabel — apressára-se em narrar a Nemours — muito se affligiu e queria que puzesse um desmentido nos jornais. Mas me pareceu, de acordo com o visconde (de Lages) que não valia a pena, sobretudo porque é impossivel negar o fundo de descontentamento que sempre existe, a saber, a opposição do Imperador a que vá ao Paraguai”. Intimamente regozijava-se. Porque lhe davam uma súbita importancia; cogitavam dos seus melindres; reconheciam-no. Incapaz de um desatino, vigilante ás susceptibilidades da mulher, querendo que o governo confiasse na sua correção — gostava do barulho que os seus passos faziam nos assoalhos do Estado. Québrava aquella absurda posição de bonzo. Inquiétava os outros; assustava-os. E chamava a atenção para o seu “fair play”, para a resignação de general a quem se não consente que acabe a guerra...

Os liberais aguçaram o seu sentido profético. Lá estava o homem! Porque não o aproveitariam, contra o emperrado sistema reinante — esse Orléans que estalava nas sofreguidões de sua inexperiencia simpática? — Os boatos aumentavam: “Noticias do Sul e briga do Imperador com o Principe”. O correspondente do Anglo-Brazilian Times: que se lamentava não es-

tar o príncipe á testa das operações (“pour moi, je n’y perds rien...”). Tavares Bastos — o vidente do partido — lançou no seu caderno uma nota — em 7 de Dezembro de 69: “O Príncipe. Condições que os liberais devem pôr á promessa de apoiá-lo, a saber: o seu inevitavel governo pessoal ha de propôr-se...” (1) Joaquim Manuel de Macedo, corifeu do grupo, e cuja entrada nas Laranjeiras se justificava pelo titulo de antigo professôr de Isabel, recebera em 4 de Julho de 68 a sua confidencia: oportunamente renovaria a solicitação para seguir, a terminar a guerra. E informava Sinimbú ao barão de Penedo: “qualquer novo gabinete saído do seio liberal chamaria aquele General (Caxias), fazendo-o substituir pelo conde d’Eu”. (2) Contava com outro ministerio liberal. O futuro barão de Lucena noticiára a João Alfredo, em 9 de Junho de 68: “A opposição espera ver o ministerio por terra. O Tavares Bastos e o Fernandes da Cunha disseram-me que os ministros já fediam a defuntos”. (3)

Em lugar de Caxias — não havia duvida — teriam de chamá-lo. Ou então faria um passeio bucólico, pelas altas terras de Minas Gerais.

Esse delicioso passeio tomou-lhe Junho e Julho de 68.

A 16 o Imperador nomeava o gabinete conservador — em substituição de Zacarias — que assegurasse ao país a conclusão pronta da campanha sob o comando de Caxias. Em satisfação deste fez-se a mudança que encheu de ságrado terrôr o partido liberal. Golpe de Estado! — bradaram os capitães da coôrte

(1) Wandeley Pinho, conferencia no Inst. Hist., *Jornal do Comércio* de 23 de Abril de 1939.

(2) Carta, de 23 de Julho de 68, Heitor Lyra, *História de D. Pedro II*, I, 503.

(3) Ms. no arquivo de João Alfredo.

que tinha de suspender a marcha, arrancar na opposição, envelhecer na inatividade, enquanto desfilassem, com Itaboraí, S. Vicente, Paranhos á dianteira, os ordenanças da "rotina".

O conde d'Eu não se arrepelou contra a nova ordem de cousas, que aparafusava no céo do regimen a estrêla de Caxias. Fóra do comando supremo havia muitos cargos disponiveis, ao alcance das baterias paraguayas. O seu problema era servir. Não percebia bem o que houvesse de incompatibilidade entre o seu jóven entusiasmo e a autoridade do general em chefe. Via aliás na transformação do governo outro ensejo para repetir o seu requerimento, e — em condições as mais improprias, agora que tudo girava em torno da gloria do velho general — o enviou em 18 de Julho a um gabinete pelo qual falou a ponderação de Paranhos: Impossivel!

Esse dissabôr, á estrêa d'uma situação que se descuridou de seduzi-lo, agravava, no dia 23, o seu julgamento pessoal, ácerca da dissolução da Camara: "O Imperador agiu d'uma maneira contraria, igualmente ao seu caracter e aos usos parlamentares".

Predispunha-o a ameaçar: se os ministros não lhe respondessem, "tereí de tomar medidas para tornar publico tudo o que se passou". Torcia o nariz áquella gente: "No interior, o ministerio perde terreno na opinião... "Do outro lado, as fraudes eleitorais raivavam no inconcebivel: "c'est affreux!". Com Rebouças, em 20 de Julho, abria-se: "tristissimo vêr-se como ainda estava atrazado entre nós o governo parlamentar" (1). E foi com sériedade que no jantar de S. Cristovão, em 2 de Agosto, disse que pensava viajar, para assistir na Inglaterra ao casamento do irmão...

(1) *Diario*, p. 170.

D. Pedro II parecia esperar esse argumento final. Que não. Esperasse. A guerra não acabara; e podia ser chamado. Chamado para substituir Caxias!... — O príncipe arregalou os olhos de espanto para a serenidade do sôgro, emquanto, vivaz, Isabel lembrava: E a Aliança? E as objeções habituais?

O seu coração de mulher vibrou mais forte, num presentimento. Dir-se-ia que a desamparava de repente a ótima teimosia do pae; e, pela primeira vez, os sonhos bélicos do marido (admirára-os, batendo-lhes palmas, porque eram dignos!) se lhe desenharam, grotescos, em téla sombria.

Gaston replicou: não acreditava nessa extremidade.

E o Imperador, “numa de suas frases favoritas: E’ preciso pensar em tudo.”

Reçaiu a conversa em crítica militar. Contou depois a Rebouças: “tivéra com o Imperador uma forte discussão sobre a guerra, sob a impressão do infeliz reconhecimento de 16 a 18 de Julho a Humaitá; que o Imperador sustentára com o maior vigor o termo da guerra, e que, recebendo á meia noite desse mesmo dia 2 a noticia da entrada dos brasileiros em Humaitá, lhe escreveu imediatamente, de maneira que foi ele acordado, com a princeza, ás 3 horas da madrugada, por um proprio trazendo essa feliz noticia”.

Far-lhes-ia bem o campo, com o sol de Agosto. Foram ao sul de Minas, atravessando o claro Paraíba. As aguas virtuosas da Campanha começavam a atrair a gente da côrte. Havia já quem as receitasse, aos doentes, aos moços estiolados pela fatigante vida da cidade, até á velhice roída de achaques... Ao casal d’Eu faltava o suspirado herdeiro. A princêza não se limitou a desejá-lo na intimidade e nos sobresaltos do

seu pensamento ralado de inquietações políticas: porque a dinastia tinha de continuar... Manifestou a sua impaciencia no voto que formulou em Caxambú. Fez aí a promessa a Santa Isabel da Hungria — rainha e homônima, que no céo advogava sempre a causa dos príncipes, como, em Mafra, reconheceu D. João V — de construir uma igreja no môro da Cruz. Dar-lhe-ia um templo ogival; miniatura de catedral abrindo junto ao rio e á mata a flôr de marmore de sua arte discrêta e grave; comemoração da sua oblata a Santa Isabel, que, benévola, não a deixaria sem filhos! (1). Voltou, consolada, robusta, familiarizada com a simplicidade e a paz do sertão, por Aparecida — onde rezou, entre romeiros — e Guaratinguetá. Prazeiteiras jornadas de saúde e fé! Renovavam esperanças de ventura mais completa; mostravam panoramas soberbos e rústicos; e através das vilas enfeitadas, dos arraiais engalanados, das ruas cheirosas de palmas e incenso, levavam aos mistérios d'um Brasil inédito... Em Caxambú uma velha senhora de farfalhantes vestidos apoiada ao braço d'um velho aristocrata de alta cabeça leonina impressionaram o príncipe. Eram a marquiza de Santos e o brigadeiro Tobias. O imprevisto — a sociedade histórica á procura d'uns banhos medicinais na frescura da montanha — simbolizava tambem a revolução dos costumes e das épocas. Viajar pelos desertos brasileiros podia ser mais do que um exercicio: uma restauração espiritual...

(1) H. Monat, *Caxambú*, p. 16; e Alfredo Valladão (que descreve a passagem dos condes d'Eu pelas Aguas Virtuosas), *Campanha da Princesa*, II, 183-192. A viagem consumiu-lhes tres a quatro mezes. A igreja da princesa Isabel, em estilo ogival, estava ainda em construção em 1888, á margem do Bengo (registou então, em correspondencia para a "Gazeta de Notícias, o visconde de Taunay).

Mez fausto, Janeiro de 69! Após as batalhas de Dezembro, Caxias entrára em Assunção.

Os sinos de quinhentas igrejas do Império bimbalharam “hosannas”.

Findára a luta? Não: fôra ganha sem terminar. Peor: havia de concluí-la. Já sem o esplendor dos choques frontais: mas, pelas devêsas das serras, atraz d’um exercito em farrapos. O Imperador fechava os olhos á fascinação das alegorias: queria, de um modo ou d’outro, encerrado o capitulo fastidioso com a captura, a expulsão de Lopez. Tudo o que fugisse a esse programa seria, com a ilusão presente, sacrificio futuro: porque Lopez desceria, cêdo ou tarde, das escarpas do Ascurra, com as reliquias de suas forças ao redor do pavilhão reerguido...

As palavras suaves do jantar do Paço retiniram, como se martelasse em bronze a austêra “razão de Estado”, nos ouvidos da princesa. Substituiria Caxias... Sim, o vencedor, cardíaco e humanitário, depois de uma crise de sua doença, exacerbada pelas fadigas de muitos triunfos, embainhára bruscamente a espada; e metêra-se num vapor, de volta. Parecia um sinal de dispersão, a ordem de embarque para os batalhões torturados de saudades á beira do rio. Em 15 de Fevereiro, Caxias chegou silenciosamente ao Rio de Janeiro. Paranhos, que correra a falar-lhe em Montevideo, conseguira dele a declaração de que a guerra continuava. Mas o problema consistia no homem que lhe preenchesse a vaga: insensível ao derrotismo das gazêtas, surdo ás reclamações dos militares furiosos com a “fase mexicana” das operações, respeitavel em face dos aliados, suficientemente perito para não converter num desastre extemporaneo os bélos exitos... Quem seria?

Em Petropolis, Isabel e Gaston temiam o adivinhado, suspeitavam o inevitavel.

Viria a nomeação quando menos a esperasse, como as outras; e para que se atrelasse a um carro em disparada, cuja boléa tantas vezes lhe fôra recusada... Não; decididamente não iria agora!

IX

UM MARECHAL, PARA O TRIUNFO

Foi á noitinha de um sabado, 20 de Fevereiro de 1869, que o correio imperial deixou em mãos do conde d'Eu uma carta extraordinaria: o convite era quasi uma ordem, para que fosse assumir, no Paraguai, a chefia suprema do exercito!

No dia seguinte sôgro e genro discutiram o caso tres horas a fio. Este, desconfiado, confuso; aquele impaciente, decidido, inexoravel. Dir-se-ia que, para colher os loiros fáceis de uma guerra ganha, mandára o Imperador o pimpôlho — especie de marechal de operêta — para Assunção... Era falso. Tratava-se de uma penosa missão; sobretudo inglória.

O que de grandioso tivera a luta esgotara-se nas memoraveis jornadas em que a guiára a espada de Caxias. Agora o comandante em chefe devia reerguer a disciplina frouxa em acampamentos mergulhados na tristeza e no fastio das esperas que ninguem sabia justificar; e — atascado nos pântanos — caçar uma sombra, que se escôa pelos pendôres das serras selvagens... Onde estava o encanto, onde as compensações individuais desse epilogo modesto d'uma campanha que agonizava em fórmula d'uma perseguição?... Em vez de oferecer-lhe a oportunidade de uma bonita batalha, D. Pedro II dava-lhe de encargo a liquidação da guerra — prosaica e fatigante.

Isabel horrorizou-se. E as doenças daqueles charcos, o colera, as epidemias que empestavam os “bivacs” na terra alagada e quente? Porque o pae não continuára a recusar, a moderar os bríos do seu Gaston, a contrariá-lo, como ha tres anos? Não se conteve. De repente se sentiu responsavel por aquelle destino, senhora de si mesma; e escreveu uma carta indignada.

“Meu querido Papae. — Gaston chegou ha tres horas com a noticia de que Papae estava com um desejo vivissimo de que êle fosse já para a guerra. Pois será possivel que Papae, que ama tanto a Constituição, queira impor sua vontade aos Ministros, ou que estes sejam bastante fracos de character para que um dia digam branco e outro preto! Teriam eles unanimemente e ao mesmo tempo mudado de parecer, como Papae!!! Porque não convidam o seu Caxias para voltar para lá? Ele já está melhor, e os medicos lhe recomendam os ares de Montevidéo. Pois será Gaston que sem mais nem menos vá já para a guerra, só porque houve boatos de sublevação de Rio-Grandenses? E é Papae que acredita logo nisso, quando tantas vezes recusa crêr o que se lhe está asseverando?

“Lembro-me, Papae, que na cascata da Tijuca, ha tres anos, Papae me disse que a paixão é cêga. Que a sua paixão pelos negocios da guerra não o tornem cêgo! Alem disso, Papae quer matar o meu Gaston: Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse muito sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-lhe isso quando se está na guerra? Caxias não pode ficar lá porque tem uns

ataques de cabeça que podem-se curar, e além disso poderia ficar em Montevidéo, onde se dá bem; e seria o meu Gaston que iria apanhar por lá uma doença de peito, que muito raras vezes se cura? A falta de meu bom Gaston seria muito mais prejudicial para o Brasil do que a de Caxias — e agora que ha cólera em Montevidéo! O que Papae saberá é que se Gaston fôr para Assunção, para lá também irei com a minha Rosa, que compartilha bem minhas dôres. Irei até o fim do mundo com o meu Gaston.

“Papae talvez faça idéa do que estou sofrendo, e por isso perdôe-me se disse alguma inconveniencia. Queime a carta, mas conserve bem no espirito o que lhe digo. Preciso desafogar-me, e só chorando não posso fazê-lo. Espero em Deus que o meu Gaston ainda não irá. Pode talvez a guerra estar acabada até que venha a resposta do Paranhos. Podem vir outras cousas.

“Meu Deus! Meu Deus! Não sei verdadeiramente como veio essa decisão subita, quando o que agora só o que se tem que fazer é o papel de capitão do mato atraz do Lopez. Pois para dirigir de Assunção (Papae mesmo me disse que não era o papel de Caxias, o de ir ele mesmo atraz de Lopez) basta outra pessoa. Os Rio-Grandenses constituem pequena parte do Exercito.

“Adeus, Papae, perdôe-me!” (1)

(1) Alberto Rangel, *op. cit.*, e H. Lyra, *ibid.*, I, 530-2. A carta é de Petropolis, 22 de Fevereiro de 1869.

O olhar glacial de D. Pedro II desmanchou a pequena tempestade. Não cedeu. A filha e o genro sabiam disto. Agia devagar, maciamente, irrevogavelmente. Pareceria crueldade, e era "sistêma". Isabel via a pessoa do marido, o seu amôr. A imprensa hostil divisaria na nomeação do príncipe um favoritismo domestico. Não faltaria quem suspeitasse do imperial ciume: em lugar do sol de Caxias um astro de família... Os conservadores menos vinculados ao pensamento do governo rosnaram: o "francês", Caxias dos liberais! Estes, meditavam, contentes: era necessário explorar as rusgas entre o ministério e o príncipe. De modo que para uns era o futuro da dinastia, para outros um fatôr político, para muitos uma espada, para quasi todos uma surpresa: somente para o Imperador o homem indispensavel. Porque acabaria a guerra como queria que acabasse: com impiedosa tenacidade!

A princesa não relutou mais. Estrangulou na sua dôr contida o coração demasiadamente feminino. Chegára a vez de sacrificá-lo á razão de Estado. O seu dever era este; adivinhára-o antes de casar; e suportou-o um quarto de século. Calou-se. Desistiu da absurda viagem a Assunção. Deixou que o marido — refeito de sua angustia — antegozasse o serviço grande que prestaria, ao som dos hinos. Dous dias depois já escrevia ele para a Europa: a guerra terminada sem a expulsão de Lopez seria o cumulo da ignominia e a ruína moral do Brasil. E para o general Dumas: "Quant à esclavage... si je reviens vainquer du Paraguay nous y mettrons ordre, en depit de tous les "conservateurs de la terre." (1). O Imperador esfregava as mãos, satisfeito: era o seu "leit motiv". Em

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 369.

10 de Março comunicou o príncipe a Nemours: Se o Imperador continuasse a julgar necessario, iria. “E francamente, refletindo sem prevenções não se vê senão dous partidos sérios que escolher: declarar finda a guerra, ou me enviar”. Quanto ao primeiro: “Il suffit de dire que ce serait virtuellement l’abdication de l’Empereur!” “Enfim, veremos o que diz Paranhos” — contemporizava D. Pedro II, em 13 de Março; e o genro: “Veremos”.

A opinião de Paranhos — cuja atividade em Asunción lograra amortecer o efeito da retirada de Caxias, impondo aos chefes militares uma conduta de expectativa animada — estava d’eante-mão traçada nas deliberações do ministério que representa (1). D’outro geito seria admitir o shisma na “igreja” recomposta na véspera: a ruina intempestiva d’um partido guindado ao governo para que o marquês de Caxias não abandonasse o Paraguai e agora, exatamente, instável, mutilado, na gangorra do seu dilema: um marechal talvez afeiçoado á opposição, mas acima desta, Sua Alteza o consorte, ou o ostracismo... Paranhos disse que sim, mas sem entusiasmo (2); e ficaria lá, para ajudar o príncipe. Em duplo caracter: seu ministro civil e... agente de ligação entre o gabinete e o Exercito. Tranquilizava o Imperador, aquiétava os ministros, os aliados, os velhos cabos de guerra, o proprio conde d’Eu, que preferia a colaboração desse polido antagonista que o advertiria — imagem da experiencia e da sabedoria, na sua astúcia útil — á lisonja de terceiros que o metessem em “rapaziadas”... liberais. Afinal, Paranhos era, no Prata, o proprio Imperador.

(1) W. Pinho, *Cartas do Imperador ao Barão de Cote-gipe*, p. 60.

(2) W. Pinho, *op. cit.*, p. 64.

Chegou-lhe a resposta a 20 de Março.

A 22 concedia-se a Caxias a demissão, e para o comando em chefe foi nomeado o príncipe.

No dia seguinte assinou o monarca o decreto que elevava a duque o marquês de Caxias.

Sete dias depois, no vapor "Alice", embarcava para o teatro da luta o neto de Luiz Felipe.

A autoridade de D. Pedro II prevalecera: secaram as lágrimas na face pezarosa de Isabel, que se mostrava forte; um sorriso orgulhoso brincava nos lábios do mais jovem general das armas brasileiras; cercavam-no oficiais cheios de confiança no seu novo superior, que simbolizava a majestade e a solidez d'uma politica inflexivel; e, ao éco das fanfarras, a côrte aplaudia...

AS DESILUSÕES DO CONDE D'EU

O coração de Isabel pressentira os riscos daquele fim de guerra enfurecida, pelos recêssos sertanejos em que se escondera.

Apenas, a cada momento, os contagios de acampamentos mal-sãos? Não: a insidia das escaramuças, a canseira das batidas, a incerteza dos combates em terreno inexplorado: e como se não bastasse — a indefinida expectativa d'algum acaso que puzesse nas mãos bisonhas do moço marechal o homem a quem perseguia... Acaso? Sim; á falta de previsão possível. Lopez, no tópo da cordilheira, dava as costas para o ignoto. O inimigo alinhava-se, em formatura corrêta, brunido, de capas brancas nas barretinas francêsas, de Miniés novas, arrastando peças Wittworth de modelo recente, diante de suas avançadas negaceando pelos trilhos da serra: mas sómente por diante delas. Atraz, ondulava o mato de ninguém. Poderia um belo dia empacotar no fundo da carrêta o sabre, a baixêla, o arquivo do seu desditoso regimen, e, disfarçado em tropeiro, com a Lynch e os filhos, embrenhar-se pela Bolívia entre gente amiga, surgir em Corumbá, iludindo os destacamentos fronteiriços, sair em S. Paulo, como um "paraguaio dos hervais", ou aparecer nas costas do Pacifico, como um exilado. E quando se lhe descobriria o lôgro? Certo, tornaria; juntaria em torno de sua bandeira, que a metralha rendilhára, o resto

do exercito de adolescentes cujos peitos de bronze as cicatrizes condecoravam; e lutaria muito tempo... Quem lhe sabia as intenções, o roteiro, os recursos, as obscuras possibilidades? A ferro e fogo — ordenava-se, do Rio de Janeiro. O principe não repousou mais, depois que, em 14 de Abril, desembarcou em Assunção.

Paranhos preparára-lhe o ambiente. Acomodára, congregára, convencêra. A' sua chegada recebera um banquete em que a disciplina se atritára com a retórica, uns officiais a falarem em "ingloria campanha de montoneras", outros reclamando o fim da guerra com a morte da "hidra". Testemunhou Dionisio Cerqueira: "Felizmente e para honra nossa, o desejo de não proseguir ficou sepultado na eloquencia dos brindes e não passou de alguns" (1). Gaston d'Orléans encontrou o exercito pronto para bater-se e os veteranos empenhados em adivinhar-lhe o pensamento. A idéia de que o novo chefe era o principe excitára-lhes a fantasia: imaginavam-no... diferente. Assim o capitão Manuel Rodrigues de Macedo, (2) que fôra um dos ajudantes de Andrade Neves, e costumava, nas guerrilhas, laçar, com o seu ágil laço de couro, os paraguaios... Corrêra a esperá-lo, ansioso, no cavalo veloz; e voltou, confuso:

— Pensei que fosse outra cousa... mas é um homem como outro qualquer.

Chamára o general Osorio.

Com a mandibula dilacerada em Avaí, o lenço negro sob a barba, o grande soldado fugira á mão dos cirurgiões para acompanhar o principe (3).

(1) General Dionisio Cerqueira, *Reminiscencias da Campanha do Paraguai*, 2.^a edição, p. 321.

(2) Dionisio Cerqueira, *op. cit.*, p. 322.

(3) Joaquim Luis Osorio e Fernando Luiz Osorio Filho, *História do General Osorio*, II, 553 e segs. Pelotas 1915.

Mas por onde?

Que se investisse a cordilheira, que tomassem as elevações do Ascurra, e, com os arsenais de Caacupé e Ibicuí, as forjas, em que os sinos das igrejas se vazavam em artilharia... Era fácil dizer: mas como lançariam por sendas misteriosas, ao encontro do tigre emboscado, uma infantaria que necessitava de munição completa, serviço de comunicações, cooperação das outras armas, afim de que a urgencia, da ação, não fosse a primeira razão d'um desastre?.

O destino ensinava o conde d'Eu; e completava-lhe a educação. A impaciencia, que o afligira na côrte, estranhando a lentidão de Caxias, impregnou-se-lhe n'alma em Assunção, em Luque, no Rosário, impotente para ser mais ativo do que o antecessor. Compreendeu então que a vontade do chefe esfriava nas zonas intermedias da administração, da técnica, da deliberação: e que aquilo se parecia com uma grossa máquina insensível aos frémitos nervosos do engenheiro... Esse ritmo preguiçoso foi ali o seu primeiro tormento. Entre Abril e Julho teve de estudar, sem um golpe dirêto, sem um movimento conclusivo, o seu plano de envolvimento de Lopez. Logrou atirar-se para a frente, á testa das forças, na escalada da montanha, em 28 de Julho: inicialmente, o reconhecimento da posição de Ascurra, em seguida a marcha de flanco, e em 12 de Agosto, quando raiava o dia, Peribebúe!

Renovou-se, naquelas ásperas alturas, uma guerra que parecia extinta — pelo menos nos seus aspectos teatraes, nos lances de epopéa. O príncipe fôra habil, refletido “em indagar dos caminhos e em conhecer a topografia”, como acentuou Alfredo d'Escragnolle Taunay, que lhe escrevia o Diario do Exercito. “Foi

um feito d'armas quasi instantaneo e muito bonito", comunicou ao Imperador. Peribebue não lhe deu apenas a sensação de uma vitória campal: tambem reflectia o seu espirito de ordem, o seu geito de dispôr as cousas, de estimular os soldados. Paranhos reconheceu: "faz honra ao principe a quem unicamente se deve sair o nosso exercito de Pirajú..." (1) O triunfo lisonjeou-o. Nunca mais esqueceria "Perribebúe". Ficou anedotico o seu carinho pelos veteranos do combate breve e sangrento em que caíu, á frente da coluna, o general João Manuel de Menna Barreto. Lá, pela ultima vez, montado no seu cavallo branco, de poncho-pala ao vento e os queixos envoltos no lenço de seda, o visconde de Herval guiára á vitória os batalhões eletrizados pelo seu exemplo. Ninguem se aproximaria do principe falando em Peribebúe que não fosse interrompido, atendido, premiado.

Em Campo Grande, porém, afrontou visivelmente a morte. Desembainhou a espada para defender-se, á iminencia da carga paraguaia que acabava de dissipar uma linha singela de atiradores, unico obstaculo entre o estado maior brasileiro e um batalhão de Lopez, disposto a vender caro a vida... Pedro Americo retratou-o nesse brilhante momento. O duque d'Aumale poderia revêr-se na figura esguia do sobrinho cujo cavallo de guerra fôra sofreado, no arrôjo do galope, pela mão prudente d'um capitão de voluntarios, a impedir que se precipitasse na confusão do corpo-a-corpo.

No dia em que assim o pintou o mestre das télas de batalha, Sua Alteza comeu a sua unica refeição noite alta.

(1) Pinheiro Guimarães, *Um Voluntário da Patria*, p. 69, Rio 1936.

Exitos que fariam o renome de qualquer chefe militar — infelizmente não eram decisivos. Até Caraguatáhi, não houve vestígio de Lopez. Desmantelados os seus redutos, tirára-se-lhe a serra: ficava com o deserto.

Agosto de 69 foi para o conde d'Eu o que Dezembro de 68 fôra para Caxias: o mez das jornadas invictas; e incompletas.

E como se os fatos, na sua cadeia, se apostassem em castigar a temeridade do estrangeiro que criticára o velho marechal, as linhas d'um desentendimento analogo se lhe puzéram a esboçar no mesmo enrêdo, que Paranhos, em Assunção, observava de máo humôr. Desânimo do general, em face da campanha sem previsão possível; ordens da côrte, para que não se retirasse antes do aprisionamento de Lopez; crença geral de que a propria tarefa de "capitão de mato" se tornaria inutil áquell'hora, pois o homem deveria estar longe, encaçado pelos trovões da artilharia nos contrafortes da cordilheira... A imprensa a alfinetar o governo com o "interminavel" da guerra; na "Phoenix", discursos radicais, e um tribuno estentórico, que acusava o Imperador de preferir á politica ingleza a de Napoleão III, e da casa de Napoles... Gaspar da Silveira Martins! (1). O exercito ansioso por voltar; o ministério apertado entre a irredutivel decisão imperial de "pegarem o Lopez" e o desejo politico, de encerrar o episodio; a princeza, a reclamar o marido, e este furioso com Paranhos, os conservadores, o ministro da guerra Muritiba, o sôgro, quantos o obrigavam a esperar, de um "posto de comando" á beira do rio, que Lopez se deixasse apanhar...

(1) José Mariano Porto, *Apontamentos biográficos de Gaspar da Silveira Martins*, Rio 1891.

Desceu a Rosario; subiu a S. Estanisláo. Debalde! Em 28 de Outubro, explodiu: era absurdo continuar a guerra “contra uma espécie de cacique selvagem oculto num canto do proprio territorio brasileiro...”.

E, sem querer, repetia o pensamento de Caxias: “Do contrario, seria uma guerra que cairá no ridiculo: eis qual a recompensa de tantos sacrificios”. Propunha, ficariam 15 mil homens de guarnição ás passagens da serra de Maracajú, braços-armas com sentido em Lopez; e os voluntários da Pátria regressariam todos. Ele, com os voluntarios. N’um regresso alegórico. N’um lindo cortêjo. N’um desfile digno e quente de côres civicas, de estética marcial: como essas cousas se fazem na Europa! Os netos de Luiz XIV amam a poesia dos combates; mas sem excluir o aparato do triunfo... Passaria pela rua do Ouvidor puxando os regimentos, bandeiras desfraldadas; cinco anos depois de sua chegada modesta á terra de Isabel aí desembarcaria, como um general arrancado aos quadros de Horace Vernet; e teria o cuidado de oferecer ao Imperador (ofuscado pela cêna) os loiros de Peribebúe e Campo Grande...

Basta de ações mediocres, pálidas — pensou o conde d’Eu, ansioso por tornar á côrte, e de lá estimulado por outra sorte de influencias: a tentação liberal, que lhe agitou muitas vezes o sôno, durante os seus longos mezes do Paraguai.

Macedo era naturalmente o intermediario entre a opposição liberal e o principe, que parecia despercebido da malicia e do subentendido de sua correspondencia assidua.

“Sua Alteza não terá de queixar-se do partido liberal moderado: Souza Franco, Otaviano, Furtado,

Nabuco, Zacarias, Saldanha e outros estão nas melhores disposições relativamente ao comando de V. A. na guerra..." — adiantára em carta de 26 de Abril.

A opposição dividia-se. De um lado, chefiada por Zacarias, a ala "moderada" pugnava pelo respeito á Constituição, de resto á espera do acêno do Imperador, para retomar o poder; do outro, os radicais, das reformas profundas, cujos cabeças eram Nabuco e Tavares Bastos (1). A "Reforma", órgão do partido, foi a palmeira no oasis: arrancharam á sua sombra os inimigos do "poder pessoal", do "regresso". "Anfrísio Fialho seria o correspondente da "Reforma" no Paraguai, certo de que tal escolha agradaria a Sua Alteza" (2). No Senado — e a intriga do romancista era espérta — Nabuco puzêra em confroto com o duque de Caxias o conde d'Eu sem exigencias e estranho aos politicos: o que merecêra aplausos da opposição. "Vossa Alteza populariza-se..." Que falasse a Osório sobre o jóven Gaspar Martins; que ouvisse Quintino Bocayuva — empresário, com Felix da Cunha, de estrada de ferro — sobre o desapontamento de Saldanha Marinho que não fôra escolhido senador; que muito se falava (é assunto da carta de 15 de Agosto) da combinação entre S. A. e os liberais...

A ingerencia de Anfrísio Fialho no jornalismo de campanha envenenou um incidente preliminar: a exoneração pedida pelo chefe do estado maior do principe, o brigadeiro João de Sousa da Fonseca Costa, que o havia sido de Caxias, seu grande amigo. Ocorrêra após a reunião de generais de 7 de Julho, em que servira de secretário o coronel Pinheiro Guima-

(1) Carlos Pontes, *Tavares Bastos*, p. 293.

(2) Carta de 14 de Julho de 69, A. Rangel, *op. cit.*, p. 258. A "Reforma" appareceu em 12 de Maio desse anno.

rões — liberal como Osorio, como Otaviano, que re-darguiu á defesa feita no “Diario do Rio” do brigadeiro criticado pela fôlha anti-ministerial. (1) Vingava-se Paranhos, exprobrando a Quintino e Cunha a sua estrada de ferro, onde seria perigoso viajar. E o Imperador, em bilhete a Cotegipe: “Estou certo de que meu genro providenciará convenientemente e fará guerra tambem aos especuladôres com as desgraças do Estado...” (2)

Atilado e mordido de desconfianças, o plenipotenciario procurava alertar o ministério.

D. Pedro II — em 30 de Setembro — falou mais do que costumava, “da tendencia que o Paranhos pensa ter meu genro; porém ele ha de proceder de modo que não suspeitem que ele inclina-se a este ou aquele partido, e convençam-se de que, assim como eu, reputa a todos realmente amigos das instituições” (3). Como para reforçar o que de superior serenidade havia nessa declaração, Penedo escrevia de Londres a Cotegipe: “Não me surpreende o que me contas do liberalismo do conde d’Eu. Eu quasi previa que havia de ser assim. Quando, porem, o perigo fôr iminente não duvido que o fabricante mór da politica...” (4) chamasse um Zacarias!

Em 12 de Setembro ligou o principe o nome á extinção da escravatura no Paraguai (decretada em 2 de Outubro de 69).

Era, na insipidez d’um comando sem massas de manobra e sem ciência alta, um grande ato. Aliás en-

(1) Pinheiro Guimarães, *op. cit.*, p. 82.

(2) 25 de Julho de 69, W. Pinho, *Cartas cit.*, p. 138.

(3) W. Pinho, *Cartas cit.*, p. 154.

(4) W. Pinho, *Cartas cit.*, p. 158.

deraçara-o (Paranhos e ele) (1) ao Império, quando pedia ao Governo Provisorio de Assunção: “Se lhe concedeis a liberdade, que eles imploram, rompereis solenemente com uma instituição que foi desgraçadamente ligada a varios povos da livre America por muitos seculos de despotismo...”

Uma definição, portanto!

Paranhos prevenia (29 de Novembro): “Sua Alteza, seja-me permitido dizer na intima e discreta confidencia... perdeu a sua energia e resolução anterior” (2). No dia seguinte o conde d’Eu (a quem o ministro acusava de ouvir mais Pinheiro Guimarães) telegrafou ao sôgro: “que se pôde considerar a guerra finda”. E não demorou o pedido de licença de tres mezes, que lhe facultaria “ir á côrte com 5 ou 6 mil voluntarios da Patria, porque julga que esta solenidade é salutar efeito moral”. Reagia Paranhos com a sua fina sensibilidade politica: “Já pronunciei-me abertamente contra isso, sem ferir o amôr proprio do Principe, mas ele está entusiasmado com a sua idéa e presumo que o Dr. Pinheiro Guimarães... lisonjeia este desejo do Principe e quer tambem entrar de botas e esporas pelas ruas da Capital do Império!”

D. Pedro II reprovou secamente: “hei-de escrever ainda a 30 (de Dezembro) a meu genro opondo-me á sua vinda com tantos voluntários...”

Os ministros respiraram.

“Advertiu-se-me do Rio (contou ao pae o conde d’Eu, em 16 de Dezembro) que o ministerio não quer que eu chegue com os batalhões organizados; com o

(1) Visconde de Taunay, *Reminiscencias*, p. 193, S. Paulo 1923.

(2) W. Pinho, *op. cit.*, p. 191.

pretexto de que seria perigoso, visto o meu prestígio e idéas revolucionarias! Custei a crêr. Mas hoje, realmente, recebi com a maior surprêsa instruções officiais do ministro da Guerra...”.

“Chegou a reunir no Rosario acampados sob baracas cerca de 9 mil homens para voltar com eles”, confessára Cotegipe a Tavares Bastos (1). Os liberais, alvoroçados, sucudiram-se de esperanças atrevidas. Sonhavam com a apoteóse, o “figurão”, o “prés-tito”. Mais exaltado, Macedo, que tudo sabia (2), na “Reforma” de 10 de Janeiro de 1870 profligou: “Que o sr. conde d’Eu zeloso da gloria desses brasileiros, seus companheiros de combates e vitórias, sustenta que eles devem voltar em corpos organizados como se acham, e entrar na Capital do Imperio com suas heróicas bandeiras desfraldadas”, emquanto Paranhos” e o gabinete de 16 de Julho de que ele é membro, no Rio de Janeiro, opõem-se a todas essas propostas e reclamações do sr. conde d’Eu” (3). Menos idealista, Tavares Bastos, em 7 de Dezembro, detalhára um pacto formal com Sua Alteza: Reforma parlamentar e do Senado; desenvolvimento das instituições provinciais: escolas; emancipação rápida; liberdade religiosa... Prelibava o terceiro Reinado — que algum dia seria o pesadêlo de seus correligionários!

Mas o proprio principe — tão imperioso de começo que bradára: “se me fôr negado voltar ao Rio com estes primeiros voluntarios o tomarei como uma

(1) Eram 5 ou 6 mil, escreveu o Principe, em 5 de Dezembro ao general Dumas, A. Rangel, *op. cit.*, p. 280.

(2) O conde d’Eu escreveu a Macedo, em 23 de Dezembro: “Muito estimo que a “Reforma” tenha compreendido a propaganda de dar a guerra como acabada”, Rangel, *ibid.*, p. 288.

(3) Cit. por Pinheiro Guimarães, *op. cit.*, p. 203.

ofensa gratuita”, (1) “je donnerai ma démission avec fracas” — renunciou a sua fantasia, e calou-se. É fácil ver nessa mudança a palavra tranquila de Isabel. O Imperador disséra que não! Ao ministro da guerra — em 23 de Janeiro, expunha um pensamento diáfano: com a parada julgára apenas “interessar o espirito publico” (2)... Itaboraí pediu a André Rebouças: que lhe escrevesse, para “abandonar o militarismo e entrar na direção da grande industria do País” (3). Nada de bonapartismo: mas a compostura do príncipe Alberto, o seu Palacio de Cristal, Exposições, incentivo ás fábricas, o guarda-chuva branco de Luiz Felipe... Um sacrificio definitivo: de sua vaidade, em bem da quietação civil.

Fez o sacrificio. Não insistiu na attitude equivoca de general irritado e poderoso. Ficaria “moralmente livre” — comunicou ao sôgro em 13 de Fevereiro.

Cumpriu a ordem do governo (de 18 de Novembro) para dissolver os batalhões já desnecessarios (4). A primeira brigada, de Faria Rocha, partiu a 3 de Fevereiro. Ele permanecia. Enfurecido, no intimo incompativel com o ministério, zangado com a côrte, farto daquela vida, mas silencioso, superior á propria desilusão, olhos volvidos para o amôr distante, a doçura de sua casa, desde que lhe proibiam o licito anhêlo de um reluzente dia triumphal.. Continuará lá até o fim de Lopez, se Lopez tivesse fim — pela fuga, pela captura... Não, pela morte!

(1) Carta a Paranhos, 10 de Dezembro, Rangel, *op. cit.*, p. 280.

(2) A. Rangel, *ibid.*, p. 285.

(3) *Diario*, p. 119.

(4) Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai*, V, 136, Rio 1934.

Quando menos o esperava lhe chegou a noticia, do general Camara ao general Vitorino, em 4 de Março, em viagem para Conceição: (1) alcançado em Aquidaban-nigui, Lopez tropeçára, caíra, soerguerase e acabára floreado a espada, como um gladiadôr agonizante...

Significava isto a volta, "moralmente livre", para sacudir, no cões, os sapatos que tinham palmilhado os mais incômodos caminhos: do poder indesejado, da ambição insatisfeita, da glória remissa, do seu suplício de Tântalo, general em chefe sem autorização para mostrar-se na côrte á testa das belas tropas, de seu descontentamento e de sua saudade... Pelo menos, livrava-se!

(1) No seu diário, 1 de Março de 1890, anotou o visconde de Taunay: "Faz 20 anos... Foi evidente a todos a contrariedade que sentiu o conde d'Eu, por vêr, sem dúvida, que a gloria do feito pertencia ao general Camara". (D. Pedro II, p. 98, S. Paulo 1933).

XI

QUASI A REBELIÃO

A volta foi magnificente, a compensar os dissabôres recalcados e esquecidos nas efusões d'um "triunfo" autêntico. O Imperador, para mostrar aos filhos o seu agrado; o ministerio, para patentear uma imparcialidade nobre e a opposição para castigar o ministerio prepararam uma recepção insuperavel ao Principe.

Isabel sentiu-se feliz. Começára, a sua semana de sonho, em 28 de Março, quando subira com os pais a Petropolis, acolhidos de um modo soberbo e comovente. Foram os mais belos dias de sua vida. Porque o seu marido foi arrebatado de bordo — ás 10 da manhã do dia 29 — como um heróe. Em sua companhia varou a multidão delirante. D. Pedro II e a Imperatriz lá estavam. A côrte em pêsô. "Não foi entusiasmo; foi delirio. Lutava-se para conquistar onde assentar o pé", observou Rebouças (colaborador na apoteóse) (1). O "Te Deum" na capela imperial asfixiava, deslumbrava. Um pouco de repouso no Paço da Cidade serviu apenas para retemperar forças, serenar os nervos, em demanda das outras festas, da audiência no Paço Isabel, entre 3 e meia e 7 da tarde, de interminaveis comissões, com discursos, desfiles, bandeiras, gírandolas que no ar estrelejavam e músi-

(1) *Diário*, p. 120.

cas fóra, pondo no regozijo ambiente a sua nota marcial. Nas praças havia iluminação; o povo, endominado, em redor dos corêtos; um contentamento justo e comum. A princesa parecia sonhar. Afinal chegára a vez do seu Gaston!

No dia seguinte o tempo fez-se ameaçador. Rebouças foi ve-los á hora do jantar. Seguir-se-ia um baile no ministerio de Estrangeiros. Isabel resplandecia no enleio e na profusão de sua alegria; e foi com uma graça ingenua, de quem se sentisse compreendida dos anjos, que disse ao engenheiro: "Não tenha mêdo que chôva; nunca a chuva interrompeu nossos festêjos; não foi assim, Sr. Martins Pinheiro, em Campos?" (1) Ela mesma não sabia explicar. Feliz, fazia participar do seu regosijo e de sua ternura a natureza, as divinas energias que vibram nos espaços... Não choveria! Rebouças sorriu; efetivamente não choveu. Noite memoravel, 30 de Abril. Préstitos com tres filarmónicas, o largo da Gloria inundado de luz, crianças das escolas, corporações, a massa. A familia imperial acolhia, afável, flôres, outros discursos, ovações. O espetaculo prosseguia... 3 de Maio. A's 5 e meia no Paço Isabel foi a oférta da corôa de loiros ao conde d'Eu, pelas senhoras cariocas. A gloria revestia-se de amaveis aspectos. Ritmava-se ao som dos hinos; tinha passos galantes de quadrilha; florescia em homenagens finas. O marechal de Peribebúe não podia querer mais. Saltára sobre o abismo que parecia separá-lo da popularidade, da afeição publica... O governo não escondia a sua preocupação; e irritava-se. As fanfarras incomodavam-no; o repatriamento dos batalhões inquietava-o; os tumultos de rua, o grito dos officiais desengajados, as queixas dos veteranos

(1) *Diário*, p. 121.

— rescaldo de reivindicações de classe que podia lavar em incendio vasto — acabaram por perturbá-lo.

Entre Março e Setembro de 1870 uma crise complexa, mais emocional do que politica, empolgou o Rio de Janeiro. O mal-estar dos “fins de guerra” semeára palpites doutrinários na téla d’uma imprensa nervosa; e tanto a assistencia aos militares, desmobilizados, como a abolição da escravatura coruscaram o seu fogo de vista nas fôlhas liberais. Tomára a si “A Reforma” atualizar o problema do negro: e, severamente, lhe perguntára o “Jornal do Comércio”, em Janeiro, como libertaria a população servil (1). Anarquizando o Imperio?... Na Bahia, exatamente, Abilio Cesar Borges, o educador, parente e amigo de Cotegipe, provocára o surto abolicionista ao procurar dissuadir os moços de sua campanha lírica, importuna... Replicara-lhe Frederico Araujo, e em torno de sua bandeira os jôvens se agruparam, oradores e poetas... José de Alencar, alvejando o Imperador, ferira de morte o gabinete Itaboraí com dizer, no “Dezesseis de Julho”, que o silencio da Fala do Trôno quanto á questão servil fôra uma vitória dos ministros sobre a “vontade irresponsavel”. Teixeira Junior, em 14 de Maio, interpe-lára-os com violencia. Foi um rompêr de diques... Em 27 de Março, alguns officiais reclamavam pelo **Jornal do Comércio** contra o descomissionamento sem mais nada; e falavam em ingratição cruel. As recriminações molestavam o partido dominante e lisonjeavam o principe, “protetor” dos soldados... (2) Atacavam principalmente o ministro da guerra: e n’uma atmosphera de desagrado assistiu a côrte ao “Te Deum”

(1) **Jornal do Com.**, de 7 de Janeiro de 1870.

(2) Comprova-o a carta a Osorio de 24 de Agosto de 1870, **Hist. do General Osorio**, II, 662. E Rebouças, **Diario** (26 de Abril de 70), p. 285.

no Campo de Sant'Ana, "a festa do Barracão", como foi apelidada, (1) — para o qual se votára o credito de 200 contos de réis. Por um triz, era a revolta. Na sombra — complicando-a — rastilhava a conjura republicana: entre platônica e afoita... O capitão Pompilio de Albuquerque (revelou quarenta anos depois Salvador de Mendonça) — saíra a aliciar prosélitos no exercito e na armada (2). Fareja-se o golpe; adivinhava-se o choque, a rutura... Uma espada, que decepasse o nó gordio, o grilhão constitucional: e gente nova!

O coronel Tiburcio relatou, triste, a João Brigido — em 18 de Julho: "A população não foi ao Campo de Sant'Ana abrilhantar o "Te Deum... E não ficou nisto somente. "Á noite, militares de linha, depois de percorrerem diversas ruas vitoriando o Imperador, o conde d'Eu, a familia imperial e dando fóras ao gabinete de 16 de Julho e morras ao Muritiba, estabeleceram-se na frente do Teatro Lírico, fazendo parar todos os coches da comitiva imperial, em busca de Muritiba, que se meteu, por prudencia, no Quartel do Campo, até serenar a procéla. O proprio carro do Imperador foi detido, para que ele ouvisse distintamente o que se preferia!" (3) Apesar de tudo, em 19 de Julho teve um esplendor celebre o baile dado pela Guarda Nacional ao conde d'Eu no solar do barão de Itamarati. No Senado era feito, impertinente, o paralelo entre ele e Caxias, e entre Caxias e Osorio; e o exercito, exaltando-se, começava a dividir-se. "O Imperador (resume n'outra carta Tiburcio) finge em face de

(1) Visconde de Taunay, *Império e Republica*, p. 26, S. Paulo.

(2) Artur Vieira Peixoto, *Floriano*, p. 125, Rio 1939.

(3) Eusebio de Saosa, *Tiburcio*, p. 77, Fortaleza 1937.

tudo isso uma indiferença soberana; mas eu juro que ele anda mais massado do que eu" (1)

D. Pedro II falou ao genro. Uma viagem á Europa, e quanto antes, agradava-lhe; até porque, querendo realizar a sua, precisava deixar na regencia a princeza, por um ano talvez, em que não poderiam ausentar-se.

Em 18 de Maio confessára a Rebouças, só desejava descançar. (2) Não pensava na viagem. Em 4 de Julho escreveu a Nemours, que não imaginava sair tão cedo do Rio: interessava-lhe o debate, no Senado, sobre o seu comando. . . (3) Cinco dias depois Tiburcio comunicava ao amigo cearense: "O sr Conde d'Eu resolveu repentinamente ir á Europa: razões de ordem superior. . . Uns dizem que o inclito cavaleiro d'Eu vae exhibir-se na Europa como terminador da guerra do Paraguai e exterminador de Lopez; outros, que S. A. vae por motivos de incómodos de sua serenissima consorte (é esta a opinião da gente sizuda). Estes são de parecer que, tendo sido pouco considerado pela gente do Governo, o Principe se retira, temporariamente. . ." (4) Nem faltava quem sonhasse com a sua regencia, para "que as eleições de 1871 sejam feitas sob inspiração e influência de uma cabeça que opine e pense com a gente da "Reforma"!"

A gente da "Reforma", é certo, desentendêra-se em Junho. Zacarias achára "politico" censurar José de Alencar, quanto á sua desabrida linguagem sobre o Imperador: e Gaspar Martins — cindindo a redacção — se insurgira contra o chefe, cuja moderação so-

(1) E. de Souza, *op. cit.*, p. 79.

(2) A. Rebouças, *Diário*, p. 285.

(3) A. Rangel, *op. cit.*, p. 305.

(4) E. de Sousa, *Tiburcio*, p. 75.

léрте o indignava. Não tardaria a brotar, da trepidação ideológica que se estendera a todo o país, a facção republicana — envolvendo, arrastando um grupo de liberais veementes...

De fáto, o Imperador alvitrára a tempo a viagem.

Separava das tentações partidárias o mancebo muito proximo delas; e, livre o ministerio desse espantallo, poderia mais facilmente induzi-lo a abraçar o abolicionismo.

Assim aplainaria dificuldades, preparando o chão do poder para que aí pisasse maciamente a filha, em 1871...

NO GOVERNO UMA MULHER

O casal d'Eu embarcou em 23 de Agosto, no "Douro", para a Inglaterra.

Foi ao chegar ao outro lado do Atlantico que a realidade européa — a guerra franco-prussiana — estarreceu o principe ansioso por um repouso na Escossia e Isabel, saturada de emoções fortes, desejosa de paz e anonimato naquelas terras frias.

Em Bushy House, "maison froide, indiciblement froide" (1) que a rainha Vitória cedêra a Nemours após a morte da rainha Marie Amélie, pulsava uma inquietação aflita.

Para os Orléans o disturbio continental significava uma série de acontecimentos vitais. Aliás tinham visto com clareza desenhar-se a ruina de França. Napoleão III rolára a pedra que o esmagou: o rochêdo da "idéa nacional". Em 1866 Nemours prevenira ao filho mais moço, d'Alençon: Bismarck faz-se o "Cavour da Alemanha, apoiado, como o seu modelo, pelo governo francês. O imperador impoz o seu sistema a este proposito numa carta que enviou ao corpo legislativo. Apesar da carta, continúo nas minhas velhas idéas, isto é, que a unidade da Italia é prodigiosamente prejudicial á França, e a unificação da Alemanha, so-

(1) Marguerite — Bourcet, *Le Duc et la Duchesse d'Alençon*, p. 117, Paris 1939.

bretudo em proveito da Prússia, ainda mais danosa ao meu "país" (1).

Palmerston, é certo, achára a "união alemã, sob a direção da Prússia, uma excelente acomodação européa"; e Luiz Napoleão reputára a França e a Prússia duas irmãs, com "a mesma cultura, o mesmo ideal de liberalismo esclarecido, o mesmo interesse de emancipar e unir as nações e as raças..." (2). Na sua vida pacífica Nemours, inativo, tinha desespêros de leão cativo. O desmoronamento do Império facultar-lhe-ia o retôrno: mas, nesse epílogo de exílio, havia a grande amargura da Pátria despedaçada.

Napoleão III, depois o governo provisório, por fim Gambetta, recusaram os serviços que lhes ofereceram os Orléans.

O príncipe de Joinville e o duque de Chartres foram mais ousados. Chegou o primeiro a apresentar-se em território francês: mas Gambetta mandou prendê-lo em Mans e reconduzir á fronteira. O segundo, adotou um disfarce: Robert Le Fort; e cruzou a espada com o inimigo. O comandante do seu batalhão podia julgá-lo um voluntário burguês. Mudou de opinião no dia em que esse misterioso paladino, destacado para um reconhecimento sem importância, voltou com o sabre do coronel alemão que abatêra em combate. Robert Le Fort...

Em Bushy House, abafava-se.

Gaston e Isabel passaram um Natal melancólico. As cartas de Viena, sobre a saúde de Leopoldina, duquesa de Saxe, mais os atormentaram. Foi ás pressas que, em Janeiro, se transportaram para a Austria. Pobre Leopoldina! Dir-se-ia que o nome da avó trazia a

(1) Y. D'Isné, *Duc d'Alençon*, p. 63.

(2) Jacques Bainville, *Histoire de trois générations*, p. 108, Paris 1934.

fatalidade dos mesmos padecimentos, da mesma inadaptação: em casa da princesa Clementina morreu de febre tífica, em 7 de Fevereiro. "Un ange de bonté", resumiu o conde d'Eu, escrevendo a Nemours no dia seguinte. A 12 levaram o corpo para Coburgo. O coração de Isabel sangrava. Com a perda da irmã única sentia-se mais indispensável aos pais, a quem a notícia causaria um abalo inexprimível; e queria chorar com eles o seu luto. Volveu a Londres inconsolável; e com a condessa de Barral, que se lhes reunira, deixou-se levar a Paris pela curiosidade temerária do príncipe que não contára com a insurreição da Comuna. Tiveram de fugir para Versalhes, no carro da legação do Brasil, ouvindo perto grasnar a metralha (1).

A inhospita Europa repelia-os!

Viram na Mayorca os tios Montpensier. O rei Amadeu desterrára-os para poder governar. Na ambição de Antonio de Orléans florescia um sonho teimoso: continuava a pensar na corôa d'Espanha — pômo da discordia continental que Bismarck transformára em vara mágica, da unificação alemã. Deveras não seria rei; porém faria rainha a filha Maria de Las Mercêdes, casando-a com Afonso XII... Tomaram o "Douro" em Lisbôa, a 14 de Abril.

A 1.º de Maio os abraçou o Imperador; e já no dia 3 advertia o conde d'Eu de sua viagem para o mez immediato.

A Imperatriz adoecêra com a morte de sua Leopoldina; e D. Pedro II fatigado e veletudinário, queria mergulhar no vasto mundo a cabeça encanecida, o espirito magoado.

Instalára, para isto, uma politica estável.

(1) Nota de René Bazin, *Le Duc de Nemours*, p. 500: os condes d'Eu "atravessaram Paris em 18 de Março, no momento em que foi proclamada a Comuna".

Em 29 de Setembro, com a demissão de Itaboraí, chamou S. Vicente, para presidir o ministério n'uma situação provisória.

Quando Teixeira Junior, em 14 de Maio de 70, rompeu com Itaboraí, declarou Paranhos que em Maio do ano seguinte o governo apresentaria um projecto sobre o elemento servil (1). A promessa não fôra vã, nem de Paranhos. Ditára-a o Imperador. Vontade augusta. Irrevogavel designio de Cesar... Paranhos aceitou a honra de cumpri-la: e sucedeu a S. Vicente, para conquistar ao parlamento a "lei do ventre livre".

Empossou-se em 7 de Março de 71. Já em 25 de Janeiro, porém, tratava de organizar gabinete incluindo Cotegipe e Ferreira Vianna. João Alfredo escreveu esta nota intima: "Ferreira Vianna foi arredado por ser desagradavel á gente do Itaboraí e porque o Imperador disse ao Bom Retiro, encarregado de ouvi-lo, que não se opunha á entrada, se fosse conveniente, mas estimaria que o livrassem de tal companhia". (2) Cotegipe preferiu ficar de fóra. D. Pedro II — ao que se propalára — não tornaria ao Brasil se caísse o projecto... Abdicaria! Em dez dias passou a licença, nas Camaras, para a viagem; e o Imperador recusou a subvenção de 2 mil contos, que se lhe oferecêra. A princêsa tambem abriu mão do aumento de sua dotação durante a regencia. Prestou o juramento no Senado, em 20 de Maio. Foi uma grande cerimonia, que o pincel de Vitor Meirelles perpetuou: ela com o amplo trajo official e a banda azul do Cruzeiro, os cabelos de um loiro refulgente e a fronte majestosa, nos lábios um sorriso, muito feminina e moça diante do velho Senado doirado de uniformes, severo na sua só-

(1) *Discussão da reforma do elemento servil*, I, 41, Rio 1871.

(2) Ms. no arq. de João Alfredo.

bria pompa, constelado de reliquias; os estadistas de outr'ora, os que vinham de 1831, Abaeté na presidencia, Caxias, com o ar habitual de comandante em chefe, Rio Branco elegante e solêne como um "lord mayor", Inhomirim num uniforme cintilante, togas de desembargadôres, casacas inglêsas, lampêjos de condecorações, e, dominante, geral, o tom alvadio das velhas cabeças numa grave moldura, de dignidade consular... Ajoelhou-se em face da mesa verde junto do trôno vazio, e nas mãos do visconde de Abaeté, paternalmente inclinado, a ampará-la com uma solicitude enternecida — confirmou o compromisso de cumprir a Constituição da monarquia.

Houve uma sombra naquilo: o conde d'Eu não assistiu á cerimonia! Escusou-se, por lhe terem recusado um logar no recinto. Deveria ficar na galeria, com o corpo diplomatico; por isto preferiu não ir. Resignava-se, convencido da importancia — para Isabel — do seu silencio. Sentia-se entre gente inamistosa, que o hostilizára no Paraguai, que não lhe perdoava a amizade dos liberais, a sua intimidade com "A Reforma". Via que o Imperador deixára a filha bem guardada, dominada por um ministério tranquilo, poderoso, que nada faria de novo alem da "lei do ventre livre". Cruzou os braços, num conformismo aparentemente hábil: "a politica (contava ao duque de Nemours) seguia suavemente o seu curso, até melhor que de costume..." (1) Aliás não lhe faltaria trabalho, para ajudar a esposa, e tinha o Conselho de Estado, para o qual entrára no ano anterior. Anotou, com tristeza: "Ma surdité ne m'a pas permis d'apprécier le débat..." Essa surdez sem remedio, que se lhe agravou com a idade, perseguiu-o toda vida: ficou

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 309.

anedótica, impertinente. Aliada ao seu sotaque, aos “rr” em que carregava, sem jamais ter logrado falar um português límpido, desfavorecia-o, isolava-o; em 1871 aprendeu longamente a arte de ser discreto; anulou-se. O visconde do Rio Branco (Paranhos) não encontrou pela frente o joven general que queria desfilar com as tropas, exagerando semelhanças com Enrique IV; achou, afável, um colaborador da princesa que não se metia nos negócios do Estado, nem os perturbava. E não concordava com o governo na conquista da lei do ventre livre? Não fôra esta a sua convicção, antiga e madura?

“Fique tranquilo, nada receie; tudo ha de correr bem” — respondêra D. Pedro II a Rio Branco que lhe lembrára, junto á inexperiencia de Isabel, “o ascendente do seu esposo, já então muito informado das cousas publicas...”

“Realmente, segundo o testemunho do sr. João Alfredo, nunca, no seu caminho, o ministério encontrou o conde d’Eu, a não ser num ou noutro sinal do seu espirito de minucia através do exame, pela regente, de um ou outro papel comum da tarefa administrativa”. (1)

(1) Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*, p. 24, Rio 1913.

MÃES ESCRAVAS

A princêsa não tinha preferências partidárias nem pensamentos reservados. Pedia a Deus o exito do ministerio na sua luta com um parlamento sub-dividido: e confessava-se ansiosa pelo dia em que devesse assinar a lei humanitária. O tom conservador, o sentido cristão do governo coincidiram com os seus sentimentos. Pelos conselhos que lhe deu o Imperador em 1876, é facil avaliar os de 71: neutralidade, respeito ao mecanismo parlamentar, abstenção de atos que incomodassem os ministros. Disséra uma vez, com ênfase: “Procuro compreender e realizar a verdade do sistema constitucional, a mais feliz concepção da razão moderna”. Frases... Para ela, entretanto, tinham a força, o sentido d’um dever: para que imitasse a rainha Vitória — amavel fantasma d’uma realêza abstráta, passeando a influencia por uma galeria de cristal... Observada, criticada, estudada por toda gente; e obrigada a sorrir. Sorrir e calar.

Encarnou Rio Branco, naquele “climax” de parlamentarismo que exigia eloquencia, finura, tacto, ardor e estilo, o governo inteiro, o trôno e o Estado, os programas imperial e... liberal.

A cisão do seu partido quebrára a “ordem conservadôra”; mas a clareza do combate neutralizara ou confundira a facção “Liberal”, a clamar que lhe ti-

nam subtraído a “idéa”, portanto sem autoridade para negá-la.

A fúria dialéctica separára mais os homens do que os partidos, mais os interesses do que as bandeiras.

Exemplo disto: na sessão de 1 de Agosto um deputado injuriá, “Camara de escravos”! Andrade Figueira retruca: “A maioria é autonoma”. Porque João Mendes requeresse o encerramento da discussão, Antonio Prado diz envergonhar-se de pertencer á bandada paulista... “Os José Bonifacios e os Andradas e Feijós nunca requereram encerramentos nestas questões!” São 59 a favor e 39 contra (1).

A princesa, “sempre corajosa, animando os ministros e confiando na vitoria”, “perguntava se não haveria meios de ir adiante sem os encerramentos, de que a opposição tanto se queixava” — contou João Alfredo. (2) Não havia!

Nos bancos da opposição se ombreiam Alencar, Ferreira Viana, Perdigão Malheiro, Prado, Rodrigo Silva, Figueira, Paulino, Francisco Belisario, Vila da Barra, Pereira da Silva... O romancista do “Demónio Familiar” sacrificava á politica, miúda, a vocação abolicionista, da primeira hora. Para ele, a imposição era do “alto”, de Cesar, exorbitante... Quem diria que tres daqueles inimigos da “lei do ventre livre” completariam o gabinete da “lei aurea”, dezessete anos depois? Venceu-os a obstinação de Rio Branco, a serenidade do ministro do Imperio, a presença de espirito de Teixeira Junior, presidente da Camara.

“Está encerrada a discussão!”

(1) **Discussão da reforma** etc., II, 7.

(2) Tobias Monteiro, **Pesquisas e Depoimentos**, p. 30.

Nessa violencia desencadeava-se uma prèssa arrogante. O adiamento, para o ano seguinte, de debates tão azedos excitaria perigosamente o país: era preciso terminar logo, ao calôr das perorações.

Em 28 de Setembro foi a festa da sanção.

O ministro dos Estados Unidos apanhou uma das rosas lançadas sobre os senadôres para enviá-la a Washington: afim de que soubessem que fazíamos com flôres o que lá custára muito sangue...

A princeza, comovida, assinou a lei que extinguiu a escravidão dos nascituros. O seu coração religioso alegrava-se. Também ia ser mãe. Sabia que o Imperador, na Europa, estava contente. Poderia — agora que começára a abolição — entrar sem acanhamento no Instituto de França, em casa dos sabios que lhe tinham mandado a mensagem de 1867. A politica solidificára-se. A figura elegante e britânica de Rio Branco — por menos que o estimasse o príncipe — incutia coragem e confiança. Nimbava-se da aureola dos politicos infalveis; aliás cumprira a palavra dada ao Imperador.

Em Outubro, porém, um máo successo da princêsa fazia o conde d'Eu temer pelo futuro da corôa.

Seguiram-se dias melancólicos, em que a insipidez dos negocios affligia o casal, preocupado, alem disto, pelos problemas externos, pelos tumultos provincianos.

A agitação republicana ganhára fôlegos jôvens em S. Paulo, com a revolta academica do fim de 1871 — contra o novo sistema de exames. Lúcio de Mendonça e os companheiros de "club republicano" responderam ao rigôr do governo com um verboso ataque á monar-

quia. Foi aí que Ezequiel Freire lhes mandou quatro reis de baralho, com um soneto humorístico:

Sois uns Trimalcions de estomagos perversos,
Que ingeris ao almoço um Rei, outro ao jantar. (1)

“Heureusement l’Empereur va venir nous délivrer de tous ces tracas” — suspirava Gaston em 5 de Março.

No dia 31 desembarcou D. Pedro II. Um alívio. Isabel e Gaston cançavam-se. Nada lhes parecia então mais belo do que o lar, sem os horários do despacho, as audiências, a burocracia.

Mas o conde d’Eu não poudo deixar de queixar-se de ter o Conselho de Estado — em 20 de Maio — concordado com a dissolução da Camara sem os ouvir... “Não soubemos dessa reunião senão posteriormente, e por conversações casuais com pessoas estranhas aos negocios do Estado”. E dando d’hombros: “Cela est du reste fort égal...”

Visivelmente os conservadores, obrigados a aturá-lo na ausencia do sôgro, se vingavam, esquecendo-o. Esmagados pela “máquina” oficial, os liberais abstinham-se de concorrer ás eleições e voltavam á atitude indignada de 1869. “Ou polvora e bala, ou a abstenção”, foi a fórmula de Nabuco, comunicada a Souza Dantas. Menos no Rio Grande do Sul: aí Osorio, Porto Alegre e Gaspar Martins agruparam, em torno do estandarte liberal, as forças vivas da provincia. E em Minas — onde Martinho Campos e Assis Martins furaram o cêrco. Sete oposicionistas em 1872!

(1) *A Semana*, n. 125, de 1887, crônica de Raimundo Corrêa. Tambem sobre a revolta dos estudantes, Rodrigo Otavio, *Minhas Memórias dos Outros*, 1.ª série, p. 105.

O conde d'Eu metia-se numa neutralidade cômoda: devéras a opposição o arredára tambem dos seus cálculos.

Tavares Bastos escreveria da Europa, em Abril de 75, prognosticando a abdicação do Imperador: "Melhor, muito melhor fôra conservá-lo do que experimentar o Principe, ou correr os azares da Republica: mas — impossivel!" (1).

(1) C. Pontes, *Tavares Bastos*, p. 348.

XIV

A QUESTÃO DOS BISPOS

A bordo do “Gironde”, em 18 de Abril de 1873, Isabel e Gaston partiram para a Europa.

Foi um largo ano de aguas, exposição de Viena, e mais França e Italia.

Os Orléans, a quem a lei de 23 de Novembro de 72 restituira os bens não vendidos por Napoleão III, tinham voltado á pátria, e restauravam as casas desbotadas. D’Aumale reassumira o seu posto no exercito; e julgou Bazaine. Nemours vestira ainda uma vez o uniforme de general de divisão. Joinville cingira de novo o espadim de almirante e elegera-se para a Assembléa. Reconhecera o conde de Paris, em Frohsdorf, Enrique, conde de Chambord, herdeiro da corôa de França: isto tornára a monarquia próxima e viavel. Excelente solução para os filhos de Luiz Felipe: podiam conviver com a Republica tolerante de Versalhes, e aceitar os convites de Mac Mahon para as festas officiais, sem que os demagogos os apontassem á “gendarmerie” como conspiradôres, pretendentes... Mac Mahon gostava de lembrar a Nemours que fôra seu ajudante de ordens. Eleito chefe do governo em 24 de Maio, em 1.º de Junho deixou o nome entre os visitantes de 15 de Berri, que era o “hotel Nemours”. O duque e o conde d’Eu compareceram ao jantar de 25 de

Junho, em Versalhes (1). Se não era a aliança com a nova ordem de cousas, exprimia sem duvida uma acomodação. A Republica documentava o seu bom gosto, o culto do passado; e os principes — a sua neutralidade. Gambetta rugira: o orléanismo inventára as maquinações ministeriais parecidas com a teologia indiana, “onde os deuses mudam de cara e fórma segundo a fantasia de seus padres, para atingir, de avatar em avatar, o puro nada” (2). Os grão-senhores chamavam de jacobino, de declamador, a Gambetta; e admitiam, que a causa realista ganhára o país. A questão era de método: dependia da fórmula, para a restauração pacifica, talvez repentina. Os Orléans não tinham prèssa! Mas o casal d’Eu precipitou a volta em virtude do novo parto de Isabel.

Quanto a Gaston, preferia que a criança nascesse em Paris, aos cuidados dos Drs. Feijó, Campbell e Depaul. Ouvido o Conselho de Estado, o Imperador concordára. A princêsa porem, queria estar junto dos pais. Pelo mesmo “Gironde” regressaram em 23 de Junho, e a 28 do mez seguinte teve ela uma filha, que nasceu morta.

Esse infortunio justificava a crença do principe na medicina francêsa: aliás, para consolo e recuperação da saúde, havia Petropolis.

Alugaram casa, em Setembro, naquele delicioso refugio, e em Outubro o conde d’Eu saía em excursão, pela provinica de S. Paulo.

A princesa, arredia da politica, ralava em observações tristes o espirito devoto.

Rio Branco não evitára a “questão religiosa.”

(1) René Bazin, *Le Duc de Nemours*, p. 526.

(2) *Discours et plaidoyers politiques de M. Gambetta*, publiés par M. Joseph Reinach, V, 138, Paris 1882.

O Imperador tomára-a a peito, sistemático, intransigente.

E os católicos deploravam o excesso, qual a prisão dos bispos de Olinda e do Pará, heróis da resistencia do clero ao predomínio maçônico nas Irmandades...

Numa carta ao pae, o conde d'Eu alarmára-se: "Vous voyez à quelles conséquences absurdes mènent ce déplorable conflit..." Isabel não aprovava a intransigencia do governo. Se estivesse na Regencia, o conflito não se daria. De resto, resultára de atitudes prévias e claras. D. Antonio de Macedo Costa mandára aos fiéis que não lêssem os jornais que insultavam a Igreja. D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira decidira-se a demolir sózinho a instituição maçônica presidida pelo visconde do Rio Branco... Esse ministerio, evidentemente, não lhe fôra suspeito em 1871, quando a princeza regia o Imperio e João Alfredo impuzera-o por bispo de Olinda aos 25 anos de idade. A lei do ventre livre falára á sua alma apostolica. Considerára o governo que a promovera bemfazejo e digno de apoio. Em 14 de Setembro de 71 D. Frei Vital escreveu a João Alfredo: "Como brasileiro e como católico, na pessoa de V. Ex. felicito igualmente e do intimo d'alma o atual Ministério, do qual V. Ex. é incontestavelmente uma das glorias, e que immortalizou-se dotando a cara Patria com essa lei sumamente humanitária, civilizadora e cristã" (1).

Em 28 de Fevereiro de 73, entretanto, reluzia na sua intrepidez de soldado místico uma sinceridade sem hesitações: "Nunca me restou dúvidas ácerca dos embaraços e dificuldades sérias em que ia a questão maçônica colocar a V. Ex. Compreendi-os e medi-os desde que atendi para a circumstancia de, sendo V. Ex. ca-

(1) Ms. no arq. de João Alfredo.

tólico, fazer parte de um Ministério, cujo presidente é Grão Mestre de uma das facções maçônicas do Império. De ante-mão senti profunda e vivamente as aflições que ia V. Ex. experimentar. Mas que fazer ante o dever?" (1).

A corôa encaprichára-se. Os prelados não cederam. Compelidos a levantar os interditos, com que haviam fulminado as Irmandades, desafiaram o Estado. Processados, julgados, condenados, D. Pedro II foi inflexível. E' de 28 de Setembro de 73 este seu bilhete ao ministro do Império: "Já li o aviso mandando proceder contra o Bispo de Pernambuco, e entendo, como o Ministério, que cumpre fazer respeitar as leis com toda a energia" (2). Rio Branco fizera da condenação de D. Vital questão de confiança para o ministério. Em 14 de Dezembro, comunicando a João Alfredo as opiniões vacilantes do Supremo Tribunal, insistia na prisão, na persuasão, na "cabala": "O resultado está arriscadissimo..." "Se não houver prudente esforço, da nossa parte, a causa constitucional será sacrificada, e então o caso tornar-se-á gravissimo. Creio que decidirá da sorte do Gabinete". Mais positivo: "Peço-lhe que dê a maior importancia a esse pleito, e me ajude a pôr do lado do Governo bastante força moral. Pelo que de viva voz exporei a V. Ex. e aos nossos colégas, tenho para mim que nesse processo se decidirá da sorte do Ministério de 7 de Março" (3).

A opposição dividiu-se ante a crise espiritual. Zaccarias e Ferreira Viana — liberais e dissidencia conservadora — defendiam a Igreja; Tavares Bastos e Quintino Bocayuva — liberais e ala republicana — sustentavam o trôno nesse combate que retirára á politica a

(1) Ms. no arq. de João Alfredo.

(2) Ms. no mesmo arquivo.

(3) Ms. no arq. de João Alfredo.

sua lógica, ou a sua física, agora metafísica... Quintino abraçou o escudo do "laicismo", num artigo frio: "Non crux sed lux". A procissão do desagravo, promovida pelo cabido do Rio, em resposta ao insulto feito á imagem de Cristo no Juri, chocou-se, na rua do Ouvidor, com a malta sacrílega. Saldanha Marinhô metêra-se na mascara de Ganganelli, para apedrejar a via crucis, dos vigarios que não torciam... O sr. bispo do Pará — motejara Artur de Oliveira — errou de vocação; convinha-lhe um açougue. Pedia para ele um tronco! (1). João Alfredo escreveu (20 de Outubro de 73) a mons. Pinto de Campos: "Hoje pedem-se medidas em que antes já não se falava. Articula-se a separação da Igreja; exige-se o casamento civil; indicam-se muitas outras providencias semelhantes!" (2) Não era original, mas estava na moda: "Le clericalisme, voilà — le ennemi!"

Aristides Lobo preveniu a Quintino (23 de Fevereiro de 74): "Sei que Vocês estão em apuros. Pois bem: a aliança dos Republicanos está patente: é a Igreja" (3). Podia ter lido Taine, dois anos antes: "l'esprit révolutionnaire et l'esprit clérical ont des ressorts presque semblables..."

Quando falava no Senado Silveira Lobo em defesa de D. Antonio Macedo Costa, aparteou Souza Franco: "E' a cartilha de Santo Inácio". A resposta foi um golpe em cheio: "De Santo Inácio e dos jesuitas, nada tenho que ganhar. Os jesuitas do palácio, esses sim, são muito perspicazes; sabem que ali há o cofre das graças, dos empregos e de muita cousa mais."

"O Apostolo", a "Bôa Nova", do Pará, a "Tribuna Católica", do Ceará, o "Cruzeiro", da Bahia, ata-

(1) *Dispersos*, ed. da Academia (panflêto, 1873) pg. 217.

(2) Carta, em cópia, no memo arq.

(3) Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Imperio*, III, 394 not.

cam a monarquia — enrolando-a no lêma de “governo maçônico”; e defendem-na os “livres pensadôres”.

Ninguém sofre mais, da imprensa favorável aos bispos, do que monsenhor Pinto de Campos, que fôra a Roma, a justificar também o incidente e a crise. É verdade que de Roma não vem inicialmente um apoio claro a D. Vital e a D. Antonio. O padre Gonzaga, biografo do primeiro, ouviu a D. João Esberard que se queixára ele do cardeal Antonelli, aporfiado na conciliação, a ponto de esconder parte das informações ao Papa (1). Mais se indignaria com o conego se soubesse da audiencia que obteve a Pio IX, comunicada logo — em carta de 28 de Janeiro de 74 — a João Alfredo... (2) O “ímpio” Rio Branco regozijou-se (em carta para o coléga da pasta do Império, de 15 de Janeiro de 74): “Deus está conosco: O Barão de Penedo foi muito bem recebido!... O Santo Padre censura e reprova o procedimento do Bispo de Pernambuco, que não interpretou bem as pias intenções que ditaram o Breve ou Letra Apostólica que publicou... O Penedo é digno dos maiores elogios e ele se mostra muito grato ao cardeal Antonelli...” (3).

Esquecia-se de que o Papa ignorava a prisão dos prelados.

É queria uma vitória completa: “Os processos não podem deixar de prosseguir... enquanto não forem levantados os interditos. Cumpre somente agora manter o bom tratamento ao Bispo preso...” (4). Bastaria o degedro — no parecer do cons. Junqueira, ministro da guerra, católico como João Alfredo. Mas Rio Branco

(1) *Monseigneur Vital*, p. 190, e *Solidonio Leite, Uma Figura do Império*, p. 102, Rio 1925.

(2) Carta no arq. J. Alfredo.

(3) Carta cit, de 15 de Jan. de 74.

(4) Ms. no arq. cit.

não pretendia discordar do Imperador: submetendo-se, descobria-o.”... Aceitaria o degredo, se esta fosse a opinião de consciencia do Poder Moderador, consciencia que é meu principio respeitar sempre que não me pareça um caso vital para o ministério”! De fáto, realizára o programa do trôno.

A margem d’um livro lido no exílio o Imperador escreveria, com sinceridade: “Ainda não conheci pessoa mais inteligente e perspicaz...” (1). “E’ o meu homem, em que deposito toda a confiança”, dizia na Europa a Itaúna (2). Não fôra a falencia de Mauá, e o gabinete resistiria um ano mais.

Caíu gasto e vencido pela cisão do partido conservador, pela opposição liberal, pelo abalo que lhe causára o sossôbro do banco com o prejuizo de 7 mil contos de réis do Tesouro público. D. Pedro II apelou então para o duque de Caxias. Este, e o barão de Cotegipe, impediriam que os liberais assumissem desde logo o governo, revolvendo as bases da politica imperial, e unificariam o partido, sarando-lhe as feridas de 1870 e 71, numa espécie de conciliação nacional em que preponderasse o bom senso da “velha guarda”. “Gabinete de resistencia, formado de acôrdo com a corôa, não para realizar idéas, mas unica e exclusivamente para impedir a ascensão dos liberais, argamassando em um só corpo todos os elementos dispersos e antagônicos do partido conservador”, resumia, rancorôso, Pinheiro Guimarães... (3).

A 25 de Junho de 1875 Caxias organizou ministério: em 17 de Setembro foi decretada a anistia dos bispos.

(1) Visconde de Taunay, **Homens e cousas do Império**, p. 118, S. Paulo 1924.

(2) Cit. por Heltor Lyra, **Historia de D. Pedro II**, II, 15.

(3) Carta de 17 de Março de 1877, Pinheiro Guimarães, **Na Esfera do pensamento brasileiro**, p. 258, Rio 1937.

OUTRA VEZ REGENTE

O religiosismo da Princesa, a partir da anistia, foi o grande argumento dos anti-clericais contra o “terceiro reinado”.

Sofreu o Imperador pela formação voltaireana, por sua indiferença ás opiniões místicas; e Isabel exatamente pela fidelidade — mansa e grave — á Igreja, que a atraiu como ás velhas infantas de Bragança e Bourbon, suas avós. Nisto foi bem a mãe devota, arri-mando-se á sua fé, cuidando-a com zelo e arte, superior á descrença elegante dos “espíritos fortes”. O pai não se lembrára de neutralizar-lhe esse pendor, accentuado com a idade, as decepções, os pezares, mesmo a felicidade: e o marido — Orléans que gostava da “Mar-selhêza” — lho respeitára, corrêto tambem nos devê-res católicos, de príncipe de educação antiga.

O fáto de confessar-se ameúde, de ouvir muitas missas, de estar á frente de festéjos religiosos e “quer-mêsses” — para os inimigos dos padres era a garra da teologia, a pairar sobre o Estado. A “fanatica” trataria de impôr ao Imperio, encadeiado ás sacristias, uma politica de velha Espanha... Até a Inquisição — suspeitavam os liberais embebidos de Michelet e Hercu-lano; e o “fanatismo filosofico” — a classificação é de Saint-Beuve — pediu com urgencia uma revolução... Gaspar Martins, numa hiperbole, comparára-a a Maria

a Doida (1) — cuja demencia se atribuía aos pavões de consciência...

Socorreu-se uma vez desse fantasma de rainha; mas com um “humour” imprevisto.

Foi quando Sayão Lobato — ministro da justiça em 1871 — instou para que assinasse uma sentença de morte. Um escravo, que matára o senhor. Para demovê-la, estudou um discurso. E desfechou-o na sessão do despacho, contando o episodio de D. Maria I, que se vira em igual tormento de espirito e se saíra dele com uma grande frase. Disséra á mãe do condenado, que lhe implorava a vida do réo: “A minha bondade, o meu coração de mulher perdoariam, mas a minha cabeça de rainha manda condená-lo”. Narrou; e julgou ter vencido a sua obstinação. Mas a princêsa sorriu, e muito simples, muito ligeira:

— Mas, senhor Sayão, minha tataravó era maluca!...

E não assinou (2).

De fátó a sombra da rainha louca, repassando, nos dêdos lividos, as perolas do rosário — seguia-a como uma advertencia. — Voltariamos ao tempo dos confessôres, da “eminence grise”, da ditadura dos frades, como no absolutismo anterior á bonhomia de D. João VI e ao seu utilitarismo? Preparava-se o regresso ao século XVIII — com a mesa censória e as procissões de flagelantes, o arcebispo de Tessalônica e as beatas de capôna?

Os augurios raiavam no disparate; porem eram eficazes — no seu trabalho de demolição.

O “terceiro reinado”... nunca!

(1) F. Osorio, *História do General Osorio*, II, 685.

(2) Tobias Monteiro, discurso-necrologio no Senado, *Jornal do Comércio*, 17 de Novembro de 1921. O seu informante foi um ministro do mesmo gabinete: João Alfredo.

A Princesa (registava, consternado, o conde d'Eu) é todos os dias acusada de sacrificar a dignidade nacional a seus sentimentos religiosos, que não tem, entretanto, ocasião de mostrar, evitando naturalmente esse assunto de conversação, indo á missa apenas nos domingos, não tendo esmolér nem confessor efetivo" (1). "Et ce qu'il y a de terrible c'est que ces déclamations semblent former un concert unanime".

Em 1876 confidenciava ao duque de Nemours: "Desgraçadamente esse sentimento anti-religioso é a unica cousa que apaixona o povo brasileiro e não acha voz que defenda as idéas católicas" (2). Segredou: os criados chegaram a lembrar-lhe a conveniencia de pôr no seguro os moveis do palacio, contra algum incendio criminoso...

Isabel não se intimidou. Favoravel a uma composição com o episcopado, advogada do culto tradicional e de sua velha dignidade, aceitou como uma provação necessária aquella impopularidade.

Pedira ao pae brandura e clemencia: não foi atendida.

Revelou-o o proprio bispo do Pará, em carta da prisão, a um amigo, em 8 de Julho de 74: "Não sei ainda para onde me mandarão, mas, é certo, que o Imperador não me dispensará senão o trabalho das galés. Não dará liberdade aos bispos, nem siquer por ocasião do successo feliz de sua filha, todos os dias esperado. Consta que já a desenganou disso, o que a magoára muitissimo" (3). E em 17 de Julho: "Coñre que o Rei não dará liberdade aos bispos, nem por ocasião do nascimento do Principe (acontecimento a todo instante

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 324.

(2) A. Rangel, *op. cit.*, p. 322.

(3) D. Antonio de Almeida Lustosa, **Dom Macedo Costa**, p. 291, Rio 1939.

esperado): e dizem mais que houve já recusa formal á Princesa, que está muito magoada com isso e tem derramado muitas lagrimas! Pobre imeprador!" (1).

O clero confiou nela.

Mas não interferiu — contida pela obediencia filial e pelos escrupulos a que se habituára — para que se decretasse a anistia dos bispos.

Tinha de ser uma das providencias pacificadôras do governo de Caxias, embóra constringendo o Imperador. Soube este dar hierarquia aos interesses do Estado. Chamára o duque para unificar o partido conservador cindido em 71, e serenar a politica, de modo a permitir-lhe a viagem que projetára, á America do Norte e á Europa, em 76. Forçando o grande soldado a governar, na idade em que os achaques e o peso dos sruços á Pátria autorizavam um suave retiro, decerto perdêra o direito de contrariá-lo. A anistia, tres mezes depois da organização do gabinete, foi da iniciativa dos ministros. Não entrou aí, mínima que fôsse, a influencia do Paço Isabel. Di-lo o conde d'Eu (escrevendo para a França em 20 de Setembro): "C'est tout de mème um acte de courage des ministres actuels et qui leur fait honneur" (2).

Quando, um ano mais tarde, desembarcou o Inter-nuncio, o cronista da "Ilustração" — Machado de Assis — comentou alegremente: "Antes de chegar o digno monsenhor, toda gente imaginava alguma cousa semelhante a um urso, um tigre pelo menos, sedento do nosso sangue. São-nos um homem polido, belo, amavel; um homem com quem se póde tratar" (3).

(1) João Dornas Filho, *O Padroado e a Igreja Brasileira*, p. 227, S. Paulo 1938.

(2) A. Rangel, *op. cit.*, p. 320.

(3) Max Fleluss, *Páginas de História*, p. 684, Rio 1930.

A princesa aliás ia dar á luz um filho e exigira que de França viesse o bom Dr. Depaul. Mortificada com os anteriores insucessos agarrava-se áquele capricho: só se confiaria ao Dr. Depaul.

O Imperador e o príncipe quizéram demovê-la. A medicina nacional zangar-se-ia, melindrada. Jamais se apelára para parteiros estrangeiros na côrte do Brasil. Seria mais do que uma inconveniencia, um equivoco. Os medicos da familia imperial poderiam largar o serviço, humilhados; e a imprensa teceria intrigas... Isabel não ouviu essas razões. Destacou, na sua aflição, o perfil autoritário que havia de surpreender a famulagem em Laranjeiras e S. Cristovão. Bateu o pé. Exasperou-se. E veiu — pelo “Orenoque”, a 24 de Setembro — o hábil Depaul, com uma enfermeira, Madame Soyer.

Um conflito externo, um crak de bolsa, uma catastrophe não excitariam os jornais, amargos e violentos, como a presença, no Rio, do facultativo parisiense que se sobrepuzéa aos da terra... “Nous sommes devenus três froids par ces injures”, consolava-se o conde d’Eu em carta de 27 de Setembro.

Foi em Petropolis, a 15 de Outubro, que lhe nasceu o rapaz de seus sonhos: um robusto menino, que tomou o grande nome de Pedro de Alcantara Luiz Felipe Maria Gastão — príncipe do Grão Pará. O pae preferia uma filha. Mas o avô se mostrou radiante com esse novo Pedro em que lhe floria a arvore dinastica. “Eis-me feliz. Minha filha deu-me um belo neto” (1).

O Dr. Depaul (sem ele “nosso filho teria provavelmente perecido, como sua irmã”, escreveu o conde

(1) Carta a Gobineau, Georges Readers, D. Pedro II e o Conde de Gobineau, p. 508, S. Paulo 1938.

d'Eu, em 30 de Agosto de 77) regressou dias depois, furioso e bem pago: tomado de odio aos jornalistas, cobiçado pela clientéla aristocrática.

O Paço Isabel — com o advento do herdeiro — alegrou-se de outras galas.

Em 1876 a princêsa seria inteiramente venturosa se os encargos do governo não tivessem de pesar-lhe ainda uma vez nos braços que preferiam embalar crianças.

Não podia queixar-se — quando, em 26 de Março, tomou a regencia — da politica interna e de suas dificuldades.

O Imperador ausentára-se deixando em ordem e socegada a grande casa brasileira. Pelo menos até Outubro tudo se passaria normalmente. Assim prognosticára o conde d'Eu em 27 de Maio. Antes das eleições, marcadas para Outubro, teriam uma tranquilidade mediocre, algo inspida. Mas as eleições prometiam muitas tristezas. Complicava-se-lhe a propria teoria. Os homens do governo em 72, contra os processos drásticos do gabinete Rio Branco, tinham jurado regenerar o sistêma, graças ao voto universal. Eleição dirêta. Massas em vez de grupos; democracia, onde houvéra, até aí, oligarquia. Cotegipe e Paulino de um lado, Saraiva e Tavares Bastos de outro, traçaram as linhas convergentes que conduziam ambos os partidos ao mesmo programa: “verdade das urnas”, pela abolição do método indireto...

A politica, porém, adaptava-se ás circumstancias novas. Melhor conveiu ao ministério de 25 de Junho pôr em execução a lei proposta pelo antecessor, chamada “do terço”, como um paliativo, antes que fosse indispensavel a magna reforma. Esta suscitava outras

questões. Mexia com a Constituição. Sacudia a velha estrutura do Estado. E os liberais arvoravam-na como sua fórmula, sua bandeira...

Desta feita o Imperador foi mais minucioso. Escreveu (datando-os de 25 de Março) uns conselhos para a princesa regente que podiam ser a sua propria justificativa. Inquiétavam-no aquelas eleições em que se mediriam, depois da abstenção de 1872, as facções do Império.

A sua viagem, outrosim, prolongar-se-ia, pela Europa, um pouco pelo Egito e pela Palestina.

Ha um acênto de recomendações testamentárias nessas linhas entregues a Isabel, a proposito de cada um dos problemas do Brasil.

Fôsse imparcial no jôgo dos partidos! "Meu grande empenho é a liberdade das eleições: para isso tenho sempre lembrado a bôa escôlha de presidentes". "Toda vigilancia do governo é pouca". Na hipotese de se pronunciaram as urnas favoravelmente aos liberais, que subissem estes. "O que almejo é que os ministros se sucedam pela opinião da maioria da Camara". "Embora a que vae ser eleita não seja liberal, se a opposição fôr tal que embarace a marcha d'um Ministerio conservador, chamarei os liberais para o governo, e sem condições". Qual a questão mais debatida? A eleição diréta. "Entendo que a reforma da eleição diréta é constitucional. Os liberais a fariam como o entendessem, reservando eu porem minha opinião sobre o modo de realizá-la — por meio de reforma constitucional".

Olhasse a justiça! "A magistratura vae provocando bastantes queixas. Muito escrupulo na primeira escôlha; e depois a antiguidade para os acessos é o que me parece melhor. Não se apresse em anuir a despachos para a magistratura..."

Tambem o clero... "O bispo do Maranhão está gravemente enfermo. Todo cuidado na escolha de novo Bispo. Ha padres dignos do cargo sem serem eivados de principios ultramontanos."

E serviços públicos! Comunicações e transportes; ligações ferro-viárias; o caminho de ferro para Mato Grosso: "que não posso deixar de recomendar que se cuide de sua melhor direção e construção, embora lenta, conforme o permitem os meios do Tesouro. O estado deste exige muita economia, isto é, gastar com o maior proveito" (1).

Caxias, afinal, deixava-lhe tranquilo o espirito, sem apreensões e sem cuidados. O Condestavel defenderia pontualmente a corôa. Este papel — de árbitro da situação na ausencia do soberano — o duque o aceitára com o estoicismo habitual, mixto de dedicação ao trôno e de disciplina militar. Disse bem o seu panegirista: a regencia "recaía, sem duvida, numa princêsa virtuosa, ilustrada, amante de sua pátria, mas os tempos não corriam bonançosos, e o sexo, a inexperiencia, a juvenilidade da excelsa princesa estavam patenteando a espada forte, o conselho réto, a ação energica, e que o império periclitaria, se a seu lado não ficasse nome prestigioso" (2).

O Imperador limitára-se áquelas recomendações sem detalhes, sem nomes próprios, sem subentendidos: lição vaga como os oráculos. Vaga e discreta. Código de ética imperial — sem politica!

Testemunhou Gaston, "jamais il nous a parlé, à Isabelle ou à moi, ni avant ni après la régence, de la

(1) Notas do arq. da familia imperial cit. por Heitor Lyra, *op. cit.*, 2.º vol.

(2) Pinto de Campos, *Vida do Grande cidadão brasileiro Luis Alves de Lima e Silva etc.*, p. 484, 2.ª ed., Bibl. Mil., Rio 1939.

politique ou des affaires de l'État" (1). Que assumisse toda a responsabilidade; fôsse rainha constitucional como Vitória de Inglaterra; não ouvisse senão a quem tinha o dever de falar-lhe!

A princesa não se desviou dessa linha de conduta. O conde d'Eu não podia proceder diferentemente. Caxias não o estimava; os conservadôres aborreciam-no; e muitos dos seus amigos da "Reforma", depois da questão religiosa, confundiam o catolicismo de Isabel e a caturrice monárquica, de que andavam fartos. O proprio Cotegipe aludira-lhe em Novembro, misteriosamente, em tom de presagio, a "alguma revolução que o obrigasse a expatriar-se". Anotou: "Achei exquisito esse assunto de conversa" (2). Bem disséra, em 1871, Nabuco de Araujo a Leão Velloso: "Aqui não havia republicanos, e agora não sómente os ha, como não ha liberal que não se mostre disposto a sê-lo..." Além disto, não era mais o pensamento triunfante em 28 de Setembro de 71 que conduzia o governo. Em 77 queixava-se João Alfredo a Lucena, dos quatro conservadôres dissidentes, agora ministros, que o hostilizavam em Pernambuco... (3). Rio Branco retraíra-se, na direção da Escola Politécnica. O príncipe calou-se, como das outras vezes. Dividiu modestamente o seu tempo. Isabel não podia desejar melhor secretário. Em 28 de Março de 77 encarecia — em carta a Gauthier — as consolações da vida matrimonial — "la vie en commun avec une personne dont les intérêts soient identifiés avec les nôtres de façon qu'on n'ait aucune préoccupation cachée l'un pour l'autre" (4). Mas os papéis de Es-

(1) A. Rangel, *op. cit.*

(2) *Diário de Notícias*, 1882, cf. Constâncio Alves, *Figuras*, p. 169, Rio.

(3) Carta ms. no arq. de João Alfredo.

(4) A. Rangel, *op. cit.*, p. 419.

tado— naquele officio domestico — não o distraíam suficientemente. Teve um dia a sua idéa: ao pedir-lhe uma esmola um antigo soldado, que se queixou do preço das casas, da miseria reinante... Sim, o Rio ressentia-se d'um capitalismo parvo, sem iniciativas sociais! Faltavam-lhe bairros proletarios. Residencias baratas e decentes, para a pobreza. Os operarios precisavam melhorar as suas condições existenciais. Arrajar-se em ruas novas, respirar em quarteirões asseados um ar de suburbio sadio... Mandou fazer um largo projéto de construções daquele tipo; e, tomado de imprudente entusiasmo, se dispôz a realizá-lo (1). Não passou da primeira. As gazetas republicanas encurvaram-se num grande ponto de interrogação. Então o principe iria explorar os "cortiços" — como um vendeiro apatacado? Negociaria com a indigencia — avarento, arremangando-se nas suas contas, metido com os senhorios que despejavam dos seus "antros" familias tísicas, alugando-os a gente infeliz? Que significava o novo genero de atividades do consorte? —

Foi então que percebeu a armadilha, em que a ignorancia do meio o prendêra, e da qual só escaparia arranhado.

Suspendeu as obras; rasgou as plantas; não pensou mais nas suas "vilas operarias" — ao contrario das fôlhas radicais, que não o pintaram d'outra forma daí por diante, usurário que fazia render o seu dinheiro... Volveu-lhe o apetite da solidão, com a necessidade de isolar-se, uma crescente nostalgia do seu socêgo intimo — fóra da regencia, que lhe aumentava as dividas contraídas, e do bulicio malevolo da côrte. "Avec mon caractère, il n'y a qu'une seule vie

(1) Arq. d'Eu, ms. n. 8104. Protesto contra a edificação de "cortiços" do conde d'Eu, 8 de Agosto de 1817. Vd. João Brígido, *O Conde d'Eu*, p. 27, Fortaleza 1902.

qui convienne à ma santé: c'est la vie tout-à-fait tranquille et isolée que nous menions ensemble à Luchon". E numa confissão mais leal: "Vous connaissez mon goût pour l'insolement, goût qui touche jusqu' à la misanthropie" — esse "caractère d'ours de plus en plus accentué", a que se referia com uma desanimada displicencia (1).

Aliás previa para breve a ascensão dos liberais. Teriam um terço da Camara se a lei eleitoral fosse aplicada com rigôr — advertira, em 9 de Outubro, ao duque de Nemours. E cultivava a amizade de Osorio — o Caxias da opposição.

As sombrias perspectivas não se confirmaram. Certo, a rua do Ouvidor se encheu do boato de que estourára no Rio Grande a revolução com Osorio á frente (2) — o que era tão falso como... atas eleitorais. O velho cabo de guerra não pensava nisto. Viéra na lista triplíce para o Senado e a princêsa o escolheu, em 11 de Janeiro de 77 (3). Em 28 de Abril a côrte acolheu-o em delirio. Os liberais fizeram-lhe festas exultantes. Sentiam-se vigorosos ao lado do companheiro invicto que continuava na politica o que fôra no Paraguai: o general cavalheirêscio e arrojado. No banquete da "Reforma" saudou-o Sinimbú — inculcado para a sucessão de Caxias, se caíssem os conservadores (como, de Nova York, escrevia José Carlos Rodrigues); e o brinde de honra á Regente foi levantado pelo marquês de Herval. Proclamava a sua fidelidade ao trôno, o seu respeito á Princesa, a sua amizade ao conde d'Eu (4). Era tranquilizador.

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 419.

(2) Crônica de Machado de Assis, in Fleiuss, *Páginas de História*, p. 697.

(3) F. Osorio, *Hist. do General Osorio*, II, 695.

(4) F. Osorio, *op. cit.*, p. 701.

Resolver-se-ia tudo com a reforma eleitoral, sonhada e decisiva reforma que acabasse com a pantomina da unanimidade parlamentar, da mentira representativa... Democracia! Sim; mas por partes — contestava-lhe o governo. Não: completamente — transigia uma ala do partido dominante. Mas havia outras preocupações: por exemplo, a sêca do Ceará... A princesa, em Maio, abriu a estação elegante com um bazar de prendas, em beneficio dos flagelados (1).

A imprensa não deixára apagar-se a fogueira da questão religiosa. Criticava-a, por ter assistido á sa-gração do Internúncio; acusava-a, de servir de instrumento á Santa Sé para expulsar os maçons das Irmandades... 'Jamais il n'a été question de mesures contre les franc-maçons dans les conversations d'Isabelle avec les ministres...' O conde d'Eu mostrava-se enojado dos boatos e descontente do ministério (2), cujo desmentido — áquela baléla — lhe parecêra fraco. "A policia soube que se preparava uma demonstração popular para felicitar o Presidente do Conselho pela sua pretendida attitude e pode impedi-la". "La police est faible... (3) Para maior tristeza do principe faleceu, em 11 de Dezembro, o seu grande amigo o conde de Lages.

Gaston não ocultava, em Janeiro, o pensamento contrário á obrigatoriedade do casamento civil — que o Imperador aconselhara. Isabel cançava-se. No Carnaval o anti-religiosismo explodiu, em fórmula de sá-

(1) Machado de Assis, *ibid.*, p. 762.

(2) "En présence d'une imposture aussi audacieuse, le ministère s'est décidé à sortir de son inertie...", Rangel *op. cit.*, p. 323.

(3) A. Rangel, *ibid.*, p. 326.

tiras cruéis. Uma vontade insopitavel de saír dssse meio hostile, “contribúe a incentivar o gosto do isolamento que está no nosso character”, queixava-se, saturado da monotonia das audiências, da burocracia, o “spleen” do poder... Em 12 de Abril: “357 pedidos de esmola recebidos depois da semana santa...”

UMA FAMILIA PACIFICA

Chegou o Imperador em 26 de Setembro, apressado em dizer que durante a ausencia “jamais dirigira á filha ou aos ministros um unico telegrama sobre as cousas d’Estado” (1). “À peine le seuil du Palais franchi, il est allé droit aux ministres, sans dire aucun mot à sa fille”.

Aquilo parecia-lhes uma libertação. “Avouez que c’est une chienne de vie celle de chef de l’Etat au Brésil”. O fastio do governo assaltára o casal d’Eu. D. Pedro II não lhes falára de politica. “Nous ne nous en plaignons pas; car nous avons la politique en horreur”. Agora, a subida dos liberaes irritava o principe... Comprazia-se com a sua pequena ródá de amigos nas Laranjeiras. E esperava apenas pelo bom successo da esposa para se meterem de novo no transatlântico, rumo d’uma Europa embelezada pela paz; pela paz íntima e substancial das cidades onde os filhos dos reis e os burguezes se acotovelam, sem se conhecerem...

Em Petropolis, a 26 de Janeiro de 78, nasceu o principe D. Luiz. “Nous sommes pourtant désappointés de n’avoir pars une fille!”

(1) “Propalando a opposição liberal... que o imperador entendia-se continuamente por telegramas com a Princesa Imperial Regente e que o consultava sobre todas as difficuldades que surgiam na alta administração, foi um dos primeiros cuidados do Imperador, apenas chegou” — desmentir esse boato, Lery Santos, *Panteon Fluminense*, p. 24, Rio 1880.

Em 14 de Março, o joalheiro Dreux — um patife! — roubou os brilhantes da princesa avaliados em 50 mil francos.

A viagem compensou os dissabôres antigos e recentes.

Partiram em 1.º de Maio. Viagem larga e amêna: Aix-les-bains, Turim, onde viram D. Bosco, Argelia. Em Paris, a 9 de Agosto de 80 teve Isabel o seu terceiro filho, D. Antonio, na rua da Faisanderie. Como os dois primeiros, um forte rapaz! Assistiu-a o Dr. Depaul esquecido das verrinas das gazetas, sensível á preferencia da augusta senhora, que o considerava o melhor medico do mundo. Sorrira-lhe tambem a numerosa familia Orléans, a começar pela tia Joinville. A Imperatriz e o Imperador podiam impacientar-se dessa demóra no estrangeiro. Voltaram em 10 de Dezembro de 80 com uma pessoa a mais na comitiva: o seu pequenino Antonio.

Petropolis pareceu-lhes então mais silvestre e deliciosa, e mcontraste com o calôr mal-são do porto, a recrudescência da febre amarela: e, afinal, resignado D. Pedro II a não se ausentar do país, podiam agasalhar a ventura domestica num lar simples e harmonioso, como tantos outros da cidade. Nada de ambições importunas! "L'amour est un égoïsme à deux", disse-a Isabel. Bendito egoismo — pensavam, no sócêgo burguês que as roseiras cercavam como um afaço e uma proteção...

O conde d'Eu não encontrou o mesmo Rio de Janeiro que deixára em 1878.

Respirava-se uma atmosfêra diferente.

A agitação abolicionista, iniciára-se na Camara em 1879, trazida da Bahia por Jerônimo Sodré (1);

(1) Joaquim Nabuco, **Minha Formação**, p. 231, Rio 1900.

a era dos comícios, o prestígio dos oradores populares, a “eleição direta” — faziam estremecer o edificio politico, cujos velhos esteios iam caíndo, arrebatados pela morte: Osorio, Caxias, Rio Branco...

D. Pedro II escrevêra a Gobieffeu, em 3 de Janeiro de 80 — após os tumultos do “imposto do vintem”: “E’ a primeira vez que isto succede no Rio desde 1840. Há quasi quarenta anos que presido ao governo sem que tivesse havido necessidade de atirar no povo”(1).

E’ de 19 de Novembro de 81 a primeira reflexão do príncipe sobre o seu incerto futuro. “Quanto mais penso duvido que cheguemos, eu e meus filhos, a nos aclimatarmos d’um modo definitivo no Brasil, tanto em virtude da situação politica aqui essencialmente precária, difficil e penosa, e se tornará mesmo (a julgar pela experiencia que temos dos efeitos das viagens do meu sôgro) provavelmente impossivel se desgraçadamente nos faltar o Imperador antes que meu filho esteja na idade de tomar por si mesmo partido, como por causa do clima (destrutivo para as saudes delicadas), que é agora talvez o principal inconveniente. Se entretanto essas difficuldades de todo genero nos conduzirem um dia a abandonar o Brasil... (2).

Via claro. Mais do que nunca a falta de herdeiro masculino debilitava a monarquia, que o “horror” de Isabel pela politica não poderia salvar — sem uma transformação ambiente cada vez menos provavel. Que os meninos crescessem! Não se afligia ele com esse pessimismo; menos se resentiria dele o Imperador, em cujo temperamento estoico o descrédito das insti-

(1) Georges Raeders, *op. cit.*, p. 584.

(2) A. Rangel, *op. cit.*, ps. 361 s.

tuições acalentava outra sorte de vaidades: dizia-se indiferente aos "seus direitos", que nascêra para senador, ou professor do Colégio D. Pedro II... Não mexeria uma palha, para confundir republicanos, ou responder-lhes. Exagerava a tolerancia, pintando-a de atonia, de insensibilidade. Não se precisava de indice mais significativo deste "quiétismo" do que o caso do "Corsário". Apulco de Castro saíra com o seu paquim a insultar a sociedade toda, caluniando, injuriando, como se moêsse, no moinho maldito, toda a miséria forçada nos cafés baratos. Ninguém o detêve; circulou, impune; exhibiu, na sua fôlha, menos a propria vilania do que a inércia d'um regimen que tinha o misticismo dos "braços cruzados". Esbarrou no aço de alguns officiais a quem o brio ofendido armou, um dia, a mão forte. O mal estar acentuava-se, com a insatisfação geral. O episodio da Escola Militar, em 18 de Julho de 82, documenta a crise, nitidamente espiritual.

Foi na aula de história do professor Moreira Pinto. Visitando-a o conde d'Eu, achou o catedrático de molestá-lo contando as atrocidades dos reis "Capetos", seus avós, culminadas pela noite de S. Bartolomeu, Carlos IX a caçar "huguenotes" das janelas do Louvre, com um mosquête... O principe irritou-se, e falou, para desmentir a lição, que acusou de maliciosa. Não podia surgir então incidente mais sério, embora se afigurasse fútil ao bom senso dos estadistas velhos. Roçava os melindres de cátedra, bolia com os preconceitos xenófobos, antepunha a Michelet o "ancien régime"... Pode-se dizer que datou daí a impopularidade irreparavel que acompanhou o principe consorte, até á Republica. O Imperador recusou a jubilação pedida por Moreira Pinto. Não punia professô-

res contrários á fórmula de governo. O conde d'Eu revestiu-se de mais prudencia. A imperial tolerancia devia exasperá-lo. Guizot disséra: "Os governos perecem pelo exagero do seu principio. Mas têm um modo mais seguro ainda de perecer: é negar esse principio..."

Para consôlo e derivativo, havia Petropolis, e uma vida social enfeitada de outros requintos.

A princesa recebia em Petropolis ás terças-feiras, de 2 ás 4; e nas Laranjeiras, ás 8 da noite, para a indefectivel hora de música, a que compareceria o Imperador sempre com a cartola na mão, apressado e afável.

Desertando desse salão a politica, que o rondára dez anos antes, aí se instalára a arte; e o bom gosto europeu e puro. Pelo menos se esquecia no Paço Isabel a melancolia de S. Cristovão, o seu mobiliário arcaico e o silêncio de convento: e não faltava quem dissesse que a Imperatriz achava muito frequentes, muito ruidosas as horas d'arte da filha, com valsas vieneses, os concertos de violino do cubano White, árias da moda e sorvêtes, no estilo dos Joinville, dos Nemours, dos outros parentes de França.

Não se puzera em todo caso, á frente de um movimento, que naturalmente dirigiria se morasse em França: a elegancia feminina, o "espírito de côrte", que Ramalho Ortigão notou indefinivel no Rio de Janeiro em 1887. "A exhibição quotidiana das senhoras na rua do Ouvidor e o **compte rendu** que dão os jornais das **toilettes** com que elas aí aparecem são phenomenos bem lastimaveis. Era preciso que a Capital do Brasil tivesse um ponto de reunião de carruagens e mais bailes na Côrte ou fóra da Côrte onde as senhoras levassem as **toilettes** que vão mostrar nos "bondes"

e na rua do Ouvidor. Faltam duas ou tres senhoras de prestigio dominante que encaminhassem o movimento elegante. Uma das minhas amigas explicou-me que modernamente só duas senhoras no Rio tinham tido autoridade para desempenhar esse papel: uma tinha morrido, e era a viscondessa de S. Clemente; a outra tinha emigrado para a Europa, e era **Madame Diogo Velho**" (1).

Na serra, pelas manhãs, a princêsa guiava a sua "vitória" puxada por um cavalo tranquilo. Ia por vezes só. As damas jóvens todas tinham o seu carro, para passar, no trote de belos cavalos do Prata, as pontes do Piabanha. Não perdia ali quantas reuiões sociais tivessem um fim de filantropia, de socôrro a obras pias. Promovia-as com uma atividade incançavel: sobretudo ás suas exposições de orquídeas e camelias, a primeira em 2 de Fevereiro de 1875, outras, admiraveis, em 76, em 77, em 1884 — já no Palacio de Cristal — e nos dous anos seguintes. O conde d'Eu fazia o discurso inaugural, entre botanicos, camaristas, proprietários de bom gosto vaidosos de suas flôres. O Palacio de Cristal abriu-se ao publico em 2 de Fevereiro de 84: viêra de França; armára-o o engenheiro Bonjean. Faltava a Matriz. Isabel dedicou-se á construção de sua grande igreja. Queria uma vistosa e severa catedral gótica, de agulhas espiritualizadas no céu, arcos-botantes, ogivas, rosáceas e, coando a luz de Maio, vitrais de Nossa Senhora. Começou por uma subscrição, encabeçada pelo Imperador, pela Imperatriz. Uma pá de prata serviu-lhe para atirar sobre a primeira pedra cimento branco — plantando um alicerce como quem planta uma roseira. Estava certa de que as tôrres investiriam os ares,

(1) Carta a Eduardo Prado, *Revista Nova*, S. Paulo, n. 1, 15 de Março 1931.

finas e rendilhadas, e lá no alto, abobadas sonoras seriam o docel d'um altar e de um tumulto... Maio, aliás, era o seu mez predilêto. Acompanhada de Amandinha Dória e de Mariquinhas Tosta (baronêsas de Loreto e Muritiba) ia para o côro da matriz, fronteira ao palacio Imperial, para cantar as lôas da Virgem Maria. Deixava que se atualizasse a noticia do "fanatismo", solfejando o seu "mez de Maria" no côro, a Tosta ao piano, e organizando bazares de caridade, em beneficio das obras da igreja. No Rio teria cautelas hábeis; mas em Petropolis era diverso. Desde criança aprendera a ser diferente ali, entre colonos alemães que chamavam de "kaiser" a D. Pedro II, no meio de aristocratas e dos ministros estrangeiros que podiam ser rigorosamente europeus nos quatro mezes frescos, da "vilegiatura" elegante.

Nas Laranjeiras voltava ao ritmo antigo: e gostava que soubessem dos seus cuidados na educação dos principes.

Em 82 o Imperador, Isabel e Gaston tinham meditado num homem erudito, forte em letras clássicas, para preceptor dos meninos: que, alem de latim e grego, soubesse a sua medicina, e, a par dos estudos, fosse corrêto de maneiras. Amigo de livros — havia em primeiro logar, o diretor da Bibliotéca Nacional: o Ramiz Galvão. Era um môço rio-grandense de 36 anos, trigueiro e alto, o "pince-nez" a québrar a vivacidade dos olhos pretos, de "guasca", helenista, professor de história natural, autor de um belo retrospecto sobre eloquencia sagrada no país. Um preceptor ideal! Assim foi, sete anos.

Os principes cresciam — loirinhos, vivos, robustos. O primogênito andava em tratamento, com chóques eletricos, do braço esquerdo, cujo defeito de nascença,

uma semi-paralisia ou insensibilidade do ante-braço e da mão, lembrava o caso de Guilherme II. Era manso de genio, o espirito brando, a bondade natural, mais de Bragança, emquanto D. Luiz, voluntarioso, precoce, batendo o pé pequenino com uma insolencia prometedôra — acusava a herança paterna, dos principes soldados...

Ramiz notou inicialmente esse contraste moral. Foi em Maio de 82, em Petropolis, ao empossar-se no emprêgo. O Conde d'Eu e a princêsa chamaram os meninos e "disseram a D. Pedro que me falasse como a um bom amigo que de então em diante havia de acompanhá-lo sempre, e a quem ele devia muito estimar. D. Pedro docilmente correspondeu, posto que vexado, aos meus afagos. Chegando a vez de D. Luiz, este conservou-se em distancia e de sobr'olho carregado; e, perguntando-lhe logo a Princêsa porque me não falava, respondeu em tom resolutivo: **porque não quero.** — Consigno o incidente porque ele me revelou desde logo o que a experiencia me veiu confirmar: que havia notaveis differenças de caracter entre os dois irmãos; D. Pedro, mais docil e amoroso; D. Luiz, mais indifferente aos laços do coração e mais capaz de querer" (1).

Nesse episodio antecipa-se um destino.

Em 1882 importava sobretudo a tres crianças espantadas com a mudança de hábitos e que deviam obedecer rigorosamente a um "doutor" cheio de sabedoria.

Um volume sob o braço, vigiando-as com uma atenção indulgente, respeitoso, impecavel, lá saía todas as manhãs com elas para o passeio higiênico, de

(1) Papel do arq. de Ramiz, cf. W. de S. Ramiz Wright, in **Jornal do Comercio**, 17 de Março de 1940.

ordinario a S. Cristovão, senão, em Petropolis, pelo parque do palacio onde o conde d'Aljezur tinha a seu cargo as hortensias e as rosas, ou pelos arredores enfeitados de casas brancas com a sua chaminé germânica.

D. Pedro II cobrava-lhe assiduamente contas dessa pedagogia.

Tudo ia bem por esse lado: só devia inquietar-se com os outros netos, os filhos de Leopoldina, ressentidos da orfandade, longe da energia paterna desde 1872, quando os trouxéra para junto de si — D. Pedro de Saxe e D. Augusto. O primeiro seria engenheiro; aliás fazendo-se homem imitava, no gênio propenso á paz dos laboratorios, o temperamento, tambem o fisico de D. Pedro II. O outro, menos submisso, entraria para a armada e afrontaria os mares, como o duque de Saxe, como o tio Joinville... Benjamin Constant não os suportára. Coitados, não tinham mãe!

A GRANDE CRISE

Sob o signo de uma crise bifronte, abolição e “questão militar”, a politica não sorria ao conde d’Eu.

Os liberais, desunidos e desorientados, não levavam muito longe o fardo do poder que carregavam desde 5 de Janeiro de 1878: faltava-lhes, no parlamento, maioria massiça, decidida.

O grosso eleitorado estava com os conservadôres, e era escravocrata. Ganhavam, com os desencantos de ambos os lados, os republicanos. E a monarquia avelhantava-se. “Aqui, nada de novo... — contou Gaston de Orléans sobre o Carnaval de 1883; a policia fez retirar das ruas caricaturas do Imperador...” Esse ridiculo era mais nocivo do que os discursos e os artigos; somava, á decepção pública, o riso. Não aprovava o excesso de rigôr posto na punição de officiaes do exercito envolvidos n’uma polêmica, a proposito do ministro da guerra. Perdêra-se — censurava o principe — o senso da medida... (1). A classe indignára-se.

Um general isento de inquietações sediciosas como Tibúrcio, escreveu em 23 de Agosto: “Não tenho frequentado nem frequento essas reuniões (de militares), mas aplaudo-as como medidas repressivas do

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 345.

intuito malevolo de anular a todo transe a classe militar do Brasil" (1).

Dir-se-ia que o mêdo de 1870, que invadira o ministério, á volta dos voluntários do Paraguai, induzia est'outro num momento propicio a gestos largos, conciliatórios. "Por toda parte acentúa-se o sintôma dissolvente de nossas cousas", lamentava Tibúrbio, em 27 de Agosto de 83 (2).

Houve para a princêsa dias amaveis, em 1884. Quando foi o conde d'Eu comandar, em Santa Cruz, as manobras da guarnição. Os cadetes receberam-no com entusiasmo. O Imperador gostou ("jusqu'à l'Empereur que j'ai rarement vu aussi satisfait que le jour ou'il est venu là"); o exercito pareceu aplaudir.

Essa distração tinha um efeito mágico sobre o seu espirito fatigado: oscilava entre a esperança de harmonizar-se com os destinos do Brasil e um desejo informe, de ir-se embóra. "Quanto a mim — dissêra ao pae, em carta de 2 de Setembro de 84 — bem que não alimente, como sabeis, o minimo desejo de acabar os dias no Brasil, reabituei-me muito nos ultimos tempos..."

Sentia o decréscimo das aguas republicanas graças ao derivativo abolicionista. Mas o intranquilizava a prêssa do governo em fazer as reformas que ofendiam a resistencia conservadôra, dos proprietários; e supunha que o Imperador os socorreria. "Tal movimento de recúo" podia dar-se, como em 1868. Reconhecia: desde 1870, "o espirito de republicanismo e de insubordinação muito se propagára surdamente". Confiava na prudente politica do sôgro; notava, com en-

(1) Eusebio de Sousa, *op. cit.* (2.^a ed., Bibl. Militar, pg. 107.

(2) E. de Souza, *ibid.*, p. 107.

fado, “os republicanos agora apoiam o ministério” combatido pelos potentados da lavoura, pelas forças da terra... E deplorava a frieza de Isabel em relação às exterioridades brilhantes.

Ganhára o Tosão d’Ouro, que o conde de Paris lhe obtivera em Madrid. A princesa mostrára-se singularmente indiferente: “et Isabelle de plus, par système brésilien héréditaire a en horreur ces sortes de distinction” (1). Jamais ela diria, como a imperatriz Eugenia: “Il faut que mon fils régne”...

Relizaram-se em Novembro uma proveitosa viagem ao sul.

Não era seguramente um esparecimento: a princesa familiarizar-se-ia com aspectos novos do Brasil, as provincias reanimadas pela imigração estrangeira, populações que devia conhecer. E o conde d’Eu veria os quartéis, sobretudo a tropa no Rio Grande, já que a questão de “Missões”, com a Argentina, ganhára na imprensa um relêvo impertinente. Vicente Quesada, o plenipotenciario portenho, que lograra no Rio um vasto circulo de simpatias, convencido embora dos propositos pacifistas do Imperador, falou em “rumores de la rua de Ouvidor, donde circulan hasta rumores de guerra con motivo del viaje de la princesa y del conde d’Eu” (2). A “Gazeta Popular”, em 9 de Novembro, aludiu á compra de armamentos e á “viagem do marechal do exercito conde d’Eu á provincia do Rio Grande, onde se fará a organização do exercito de operações...” As fôlhas fabricavam, com o mistério das negociações diplomaticas, castelos no ar. A inspecção do principe foi mais burocracia do que

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 354.

(2) *Mis Memorias Diplomaticas*, p. 241, Buenos Aires 1903. Oficio para o seu governo, 6 de Novembro de 1834.

alarma; e reduzir-se-ia a um relatório. Não acreditava numa guerra, que repugnava aos espíritos civis, no Rio de Janeiro e no Prata; e sabia que D. Pedro II não a admitiria.

A comitiva era reduzida. Além da princesa e os três filhos iam a baronesa de Suruhí, o vereador Miranda Reis, Ramiz Galvão e três jornalistas. Em S. Paulo recebeu-os o presidente, conselheiro Almeida Couto. Visitaram largamente a província, as linhas da Paulista e da Mogiana, Campinas, onde não lhes faltaram cerimônias e festas, estações ferro-viárias embandeiradas, discursos, foguetes, as compridas audiências (1). O vapor "Rio de Janeiro" leva-os — em 26 de Novembro — de Santos a Paranaguá, onde os hospeda o visconde de Nacar. O príncipe prefere a viagem por terra, de Curitiba a Santa Catarina; a princesa continua, por mar, até o Desterro, onde se encontram. Novamente em Rio Pardo dela se aparta o marido para ir à fronteira, aos quartéis. Em todos os lugares são recebidos calorosamente, com respeito e carinho. A política, sem distinção de partidos, lisonjeia-os; mesmo lhes prepara pequenas peças, como em casa de Nacar, onde dois guardas aduaneiros, transferidos por motivos eleitorais (ali era o reduto conservador, dos Corrêas) lhes suplicam justiça. Trocam-se telegramas, entre Dantas, presidente do conselho, e Brasílio Machado, da província: e se adia a remoção... para depois das eleições (2). Porque — entretanto — não assistem à retumbante inauguração da estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba, a "mais bela do mundo", em 2 de Fevereiro seguinte? Reunem-se

(1) Vd. Amélia de Rezende Martins, *Um Idealista Renhador — Barão Geraldo de Rezende*, ps. 307-9, Rio 1939.

(2) Alcantara Machado, *Brasílio Machado*, ps. 92-3, Rio 1937.

então estadistas, homens de imprensa, expoentes de todas as opiniões. Isabel — imitando o pae — tem prèssa, e não perde tempo. E' visivel o seu cuidado em eliminar da excursão um sentido politico inoportuno; e não quer embarçar-se em programas alheios, que pertencem ao ministério.

A côrte aquecêra-se com o verão rijo e a chegada de deputados populares. Primeiro Joaquim Nabuco, em 25 de Janeiro, vitorioso nas eleições pernambucanas. Muita gente o aclamou, no porto; e formando préstito, o seguiu pela rua do Ouvidor. Quintino, José do Patrocínio, Angelo Agostini falaram. Era a voz da abolição, a trompa de Jericó, que sacudiria o velho muro. Em seguida foi Campos Salles, recebido na estação da estrada de ferro pelos republicanos, em 5 de Fevereiro — com outros discursos, e afinal João Alfredo, a quem os conservadores fizeram uma festa acintosa. Paula Ney saudou-o; e disse aos jornais, queixando-se dos insultos com que a imprensa governista lhe noticiou a oração, que já nem se podia manifestar o pensamento, na “desgraçada situação que S. M. o Imperador sustenta desde 1878”... (1).

A temporada das “bôas vindas” teve em Petropolis um complemento galante: o simulacro de apoteóse preparado por veranistas e colonos em honra da princesa, em 14 de Março.

Atravessou, comovida, arcos de folhagem; as crianças dêram-lhe flôres; os alemães desceram das casinhas do alto dos montes para beijar-lhe a mão; e a aristocracia toda compareceu ao cortêjo que se deslocou com solenidade, charangas á frente, para o palacio.

(1) A Semana, 14 de Fevereiro de 1885.

Sarah Bernhardt impõe então trégoas á excitação cívica: a mocidade atira-lhe os casacos, para que passasse em triunfo, gozando a idolatria dos estudantes que lhe declamavam versos, e os estadistas não perdiam espectáculo. Joaquim Nabuco ofereceu-lhe uma roupa de couro, de vaqueiro; um admirador opulento, um leque, com joias incrustadas... (1)

A eleição, em todo caso, discontentára gregos e troianos. O governo enfraquecêra-se e a opposição gritava, que lhe tinham rasgado diplomas. "C'est un abus", sentenciou o conde d'Eu, achando a quêda do gabinete Dantas lógica, natural. Já em 19 de Abril o barão de Cotegipe não somente a prognosticára como lhe vira o remedio: "Ficamos em crise, apesar de negada pelo Dantas. Sua gente (dêle) ameaça-nos com desordens, ou como dizem — com quêda de estrondo, como a dos herões de Homero. Penso que os liberaes se arranjarão com outro ministerio, e reservarão o 1.º lugar ao Papai Saraiva." (2) Este, de fáto, organizou governo em 6 de Maio, governo de "salvação liberal" que, se falhasse, afundaria o partido. Falhou: e sobrenadaram os reaccionários.

Na imparcialidade de agora conservava o conde d'Eu uma prevenção irreductivel: não gostava do partido conservador!

Ao pae, num desabafo, em 12 de Setembro dizia: nada notára na conduta anterior dessa facção "que a fizesse muito preferivel aos "soidisants liberaes". Certo, reputava "de toda equidade" a indenisação parcial, devida aos senhores de escravos. Até aí receára o impetuoso abolicionismo de Dantas, a aliança de re-

(1) A Semann, Rio, 27 de Agosto de 1887.

(2) Carta ao barão de Moniz de Aragão, ms. no arq. do autor.

publicanos e ministeriais, os despeitos da oposição. Quando perde a oposição a esperança da justiça alta, que pousa no tópo das instituições como um arco-iris, evidentemente se torna sediciosa. Em Setembro de 84 presagiára Cotegipe o fim da monarquia: “não precisamos ir para a republica; ela vem para nós...

(1) Simultaneamente tentára dar aos correligionarios o ultimo ensejo de colaborarem para a defesa do Imperio: faria a reforma... João Alfredo regozijou-se: “Entendi-me com o barão de Cotegipe. Daí a sua presença no jantar de 28 de Setembro”. (2) “O Partido conservador — declarou — quer, pode e deve realizar a reforma do elemento servil”. Que significava isto? Uma attitude de tolerancia com as idéas, de desarmamento espirital, de pazes com a corôa tão implicada na manobra. Quebrava a barreira fragil das prevenções. Habilitára-se a succeder aos adversarios, para modera-los embora sem lhes enrolar a bandeira, já devéras arrebatada pelas mãos populares que a passeavam pelas ruas da capital... Isabel ao que se dizia — não estimava o conselheiro Saraiva, em cujo bom senso D. Pedro II confiava, apesar da resignação enigmática com que o “Nestor dos liberaes” via precipitar-se a ruina do trôno. Mas não lhe preferia Cotegipe. Ela e o principe. Deste não há palavras de entusiasmo para o presidente do consêlho que assumira o poder em 20 de Agosto. Por sua vez Cotegipe descrêra do “terceiro reinado”. Inegavelmente trazia do gabinete Itaboraá o desgôsto do partido pelas idéas intrépidas do conde d’Eu, a sua intimidade com a “Reforma”, o “panache” de general intranquilo. Res-

(1) Wanderley Pinho, *Revista do Brasil*, n. 17, p. 25 (1939).

(2) Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos* (confirmação verbal de João Alfredo) e doc. no arq. deste.

sentira-se do seu "liberalismo" indiscreto, do colorido anticonservador que dava á roda das Laranjeiras, da "intervenção" pessoal ora numa, ora n'outra questão que afetava a luta politica.

Mas não era o momento de prevenções vagas.

Se voltassem á Europa?

"L'empereur y a consenti sans hésitation pour les six mois...", rejubilou-se Gaston. Talvez nesse aplauso ligeiro andasse o seu proposito de poupar á filha, mesmo por um semestre, o espetaculo da crise nacional.

Voltaria com o ambiente renovado e sereno...

AS CAMELIAS DA LIBERDADE

Bastaria o caso do “quilombo” do Leblon para definir o chéque sentimental que se feria mesmo nas ante-salas do paço.

Em 13 de Março, (1886) aniversário de José de Seixas Magalhães, honrado português que tinha fabrica de malas á rua Gonçalves Dias e chácara de flôres no Leblon, lá se reuniram, no remoto suburbio á beiramar, os principais abolicionistas da côrte. O negociante hospedava escravos fugidos — dizia-se pela cidade. Levára a filantropia ao exagêro romântico da alimentar um “quilombo”. Nesses Palmares em miniatura uma trintena de negros refazia a vida tratando das camelias do bom sujeito, que parecia ter dous orgulhos apenas: de suas rosas, e de seus pretos quilombolas. Escondia a estes, e distribuia aquelas. Habitára-se a fornecer de lindas camelias o paço Isabel. Fazia questão de ornamentar a mesa e a capela da princêsa. Todos os 13 de Março muitos amigos de Seixas desembarcavam do “bonde” da Gávea no largo das Tres Vendas, e, na sua “charrette” vagarosa, transpunham o quilometro largo que separava desse ponto terminal da linha a casa rústica e avarandada onde se servia um jantar célebre. Naquela noite os convidados eram tres dezenas: chefiava-os Joaquim Nabuco, com o seu famoso ar de Paul de Cassagnac

segundo Gustavo Aimard (1), ao lado de Patrocínio, João Clapp, Bricio Filho... A' saída do "quilombo" meia noite, os esperava o "bonde" tirado por dous burros sonolentos. Fizera-se um cortêjo alegre, com os escravos dedilhando as suas violas, o Seixas radiante, os moços arrebatados por um entusiasmo incontível. Clapp subiu ao estribo do veículo, e despediu-se, com uma ovação imprudente: "Vivam os escravos fugidos!" E' imaginar o espanto dos vizinhos, a espreitarem pela janela na hora tardia desses gritos, enquanto os negros alumiam com archótes o caminho. A policia soube. O desembargador Coelho Bastos prometeu agir. Chamavam-no "rapa-côco", porque mandava raspar o craneo aos cativos fujões e aos "capoeiras", administrando-lhes por cima uma surra, ao que propalavam os liberais... Correram a prevenir o Seixas, na sua loja. Os agentes de policia iam varejar-lhe a fazenda e prender os acoitados. Não se perturbou. Atirou-se para o paço Isabel (2).

A princesa ouviu-o com interesse e tranquilizou-ô. Falaria ao Imperador. Realmente a autoridade não devassou os rosais do Leblon. O incidente morreu num dialogo risonho. Foi em S. Cristovão.

O barão de Cotegipe encontrou D. Pedro II preocupado. — Que tinha havido no Leblon? — A presença de Isabel advertiu o presidente do Consêlho da natureza da interpelação. Explicou, minucioso: Os rapazes abusavam da tolerancia do governo dando vivas sediciosos. Ademais, o Seixas asilava negros fugidos e não dissimulava essa cumplicidade. Como a policia fechasse os olhos, com paciencia, os abolicionistas

(1) *Le Brésil Nouveau*, p. 176, Paris 1886.

(2) Notas cm. por Bricio Filho, testemunha dos fatos do Leblon.

queriam provocá-la, fazendo um escarcéo, sem precedentes... — A fisionomia do Imperador desanuviou-se. E perguntou: — Em que horas foi isso? — Meia noite, majestade. — Ah, tão tarde! — E trocando um olhar com a filha:

— Não; tão tarde assim, ninguém ouviu... ninguém ouviu...

Cotegipe sorriu. Olhou o Imperador, que parecia bem humorado, e a princesa, com o rosto iluminado pela emoção que recalrava; compreendeu; e aprovou, levemente irônico: — Se Vossa Majestade diz...

Seixas Magalhães no dia seguinte mandou as suas mais belas camelias para as Laranjeiras. A princesa apresentou-se em publico com uma daquelas flôres — a que os jornais da causa, com intenção dúplice, para lisonjeá-la e amofinar o ministério, deram o nome de “camelias da Abolição”.

O Imperador — além de tudo enfermizo, a saúde a fugir-lhe — não se iludia com os sintômas revolucionários á sua volta. A resistencia opôsta pelo gabinete á agitação das ruas moderava uma marcha, inevitavel: a abolição era um problema de fórmulas. Não se discutia o mérito, mas a oportunidade da reforma; nem a sua conveniencia, porem o seu momento.

Pelo Natal desse ano de 1886 fundeou no porto a fragata russa “Rynda”, na qual viajava o grão duque Alexandre, gigante loiro e imberbe em caça de impressões tropicais. O tzar telegrafára-lhe, para que visittasse pessoalmente D. Pedro II. Subiu — aterrado pela exuberancia da flora que lhe reveste as escarpas — a serra de Petropolis, e as suas primeiras palavras diante daquele homem “com a sua barba branca e as lunêtas de oiro, com um ar de velho professor de universidade”, foram de espanto pela pompa e pelo vigôr da flores-

ta... O Imperador falou-lhe benevolamente, num francês puro:

— Que os europeus repetiam amiúde um equívoco: a pretensa juventude das nações da America do Sul. Ao contrário — somos terrivelmente velhos, os mais velhos do mundo. Nada resta dos homens que habitaram este continente, ha centenas de seculos... Indestrutivel, na America, ha somente uma cousa: o espirito de luta. Vem da floresta. Consume-nos. Entre nossas idéas politicas de hoje e as de ontem, o laço que subsiste é um perpetuo desejo de transformação. Nenhum governo pode durar, porque a floresta nos inspira a revolta. No momento, os brasileiros se agitam vivamente em favor da Republica. Bem, pois a querem, a terão. Conheço bem o meu povo para derrear inutilmente sangue, e deixo aos futuros presidentes da Republica o trabalho de descobrir o segredo da paz interior do Brasil (1).

A sua apparencia veneravel dava a essa filosofia um tom de renuncia, uma superioridade moral que comoveu o estrangeiro.

Conversaram suavemente duas horas, “em seu salão confortavel e simples, grandes janelas abertas para um vasto jardim” sonoro de aves e ramagens. Por fim o Imperador apresilhou á farda do grão duque a placa do Cruzeiro. Agradeceu, e confessou, que gostava mais da Ordem da Rosa. D. Pedro II achou-lhe graça, e disse que a Rosa era a mais comum das condecorações do Imperio e, na realidade, toda gente a tinha...

(1) Grand Duc Alexandre de Russie, *Quand J'étais Grand Duc*, ps. 85-6, Paris, Librairie Hachette (2ème ed.) Remata o príncipe: “Quelques années plus tard, Dom Pedro fit en effet ce qu'il avait promis: il abdiqua volontairement et gaiement, laissant ses sujets surexcités déconcertés par la facilité décevante de leur victoire”. A história é diferente, mas a observação é curiosa.

Neste caso — objetou com igual bonhomia o primo de Alexandre III — aceito as duas! Mandou-se buscar a insignia deliciosamente esmaltada— com as pequenas rosas que lembravam as do vestido predileto da imperatriz Amelia, galanteria d'um rei enamorado em honra da mais bela princesa que ainda atravessou o oceano... “Combinava ás maravilhas com a idéa que me dava o Brasil”, notou o adolescente. E despediu-se, aturdido, pela sensação de mistério que evoluava da terra a estrugir de forças selvagens e pelo aspecto paradoxal daquele soberano parecido com os patriarcas — desdenhoso da violência que estrangula as almas e sábio na sua linguagem grave...

‘Como era diferente o seu autocrata!

NAQUELA SERENA EUROPA...

Os condes d'Eu embarcaram em 5 de Janeiro de 87, no "Valparaíso".

Uma pênna risonha retrçou ao vivo a cêna:

"Tudo quanto ha de medalhões e de medalhados nesta Côrte reuniu-se no arsenal de marinha, ás 10 horas da manhã daquele dia".

"Eu nunca vi uma pobre senhora indefesa ser agredida por tanto beijo na sua mão aristocratica. Uma verdadeira calamidade. Senhoras, cavalheiros e loiras crianças, todos á porfia disputavam a mão principesca que ha de suster um dia as rédeas da cavalgadura retórica do Estado, para nela depôr o osculo respeitoso da sua adherencia ao sistêma monarquico que felizmente nos rége. Viam-se ali, alem da imperial familia, muitas pessoas gradas, entre as quais pude notar seis ministros (não vi o da Justiça), o corpo diplomatico estrangeiro, S. A. R. o principe Obá II d'Africa, fardado e empenachado, de grande uniforme de alferes, varios senadores e deputados, veadores e medicos do Paço, empregados publicos e capitalistas, officiais do exercito e da armada. Um mundo interessante, variegado, gravibundo, solêne, pitorêsko. Havia tambem muitas senhoras feias, algumas bonitas e nenhuma formosa. Fazia um calôr de mil diabos, e o sr. conde d'Eu, nosso amavel assinante, muito verme-

lho e muito suado, de chapéo alto tambem muito suado na mão — andava de um lado para o outro, muito atarefado, despede aqui, sorri ali, tropeça acolá, sem ouvir nada daquele barulho de vozes e de passos e gritando de quando em quando — Senhorrr Barrron de Ivinheima! o sr. Barão de Ivinheima, tambem muito vermelhinho e suadosinho, aparecia debaixo de um chapéo de dous bicos, alisando ás préssas as suas suíças curtas e brancas, e recebia as ordens do sr. Conde” (1).

A imprensa democratica zangou-se com o “turismo” de suas altezas; mas eles, e o governo, estavam contentes.

Paris, em 1887, deslumbra. Já ninguem pensava na Comuna, na invasão: e tanto os principes em férias como os milionários americanos aí encontravam, recomposto, luminoso, um mundo ideal.

O itinerário, por sinal, não lhes podia ser mais agradável. Primeiramente os Montpensier, em Sanlucar de Barremeda, Lourdes, em seguida, para um banho de religião. Paris e Londres viéram depois.

Um almôço com a rainha Vitória não reconciliou a princêsa com as tentações da politica e do poder.

Nunca seria como aquela fria e digna mulher que acariciava, na viuvez taciturna, dous orgulhos harmônicos, da familia numerosa e do Império rico.

Como a Inglaterra diferia do Brasil! Compreendia melhor os francêses. Os Orléans, porem, já não dominavam Paris com os “salões”, a elegancia de hábitos, a fama de suas caçadas, o requinte espiritual das recepções onde confraternizavam nóvos e antigos, generais reformados, que sonhavam com a bandeira

(1) *A Semana*, de 8 de Janeiro de 1887, art. de Filindal (Filinto de Almeida).

branca, e politicos do dia. Não houvera casa mais amavel que 19 avenida do Bois-de-Boulogne, onde, desde 1878, se instalára Nemours (1). O velho soldado resplandecia com a visita "des Gaston". "La présence des Gaston" — ce mot se rencontre fréquemment dans la correspondance — rend heureux le duc de Nemours et met autour de lui une animation nouvelle... (2). Retirado da vida ativa, desinteressado da politica, em trégoas com a Republica, o ultimo vestigio da sua tenacidade monárquica era ainda a fisionomia, cada vez mais parecida com a de Enrique IV. Vendo-o nas manobras de Vexin, isto em 1879, o irmão d'Aumale exclamára: "Então, desceste do teu cavalo de bronze?" Apeiára-se do ginête nervoso das ambições; usava uma casaca azul, de "rentier" sedentário. Mas o sôpro da demagogia lhe entrára as janelas fulgurantes do lume dos candelabros nas suas noites de bôa sociedade.

A morte de Chambord, em Frohsdorf, fizêra do conde de Paris o pretendente da corôa: e o parlamento o baniu. Indignou-se duas vezes o parlamento: pela herança do principe, e pelas festas que assinalaram o noivado de sua filha, a linda princesa Amelia, com o duque de Bragança, D. Carlos, herdeiro de Portugal (3).

Podendo exilar-se, como o chefe da casa de França, preferiu Nemours sumir-se dentro mesmo de Paris: trocou a sua bela residencia — agora inconveniente — pelo n.º 9 da avenida Kléber onde o duque d'Alençon, seu filho, igualmente demitido do exer-

(1) René Bazin, *Le Duc de Nemours*, p. 526.

(2) R. Bazin, *op. cit.*, p. 533.

(3) Lucien Corpechot, *Memórias Inéditas da Rainha D. Amélia* (trad. de Mello Menezes), p. 53, Rio 1913.

cito, vivia sem ruido (1). E ativou os preparativos para a viagem definitiva. Pensou na morte. Apurou os seus costumes católicos e deixou que a sua devoção intrigasse os mesmos parisienses que ora o admiraram, como um paladino de romance, ora o odiaram, como um feroz inimigo da liberdade. Escoou-se-lhe a sombra engrandecida pela humildade, na penumbra das igrejas onde ia ouvir os prégadores famosos. A companhia "des Gaston" iluminava-o de serena ventura. Nutria a esperança de conservá-los mais tempo ao seu lado. Porque não prolongariam a estada na Europa se eram desnecessarios na America?

Enganava-se.

A princêsa tornou-se subitamente indispensavel ao país.

D. Pedro II adocêra gravemente.

O dever impunha-lhe subir ainda uma vez os degráos do trôno para lêr a uma assemblêa indócil a sua mensagem de conciliação e de optimismo.

(1) René Bazin, *op. cit.*, p. 549.

A SUCESSÃO ANTECIPADA

Foi em 27 de Fevereiro de 1887, em Petropolis.

Rebouças escreveu no seu Diário: "Às 9 1/2 da noite, o Imperador retira-se do espetaculo do Conde Patrizio, no salão do Hotel Bragança, acometido pela fatal molestia... (1).

Motta Maia (médico de confiança desde 1880) reúne em conferencia o barão de Saboia e o Dr. Albino de Alvarenga. Diagnosticam congestão hepatica. Receitam mudança de ares e repouso; e informam aos jornais, que a saúde de Sua Majestade sofrêra um ligeiro abalo. Nada de maior...

A "vilegiatura", na fazenda de Aguas Claras, foi inútil.

Renovaram-se os conciliábulos da sciência. O conselheiro Torres Homem declarou que a febre intermitente do imperial enfermo era um acesso de impudismo; e aconselhou a floresta da Tijuca. A condessa de Itamarati ofereceu-lhe prontamente a sua bela casa encravada na mata. E a diabetis de S. M.? (2) Os doutôres não queriam dizer que D. Pedro II fôra surprehendido pela doença com a sua diabetis avançada,

(1) Diário, p. 308.

(2) O ministro da Austria, em 24 de Abril de 87, escreveu para Vienna: "... Os ataques da febre seriam apenas a consequencia da febre intermitente ou malaría..." Mas outros medicos, independentes, diziam: "consequencia da diabetis e de sua molestia do figado". H. Lyrá, *op. cit.*, III, p. 109.

fraco de pernas (o velho mal de familia, de D. José I a D. João VI), literalmente esgotado. O cronista d'*A Semana* registou, em 9 de Abril: "Oficialmente consta que S. M. passa regularmente, que os seus incomodos são devidos apenas á febre palustre que o afetou. Mas á bôca pequena — agora já á bôca grande — diz-se que S. M. está gravemente enfermo, que a sua diabetis agravou-se, tem-se acentuado assustadoramente o quebrantamento de forças, o desanimo, a debilidade, o esgotamento de seu organismo; e tanto que já foi chamado ao Império a augusta princesa, que, com seu esposo, ainda não ha muito chegou á França" (1). Deverás a Tijuca não operou o milagre. O geito era tentá-lo na Europa. Daí o telegrama que os condes d'Eu receberam em Nice, para que embarcassem com urgencia. A viagem seria salutar; a clinica do Dr. Charcot e as distrações d'um passeio pelos velhos centros, fóra dos negocios de Estado, dos métodos inexoraveis de S. Cristovão, lhe acenderiam de novo a memória obscurecida, a alegria da vida que se lhe empanára na melancolia invencível. Aliás os medicos continuavam a declarar que o seu estado era "satisfatório". Os redatôres da opposição achavam intoleravel o disfarce; um deles teve espirito: "Eu não sei para quem seja satisfatório o estado de saúde do Imperador. O que posso afirmar é que o não deve ser para S. M." (2)

Isabel e Gaston tomaram em Lisbôa o "Gironde".

Saltaram em Recife sôfregos por noticias: e depararam com uma homenagem grandiosa. Presidia-a o bispo de Olinda, que fazia valer os seus sentimentos abolicionistas. A opposição, a juventude doida por Jo-

(1) *A Semana*, n. 11.º, crônica de José do Egito, pseudônimo de Valentim Magalhães.

(2) *A Semana*, de 14 de Maio de 1887, art. de Filinto de Almeida.

só Mariano e Nabuco, os “centros abolicionistas” correram ao cáes, com estandartes, músicas e oradôres. Dirigiram á princêsa apelos patéticos. Completasse o que principiára!

“Espera-se pela princêsa não só para assumir a regencia como para ser ouvida ácerca dos assuntos gravissimos que pendem de solução governativa” (1). “Faça de sua regencia, abolindo o cativoiro, o seu melhor titulo de sucessão” — concitou-lhe o **Diario da Bahia**, em 5 de Julho, quando desembarcou na velha cidade, refeita dos sustos que lhe causára a molestia do pae, extasiada pelas provas de adesão recebidas em Pernambuco, certa de que o ciclo definitivamente politico de sua vida — como os jornais repisavam — se inaugurava sob os auspicios cristãos da tolerancia, da liberdade, do repúdio do passado... Ás 9 e meia o mundo oficial foi buscá-la a bordo. Com o conde d’Eu e os filhos assistiu missa na Conceição da Praia. Visitou o novo Asilo de Mendicidade na Boa Viagem. Almoçou no palacio da Vitória com o presidente Bandeira de Mello. Respirou, no Farol da Barra, o ar puro da tarde. E embarcou, ás 4 horas, deixando fartas esperanças — de que sopraria as vélas murchas, da causa dos escravos, faria caminhar a “idéa”...

Estavam no Rio em 8 de Junho.

Os boatos — quanto á saúde do Imperador — haviam exagerado o pessimismo público.

“Tivemos o prazer de encontrar o Imperador muito melhor do que nos faziam crer as noticias mandadas para a Europa. Na apparencia vae bem: come e dorme melhor do que nunca, faz diariamente dous grandes passeios a pé, toma a sua ducha circular, joga bi-

(1) **Diario da Bahia**, 15 de Junho de 1887.

lhar, recebe toda gente e lê tudo o que se lhe dirige” — ajuizou o príncipe (1). Ressentia-se, sim, de síncope de memória, irresolução, lentidão na conversa. E não queria curar-se no estrangeiro! O príncipe, em carta de 17 de Junho, comunicou ao pae: “Il a fallu que les médecins, stimulés par le Président du Conseil se réunissent pour imposer en quelque sorte la décision du voyage!” Gulosa de novidades mofinas, a imprensa interpretou a seu modo a determinação dos doutôres. Que se exportava o monarca, para antecipar o governo da filha; que Cotegipe se desembaraçava de sua vigilância, simpática á Abolição; que aquilo fôra o “complot de palais”. Na Camara, ao discutir-se a licença para a viagem, Ferreira Viana alvitrou que se ouvisse do proprio Imperador o pedido, para ausentar-se...

A falta de lógica estava na ignorancia dos fatôres que agora se incluíam na politica, mais oscilante e precária: a emotividade de Isabel, o liberalismo de Gaston.

Dos presidentes de Conselho dos ultimos tempos o menos entusiasta do terceiro reinado era exatamente Cotegipe. Para dominar os distúrbios de rua, as impaciencias da coligação adversa — de abolicionistas e liberais, republicanos e dissidentes — sempre o ajudaria mais o Imperador senil, arredado das intrigas pela diéta espiritual que lhe prescrevêra Motta Maia, do que a princêza atemorizada com as hiperboles das fôlhas e a falar do que vira em Londres. Além disto, o problema da conciliação dos militares com o governo se resolvêra com estouvado oportunismo. Gaspar Martins apresentára ao Senado a moção, por que fossem eliminadas as penas disciplinares dos officiaes castigados. “E um máo precedente”, resmungou o

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 358.

conde d'Eu. Um arranhão — conveyiu Cotegipe. As fôlhas liberais efureceram-se, menos pelo arranhão do que pela crise, que acabava. “Vergonhosa submissão do gabinete ao exercito”, protestou o *Diario da Bahia* (1). Andrade Figueira discordou do gabinete, com razões retumbantes. Que não devia ceder; que fôra melhor levar ás extremas o conflito, e punir, desafiando, mostrar energia... Aliás continuou assim, esse homem sistemático que tinha a vocação das grandes provocações, a sedutôra coragem dos combates desproporcionados, temerario e áspero... Tanto os generais como o presidente do Conselho argumentavam no fim com a saúde do Imperador e a necessidade de uma trégoa, que lhe permitisse a viagem.

A intervenção do senador liberal golpeára fundo o prestigio do partido dominante: mas atalhára a desordem, iminente. Sua Majestade podia embarcar. Embarcou a 30 de Junho no “Gironde” — com a imperatriz, o principe D. Pedro Augusto, Mota Maia — seguro de que a regencia de Isabel navegaria em aguas mansas.

(1) *Diario da Bahia*, 29 de Maio de 1887. A respeito do desapontamento d'O País, Cotegipe escreveu a Ouro Preto: “A razão é clara; perde a monção de embarcar a republica em aguas revoltas”. (Wanderley Pinho, *Revista do Brasil*, n. 17, p. 26).

A BORRASCA DA ABOLIÇÃO

As despedidas foram tristes.

A “Revista Ilustrada” figurou o “pobre D. Pedro II” a prolongar um adeus pezaroso, a filha nos degrãos da escada do cáes, e Cotegipe a puxá-lo, para o escaler, o oceano, o exilio... (1). “Eu vi S. M. embarcar no “Gironde” — descreveu um folhetinista. A sua longa sobrecasaca preta, abotoada de alto a baixo, bem deixava ver, pela abundancia das dobras, a magreza do corpo que envolvia; o rosto emaciado e comprido, a barba crescida e aguda, o craneo ligeiramente achatado, os cabelos empastados e húmidos, os olhos sem brilho e os lábios sêcos davam-lhe um aspecto de convalescente ainda não livre de perigo. Na cabeça, diminuída pela emaciação, enterrava-se-lhe o chapéo alto até a nuca. S. M. saltou com passo infirme de galecta imperial para a prancha corrediça e atapetada que, a bombordo, conduzia dirétamente ao pavimento inferior, em que estão situados os aposentos imperiais. Aos lados do estreito corredor formavam alas varias pesôas conhecidas que o imperador ia cumprimentando”. (2) Chorou ao abraçar a princesa. Voltaria em seis mezes — segundo comunicação do conde d’Eu ao du-

(1) *Revista Ilustrada*, n. 459, de 1887.

(2) *A Semana*, 2 de Julho de 1887, art. de Filinto de Almeida.

que de Nemours. Tudo correria bem — garantia-lhe o ministério.

Os olhos chorosos de Isabel seguiram com angustia os movimentos do navio, afastando-se, rumo da barra. A' saudade do pae juntava as preocupações de chefe de Estado em hora incerta. Debalde o principe afetava bom humôr e dizia-lhe que "a situação não era peor que nas outras vezes, como em 1875-77, em 1879-80..." (1). A linguagem das gazetas descomedira-se, ora sarcástica, ora injuriosa e sem piedade de seus melindres femininos. Percebia que o conde d'Eu não era estimado. A politica do gabinete não podia ser a sua, a politica que faria se conseguisse dirigir pessoalmente, como n'outros tempôs o Imperador dirigira. Por várias razões deixou o Paço Isabel, acanhado, sem condições para as audiencias públicas, as visitas diplomaticas, e foi instalar-se com os filhos em S. Cristovão. Ninguem ousava confessar o que o conde d'Eu confidenciou para a Europa: "Aqui tambem se está fóra da cidade e, por igual, das consequencias dos incidentes politicos que lá podem acontecer". O isolamento protegia-a; em compensação perdia o contacto da rua do Ouvidor, a facilidade do seu passeio por Botafogo e Flamengo, a amenidade de sua vida habitual na "sala de estudos" das Laranjeiras onde o quadro da "Marselhêsa" consolava os liberais.

O optimismo de Gaston não se alterára. "Cá a situação politica, diga-se o que se dissér, não é má." E na correspondencia francêsa arriscava — em 11 de Julho — uma idéa hostile a Cotegipe: "A situação seria de todo calma não fóra o ministerio completar dois anos de duração no mez proximo, o que faz a muita

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 359.

gente achar que seria bom alijá-lo!" (1). Insistia, em 11 de Agosto (escrevendo para a Europa): "Mas o ministerio de novo se enfraqueceu moralmente, e se-rei favoravel á sua mudança tanto se apresente uma oportunidade que não tenha o carater de pressão ilegal" (2). E definia o seu pensamento um mez depois: "Necessario se torna na minha opinião que antes da sessão do ano próximo o governo estude as novas providencias a propôr para acabar com a escravidão". "A questão da supressão do cativo (acentuava em 3 de Outubro) é sobretudo uma questão trepidante que apaixonou os espiritos e me parece essencial que o governo, para não ser vencido, tome a iniciativa antes da sessão próxima e formule qualquer projeto a respeito".

Essa attitude era exactamente a attitude de Isabel.

De começo — o pae ainda em preparativos de viagem — estranhára ao presidente do Conselho a "contemporização" nos dous casos vitais, da abolição e do desgosto dos militares. Argumentára Cote-gipe com a saúde do Imperador, que poderia comprometer-se gravemente, com emoções inoportunas: "e assim tapou-se a bôca"... Mas havia de escrever: "A questão da Abolição caminhava; suas idéas ganhavam-me cada vez mais; não havia publicações a respeito que não lesse, e cada vez mais me convencia de que era necessario fazer qualquer coisa nesse sentido". (3) Achava o gabinete impopular com a sua reacção, o seu chefe de policia, a sua calma, e por pouco não lhe apresentava o dilêma: abolição ou renuncia.

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 360.

(2) A. Rangel, *ibid.*, p. 361.

(3) Notas da princeza, in Heltor Lyra, *História de Dom Pedro II*, III, 32-3.

Em S. Cristovão formou-se, insensível, um ambiente liberal que desagradava o ministerio. A opposição reacendia-se, valorizando as "camélias do Leblon"; e considerava-se possível um golpe do alto, que de repente esmagasse a falange "escravocrata".

Rebouças, a par de Patrocínio e Nabuco, nutria a chama sagrada; mais do que eles, punha-lhe a ternura silenciosa do seu espirito de sacrificio, de sua vocação de martirio. Frequentava o Paço e esparzia o seu entusiasmo que se não revolvía em retórica, porém exalava religião, piedade. Lançara no seu diário, em 8 de Agosto, esta observação irritada: "Meeting abolicionista da Praça d'Aclamação, em frente ao Quartel, dissolvido pelo execrando Coelho Bastos. Carga de cavalaria ao anoitecer na rua do Ouvidor. Tentativa de ataque á tipografia do País pelos secretas de policia" (1).

Outra nota da princêsa: "De novo chamei a atenção do sr. barão de Cotegipe para a questão; faltou dizer-lhe que devia retirar-se. Mas nada parecia compreender o sr. barão, e com muito boas palavras e muito geito ainda desta vez foi mais fino do que eu. Dias depois, em despacho, julguei dever repetir diante de todos os Ministros (receiosa de que o sr. barão guardasse só para si minhas ponderações) o que lhe dissêra particularmente, acrescentando que o Ministerio não podia continuar se não fizesse qualquer cousa a favor da emancipação; que seria um mal que o partido conservador se cindisse, e que julgava deveria aceitar as idéas dos Senadores João Alfredo e Antonio Prado. A isto não me lembra se foi o sr. barão

(1) *Diário*, p. 309.

ou o sr. Belisario, que respondeu-me não ter de ir atraz destes senhores" (1).

Do presidente do Conselho ha um apontamento complementar: insistindo ella por que o Ministério assumisse posição mais decidida, "aconselhou-lhe Cotegipe a manter-se neutra numa disputa que dividia tão profundamente os partidos — como a rainha Vitória, acrescentou. A isto retorquiu-lhe a princesa ter o direito de manifestar-se, e que a rainha Vitória era justamente acusada por essa neutralidade prejudicial aos interesses da Inglaterra" (2).

A eloquencia de Ruy Barbosa, entretanto, reclinava na carne das instituições como ferro em brasa. Estrelejando numa catilinaria — em 28 de Agosto, no Politeama da côrte — concitára:

"Se essa verificação de identidade merecesse por um momento a atenção da excelsa Princeza, perante quem respeitosa e nos curvamos, estou certo de que do seio das suas proprias virtudes se levantaria o sentimento de sua coerência, a tradição leal da melhor ação de sua vida, para lhe atestar que o passo exigido pelo abolicionismo de 1887 é apenas o corollário retardado da premissa estabelecida na reforma de 1871".

Mas logo duvidava, lembrando o liberal que comparara ao de Napoleão III o reinado de Pedro II (fôra Saraiva): "Desgraça incomparavelmente maior seria passarmos do regimen da decadencia napoleonica ao regimen dos Bourbons de Napoles, do governo da comedia parlamentar ao governo do confissionario e

(1) Doc. in Heltor Lyra, *História de Dom Pedro II*, III, 33.

(2) Doc. cm. por Wanderley Pinho a Heltor Lyra, *op. cit.*, III, 34.

da escravidão.” (1) Nesta frase retinha sempre a prevenção religiosa... Foram os alunos da Escola Militar que lhe publicaram o discurso (2). Começara invocando o apoio dos quartéis á causa libertadôra, os vexames do governo entre as tenazes da “questão militar”. “No exercito e no abolicionismo está condensada e intensificada a vitalidade nacional: eles representam o que resta da honra e integridade da pátria, a sua conservação e o seu futuro, a sua intelligencia e o seu brio, a sua abnegação e a sua força. O voto unanime do Club Militar...” (3).

O Club Militar appareceu em 26 de Junho, como uma consequencia de tantos incidentes que irritaram e enervaram a classe. Lá estavam Deodoro da Fonseca — na presidencia —, Sena Madureira, Benjamin Constant. Alem da defêsa do exercito, no seu conflito com a politica — era obvio que representava o ideal abolicionista dos officiaes imbuídos de filosofia ou mesmo de sentimentos republicanos. Um destes — Floriano Peixoto — em 10 de Julho arriscára diagnóstico e receita: “a podridão que vae por este pobre país” — “necessita da ditadura militar para expurga-lo” (4). Serzedello Corrêa propuzera na primeira sessão a “chapa militar dos candidatos a senatoria pelo Rio de Janeiro.” O apêlo do Club á princêsa, de 23 de Outubro seguinte, é o seu programa em realização, a sua eficiencia posta á prova. Não se prestaria o exercito ás tarefas humilhantes de abafar desordens de escravos e capturá-los! Não seria “capitão do mato”. Não

(1) Ruy Barbosa, *Discurso no meeting convocado pela Confederação Abolicionista*, ps. 33-4, Rio 1887.

(2) Fernando Nery, *Ruy Barbosa*, p. 56, Rio 1932.

(3) *Discurso cit.*, p. 2.

(4) Carta a João Nelva, vd Artur Vieira Peixoto, *Floriano — Memórias e Documentos*, I, 126, Rio 1939.

toleraria uma “cumplicidade” — com os negreiros. “Senhora. Os oficiais do exercito, membros do Club Militar, pedem a Vossa Alteza Imperial venia para dirigir ao governo imperial um pedido, que é antes uma súplica”. E com emoção: “... em nome dos mais santos principios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dôres de Sua Majestade o Imperador vosso augusto pae, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausencia choram lagrimas de saudade, em nome de vosso futuro e do futuro de vossos filhos, esperam que o governo imperial não consinta que os oficiais e praças do exercito sejam desviados de sua nobre missão”.

No dia 25, Deodoro explicava ao ministro da Guerra: “O Exercito é para a guerra leal, defesa do trôno e da patria; para outros afazeres que necessitam força armada há a policia, que alistou-se para esse fim” (1).

No campo oposto, a “junta do coice” extremava o civilismo estranhando esses toques de clarim, pretendendo que o exercito continuasse mudo, desprezando-o com falsa serenidade. A ala reacionária argumentava com a necessidade da paz pública e falava no “império da lei” — que obrigava ao respeito da propriedade servil, á disciplina, á evolução que corresse os canais competentes... Lembrar-se-iam os conservadôres fluminenses, da resposta de Lamartine aos polacos: “Il y a quelque chose qui contient et qui éclaire notre passion, même pour la Pologne, c’est notre raison”. Andrade Figueira despojára-se primeiro dos seus escravos; depois, ferozmente desinteressado, fazia guerra á abolição. Razão contra paixão — alegava-se.

(1) Vd. Leoncio Corrêa, **A Verdade histórica sobre o 15 de Novembro**, p. 178, Rio 1939.

O conde d'Eu sabia de tudo, informado por esses amigos que lhe sondaram a melancolia.

Via a manobra dos republicanos aliados, em S. Paulo, á reacção escravocrata, e empenhados, na côrte, em explorar os desgostos militares. Julgava mais habil desacreditar-lhes o jôgo mediante um despejado liberalismo. Isto mesmo pareciam querer os inimigos: porque o dissidio entre a corôa e a lavoura já não teria remedio; e, ao primeiro choque, algum general de prestigio empolgaria a situação, vacilante, condenada... Saldanha Marinho na "Gazeta Nacional", "O País", com Quintino, e o "Diario Popular" de S. Paulo, para o qual Aristides Lobo escrevia uma correspondencia quotidiana, sopravam a brazza.

O "fanatismo" da princêsa voltára ao cartaz.

Os que em 1874 tinham proclamado santo o bispo do Pará perseguido, agora lhe estranhavam o valimento.

Falava "O País" no baronato feito por intervenção de D. Antonio. Em seguida, foi o caso da senatoria de Pereira da Silva. O candidato do gabinete devia ser o do conselheiro Paulino: Alfredo Chaves. Imaginava-se a sua decepção ao preferir a regente aquele literato... Acudiram os jornalistas com a sua mofina: o ministério fôra derrotado pela condessa de Barral! Que Pereira da Silva obtivêra a intercessão da Barral, a cujo pedido, vindo de França, a antiga discipula não resistira. Que Cotegipe levára o decreto com o nome de Alfredo Chaves; e aquilo valia por uma despedida do governo... (1). Fizeram côro, com

(1) **Diario Popular** (S. Paulo), 12 de Janeiro de 1888. Caso semelhante succedeu com o ultimo senador escolhido pelo Imperador, o Cons. Carneiro da Rocha, contra o candidato do partido liberal, que era João Ferreira de Moura. "Os empe-

“verve” e veneno, republicanos e liberais: a princesa revelára o seu “poder pessoal”, ousando o que o pae já não podia, prisioneiro das tradições constitucionais... Era autoritária. Afrontára os politicos velhos; prometia proêzas, de governo impetuoso e... fradesco...

Irrompeu do sul essa contestação terrível. A Camara de São Borja gritou ao país, num voto sedicioso, que a ameaça era dupla: de cair sob o imperio de “senhora inclinada ao fanatismo” — e “casada com um principe estrangeiro”. Propunha por isto um plebiscito, que apurasse a vontade nacional quanto á fórma de governo! Escândalo politico. Pretexto para veementes demonstrações de solidariedade com os vereadôres de São Borja; artigos candentes; doutrina, intrigas dúbias, mal-estar indefinivel. Os exaltados que, nos quartéis, continuavam a remexer os ressentimentos da “questão militar”, retomaram posições. Para mais toldar as aguas Saldanha Marinho e os companheiros fantaziaram uma divisão da familia imperial, dizendo que — positivamente inviavel o reinado de D. Isabel a mística — os aulicos manipulavam a candidatura do “novo Pedro”. Repontando em 87, o boato prosperou em 89. D. Pedro Augusto de Saxe — este viajava serenamente com o avô, deitando ao mundo a luz mansa de uns olhos azúes e tristes, mais de Leopoldina, sua mãe sem ventura, do que dos Coburgos práticos e resolutos.

A energia com que o ministério mandou processar os vereadôres gaúchos não satisfizéra ninguem. A

nhos da Sra. Condessa de Barral se forem reais de nada servirão se a corôa e o partido liberal forem servidos por Ministros dignos...”, escreveu Saraiva a Ferreira de Moura, 2 de Setembro de 1889, ms. no Inst. Hist. da Bahia, contestando aliás que tivesse prevalecido a vontade da princesa. A sua experiencia dizia que o ministério não soubéra resistir...

crise epilógava-se — em disturbios sintomáticos. Quando os males públicos — pontificou Machiavel — cáem no dominio público, já não ha remedio que os resolva... Em 14 de Janeiro a fôlha republicana estabelecia o dilêma: os conservadôres continuariam, porém com João Alfredo; ou subiriam, com o conselheiro Dantas, os liberais. N'um caso e n'outro, a abolição estaria na rua. “Se demette ou se soumettre” — segundo a intimativa clássica, Gambetta a Mac-Mahon... A malicia do prognóstico embebia-se da esperteza eleitoral de Francisco Glicério e consócios da opposição paulista: a Regente, empurrando para o abismo as ultimas defêsas da velha ordem, apresava a propria quêda. Os abolicionistas, por sua vez, agarravam-se ao episcopado, convencidos da importancia de sua definição, do prestigio das suas pastorais no espirito religioso da princesa. Muitos dos que lhe ridicularizaram os costumes devotos e o seu “mez de Maria” agora lhe pediam, frenéticos de piedade social, o grande gesto cristão da liberdade dos negros.

Nabuco foi mais ambicioso: lembrou-se de Leão XIII e correu ao Vaticano. Uma luminosa aventura: enlaçaria o Papa nos fios de oiro da campanha, obteria dele a excomunhão dos escravocratas, e com esse santelmo acêso no bico da pêna, escreveria mesmo de Roma o apelo final — um “ultimatum” a Isabel a catolica! — pela redenção imediata da raça de Cham! Aos borrhifos d'agua benta apagar-se-ia a “mancha”; a princêsa, de consciencia expungida do “pecado”, assinaria de golpe a lei sublime; e a Propriedade, penitente e depurada, se consolaria com a idéa do Bem... Leão XIII ouviu-o benevolmente, porem, mais sóbrio do que previra Nabuco, não levantou do sólio pontifi-

cio a voz soberana (1). Manifestou-lhe a sua simpatia e o seu interesse — mas sem os concretizar num documento que fôsse uma intervenção em crise tão complexa e ambígua. A sociedade brasileira impressionou-se do mesmo modo — com a noticia da entrevista, traduzida em linguagem reluzente pelo parlamentar hábil na sua propaganda. Esse verão seria decisivo para a sorte dos escravos e para a dinastia. Em Petropolis, a princêsa não se conteve: passou de sua modesta conduta anterior para uma attitude de clara parcialidade. Impacientou-se. Renunciou á sua falsa calma, á neutralidade incompativel com o seu temperamento imperioso. Rompeu com as conveniencias mostrando-se enfim mulher e rainha. Foi em 12 de Fevereiro de 1888.

Rebouças, com lagrimas nos olhos, notou no seu diário: “Primeira batalha de flôres em Petropolis. Primeira manifestação abolicionista de Isabel I” (2).

(1) Em 23 de Março de 88 escreveu Cotegipe ao ministro Souza Corrêa (ms. na Bibliotéca de Oliveira Lima, Catholic University, Washington): “No dia 7 pedi exoneração do ministerio e fui substituído a 11. Antes dirigi a V. Ex. um despacho sobre a questão da emancipação que o Santo Padre pretende tomar a si a pedido de um representante da nação, que anda mendigando apoio estrangeiro, quando a questão está resolvida — e pelos meios competentes”.

(2) *Diário*, cit. p. 310.

A POLITICA DE ISABEL

Resolveu afinal a princesa fazer a sua politica.

Rompia ao mesmo tempo com o "governo responsavel", cujo chefe de policia a imprensa opposicionista pintava como perseguidor de negros fugidos, esteio da propriedade servil — e com as tradições da monarchia.

Considerava — como havia de dizer Nabuco, ao abrir-se a sessão legislativa de 1888 — que a questão dos escravos pairava sobre partidos, mecânica parlamentar, Constituição e leis. Tornára-se-lhe um imperativo moral. Devia libertar-se quanto antes o milhão de cativos que ainda, nas fazendas, moirejavam envelhecidos e impacientes: e Isabel — obstinando-se nessa piedade — já não percebia o alarma dos conselheiros velhos, a voz sombria do bom senso que lhe segedava: nesta precipitação, iria com eles de roldão o trôno.

A sua batalha de flôres em Petropolis acabou por desaprumar a situação conservadora.

Como poderiam manter-se muito tempo os "reacionários" se o proprio Paço se franqueava á revolução? Revolução, sem duvida. A regente aliou-se — com uma ternura de coração puro — ao movimento popular que subira até ás zonas altas do poder público. As suas mãos alvas fizeram multiplicar as "ca-

melias da abolição". Deu á sociedade elegante um exemplo formoso: Sua Alteza achava irreconciliavel a escravidão com as bôas maneiras, a decencia d'uma elite culta!

O que até aí fôra campanha, laboriosa, dramática, se transformou em moda. Alforria espontânea, pródiga — por parte de todos os senhores que queriam o nome nas fôlhas e um logar na atenção da princêsa, nos seus decretos, que os titulavam e condecoravam! A cisão do partido conservador revestira-se, em S. Paulo, de uma tonalidade bizarra: a familia Prado começára por libertar os seus escravos; depois, foi a cidade de S. Paulo que proclamou, no perimetro urbano, a extinção do cativeiro. Foi a catadupa! Nenhum esforço mais lograria contê-la. A primeira casa do país — o paço Isabel, em Petropolis — transformou-se em quartel general da "causa".

Adivinhando os sentimentos que ali se agazalhavam, Ramiz ajudára os pequenos principes a imprimir, num prélio infantil, o seu "Correio Imperial" — em 14 de Fevereiro — com versos significativos:

Com ardor é pelejada
 Por uma fila de bravos,
 Sob os auspicios da Fada
 Que se condôe dos escravos.

Essa batalha de flôres
 E' tambem da liberdade.
 Aos piedosos lutadôres
 Abençôa a divindade.

O ministerio não se iludiu.

Já não havia “conspiração palatina”: era o golpe. Com “os auspícios da Fada” — “fila de bravos” chegava, para um florido triunfo.

Não se decidindo a exonerar simplesmente o gabinete fóra dos acontecimentos parlamentares que explicassem essa subversão, impelia-o — mediante um dissídio transparente — para a alternativa de enfrentar uma crise multifórme ou se dissolver, numa renúncia magoada.

Cotegipe tinha o direito de esperar a reunião da Assembléa onde o sustentava uma coêsa maioria. Recebera do Imperador o cargo: fóra lícito aguardar-lhe a palavra de ordem. Podia resistir, ora fechando os olhos benévolos á criancice dos principes, ora cético e indiferente ante as religiosas emoções da Augusta Senhora. Dispuzéa-se — para não a contrariar formalmente, a “fazer alguma cousa”, que amortecesse o choque das opiniões ao abrir-se a sessão legislativa. “Sua Alteza disséa-lhe mais de uma vez que conviria fazer alguma cousa em relação a questão servil e ele respondeu que não recusaria estudar a questão..”

(1) Apresentaria um projéto com uma fórmula prudente de abolição, capaz de conjurar a tempestade, resolvê-la em debate franco, submetê-la a um plesbicitto simbólico. “Le propre d’un homme d’Etat est de choisir entre des grands inconvenients”, costumava dizer o cardeal de Retz. Mas... um caso banal produziu o incidente, que foi também o desfêcho. Então os casos insignificantes assumiam proporções absurdas. Preso, embriagado, um oficial reformado da Armada, propalaram que, além desse agravo, a prisão brutal, fóra.

(1) Discurso replicando a João Alfredo; e Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*, p. 186.

espancado pelos policiais. Excelente 'materia prima de uma "questão de classe" — acudiram abolicionistas e republicanos: e logo a imprensa tomou, esfuziante, a defêsa da marinha... insultada.

O protesto estendeu-se, entrou o Arsenal, galgou o portaló dos navios de guerra, a escola naval, e na rua do Ouvidor marinheiros e aspirantes gritaram a sua indignação — numa rusga temerosa.

Coelho Bastos, em atenção a esses motins, demitiu o comandante da estação policial. O presidente do Conselho, porém, continuou a prestigiar Coelho Bastos. Foi então que a princesa, irritada, interveiu com uma carta famosa.

Em 20 de Março, narrando o sucedido ao duque de Nemours, o príncipe recapitulou: "Como não tínhamos tido conhecimento desses fatos senão pelos jornais, Isabel julgou dever escrever uma carta ao ministro da Justiça fazendo observações sobre a conduta irregular e ineficaz da policia; e foi o que levou o ministério a dar a sua demissão que o Presidente do Conselho veio trazer a S. Cristovão, quando aí fomos a 7, e que só cumpria aceitar" (1).

Mais claras são as palavras da princêsa em confidencia que escreveu: "os acontecimentos precipitavam-se, tive vergonha de mim mesma, que talvez por um excesso de comodismo, para evitar uma estralada, o que sempre me é desagradavel, descuidava fazer com que se retirasse um Ministerio que sentia não fazia em primeiro logar o bem do país, depois com ele me arrastava para o abismo. Do sr. barão de Cotegipe não obtinha esclarecimento algum sobre a questão da

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 365; também Tobias Monteiro, *Pesquisas e Depoimentos*, p. 173.

emancipação. Com muito jeito sempre deixava de fazer ver o que pensava, quando incitava a que ele se declarasse. Pelo pouco, porem, que obtive dele, e da attitude do Ministerio, estava convencida de que nada faria". (1)

A carta ao ministro prolongava o éco ás censuras da imprensa, ao alarido da opposição: não admitia novas explicações (2). Cotegipe vestiu pela ultima vez o uniforme; e, em S. Cristovão, depôz nas mãos de Isabel o governo.

Fez ella propria a critica desse momento decisivo.

O ministério manter-se-ia — até a occasião das Camaras — se se contentasse com algumas demissões secundárias: do comandante da Policia, do alferes atrabiliário... Exigiu, porem, a saída do chefe de policia, e, em resposta, o barão lhe apresentou a carta em que largava o poder. "Teria sido melhor deixar continuar as cousas até a epoca da abertura das Camaras em que, visto o emperramento do Ministerio, eu o teria

(1) Doc. in H. Lyra, *op. cit.*, III, 34-5.

(2) "Ninguém mais do que eu — escreveu a princesa ao ministro Mac-Dowell — deplora os tristes acontecimentos, mas não posso deixar de continuar a pensar que a Policia, e mesmo o chefe de Policia, tem culpa em tudo isso, não no momento em que as cousas se dão, estou convencida de que fazem o que podem, mas acorçoando-os, mesmo sem o quererem, pela falta de attenção dada a acontecimentos anteriores, procurando evasivas para inocentar os acusados, antes que seu crime ou inocencia sejam provados, e quando a opinião publica e pessoas de conceito os accusam... Concorde em que possa haver no mundo confiança ilimitada, mas como esta é rara em produzir-se, e todos nós podemos ser enganados, é necessario não só ouvir os accusados, que necessariamente e mesmo por não serem muitas vezes pessoas de consciencia verídica, negarão o mal que fizeram, mas também os adversarios". (Carta de 4 de Março de 88, minuta, no arq. imperial, Heitor Lyra, *op. cit.*, III, 163-4). Em sua carta do dia 7, demittindo-se, Cotegipe dizia sentir "ter de tomar esta solução quando temos a consciencia de que nem nos falta o apolo da verdadeira opinião publica, nem os recursos necessarios para manter a ordem".

obrigado a pedir sua demissão? Não o creio. Não sei como o país teria suportado os dous mezes que faltavam, e alem disto tinha consciencia do geito tradicional do sr. barão de Cotegipe, que, não temo confessá-lo, receiei que ainda desta vez enrodilhasse, e não achasse eu meio de dar o golpe que julgava necessario". (1)

A frase é sua. Julgára necessario o golpe. Assumia-lhe a responsabilidade. Percebia-lhe a consequencia enorme. O golpe — para que a Abolição não ardesse, em flama revolucionaria, nas rúas da Côrte, em sessenta dias de espera aflitiva; e tambem para que não esfriasse nas hesitações d'um parlamento dividido, onde havia de predominar o interesse eleitoral... Antecipára e precipitára. O resto — inevitavel — havia de escapar-lhe ás mãos nervosas, como, no carro á disparada, escapam ao pulso do bolieiro as rédeas frouxas... O seu problema tornar-se-ia tambem a logica daquele impulso, a sua beleza e a sua fatalidade: não parar!

O conde d'Eu exultou.

Noticiando ao sôgro o incidente (em 14 de Abril) descobria-se: "Era mesmo provavel que não pudesse aguentar-se perante a Camara dos Deputados, e não convinha, a meu vêr, deixar chegar esta hipotese que traria o fracionamento do partido e obrigaria, dentro de pouco, á dissolução da Camara. Entretanto eu aconselhava a sua conservação até o momento de redigir-se a Fala do trôno; mas surgiu o incidente da prisão do official da armada maltratado pela policia

(1) Notas da princeza, cf. Heitor Lyra, op. cit., III, 156.

cujas consequências inesperadas levaram o ministro a oferecer sua demissão". (1)

Mas a escolha de João Alfredo foi outro ato de vontade da princesa.

Não deu ao estadista demissionário a habitual liberdade, para recomendar os chefes de sua corrente, capazes de fazer governo em harmonia com a Assembléa.

Limitou-se a pedir-lhe que chamasse aquele que em 1871, ministro do Imperio, ajudára Rio Branco a domar um parlamento indócil.

A carta que o velho barão lhe dirigiu foi concisa e grave:

"Illm.º e Exm.º Snr. Cons.º João Alfredo. — S. A. I. Regente ordena-me de comunicar a V. Ex. que ella deseja entender-se com V. Ex. hoje ás 7 ½ da noite. Julgo dever comunicar a V. Ex. que o Gabinete pediu demissão a S. A., convindo que se organize com urgencia o novo Gabinete. V. Ex. pense como o fará antes da sua entrevista com S. A. I. — Sou com toda a consideração e estima De V. Ex. am.º e col. at.º B. de Cotegeipe. — 7 de Março". (2)

Aquele nome, devéras, andava em todas as bôcas.

Em 1884 — quando vacilavam os liberais — o partido conservador renunciára tacitamente á resistencia escravocrata: no banquete de 28 de Setembro.

(1) A. Rangel, *op.*, *cit.*, p. 367. A declaração, de que "seria inevitavel em Malo" a princesa a fez a João Alfredo, conforme discurso deste, de apresentação do ministerio. Cotegeipe contestou-lhe, que tal era a previsão... da princesa.

(2) Ms. no arq. de João Alfredo. Na sua carta a Princesa da mesma data (Tobias Monteiro, *op. cit.*, p. 177) queixára-se: "Resultando do seu contexto (da carta ao ministro da Justiça) que a V. A. Imperial podem merecer mais crédito outras informações que não as dadas sob a responsabilidade dos seus conselheiros constitucionais, não resta ao gabinete outro alvitre..."

João Alfredo obtivera de Cotegipe a declaração formal, de que o partido “quer, deve e pode” realizar a reforma do elemento servil... (1) O abolicionista Luiz de Andrade escrevia do Rio, em Março de 1887: “...se fala muito em um ministério João Alfredo com apoio de Dantas e dos abolicionistas... Um amigo nosso, intimo de João Alfredo, o Antonio Pinto, disse-me um dia destes que o João Alfredo estava decidido até a fazer a abolição imediata”. (2)

A Itaborahi o Imperador opuzera Paranhos, em 1870; a história se repetia, opondo-se agora o chefe da vanguarda ao capitão moderado. A cisão não era nova, nem oportunista, siquer calculada: arrancava das origens mesmas do conflito, que dividira sem remedio, as hostes conservadoras.

O povo adivinhára-o.

Mas o conde d’Eu preferiria outra solução.

(1) Doc. in arq. J. Alfredo, e P. Calmon, *O Rei Filósofo*, 2.ª ed., p. 364.

(2) Doc. in *Catalogo da exposição realizada no Teatro Santa Isabel de 13 a 31 de Maio de 1938*, p. 64, Pernambuco 1939. Em Fevereiro de 88, segundo Alberto Bezamat, alguns conservadores indagaram de João Alfredo qual seria o seu programa, Tobias Monteiro, *op. cit.*, p. 187.

XXIII

“O TEMPORAL LEVA TUDO DIANTE DE SI”

Se prevalecesse o sentimento do príncipe cairia então o partido conservador e um ministério liberal, coerente com a sua luta, e no qual não deixariam de figurar Dantas e Nabuco, completaria com serenidade a emancipação dos escravos.

Mas Isabel não cederia. João Alfredo era a sua grande reserva. Obedecia ao conselho paterno e á propria inspiração: a reforma feita pelos conservadores atenuaria os protestos da lavoura, consolaria a facção eleitoral mais pujante e não teria o ar revolucionario, o tom republicano do programa radical...

O Imperador contára com Rio Branco; tinha ela João Alfredo.

Embora distintas as conjunturas — em 1871 uma aventura do poder, em 1888 uma capitulação do poder — essa identidade de timbre politico aproximava as suas duas Regencias, dava-lhes o fascínio d’uma vocação de liberdade, de filantropia, que agora a enchia de orgulho. A acústica da cidade — sacudira-se em 7 de Março por uma rajada de emoções fortes, abolicionistas em passeata, as redações estalando de brindes civicos, as ruas sonoras de demagogia e boatos. Ninguém se enganava: com esse ministério novo a abolição seria imediata, seria incondicional, seria a ultima batalha de flôres da temporada. A “fada” dirigia-a!

João Alfredo recebeu o governo sem restrições quanto ao nome de seus auxiliares.

O conde d'Eu esboçou uma duvida: a respeito de Antonio Prado, exatamente o baluarte da dissidencia conservadôra a que ia encostar-se a situação.

A princesa interrompeu-o, com um olhar ou um gesto: o principe nada mais disse e dali saiu João Alfredo, com as mãos livres para o seu hábil tecido. (1)

Ouçamos-lhe a confidência:

"De volta de S. Cristovão conversei com o Senador Correia em casa do Dr. Samico. Eu desejava que ele fizesse parte do Ministerio, e o conde d'Eu, presente á minha conversa com S. A. I., entre as poucas observações que fez acentuou a conveniencia de lhe dar a pasta da guerra, e manifestou opinião contraria ao Conselheiro Prado. A estas observações respondi logo que era minha intenção convidar o Correia para qualquer das pastas, a que ele preferisse; e que não dispensava o Prado.

"A princeza deu-me ampla liberdade.

"Correia indicou-me o Conselheiro Tomaz Coelho para a pasta da Fazenda. Tive duvida em convidá-lo, mas refleti que convinha ligar a mim alguns homens que acompanhavam o conselheiro Paulino. Eu conhecia a maleabilidade do indicado.

"Telegrafei ao conselheiro Prado e ao Tomaz Coelho. O primeiro respondeu por telegrama, que não tenho podido achar, dizendo que vinha. Em outro de 8 escusava-se, mas prometia vir. No dia seguinte,

(1) J. Alfredo, doc. cit. Essa liberdade de ação é confirmada pela Príncipeza: "Muitos dias e semanas levei sem ousar perguntar positivamente o que faria o novo Ministerio; queria deixar-lhe toda a liberdade", doc. in H. Lyra, op. cit., III, 36.

tendo anunciado a hora em que estaria comigo, conversamos e ele resolveu-se a entrar para o Ministerio.

“Eu disse-lhe que a Princesa, esta é a verdade, não formulára condição alguma quanto ao pessoal do Ministerio, nem quanto ao seu programa, limitando-se neste ponto a desejar que se adiantasse a questão do elemento servil como ao governo parecesse melhor”.

Ainda relutou o politico paulista, alegando que Rodrigo Silva, seu correligionario, acabava de sair do governo. Não fosse essa a objeção: convidaria tambem o outro. Tomaz Coelho aceitou, e teve a pasta da guerra, “contra a opinião do conde d’Eu, que o julgava inativo”.

“Convidei Andrade Figueira que não aceitou a pasta da Fazenda”. “Ferreira Viana, antes de ir á Barra Mansa entender-se com Figueira, já se tinha posto á minha disposição e eu aceitei os seus serviços apesar do juizo desfavoravel que os Principes tinham enunciado; não confiavam nele, achavam que sua nomeação desagradaria ao Imperador”. (1)

Em 10 de Março estava organizado o ministério.

José do Patrocínio, largando os republicanos, tomára-lhe a defesa, e da Regente, na vespera a “fanatica”, depois a “divina Redentôra”: “Vossa Alteza está salva. Póde governar”.

(1) *Memorias* de João Alfredo, ora em publicação aos cuidados de seu neto o sr. Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão, que nò-las comunicou. O Ministerio: Presidencia e fazenda, João Alfredo; Imperio, Costa Pereira Junior; Justiça, Ferreira Viana; Estrangeiros, Prado; Marinha, Vieira da Silva; Guerra, Tomaz Coelho; Agricultura, Rodrigo Silva.

O telegrama a Antonio Prado fôra: “Côrte, 7 de Março — Muito urgente. — Fui incumbido de organizar Gabinete. A urgencia das circunstancias obriga-me a pedir a V. Ex. o favor de vir pelo trem de amanhã, não sendo possível, no dia seguinte. Espero por V. Ex. para começar meu trabalho. João Alfredo”. (Ms. no arq. cit.).

A adesão da “Cidade do Rio” galvanizou as fô-lhas da oposição, desorientou a “Gazeta Nacional”, enfureceu Saldanha Marinho, mas deslumbrou Isabel. Forçou os liberais — que lhe não perdoavam a oportunidade perdida, de serem governo — a uma atitude de respeito. Engendrou a rápida popularidade da princêsa tão pouco compreendida, até aí. “A evolução da Regencia veio ainda a tempo de mostrar que o trôno não é irmão siamês do cativeiro” — reconheceu Ruy Barbosa, discursando na Bahia em 29 de Abril. Mas limitava o elogio: “essa mutação politica, que abolicionistas eminentes (não sei por que justiça ou por que logica) têm agradecido á munificencia da realza, é simples ato da vontade nacional, alumiada pela propaganda abolicionista...”

Vontade nacional? O barão de Cotegipe escreveu a um amigo da provincia, em 17 de Março de 1888: “Consummatum est. — E’ fóra de dúvida que teremos a abolição em poucos mezes. Isto não basta — para que os anarquistas provoquem a fuga de escravos, como v. ex. me narra nas suas cartas de 5 e 11 do corrente. Os Estados como os individuos sofrem molestias epidemicas; nós estamos sofrendo, e tarde nos arre-penderemos”. “Eu não podia nem devia assumir a responsabilidade de semelhante destroço, e puz-me em panos. *Sauve qui peut.* — No Senado me explicarei...; agora é cêdo; devemos deixar tempo aos incensadores”. E em 29 de Abril: “Rei, Povo, e Senado tudo quer apagar a mancha da escravidão. Tarde acordou a lavoura, e deixou-se matar, como carneiro. Faça o que estão fazendo em S. Paulo e Minas: quando a sua gente deixá-lo — vá buscar a do vizinho, ou cer-

que os pastos; e criar gado. E' o maior serviço que a Monarquia podia fazer á Republica". (1)

"O temporal leva tudo diante de si — comentava, já de Petropolis, em 5 do mesmo mez. Dizem que é a opinião publica. Chorem os lavradores na cama, que é logar quente... Eu cada vez mais dou graças a Deus por ver-me livre de responsabilidades. Não sei governar a loucos". (2)

(1) Cartas dirigidas ao barão de Moniz de Aragão, ms. no arq. do autor.

(2) Carta para o mesmo titular, ms. no arq. do autor.

XXIV

UMA BATALHA DE FLÔRES

Petropolis tornou-se admiravel em Março e Abril de 88.

O baile á fantasia em beneficio das obras da matriz foi o mais rico, o mais estrondoso da côrte.

Sucederam-se as festas, cuja renda — tributo sutil á vaidade! — ia para o “fundo de libertação”.

O primeiro concerto promovido pela princêsa — em 26 de Fevereiro — representára um exito social que se confirmou no segundo, em 17 de Março. Em 1 de Abril — notou Rebouças — “solêne libertação de Petropolis por Isabel I”. Em 28 de Abril escreveu ainda: “José do Patrocinio publica na “Cidade do Rio” — Desencargo de consciência — rompendo com os republicanos escravocratas do Rio e de S. Paulo”.

Aqueles dous pretos de gênio, Patrocinio e Rebouças, escoltavam a apoteose da abolição: eram os “reis etioptes” do Natal do terceiro reinado. E tão diferentes, um do outro! Mas a roda do tempo girava depressa. Elaborára Antonio Prado o projéto que estouraria nas primeiras sessões do parlamento, petardo embrulhado em rosas. A principio, um projéto algo complicado. Mandou-o de S. Paulo a João Alfredo por intermedio de Elias Antonio Pacheco de Oliveira, seu cunhado. Prevenia: “só faz questão do artigo

1.º". (1) O art. 1.º dizia: "Fica abolida a escravidão no Brasil". Os demais artigos determinavam: serviço forçado, mediante salário, até 25 de Dezembro, e residência obrigatória de mais dous anos, pena de prisão...

O conde d'Eu reconheceu — na sua correspondência para a Europa: qualquer restrição seria já impossível, embora se devesse ver a situação dos senhores prejudicados. E rematava, estoico: O Omnipotente continuaria a amparar o Brasil...

Esse apelo á bondade divina traía-lhe a perplexidade. Ninguém podia saber onde aquilo terminava. A abolição era fácil, porque um decreto, um espectáculo, uma ultima batalha de flôres. E o resto? As questões no ar; a reação politica; o divorcio da monarquia e das forças conservadoras?... Isabel dava h'ombros. Aparecia gradualmente mais autoritária, mais convencida do seu acêrto, mais mulher, na surpreendente virilidade de sua vontade. Não se arrependia, se lhe custasse o trôno. Intimamente, as palavras de Patrocínio a impeliam para diante: "Vossa Alteza póde reinar"! Dir-se-ia cançada da impopularidade do marido, da separação que houvera entre o Paço e a rua do Ouvidor, entre a sua corôa e o povo. Não escutava os vaticínios dos emperrados, dos céticos, que em roda de Cotegipe, Paulino, Figueira, misturavam o protesto á ironia, e achavam que nas suas mãos finas as instituições se quebravam como cristal entre dêdos de criança.

Francisco Glicério, sem outro ideal alem de sua Republica, fosse como fosse — prevenia a Silva Jardim: "Vai-se fazer a abolição, mas o trôno queimar-se-á na fogueira do Rio e de Minas" (2).

(1) Carta ms. no arq. de João Alfredo.

(2) Silva Jardim, *Memórias e Viagens*, p. 34.

Mão psicólogo: o perigo não era o fogo — duma catastrophe, mas o gêlo — dum precedente.

Amanhã, quando a corôa se arrimasse ao bom senso rural, este ficaria no direito de recambiá-la, para os fariseus do largo de S. Francisco, onde os “meetings” se sucediam...

Nabuco pintou-lhe o retrato moral, naqueles dias decisivos. Tem um calôr de confissão esta síntese que lha ouviu talvez, mais singela, não menos entusiasta, depois de 13 de Maio de 1888: “No dia em que a Princesa Imperial se decidiu ao seu grande golpe de humanidade, sabia tudo o que arriscava. A raça que ia libertar não tinha para lhe dar senão o sangue, e ela não o queria nunca para cimentar o trôno de seu filho... A classe proprietária ameaçava passar-se toda para a Republica, seu pae parecia estar moribundo em Milão, era provavel a mudança de reinado durante a crise, e ela não hesitou; uma voz interior disse-lhe que desempenhasse sua missão, a voz divina que se faz ouvir sempre que um grande dever tem que ser cumprido ou um grande sacrificio que ser aceito. Se a monarchia pudésse sobreviver a abolição, esta seria o apanagio; se succumbisse, seria o seu testamento. Quando se tem, sobretudo uma mulher, a faculdade de fazer um grande bem universal, como era a emancipação, não se deve parar diante de presagios; o dever é entregar-se inteiramente nas mãos de Deus”. (1)

Onde rebenta a emoção não ha calculo possivel. A Religião, bem disse Ramsay, não é um sistêma de opiniões, mas o sentimento... Na sua lisonja Patrocinio surpreendeu-lhe o segrêdo, fez-lhe o perfil, julgou-a e justificou-a: “Os reis educam princessas, o

(1) *A Minha Formação*, p. 248.

Imperador creou uma mulher. Em vez de uma Imperatriz, educou simplesmente uma Mãe, isto é um coração. . .” Os homens têm hesitações astutas; sómente elas podem ser assim obstinadas, olhos cerrados ás sombras da estrada, perseguindo a sua luz interior — na consciência d’uma intuição divina. Sentira-se o instrumento d’uma justiça tardia porém sagrada; e quizera merecer esse privilegio. O governo — um acidente — não lhe deformára o instinto — de mãe cristã. Identificára o pecado, e espantava-se de ter sido tanto tempo superior á piedade de uns e á intelligencia de outros — forte e enleiante como o Êrro. Sua trisavó D. Maria I (Gaspar Martins lha recordára com azedume) imaginára purificar a nobreza impondo-lhe a devoção do Coração de Jesus. Não iria tão longe. . . Libertando centenas de milhares de escravos aliviaria a alma nacional d’um remorso velho. Em nome dessa humanidade, a cada instante lembrada pelos inimigos do trôno; principalmente pelos imperativos da caridade.

3 de Maio — foi um desvario civico, a população nas ruas, a abertura da Assembléa numa atmosphéra de jubileu.

Rebouças minutou, no seu diário: “Em Petropolis e no Rio. Extraordinaria ovação a Isabel I e ao Ministerio; oferta de camelias do Quilombo Leblon (do negociante Seixas) pelo Presidente Clapp; discursos delirantes de Dantas, Nabuco, e Patrocínio das janelas do Senado e nas ruas circumvizinhas; todo o Rio de Janeiro em festa”. (1)

A Regente chegou ao Senado a uma hora. O hino nacional saudou-a ao descer da carruagem. “Vi-

(1) *Diário* cit., p. 312.

nha comovida como quem acabava de receber do povo a mais bela recepção, porem segura de si, dominando com energia as emoções do momento. Sua fisionomia tinha a palidez que veste os grandes instantes, o colo ofegava, a voz era clara e firme. Tomando a fala do trôno leu-a com sensível expressão e nitidez, acentuando os topicos que se referiam ao elemento servil. Quando a Princesa pronunciou as palavras **confio que não hesitareis em apagar do direito pátrio a unica exceção que nele figura em antagonismo com o espirito cristão e liberal das nossas instituições**, ouviu-se um murmurio geral de assentimento. Ao chegar ás ultimas palavras, os deputados e senadores começaram a aplaudir, e, de repente, de todos os lados só se ouviam palmas e vivas, ficando em um momento o recinto do Senado coberto de flôres”. (1) Era a sua “batalha”, que prosseguia. Caíam das galerias as mesmas flôres de 28 de Setembro de 71, que tinham estarecido o ministro americano. Chuva do céu! Esse misticismo acalentou-lhe os ultimos sustos politicos. Voltou para o Paço risonha e triunfante. Subiu a serra com uma profunda paz na alma. No dia seguinte — observou Rebouças: “4 de Maio. Almoçaram no Palacio Imperial de Petropolis, 14 africanos foragidos das fazendas circumvizinhas. A’ noite, a musica do Imperador percorreu as ruas, em ovação ao mordomo Nogueira da Gama, que libertára todos os seus escravos, e ao advogado Mario Fioravanti, que desde 1.º de Abril dirige o exodo sob a proteção de Isabel I”. (2).

Os africanos sob o tecto imperial eram demais.

(1) **Revista Ilustrada**, de 5 de Maio de 1888, e Osvaldo Orico, **Patrocínio**, ps. 150-1, Rio 1935.

(2) **Diario** cit., p. 312.

O exodo, assim protegido, a Princesa inquietava os conselheiros cautos. No primeiro caso, esboçava-se um plebeísmo razo; no segundo, uma inversão de normas jurídicas. E' imaginar a cara do fazendeiro a quem se dissesse que os negros lhes fugiram para acoitar-se... no Paço. Podia achar-lhe graça; tinha o recurso do "fair play", que era perder sorrindo; mas de ordinario se enfezava, olhando com raiva a piedade da Augusta Senhora. Ela talvez ignorasse o exodo, e, quanto aos quatorze escravos, quizera mostrar-se humilde como Jesus, á vespera da Paixão. Tinha beleza: convidados os Jobs de lavoura para a ceja da rainha; dess'arte honrados os ultimos dos mortais; estendida com isto, á raça redimida, o indulto da religião e da bondade... A pena dos jornalistas molhava-se em lagrimas, para louvar "santa Isabel"; os republicanos, porém, á volta de Quintino, murmuravam o seu sarcasmo. Esperasse o mez seguinte — depois dos fógos de planta e dos discursos de corêto!

Uma vez madame de Maintenon perguntou a Louvois se respondia pela vida do Rei — a quem aconselhára seguir para a guerra.

— Pela vida não; respondo pela gloria do Rei.

Nabuco e Rebouças podiam parodiá-lo: não respondiam pela corôa, mas pela glória da princêsa! Antepunham o "sublime" á politica. Entre 3 e 13 de Maio de 1888 a politica, com as suas razões curtas como jaquêtas de deputados, foi dominada, espezinha pelo idealismo de azas coladas aos ômbros. Um furioso angelismo rojára-se das redações para a praça pública, volteára pelas ruas comerciais, onde os burguezes gordos não compreendiam aquilo, e a modo de ordenança da carruagem de Isabel a seguia, com um ar de vitória, pelos seus passeios trovejantes de aclamações do povo.

Os poétas acorreram ao acêno de Patrocínio. Os jornais tiveram naqueles dias um aspecto ingênuo de poliantéas. O negro assumiu, na moldura do artigo de fundo, um relêvo estupendo. Uma só palavra de opposição á princesa soava como sacrilégio, justificava o cacête do "capoeira", o insulto da "Cidade do Rio", o assobio das galerias no Senado e na Camara. A Revolução, não havia dúvida: sem armas, entrançada de frases, de versos, de camelias que floriavam o peito augusto, de exaltação inocente. O governo fazia-se ao relento, nos comícios; os oradôres supriam a dialética dos conselheiros, em férias, descrentes; e o conde d'Eu, ouvindo melhor, agora que se falava em altas vózes, achava tudo maravilhoso.

REDENTORA

Na sessão de 7 de Maio João Alfredo declarou: “Amanhã será apresentada a proposta do poder executivo para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil”. Foi “freneticamente aplaudido” (1).

“No dia 8, ás 2 horas da tarde, introduzido no recinto com as formalidades regimentais o ministro da agricultura Rodrigo Silva dirigiu-se á Mesa e de pé, á direita do presidente, barão de Lucena, leu o seguinte: “Augustos e dignissimos srs. representantes da nação. Venho, de ordem de s.a. a Princesa Imperial Regente, em nome de s.m. o Imperador apresentar-vos a seguinte Proposta. Art. 1.º. E’ declarada extinta a escravidão no Brasil. Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1888. Rodrigo A. da Silva”. (2)

O temporal de aplausos sacudiu a velha casa, aturdiu a assembléia, fez tremer, sob os pés do público apinhado nas galerias, os assoalhos que estalavam. Ergue-se Nabuco, para requerer — chefe instantâneo d’uma maioria mais disposta a bater palmas do que a discutir — se elegeisse imediata comissão para opinar

(1) Affonso Celso, *Oito Anos de Parlamento*, 2.ª ed., p. 134.

(2) Affonso Celso, *op. cit.*, 134-5.

sobre a proposta. Nomeia-se a comissão: Nabuco, Afonso Celso, Duarte de Azevedo, Gonçalves Ferreira, Alfredo Corrêa. Pede o tempo estrictamente necessário para lavrar o parecer, em dez linhas calorosas. Dispensa-se a impressão. Passa a urgencia. O dialogo entre Nabuco, coruscante de eloquencia que ressoa como pancadas n'um gongo, e Andrade Figueira, feroz na sua fria intransigencia, empresta á cêna uma tonalidade de drama, que a valoriza. O conservador da provincia do Rio estruge: o povo transformára a Camara, invadindo-a, "em circo de cavalinhos". Ao apêlo ("mesmo o coração de bronze de Andrade Figueira não se poderia opôr...") responde: "não sabe se esse coração é de bronze, mas se o é, prefere-se assim a que seja de lama". O outro replica, anhelante de entusiasmo tribunicio. O turbilhão amaina para que se veja o chôque — entre a honrada teimosia do retrógrado e a ênfase do revolucionário. Levanta-se a sessão num ambiente revólto e magnifico. Os adversários, apontados a dêdo, escassos, atravessam o recinto calados: têm a vaidade do seu sacrificio. Para eles o circo não era de cavalinhos, senão de Cesar: faziam questão de acabar com dignidade. Mas os nomes do dia irrompem n'uma aureola de veneração; passam entre alas, que os aclamam; pisam as flôres que lhes atiram.

Ao começar os trabalhos, no dia 9, Andrade Figueira lá está, na tribuna, sêco, sentencioso, provocante. A resposta compete ao ministro Rodrigo Silva: extenso, lógico, um tanto literário. A lança do torneio brilha no punho de outro opositor: Alfredo Chaves. Afonso Celso requer o encerramento da discussão. Araujo Góes, da Bahia, propõe que se acrescente ao artigo 1.º: "desde a data desta lei". Corre a

votação. Oitenta e tres contra nove: ou antes, a totalidade menos a “junta do coice”, a bancada fluminense... No dia 10 completou-se a aprovação do projéto pela Camara e o recebeu o Senado, que gastou com ele tres dias agitados, retumbantes de discursos n’outro tom, a velhice a exigir da impaciencia juvenil mais meditação, mais calma...

Cotegipe e Paulino d’uma banda, Dantas e Correia da outra, emprestaram á discussão um sentido transcendente. Poderia interpretar-se a severa oração de Cotegipe em 12 de Maio com um desagravo, o seu revide á fração do partido que lhe arrebatára o poder, uma restituição de setas colecionadas na sua panoplia — e que iam, certeiras, ao trôno. Indubitavel, porém, é que a sua lucidez foi profética. Em primeiro lugar, negava autoridade ao partido conservador para promover a abolição: “foi um erro que não passasse a ser feita pelo partido liberal...” Em seguida, presagiava a continuação da crise. Nabuco, além da áurea lei, via o Terceiro Reinado. Era um estêta. Cotegipe era prosaico: via o desmoronar das instituições. Citou Ruy Barbosa. “O ato foi praticado em favor da Republica”. Idade que acaba, outra que começa: federação dos Estados Unidos do Brasil... “Eis aqui, senhores, o que nos espera”.

O Senado ouvia, cético e inerme. Sem poder resistir, concordando com o vaticinio, incapaz de reação, cingido pelas mesmas influencias exteriores que tinham estrangulado, na Camara, a pertinácia dos fluminenses, lembrava uma tripulação condenada ao naufragio que se entretivesse com musica triste. Essa idéa, de rumo feito para o precipicio, era cara a Paulino: “não ha mais poder que consiga encadear ou encami-

nhar a corrente, uma vez solta a reprêsa". A sua voz tornou-se mais solêne, quasi soturna, ao censurar "a realza, por amôr da popularidade, por motivos de sentimentalismo" associada á propaganda popular e ativa... Tinha o seu quê de sacerdotal, proferindo um "de profundis". Nas reticencias do discurso as ameaças se lhe ajustavam ao fatalismo, como a advertir, que um dia essa realza, desamparada das multidões, bateria á porta do velho Senado, e aí encontraria a indiferença ou a resignação, dos que já não tinham fé. . .

As frases ponderadas ou amargas, entretanto, não lograram retardar a aprovação do projéto, ou melhor, a festa jubilar que se preparára para o domingo, 13 de Maio.

Houve sessão ainda nesse dia. A princesa transportára-se de Petropolis para o Paço da Cidade a cuja volta se aglomerára o povo, na expectativa do espectáculo mais comovente e singular de sua história.

Paulino não terminara a "obstrução" e já não comportava mais ninguém o largo fronteiro ao Senado. "Os bondes parados em longa fila, traziam curiosos sobre a tolda; carros detinham-se, intimidados pelo povo. Os proprios soldados refreavam os animais na impossibilidade de vencer a massa compacta." (1) Talvez lhe segredassem, que qualquer demora ainda impacientaria a princesa, que marcára hora para a sanção — porque poz um remate irônico ao discurso:

"E' sabido, Snr. Presidente — disse o chefe conservador pausada e severamente, é sabido e os jornais todos que li esta manhã anunciam que Sua Alteza a Serenissima Princesa Imperial Regente desce hoje de Pe-

(1) Coelho Neto, *A Conquista*, p. 428, 4.^a edição.

tropolis e está a uma hora no Paço da Cidade á espera da deputação desta casa para sancionar e mandar promulgar já a medida ainda ha pouco por V. ex. sujeita á deliberação do Senado. Cumpri, como as circunstancias permitiram, o meu dever de senador; passo a cumprir o de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta jerarquia”.

E desceu da tribuna.

Caía o pano sobre a cêna melancólica do parlamento; o teatro transferia-se para a rua e para o palacio imperial.

“E fez-se a desfilada em direção ao Paço da cidade...” A’ frente, “asfixiado, rouco, a gesticular, chorando e rindo, vinha um homem de bronze por entre o tumulto, de braço em braço como um idolo que todos quizessem veneradamente tocar e sentir — era Patrocínio”. (1) Em ondas, rugindo, aquele mar de gente investiu a praça, subiu as escadarias lageadas, golfou pelos salões enrolando, no mesmo frenesi, os aristocratas assustados, as comissões officiais, a Confederação Abolicionista com as flâmulas, Patrocínio e seus rapazes. No fundo da grande sala, diante da fina mesa de Boule com frisos de cobre onde devia assinar a lei, Isabel tinha a placidez amavel das rainhas contemporâneas de Luiz XIV: alta, loira, olhos humidos e risonhos, o busto ofegante, as mãos niveas levemente trémulas, mais mulher e senhora em face daquela confusão que a acariciava com o bramido lisonjeiro. — Viva Isabel Primeira! Jamais essas desbotadas paredes que vinham da colonia, de D. João VI,

(1) Coelho Neto, *ibid.*, p. 429.

de D. Pedro I, tinham enquadrado manifestação semelhante — formidável e ao mesmo tempo humilde, de triunfo e gratidão, agora que já nada havia para exigir, para impôr. Dava-lhe a idéa d'uma concordia final; extintas as linhas divisorias entre as almas e as castas, o Brasil ali presente, a gritar e a aclamar, de chapéo ondulando no espaço e o estribilho nos lábios: Isabel Primeira!

Quando se vira cousa assim? Na Maioridade — podiam comparar as velhas açafatas cujo espanto se refugiava nos fundos corredôres — as festas foram imponentes, mas cerimoniosas. Outros jubilos públicos da monarquia tiveram esplendor, e etiquêta que o disciplinava, que o resfriava. Passavam fardas, bocêjos, charangas; e reinára ordem. Exatamente essa ordem desaparecera então: para que “enorme multidão, fremente de piedade e entusiasmo” (1) — galgasse os degráos do Paço e inundasse as galerias com o seu clamôr alegre. A casa estremecia, os assoalhos rangendo, um delirio vago a misturar a multidão cujo centro real — seu comando e sua voz — era o creoulo suado e radiante que mais alto repetia os vivas á Princesa.

Mas não era feliz. Faltava-lhe então a saúde do Imperador, que caíra gravemente doente em Milão, de 2 para 3 de Maio. As noticias continuavam desfavoraveis. Esperava peoras. O proprio conde d'Eu não ocultava o pessimismo. Em 11 de Maio os telegramas foram tres. A meio-dia: “Princesse Impériale. Mème état d'hier, mème préoccupation de gravité. Tereza”. O principe comunicou a João Alfredo, a uma da tarde, num bilhete nervoso: más noticias da

(1) Afonso Celso, **O Imperador no Exílio**, p. LXXXVI, 1.^a ed.

Europa. Em seguida: “La pleurisie suit une marche régulière, phénomène une manifestation nerveuse non rassurante. Simmola Giovanni. Motta Maia”. Afinal, ás 8 da noite: “Nada de novo desde esta manhã os sintômas graves de hoje á tarde não voltaram até agora. Simmola Giovanni. Motta Maia”. (1) O pensamento de Isabel dirigiu-se para o problema religioso do Imperador. Telegrafou, instando, não lhe faltassem os auxilios da religião!

A Imperatriz tranquilizou-a: “De Milão, ás 9 e 20 da manhã. Princesse Impériale. Soyez pleinement tranquille je connais bien vos sentiments qui sont aussi les miens, mais grâce à Dieu il n’est pas nécessaire pour le moment de faire Saints Sacraments; aujourd’hui mieux. Tereza”. (2)

Podia crêr na convalescença, na volta do pae.

Não disfarçava comtudo a inquietação, a dôr de o saber tão mal.

Escrevêra, do seu punho, uma resposta á comissão legislativa: “Seria o dia de hoje um dos mais belos de minha vida, se não fosse saber meu Pae enfermo. Deus permitirá que ele nos volte para tornar-se como sempre útil á nossa Pátria”. (3)

De tão-cheio ninguem mais podia entrar no Paço, quando os chefes da Confederação Abolicionista ofereceram á princêsa a pena de ouro e pedraria — fruto de uma subscrição apressada.

(1) Ms. no arq. J. Alfredo. Esses telegramas não constam do belo livro de Manoel A. Velho de Motta Maia sobre o **Conde de Motta Maia**.

(2) Ms. no mesmo arq.

(3) Ms. letra da princêsa Isabel, no arq. de J. Alfredo.

“No momento em que empunhou a pena para a assinatura fez-se religioso silencio”. (1)

A mão não lhe tremeu. Tinha uma firmêza imprevista. Foi curto aquele silencio de contrição. Unissono, estentórico, um aplauso que estrugiu no salão, prolongou-se pelas dependencias do edificio, ganhou a praça, logo parecia o desafôgo fabuloso, não só de uma cidade, de uma população que ali se comprimia, entre perplexa e encantada, como do país todo que falasse por mil bôcas, de suas classes reconciliadas, de suas forças imanantes, da propria terra explodindo num hino bárbaro... Patrocínio “fóra de si, atirou-se aos pés da Princesa, quiz beijá-los...” (2) Proferiu palavras soluçadas, a face brônzea molhada de lágrimas, os braços no ar, como se representasse um papel final: a raça libertada, a venerar “santa Isabel”...

Ouviram-lhe uma grande frase: “Minha alma sóbe de joêlhos nestes Paços!”

Num movimento instintivo, a princêsa quiz levantar o tribuno acometido de sua sublime alucinação. Não poudé. A emoção não comportava ali atitudes medidas, moderações cortêzes. Chorava-se e ria-se. O conde d’Eu, apertado no seu uniforme de marechal, a face congestionada e o jubilo aguando os olhos claros, sentia-se feliz, e sem ar. “Le succès en est colossal pour la monarchie dans laquelle on reconnaît l’agent principal de cette transformation... et la nature impressionnable des faces de ce pays donne lieu à un enthousiasme sans bornes et touchant”. “E’ impossivel ver alhures uma cêna analogá á que ocorreu no Paço

(1) Affonso Celso, *op. cit.*, p. 142.

(2) Affonso Celso, *op. cit.*, p. 143.

da Cidade entre 3 e 4 da tarde de domingo 13..." (1) Fóra, luz e calôr propiciava o regozijo. Lembrou Machado de Assis: "Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou e todos saímos á rua. Sim, tambem eu saí á rua, eu o mais encolhido dos caramujos, tambem eu entrei no prestito em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gôrdo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delirio". (2) Na côrte e na serra. Rebouças atirára-se nos braços de Taunay: — "La joie fait peur" (3). E apontou no seu Diario: "Ovações indescritiveis no Rio e em Petropolis das 6 ½ ás 10 da noite" (4).

A aprovação do Imperador não tardou.

Veiu em 15 de Maio, num telegrama breve: "Abraço a Redentôra. Seu pae Pedro". (5)

Nesse dia, em que André Rebouças é carregado aos ombros d'ós estudantes da Politécnica, D. Pedro II outorga á filha o titulo que acabava ela de preferir á realeza hereditária, á sua corôa, á solidez d'um trôno embutido na penumbra: Redentôra.

O resto, o tempo poderia tirar-lhe, embora esse resto fosse a sua herança e a sua pátria: não lhe arrebataria, porém, o titulo que era o preço do sacrificio e a razão da renuncia. Que perdêsse tudo: Redentôra, isto não lhe negariam!

(1) Carta a Nemours, 16 de Maio de 88, A. Rangel, *op. cit.*, p. 369.

(2) *A Semana*, p. 84.

(3) V. de Taunay, *Homens e Cousas do Império*, p. 140.

(4) *Diario*, p. 313.

(5) Arq. do castelo d'Eu, doc. n. 8971. H. Lyra, *op. cit.*, III, 116, estampa o *fac-simile* de outro telegrama, de Milão, 22 de Maio: "Princese Impériale. Grand satisfaction pour mon coeur et grace a Dieu pour la abolition de la esclavage au Brésil félicitations pour vous et pour tous les Brésiliens. Pedro et Thereza".

DEPOIS DA FESTA

Em 20 de Maio notou Rebouças: “Ultimo dia de delirio pela Abolição (1).

O conde d’Eu começava a inquietar-se. Estranhava a falta do **Te Deum**. Escreveu um discreto bilhete a João Alfredo, lembrando o **Te Deum** (2). Não o esquecesse, repetiu em 24 de Maio, impossibilitado de descer de Petropolis devido ás noticias sobre o Imperador, cujos padecimentos se tinham agravado a 22 (3). Em 30 de Maio, um telegrama confortante: “S. M. o Imperador passou bem o dia de hontem, e a noite; entrou em convalescença. Charcot, Semmola, Motta Maia” (4).

Vem a tempo.

No dia 27 celebrára-se a primeira comunhão do principe do Grão Pará. Isabel elevava a Deus o pensamento tranquilo. Contava com o regresso do pae, que a aliviaria, terceira vez, do fardo do governo; e nos acontecimentos, que desde 13 de Maio se sucediam em torno dela, via os sinais da Providencia Divina, que a recompensava. Porventura a grave doença do Imperador e o seu exito politico acentuavam o tem-

(1) *Diario*, p. 313.

(2) Carta de 20 de Maio de 88, arq. de J. Alfr.. ms.

(3) Ms. no arq. J. Alfr.

(4) Manoel A. Velho da Motta Maia, *O Conde de Motta Maia*, p. 124, Rio 1937.

peramento imperioso, que já não sabia dissimular, misturando autoridade e convicção, nas meúdas preocupações administrativas em que se excedia habitualmente. Autoritária, mesmo brusca em suas impaciências, minuciosa e sincera, entre Maio e Agosto de 88 foi uma rainha bem pessoal e ativa.

Dá a impressão de uma discipula do pae, que o imita nos detalhes do seu governo absorvente. Gósta dos bilhetes ligeiros, expedidos uns após outros, apressadamente escritos, numa letra varonil. O conde d'Eu auxilia-a, tambem torrencial, mergulhado numa correspondencia infindavel. Mas não a substitúe.

Do punho da princêsa são communicações como estas, dirigidas ao presidente do conselho: "A perda total do Apa por falta talvez de atividade não me póde sair da memória".

"Lembro-lhe o Crucifixo e o retrato de meu Pae nas escólas".

A respeito das ruas da cidade: "O seu estado actual é uma vergonha e um martirio para quem não anda em tramway".

Tivésse cuidado em esperar de Roma licença para os frades do Carmo cederem o terreno da Lapa, destinado á Maternidade.

"Estimo poder comunicar-lhe o seguinte telegrama de Mamãe recebido ha pouco: Imperador bom, será hoje levado ao jardim".

"Queira falar ao Ferreira Vianna sobre a nomeação inclusa que desejaría muito fosse feita quanto antes": (1)

Não se parecia mais com a Regente do ministerio Rio Branco, receioza de indispôr-se com os homens

(1) Nomeação de José de Lima Coutinho para professor interino de solfêjo. Ms. no arq. de João Alfredo.

de confiança do Imperador, moralmente impedida de desfazer-se deles, se a contrariassem. Silveira Martins acertára: “Aniquilou o ministerio da Camara e creou o seu”. (1) O gabinete era de sua própria confiança! Ministros que lhe deviam as pastas. Seus aliados, a quem déra a oportunidade de 13 de Maio: estáveis, por conseguinte, nas posições que não teriam conquistado sem o seu acêno, o “seu golpe”. O reflexo estrangeiro desse “golpe” aumentára-lhe a autoridade para querer mandar. Festas na Republica Argentina, como se a abolição fôra um acontecimento interno; louvôres unanimes, que as legações lhe enviavam, em maços, coligindo a emoção universal que aquilo causára; o Papa, os filantropos, os inglêses, os primos Orléans... Era o seu exito: agora lhe faltava — o que Napoleão considerava talisman dos grandes homens — “Maîtriser le bonheur”. Mas os horizontes se obscureciam.

As rapôsas do grupo de Saldanha Marinho tripudiavam sobre o esfacelamento do partido conservador. Patrocínio e Nabuco não queriam convencer-se da transformação radical, em curso. Vitoriosa a campanha, em cujos fragôres uma popularidade inexcedível os impuzéra á idolatria das massas, o seu problema consistia agora em substituir o estandarte, que acabava de enrolar-se, recolhido, como uma reliquia, á sacristia do Rosário, por outro que continuasse e puxar nas ruas a multidão. Nabuco era federalista. Patrocínio atacou os republicanos, dizendo que, escravocratas, se vingavam da Redentora. O dissidio das forças constitucionais perdeu a antiga importancia. Circunscreveu-se a monarquistas e republicanos. Glicério

(1) Vd. Alfredo Valladão, discurso — necrologio, *Revista do Inst. Hist.*, v. 144, p. 905.

convocou os adeptos, não contra o gabinete, efêmero, porém contra a corôa; Silva Jardim, de repelão, sem meias palavras, incendiário e metódico, saiu a prégar o levante. Estroinices, desculpava o governo; que o trôno se reforçara, respondiam os ministeriais; sem o exercito nada fariam, concordavam os desenganados, que tinham envelhecido ouvindo discursos inúteis, fartos de conspiratas de academia e revoluções de operêta. Inevitavel! — murmuravam os conselheiros pôstos de lado pelo turbilhão de Maio. E no fundo saboreavam o “castigo”, antegozavam-no, chamando assim o estôrvo d’uma agitação que lembrasse á princesa a conveniencia de seguir o exemplo do pae, este cada vez mais discrêto, nos bastidôres d’um poder sem arrogancia.

Nabuco foi inexoravel: “A verdade é que hoje só ha uma refôrma que possa deter a marcha da republica, e essa é a autonomia das provincias”. (1) Com a corôa, sem ela ou contra ela — acrescentára Ruy, todavia disposto a ir mais longe, pois não se prendêra á monarquia pelos mesmos compromissos. A maçonaria, os estudantes, o positivismo, definiam-se pela Republica: aproximando-se o centenário da Revolução, a moda, de nomes, atitudes, sucessos francêses, investira a juventude como uma epidemia mental. Teixeira Mendes escrevera a Nabuco — em 1.º de Outubro de 88 — que viria a “ditadura republicana,” a menos que a corôa se apoiasse a um Pombal, um rijo e feroz ministro, inimigo de Camaras. E jurava: “A sorte do mundo depende de Paris”. (2) Os

(1) Carolina Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco*, p. 250. Em carta a Penedo, 23 de Maio de 88: “A Princeza está muito popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana”. H. Lyra, *op. cit.*, III, 60.

(2) *Religião da Humanidade*, n. 5, Rio 1921 (publicação a proposito da princeza Isabel).

republicanos reconheciam-se pela música: a Marseilhêza. Contrapunham-lhe os monárquicos o Hino Nacional. As fanfarras, adversárias, estrugiam ao cabo das reuniões eleitorais como um desafio, um duélo sinfônico, “Brava gente” contra os “cidadãos”... O conde d’Eu ajudava, por antítese, esse francesismo ingênuo. Representava a banida realeza, Luiz Felipe aliado em 1848, um resto de Bourbon, a “planta exótica”. Calavam-se, os que lhe viam, na sala de estudos, o quadro audaz de Rouget de Lisle. A lenda do “ultramontano” recrudesceu, misturada ás acusações pueris, dos seus “cortiços”.

Que importava não tivesse nenhuma casa de cômodos, das que lhe indigitavam?

Ao contrário, devia ainda ao Banco do Brasil, em conta de adiantamentos, uma sôma consideravel. A fama de usurário perseguia-o. “Era o velho rótulo da avareza — diria Eça, a proposito do conde de Paris — que fôra colado a Luiz Felipe pelos românticos e humanitários de 1830, ficou depois tradicional para toda a familia de Orléans”. A atoarda dos “cortiços” não ficára nas mofinas de imprensa: apparecida agora nos panflêtos distribuidos por ocasião de visitas officiais, recrudesca onde quér que o principe se apresentasse. “Os cortiços do conde d’Eu — sorriu o romancista — foram, creio eu, uma das grandes indignações democráticas do Rio de Janeiro, e em nenhuma outra classe era ella mais viva do que na dos proprietarios dos “cortiços”. (1) Não se defendia. Que eram perfidias sem consequencia — concordavam os ministros. Por vezes se arrevelava, num lampêjo de cólera que não alcançava a rua do Ouvidor: perdia-se no circulo buro-

(1) Eça de Queiroz, *Cartas Familiares*, p. 43, 2.^a ed.

cratico que se interpunha entre ela — e o seu desgosto. Um exemplo dessa mágoa deu-o num bilhete a João Alfredo, quando a **Gazeta da Tarde** afirmou que pretendia Sua Alteza arrendar... o matadouro municipal. Magarefe — era demais! Fartára-se de silencio, de imobilidade desdenhosa, e preveniu: “Nunca me ocuparei, mercê de Deus, de semelhante negocio, nem de outro dessa ordem ou de especulações de qualquer natureza”. (1)

Mas — o caso de suas terras, dotais, o episodio das companhias de colonização?

Elucidou, peremptório: “O que é verdade é que em 1881 celebrei contrato com o comendador Joaquim Pinto para colonização da parte do Patrimonio que nos coube em dote á Princesa e a mim, empreendimento que até hoje não recebeu, que me conste, auxilio nenhum dos poderes publicos (sendo talvez a unica emprêsa de colonização neste caso) tendo aliás conseguido estabelecer perto de duas mil almas numa das regiões mais favoraveis da provincia de Santa Catarina”. (2)

Não acreditavam. Achariam absurdo, por exemplo, que gastasse mais do que recebia. Só depois — no exilio — se soube que esse principe economico voltára mais pobre — apesar do quarto de seculo no Brasil. “... Tive mesmo de sacrificar em grande parte, para ocorrer ás despesas inherentes á nossa posição

(1) Carta a J. Alfredo, 25 de Maio de 1889, arq. cit.

(2) Carta a J. Alfredo, 31 de Maio de 1889, arq. cit. “A certa verdade sobre o cortiço é que o principe arrendou uns terrenos seus. O arrendatario podia erguer sobre este terreno um circo de cavalinhos ou um arranha-céo. Preferiu construir uma série de casinhas...”, Luis da Camara Cascudo, *O Conde d’Eu*, p. 112.

no Brasil, a pequena herança que me coubera por successão de minha Mãe"! (1)

Seria inconveniente uma polêmica, e raiaria no ridiculo uma tomada de contas, pelas fôlhas, aos assobios d'um jornalismo irônico. Calou-se.

O Imperador estava de volta em 22 de Agosto.

A princeza preparou-lhe uma grande recepção. O governo pôz nisto um interesse sem precedentes. O povo interveiu, dando á festa uma intensidade fabulosa. Cadetes da Escola Militar subiram ao Pão de Assucar desdobrando imensa bandeira. Era, um tanto para todos, a "volta do velho". Cantou Salvador de Mendonça:

.....

Ao troar d'artilharia, aclamam-te a montanha,
A selva, o mar, o céu, — monarca redivivo".

O Rio de Janeiro vestiu-se novamente com as côres e galas de 13 de Maio: apoteóse de rua, aclamações freneticas, misturados com a multidão os uniformes e as casacas, d'um mundo oficial deslumbrado por aquele conchavo, da democracia com o trôno.

Os medicos, achando que a saúde do Imperador exigia ainda um repouso largo, opinavam pela continuação da regencia, apesar de sua presença. Não! — opôz-se, sem permitir que se renovasse a proposta. O conde d'Eu alegrou-se: "E' um grande alivio para Isabel e para mim, ver afastada essa combinação que, por outro lado, não poderia efetivar-se sem o voto das

(1) Carta a Ramiz Galvão, 20 de Fevereiro de 1890, adiante transcrita.

Camara". Esperava-a emoção mais cara: quando começavam a fenecer, na memória d'uma elite solicitada para outros problemas, as camelias da Abolição, iam dar-lhe uma flôr que não murcharia nunca. A rosa de ouro!

Leão XIII destinára-lhe esse ano o prêmio incomparavel.

A ROSA DE OURO

No domingo, 23 de Setembro, o internuncio monsenhor Spolverini foi solenemente recebido no Palácio Isabel. Levava o breve pontifício que lhe transmitia a grande noticia.

A pequena côrte ali reunida fez circulo em torno do representante do Papa, que leu um discurso cheio de beleza. Quizéra Sua Santidade testemunhar “a satisfação toda especial que sentiu, como chefe supremo da Igreja e protetor da liberdade do homem, ao ver sancionada por Vossa Alteza Imperial a lei que aboliu completamente a escravidão no Brasil”. E acentuou: “Depois de todas as felicitações que V. A. Imperial recebeu de um e outro hemisfério, este esplendido testemunho da parte de Leão XIII é uma consagração digna da grande obra, á qual se acha ligado para sempre o vosso nome”.

O Imperador, João Alfredo, a princesa déram a maior importancia á cerimonia marcada para 28 de Setembro — aniversario do “ventre livre”.

A capela imperial encheu-se de delegações de todas as classes. Formaram tropas de terra e mar. Lá estavam os bispos do Rio, de S. Paulo, de Olinda — o successor de D. Vital — e do Pará — D. Antonio, que prégou o sermão gratulatório. Os demais prelados tinham mandado procuradôres. Houvéra o proposito

de unificar o episcopado em torno de Isabel. Aliás permitira o Pontífice que nesse dia se alterasse o calendário, para que, em todo o Império, as missas fossem em louvôr de Santa Isabel — avoenga da princesa, modelo das princesas. Os bispos regozijavam-se com essas pazes. Outra era agora a sua pelêja: contra o positivismo e o ateísmo, contra as opiniões radicais do parlamento e a maçonaria republicana. Não prevaleciam os velhos despeitos. Morrêra Zacarias, e Ferreira Viana pertencia ao ministério. João Alfredo (quem o diria em 1874?) foi agraciado com a grã-cruz de Pio IX. A influencia da princêsa estendia-se ao Estado e ao clero como um compromisso de concórdia. “O Apostolo” irritava-se contra os livre-pensadôres e metia á bulha os anti-monarquicos, os federalistas, os fanaticos de “oitenta e nove”, dessa Revolução francêsa que no ano seguinte completava o centenario. Admiravel espetaculo afinal — o da manhã de sexta-feira, 28 de Setembro de 1888!

Às 10 e meia quatro coches da corôa transportaram do convento do Carmo para a igreja a embaixada da curia romana. Uma hora depois, precedidas do cabido e dos mitrados, entraram as pessoas imperiais: Nas tribunas — repletas — viam-se os diplomatas, as damas, os altos titulos do Império. Apertavam-se, acotovelavam-se, asfixiavam na nave do templo os senadores, os deputados, os conselheiros, a vereação de estandarte alçado, as patentes superiores do exercito e da marinha, os magnates do comércio. Atraz dos condes d’Eu vinham os tres pequenos principes. Seguia-os D. Pedro de Saxe. Duas lampadaes electricas do côro iluminavam o altar-mór inundado de luzes, o ouro dos uniformes, a pompa das capas prelaticias, a alvura das mitras, fisionomias, bordados, condecora-

ções. Monsenhor Spolverini iniciou a missa cantada ao som da orquestra de Bussmeyer. O Kyrie e gloria de Mozart sacudiram sobre a multidão opréssa as suas harmonias indefiníveis. De repente se fez um silencio majestoso. Assomou ao pulpito, pálido, a fronte al-tiva, os negros olhos inspirados, irradiando simplicidade apostolica e energia espiritual — D. Antonio de Macedo Costa. A sua oração não foi extensa, mas vi-brante e comovida. Depois, o conde d'Eu se ergueu. Imitou-o a princesa. Pelo braço do marido se encami-nhou para os degrãos do altar. Ajoelhou-se e inclinou levemente a cabeça. Monsenhor Spolverini apresen-tou-lhe então a meúda roseira de folhas e pétalas de oiro. Nas suas mãos a planta mistica tremia, cintila-va, parecia rescender ao incenso que enevoava o ar e ao indistinto perfume de que se impregnára. O men-sageiro do Papa disse algumas palavras ainda, lem-brando o significado do presente, e Jesus Cristo, "ale-gria e corôa de todos os santos". Não faltou quem li-gasse á idéa de coroação aquele cerimonial. Coroação antedatada, em vida do soberano, simbólica, quasi pre-ventiva. Em vez da rainha unvida, a rainha premiada e eleita. Homenagem á mulher que ousára, á fé, á religião corajosa. Sacrificára-se talvez, fazendo a po-litica do coração, mais do céu que do mundo, mais da Igreja que da terra, muito mais do seu feminismo que da sua ambição: podiam derrubar-lhe a corôa, que os reis não levam para o tumulto, nunca a aureola, que de ordinário os acompanha para alem do tumulto... Daí a rosa de ouro.

Precioso mimo! Cento e cincoenta e seis vezes tinha sido dado, a partir de 1096, quando Urbano II mandou a primeira a um conde d'Angers, coluna cató-lica esbatida no fundo da Meia-Idade. D. Manoel e D.

João III receberam-na em Portugal. A 157.^a roseira de ouro passára emfim o Atlantico. Ali estava. Em poder duma princêsa devota que parecia tomada de espanto pela importancia universal que tivera o seu "golpe", pela repercussão do seu "capricho", pelo alcance de sua caridade. Que pensamentos mais se lhe tumultuaram pelo resto do **Te Deum**, cançada, feliz, os olhos húmidos, abençoada pelo olhar frio do pae e pela simpatia, um tanto distante, mas evidente, de todo aquele povo de fardas, de comendas, de espadas, de plumas, de cabelos brancos ou de grenhas jóvens, gerações e personagens que lhe davam uma impressão amavel da unidade sentimental, da esplendida realidade do Brasil já sem escravos? Seguramente não poderia exprimi-los. Limitava-se a ser feliz. Como nunca mais, nem antes nem depois dessa sexta-feira em que se sentiu um pouco Santa Isabel. A outra, a de Portugal, fizera o amoroso milagre de trocar pedras em pães... E ela? Porventura não transformára em ouro — daquela encantada roseira vinda de Roma — ferros e lágrimas? Tres seculos de escravidão acabavam naquilo: folhagem e corola d'ouro como deviam ser — nas paizagens divinas — "alegria e corôa de todos os Santos"...

No Paço da Cidade houve os cumprimentos de estilo.

A leitura da mensagem do episcopado foi como uma ressonancia da voz poderosa de D. Antonio. Expunha a sua fidelidade á "instituição monárquica", "que estamos persuadidos ser o penhór mais seguro da estabilidade da nação". (1) Depois do "regalismo", da luta do temporal e do espiritual, das demasias de

(1) **Jornal do Comercio**, Rio, 28 e 29 de Setembro de 1888.

Cesar — essa declaração definia menos uma realidade do que uma expectativa: o reinado de Isabel. Às 3 horas da tarde desfilaram os últimos personagens e a princesa pendeu atirar-se, exausta, a uma cadeira, ao lado da sua mesa de Boule — a sua linda mesa em que assinára a lei de 13 de Maio — e da rosa de ouro que lhe puzera em cima. Um trunfo!

“Que bela festa...”, noticiou “A Estação”, periódico da elegância e da mulher. E numa grande frase: “A propaganda republicana tem ainda muito que fazer para conseguir desarraigar a simpatia que o povo brasileiro consagra menos á monarquia que á familia imperial”. (1) Rebouças acrescentou (diário de 28 de Setembro): “Iniciação da Guarda Negra da Rentôra” (2).

(1) **A Estação**, Rio, num. de 30 de Setembro de 1888.

(2) **Diário cit.**, p. 217.

XXVIII

A GUARDA NEGRA

Após a veneração — na manhã religiosa da entrega da Rosa de ouro, foi o fanatismo — da noite em que Patrocínio fundou a Guarda Negra.

A idéa tôrva — duma falange de caceteiros, de antigos escravos prontos a darem a vida pela Redentora — parecera-lhe um desabafo, uma advertencia aos inimigos, aos conservadôres que se vingavam do lôgro de 13 de Maio pedindo aos gritos a republica. Queriam páo!

Essa lógica do preto de genio puzera em fogo a redação da “Cidade do Rio”, mas soava em falsête na rua do Ouvidor. “O ultimo negro vendido”, rugia a imprensa de Aristides Lobo e Silva Jardim. O tribuno, transformando-se em capitão de malta, a ameaçar com a bengala os ideologos, descera dum pedestal: de fâto, subira a um palco. Imaginava um drama que tivesse grandêza: mas não escapava á comedia. Sublime na eloquencia de libertação perdia o fôlego a falar de reação e sacrificio, pelo trôno que vencêra a coligação da Propriedade e da Politica. Presupunha uma platêa de homens de côr agradecidos para sempre á caridade de Isabel, aplaudindo, punhos retalhados pelas algêmas recentes — e tinha diante de si um público que se fatigava. Levou para o Teatro Lucinda as suas conferencias contra os republicanos-escravocratas.

O que antes fôra popularidade era agora curiosidade: nunca mais Patrocínio volveria aos seus dias flamejantes, do comando e da fascinação das massas. Tropeça em incidentes e equívocos: indispõe-se inicialmente com os militares. O conflito do 17.º de infantaria, de S. Paulo, com o chefe de policia, reabre a "questão" que podia conflagrar o país. A propaganda da revolução associa logo a idéa de terceiro reinado á da guarda negra, dos ultramontanos, da reação desabalada. Rastilham boatos insidiosos. Nenhum é mais aflitivo para o paço Isabel do que o boato que faz do principe D. Pedro Augusto um candidato.

Foi em 14 de Dezembro de 88 — diz Rebouças — que lhe contou D. Pedro Augusto "o absurdo plano dos officiais do exercito para prendê-lo como refém" Notou, em 27 seguinte: "Tristissima conversa com o principe engenheiro. — Narra-nos as intrigas para abdição do Imperador; para casá-lo e impedir sua volta ao Brasil e um sem numero de miserias que me reforçaram a convicção de quanto é infeliz a sorte dos reis e dos principes!" (1) Os jornais começavam a definir e explorar esse problema dinástico: dada a resistencia do país ao governo de Isabel, porque não se recorria ao moço-principe? A sua fisionomia suave de jôven arquiduke, a precoce gravidade, uma acentuada semelhança com o avô — dava-lhe um aspecto de herdeiro... Os tios estimavam-no. Em 19 de Outubro, é o conde d'Eu quem escreve a João Alfredo, alvitran-

(1) *Diário*, ps. 318 e 319. Em officio de 5 de Abril de 1887 já o ministro francês informava ao seu governo: "Forma-se já um partido, que quer substituir o duque de Saxe, neto do Imperador, á sua tia a condessa d'Eu, casada com um estrangeiro, e cuja popularidade é ainda duvidosa", H. Lyra, *op. cit.*, III, 66.

do-lhe intervisse junto ao Imperador, para conferir a D. Pedro Augusto a grã cruz do Cruzeiro (1) D. Pedro II não percebêra a agitação crescente que se apoderava do espirito do neto: aliás só seria conhecida quando já sem remedio. Devêras era peor do que um prurido de ambição, um tumulto intimo: aos poucos a nevrose, que o condenava á loucura, lenta, sutil, o mergulhava num mundo estranho... Bastaria um choque — e cairia desamparadamente no seu abismo interior. Aconteceu em 17 de Novembro de 1889.

A linguagem dos dissidentes conservadôres foi inclemente: "S. A. Imperial a sra. D. Isabel, que tem de substituir seu augusto Pae na direção suprema deste país, na sua recente regencia já nos deu o pano de amostra do que ha de ser quando de posse efetiva do poder majestatico. Assim todos nós observamos a ostentação com que S. A. iniciou e revolucionariamente sancionou a lei de 13 de Maio que foi, pela forma praticada, verdadeira lei de esbulho..." (2)

Não admira, pois, o que apontou no seu diário João Alfredo, em 4 de Maio seguinte. "Liga das oposições no Senado. Otaviano dizia em um grupo: "Não penso como os outros (referia-se ás oposições): para mim ou a Republica ou a sucessão legitima; não concordo com o plano — de Pedro 3.º". (3)

O plano — se existiu — esfumou-se nas meias tintas desse crepusculo de situação: não passou de esbôço e ruido.

(1) Ms. no arq. J. Alfredo.

(2) Discurso de Braz Carneiro, na Assemblêa fluminense, *Jornal do Comercio*, 29 de Setembro de 1888.

(3) Ms. in arq. J. Alfredo.

O conde d'Eu visitou em Março, Santos e Campinas.

Antes não o fizesse! A princesa sobressaltára-se, ansiosa, prevendo desastres. "O príncipe partiu ás 3 ½ horas da tarde para Santos e Campinas, havendo na estação despedidas muito chorosas com a Princesa Imperial e filhos". (1) Tardou o telegrama avisando a chegada — e, excitada, num nervosismo crescente, Isabel escreveu a João Alfredo. "A perda total do infeliz "Apa" por falta talvez de atividade não me pôde sair da memória. O tempo parece ter estado calmo, mas ha tanto acidente que pôde-se dar a bordo, sobretudo num vapor que não está acostumado a estas viagens! Confio no senhor, como sempre". E num "post scriptum": "Seria bom ver desde já que vapôr possa sair ou esteja para sair afim de tê-lo á mão, e não nos faltarem todos caso fosse necessario um". (2) O zêlo de esposa, a exaltação feminina segredava-lhe presagios fúteis: outros eram os perigos que lá esperavam o consorte. Fôra, com a sua presença, dar a medida do interesse do Estado pela calamidade que se abatêra sobre ambas as cidades, a "febre amarela". Taunay indicou, no seu diário: "Quando a 16 de Março o Imperador me annunciou muito alegre a partida do conde d'Eu, repliquei logo: 'E' muito de aplaudir, pois assim se sáe do egoismo de Petropolis. Aludi, não só á imunidade que nos tem dado o clima sauda-

(1) V. de Taunay, diário, 14 de Março de 1889, D. Pedro II, p. 58.

(2) Carta sem data, ms. no arq. de J. Alfredo. Começa: "Sr. João Alfredo. A demora da chegada a Santos do Aquidaban aflige-me. Queira providenciar afim de que logo que a demora fôr anormal..."

vel desta cidade, como ás festas de kermesse, que sempre reprovei". (1) Mas as fôlhas republicanas achavam a excursão "um escarneo". De fato arriscava ele a vida com uma noção muito escrupulosa, muito metódica dos seus devêres. Percorreu de vagar os hospitais. A baronêza Geraldo de Rezende corrêra a escrever — em 23 de Março — para uma irmã: "O conde d'Eu já passou ontem de volta de Jaguára; G. não poude tornar a vê-lo porque teve aviso muito tarde, e eu gostei! Bem basta o susto que tive com sua visita aos lazarettos, vendo os doentes que morriam apenas eles voltavam as costas! Tive mêdo que ele tivesse alguma coisa, e tomara ver passados mais alguns dias para ter a certeza que não apanhou lá molestia nenhuma". (2) "Aí vem o conde d'Eu para rir-se da miseria do povo" — conclamára um boletim (17 de Março). (3) E outro — que appareceu nos muros: "Fluminenses! Alerta! o côrvo, o abutre veiu a Santos não socorrer a população aflita, mas rapinar talvez alguma empreitada rendosa. (4)

Maio — ao completar-se o primeiro aniversario da "lei aurea" — restituiu á familia imperial as aclamações e as flôres de que se ia esquecendo. Rebouças e Patrocínio encheram de camelias da Abolição (do bom Seixas) as mãos da princesa. Houve parada á tarde e procissão civica á noite, os "faróes electricos da Ilha Fiscal e dos encouraçados Aquidaban e Riachue-

(1) *Op. cit.* p. 58.

(2) Amélia de Rezende Martins, *Um Idealista Realizador — Barão Geraldo de Rezende*, p. 402.

(3) A. Rangel, *op. cit.*, p. 375.

(4) Fac-simile pbl. por A. Rangel, *op. cit.*

lo" (1) abrindo em leque, no golfo, uma aurora boreal... Repete-se, no dia imediato, a procissão civica com Patrocínio adiante, enchendo a cidade de vivas ao Imperador e a Isabel (2). Mas a paizagem politica é escura e os prognosticos desenganados.

A abertura do parlamento faz-se numa atmosphera glacial: é a sensação da crise indefinida, uma espectativa de terrôr e sobressalto, que oprime os representantes da nação. Fuzilam na calmaria insolencias sintomáticas. Aos discursos de Silva Jardim sucedem as vozes discordantes do congresso liberal, em que Ruy e Nabuco reforçam a convicção federalista. Os republicanos aliam-se aos estudantes para preparar os festejos de 14 de Julho e a máquina do poder se retarda, embaraçando-se num desentendimento surdo. João Alfredo quer demittir-se em 2 de Maio. O Imperador resiste-lhe e ganha tempo: de resto, ambos sentem que o momento é particularmente difficil. A eleição de Paulino para a presidencia do Senado — no mesmo dia em que a Camara não pôde funcionar porque a minoria se ausenta — abala o ministério, desafia-o. João Alfredo prefere ceder o posto. Não aceita a dissolução parlamentar, que podia agitar o país. (3) A luta não tinha mistério: os republicanos uniam-se virtualmente aos liberais zangados com a usurpação (a abolição á sua revelia), aos conservadores arruinados em 13 de Maio, a ensaiarem a marcha... A prudencia proverbial do imperador não era, como outr'ora, um argumento de paz pública. A doença e o tratamento prolongado limitavam-lhe a actividade, a influencia, aquella vontade tenaz que fôra o desespero dos estadistas

(1) *Diário, de Rebouças*, p. 335.

(2) *Diário*, *ibid.*

(3) *Comentarios de J. Alfredo*, ms. em seu arq.

de 1860 e 70. Desconfiava-se de sua robustez, de sua memoria; dizia-se que era governado, que lhe escondiam papeis, que não lhe mostravam jornais; e corria que a princêsa continuava de fáto a fazer a politica, entre um ministerio responsavel e um gabinete secreto, isto é, entre João Alfredo e Motta Maia.

A crise ministerial aberta em 2 de Maio só principia a decidir-se em 28. O Conselho de Estado é convocado para 31 — afim de falar sobre a mudança. O conde d'Eu — como de costume — não comparecerá á sessão; mas toma a palavra, em S. Cristovão, na véspera. Não julgava, aliás segundo a opinião geral — diz ao duque de Nemours (em carta de 13 de Junho) — esse governo com a necessaria força moral para presidir ás eleições futuras: e na vespera, “30, dia d'Ascensão, declarei-o ao Imperador de acôrdo com Isabel. Tinha-o antes dado a entender ao Presidente do Conselho, dizendo-lhe que a medida da dissolução me parecia cheia de inconvenientes”. (1) Isabel e o consorte manifestaram a sua opinião — assim clara. Em 4 de Maio D. Pedro II — confidenciou Motta Maia a João Alfredo — “chegou a dizer: ha inda o remedio da dissolução”. (2) Visivelmente se diluia nesse choque de impressões a figura severa do monarca. As suas hesitações, que antes tinham o prestigio do seu mistério, agora traduziam fadiga e negligencia. Aceitando a fórmula, que prevaleceu — de renunciar, sem dissolver a Camara — João Alfredo nota: “A reação não seria impossivel; mas havia de contrariar as tradições e habitos do atual reinado. Podia acrescentar, mas não disse, que perturbaria a sucessão que póde

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 381.

(2) Apontamentos ms. de J. Alfredo, *cit.*

vir de um momento para outro" (1). O parecer da princesa não poderia ser contrariado. Era — em todo caso — uma intervenção coerente. Significava que a autôra da situação — que acabava — não se resignára a desinteressar-se dela; e mantinha-se num dos volantes do Estado. Nem lhe seria possível voltar á obscuridade das outras vezes, após o regresso do pae na plenitude das energias físicas. "De um momento para outro" — o médico da cabeceira de Sua Majestade poderia afixar, bem aos olhos da nação impaciente, um cartaz pessimista. E os negocios roliariam de novo sobre as mesas do paço Isabel, confiados á sua sensibilidade e ao seu catolicismo. . . Não se iludissem, era mais do que a herdeira: a colaboradôra

Por ela — os conservadôres continuariam no poder. Mas o chefe? Quem unificaria o partido? O dilêma tinha a sua simplicidade: outro da ala de João Alfredo agravaria o desgosto dos liberais; e a subida destes consumaria a aliança da gente de Paulino com os republicanos.

Antes de chamar os liberais o Imperador ouviu os tres correligionarios de João Alfredo que melhor decifriariam a esfinje: o senador Corrêa, o visconde de Cruzeiro, Vieira da Silva. Não decifraram. Excusouse o primeiro, alegando a sua saúde — resumiu o conde d'Eu; o segundo, "por motivo particular não explicado"; e o ultimo, tres dias procurou em vão integrar um gabinete viável. (2) Paulino não o apoiou. Vingou-se Vieira da Silva— provando ao Imperador que os chefes conservadores eram irreconciliaveis. (3)

(1) João Alfredo, notas ms. cit.

(2) Carta de 13 de Junho de 1889, in A. Rangel, *op. cit.*, p. 381.

(3) Visconde de Taunay, D. Pedro II (diário), p. 79, S. Paulo 1933.

O ULTIMO ALVITRE

O “motivo não explicado” do visconde de Cruzeiro foi mais grave: “só poderia incumbir-se disso em duas hipoteses — ou a ditadura, sem a qual não é mais possível governar-se este país — ou a união e o acôrdo sincero dos dous partidos constitucionais” (1)

Pela primeira vez sem duvida um “leader” civil achava o Imperio ingovernavel sem a mão rija d’um ditador.

N’outras palavras: antecipar-se-ia á revolução... Pois a monarquia e a Carta de 24 de Março se confundiam — como, num globo, os hemisférios. O poder monárquico la estava regulado; sem a Constituição, arvore de raizes cortadas, iria pelos ares no primeiro pé de vento. Viria o distráto. Os golpes de Estádo, alem disso, presupõem pulso firme, e levam, subentendida, a espada. O pulso — podia ser o visconde de Cruzeiro; e a espada? D. Pedro II não pactuaria com a aventura. Os condes d’Eu não tinham pensado nela. A idéa pareceu apenas uma advertencia, mesmo uma definição: da decadencia da corôa. O partido conservador, ao retirar-se, deixava no ar esse comentário. Recolhia-se agarrado aos troféos do seu paradoxo:

(1) Visconde de Taunay, *Homens e cousas do Império*; e Henrique Leão Teixeira, *O Centenário natalicio do visconde do Cruzeiro*, p. 41, Rio 1931.

os estandartes da Abolição... Agora, o partido liberal! Verificava-se uma digna serenidade, entre os seus guias. Ganha a partida, estudavam a natureza de sua vitória.

Só o Imperador achava tudo normal.

Que aparecessem os senhores da oposição!

Chegaram, muito pensativos, muito divididos, hesitantes entre a popularidade e o cargo com o seu patriarca, Saraiva, a desdenhar o poder com reticências e objeções que alarmaram a rua do Ouvidor. D. Pedro II confiava nele. Foi o seu homem das horas aflitas, dos períodos difíceis. Mas o velho senador — em Junho de 1889 — estava tão longe do Paço como Paulino — capitão da dissidência fluminense — ou Antonio Prado, disposto a aplainar o terreno em que a monarquia escorregava, para a federação e a Republica.

Constava que uma incompatibilidade sutil surgira, entre Saraiva e a princesa.

Certo, tinha sido um dos que acharam um ludibrio, a substituição de Cotegipe por João Alfredo, em prejuizo da bandeira e dos direitos da oposição. O "golpe" irritára-o. Depois da queda de Zacarias chamou de émulo de Napoleão III o Imperador. A filha, vinte anos mais tarde, parecia-lhe do mesmo estôfo. Oliveira Lima ouviu-lhe em Lisbôa, mezes depois, uma confidencia deste póрте (1). Não imaginara, porém, em Junho ou mesmo em Novembro de 89 fulminar o "terceiro reinado" com um véto prévio. Em carta intima de Setembro (escrita da Europa) anteci-

(1) Oliveira Lima, *Memórias*, p. 57, Rio 1937. "Não conserve o menor rancor contra o Imperador nem mesmo contra a nossa infeliz Princesa tão explorada já pelos criados do Paço", escreveu Saraiva a Ferreira de Moura, Paris, 2 de Setembro de 1889, ms no Instituto Histórico da Bahia (arq. Moura, maço 1.º, pasta n 8).

pou um plano: "No Senado farei o que pudér para que os Senadores sejam temporarios, e escolhidos pela Princesa. Você comece aí a propaganda" (1). O futuro não o inquietava. Esquivou-se das responsabilidades do presente. A sua entrevista com o Imperador impressionou o país: principalmente porque não foi bem explicada. Como acontecera á entrevista de Cruzeiro. Percebia-se que os conselhos tinham ênfase, que os politicos assumiam atitudes graves, e que os semblantes traíam preocupações misteriosas. Devéras Saraiva alegou molestia, como era de praxe (tanto que preparava as malas, para uma viagem ao estrangeiro). Mas discorreu tambem sobre motivos doutrinários. Que devia abandonar-se a rotina e caminhar — em direção á corrente federalista. Pessoalmente preconizava a temporariedade do Senado, a eleição dos presidentes de provincia... Respondeu D. Pedro II, que não se oporia á vontade da nação. Comoveu-se. (2) De fáto Saraiva rejeitava firmemente — mas com uma crescente complicação de idéas — o peso

(1) Carta a Ferreira de Moura, ms. cit.

(2) Não pode ser verídico o diálogo reproduzido por Campos Salles: porem deriva da convicção que se formou, ácerca dos sentimentos de Saraiva em relação a Isabel.

"Outros propalaram que o sr. Saraiva, na sua conferencia de Petropolis, adiantou ao Imperador este parecer: O que V. M. deve fazer ao findar este reinado é entregar á nação a corôa que ela deu a V. M. em 1831.

— Mas, minha filha?

— A princesa é muito religiosa, segundo se diz, e deve resignar-se". (Campos Salles, *Da Propaganda á Presidencia*, p. 40, S. Paulo 1908).

Isto não tem sentido. Em primeiro lugar, o Imperador não opôz embargos á sugestão do conselheiro — como esclarecemos; em segundo, este não rompeu com a monarquia — como tambem mostramos; muito menos feriria o Imperador com tal intimativa. "Ao findar este Reinado", isto é, morto ele... como "entregar á nação a corôa que ela lhe deu?" O que pediu ou aconselhou foi a marcha do governo em direção ás idéas principais de Ruy Barbosa, manifestadas no Congresso do partido liberal.

do governo na conjuntura antipática, de irremediável cisão do seu partido ou de uma luta áspera, contrária ao seu temperamento socegado e prudente.

O visconde de Ouro Preto havia de pôr em dúvida a aquiescência do Imperador ao "federalismo" de Saraiva. Contestou-a. "O Sr. Saraiva... se me recordo do que ouvi, não falou a V. M. I. em Federação". (1) Mas as declarações do próprio chefe liberal feitas em 11 de Junho, no Senado, esclarecem o assunto — iluminado, a seguir, pelo depoimento de Ruy Barbosa em carta ao conselheiro Dantas. Disse que recusára a missão de organizar gabinete dado o seu estado de saúde, porem lembrára que não era tão atrasado como os correligionários pensavam... Houve sorrisos. Então elucidou o enigma. Estava de acôrdo com o voto em separado do congresso do partido liberal (em favor da federação, redigido pelo mesmo Ruy). Expoz ao Imperador o significado disto. "Não falei em Federação porque essa idéa, como vae geralmente entendida, significando uma larga descentralização e a organização autonômica das provincia, está incluída, assim no projéto do programa, votado pela maioria do congresso, como no voto em separado. Disse a S. M. que, em suma, o que se pretendia, e se achava de acordo com as minhas idéas, é que as provincias escolhessem os senadores, sem dependencia de intervenção e responsabilidade do governo central..." (2) Não falou em Federação, por subentendida; mas o monarca não se agastou nem se opôz, tanto que, após a divagação,

(1) Carta ao Imperador, 18 de Fevereiro de 1891, cf. Helitor Lyra, art. no *Jornal do Comercio*, Julho de 1935. Aliás João Brígido diz do conde d'Eu, quando passou pelo Ceará, dias depois: "Nessa mesma viagem S. A. mostrou-se inclinado á idéa da federação..." *O Conde d'Eu*, p. 65.

(2) *Anais do Senado do Imperio*, 1889, I, 172.

insistiu, que formasse governo assim mesmo. Logo... para realizar as reformas, advogadas, nas colunas do "Diario de Noticias", pelos "americanos" do partido!

Ruy dir-lhe-ia no famoso artigo sob o titulo "Boas Vindas" — publicado em 15 de Novembro de 89: "O eminente estadista... não pôde furtar-se a certa responsabilidade indiréta na origem desta situação, tendo-a deixado cair das mãos, quando a corôa lha oferecia sem condições, capitulando ante a idéa..." (1)

Saraiva criticaria Ouro Preto: "E com efeito, se ele olhasse para o país, e o quizesse agradar, sem se importar com os mêdos de Republica, que absorviam a vida do Reinado nos ultimos tempos, não teria provocado o Exercito, e teriamos feito a federação republicana, depois do que, se a Republica viésse, nos encontraria funcionando e vivendo regularmente, sem necessidade de ditadura" (2)

Em Setembro, confirmava o seu novo ideal: "Não se iluda (escreveu a Ferreira de Moura) os chefes do partido liberal não querem reformas completas porque querem continuar a nomear os senadores e presidentes de provincia..." E com um ardôr de que já o não julgavam capaz:"... Denuncie de publico todas as tramas da Comandita (Ouro Preto e Dantas) e todos os perigos que correrá o partido liberal se não adotar francamente o programa Ruy" Lastimava-se: "Se eu tivesse menos dez anos de idade eu me tornaria chefe liberal dissidente e comandaria o exercito reformista, porque a reforma Ruy — simplesmente —

(1) *Diario de Noticias*, num. de 15 de Novembro de 1889.

(2) Carta de Saraiva a B. Bandeira, 24 de Dezembro de 1889, e pelo destinatario remetida a Ruy Barbosa, em cujo arquivo está.

dará com todos esses calculos inconfessaveis por terra — e libertará nossa Provincia...” (1)

Essas expansões definem a ideologia a que se ape-
gára Saraiva, a vésperas da quéda dos conservadores
e na fase imediata — do reajustamento politico que
lhe não satisfazia o espirito impregnado de convicções
recentes.

De resto, reservava-se para um futuro próxi-
mo... (2)

Mas a quem indicava? “Um dos mais habilitados
para organizar gabinete nas atuais circunstancias” —
o visconde de Ouro Preto. Convocára o congresso do
partido, fundára a “Tribuna Liberal”, fôra ministro
tres vezes. A indicação alegrou o Imperador. Pediu
a Saraiva — concluida a entrevista — que lhe telegra-
fasse (3). Era pilôto para o temporal. “Il a un car-
ctère décidé et autoritaire”, reconheceu o conde d’Eu
(4). Tinha “a mão omnipotente de salvador da dinas-
tía e fundador de um novo reinado” (5). Atitudes
francas, limpida intelligencia, energia fogosa, a par da
fama que lhe ficara, em 1880, de governo inflexivel
— destacavam-lhe, naquele crepusculo, o vulto varonil.
Por mais moderado que quizesse ser — afrontaria a
revolta. Aceitou um ministerio de ação. Começaria
ganhando — se unisse os correligionarios cindidos
pela questão federalista, num “bloco”, á maneira de

(1) Cartas de Saraiva, ms. no Instituto Histórico da
Bahia, cit.

(2) “O egoismo do sr. Saraiva e a imprudencia do sr. Cel-
so puzeram a solução do dilema na mais perigosa das duas al-
ternativas, apressando a revolução, e duplicando-lhe as difi-
culdades da tarefa”. Ruy, manifesto á Nação, 1892, **Finanças
e Política da Republica**, p. 376, Rio 1892.

(3) Vd. Afonso Celso. **O Visconde de Ouro Preto**, p. 53.

(4) Carta cit., A. Rangel, **op. cit.**, p. 382.

(5) Ruy Barbosa, **Discurso no Senado em 13 de Outubro
de 1896**, p. 8, Bahia 1896.

Clemenceau contra Boulanger. Ofereceu a Ruy Barbosa, por intermedio de Dantas, a pasta do Imperio. Foi em vão. Ruy metera-se na sua idéa como um guerreiro na sua armadura. Abria-lhe caminho pelo "Diario de Noticias" desde 7 de Março. Entraria numa combinação ministerial, porem para fazer a federação das provincias; ou continuaria na liça, esgrimindo a sua pëna.

De fáto empenhára-se Ruy demasiadamente no seu combate para descruzar florêtes, embora numa pausa de acomodação e oportunismo

Dantas pressentira os riscos dessa campanha, progressivamente áspera, afinal sem quartel: e escreveu-lhe — em 13 de Março anterior — confessando "receio só comparavel ao do pae..." (1) Tinha a autoridade conjunta, de chefe e amigo, para aconselhar-lhe a aquiescencia ao convite. Não-voltou atraz. Prometteu a federação — e entraria! Às 11 e meia da noite de 6 de Junho, escreveu ao conselheiro Dantas: "Acabo entretanto de saber, por pessôa a quem o disse o sr. Saraiva, que o imperador está positivamente pela federação, e por tudo, tudo, e tudo, de modo que o v. de Ouro Preto "só não fará a federação se não quizer". Peremptório: "E no caso de entrar esta idéa assim no plano ministerial cessará o meu primeiro embaraço". Porque havia segundo: não tinha assento na assembléa. (2) A sua linguagem do "Diario de Noticias" aureolava-se de uma fulgurante violencia. Disputavam-lhe a fôlha os discipulos de Benjamin Constant, os partidários de Quintino, a ala de Silva Jardim. Mas não se alistára entre estes. "Simples liberal, não republicano, no "Diario de Noticias" —

(1) Carta ms. no arq. da Casa de Ruy Barbosa.

(2) Ms. no arq. de Ruy.

esclareceu mais tarde (1). Em missiva de 2 de Maio de 89, ao cons. Dantas, que lhe estranhára as criticas á monarchia — concedeu: “Da republica disto apenas uma linha. Já disse a v. ex. que só a sua amizade me tem detido” (2). No manifesto de 1892 insistiria: “não considerava chegada a vez da Republica...” (3) Continuava monarchista, mas com a consciencia e os músculos de um demolidôr — á corôa antepunha a federação. (4).

Ouro Preto passou adiante. Silveira Martins deu-lhe o ministro de estrangeiros: José Francisco Diana. As pastas militares ficaram com o visconde de Maracajú e o barão de Ladario. Lorêto, na do Imperio tranquilizava duplamente, o Paço Isabel, (5) e Saraiva; e, retendo a da Fazenda, que reputava a principal — investiu nas restantes, Justiça e Agricultura, Candido de Oliveira e Lourenço Cavalcanti de Albuquerque.

N’outros tempos seria um gabinete exemplar — de técnicos, de illustrações, de “expoentes”. No momento, era apenas uma cortina... atraz da qual devia operar-se a mágica da transição para o terceiro reinado. “Rei morto rei posto... Gastão de Orléans vale bem Pedro de Alcantara”, foi a fórmula que lhe emprestou Ruy. (6) Em 11 de Junho explorou as iras

(1) Nota á margem de um exemplar da **Decada Republicana**, II, 81, in Casa de Ruy Barbosa (cm. por Americo Lacombe).

(2) Ms. no arq. de Ruy.

(3) Ruy Barbosa, **Finanças e Política da Republica**, p. 376.

(4) Ruy, **A Queda do Império**, Introd. (Rio 1921).

(5) Ouro Preto informa que, depois de aceita pelo Imperador a lista ministerial, esteve no palacio Isabel, de Petropolis, em visita “a S.S. A.A. a quem, oferecendo as minhas homenagens, comuniquei quem eram os novos ministros”. (Cit. de A. Celso, **O Visconde de Ouro Preto**, p. 390.

(6) **Diario de Noticias**, 25 de Junho de 1889.

partidarias numa sessão dramática da Camara — fulminada pelo decreto de dissolução. Ouro Preto esteve á altura do embate; mas aí, visivelmente, o trôno tremeu, assobiado pelas galerias, insultado no recinto. “Parece todavia — registou o príncipe na sua correspondencia — que a um apelo energico do novo Presidente do consêlho os aplausos e os gritos favoraveis á monarchia acabaram por dominar os “vivas á Republica” — iniciados pelo padre João Manuel, o mesmo (ajunta o conde d’Eu) que ha pouco pregára no mez de Maria, em Petropolis. (1)

Por bem ou por mal se poria ordem no país — imaginava Ouro Preto audaz nas iniciativas, rápido nas soluções, radical nas providencias, dando ao povo a impressão de ser a antítese dos conselheiros preguiçosos, dos estadistas suaves da geração extinta.

Percorreu o Brasil um frêmito de reconstrução, um abalo súbito e estranho.

(1) A. Rangel. *ibid.*, p. 382.

DECADENCIA

O conde d'Eu achára indispensavel uma viagem ao norte do país. Disséram-lhe que seria comentada como a de S. Paulo, convertendo-se em "via crucis", tais os dissabôres... Teimou. Iria a bordo do "Alagôas", que zarpou em 12 de Junho — dia immediato á turbulenta sessão da Camara. Em carta ao pae, explicou o seu pensamento. Envergonhava-se de não conhecer as provincias do norte; o presidente do conselho concordára com a excursão; e não quizéra adiá-la para não dar á mudança de politica excessiva importancia... (1)

Silva Jardim imaginou um golpe teatral. Embarcou no mesmo vapôr. Falaria, nos portos de escala. Os monarchistas receberiam de um lado o principe, e do outro os republicanos lhe bateriam palmas. Seria mais do que uma provocação: um aparato de forças. Mediam-se! A princêsa consternou-se, resignada á idéa do esposo, porém sem o acompanhar. Silva Jardim notou no seu diário: "Do tombadilho vejo a princêsa que chorava, despedindo-se do marido, acenando-lhe com o lenço..." (2) A incômoda situação — do Orléans perseguido por aquella sombra revolucionária — espalhou, na esteira do "Alagôas", um

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 376.

(2) Silva Jardim, *Memorias e Viagens*, p. 338, Lisboa 1891.

barulho de fúrias soltas. A “guarda negra” mobilizou-se ali e acolá. Temiam-se violencias graves. Na Bahia — a 15 de Junho — os estudantes tentaram formar um cortêjo — e dissolveram-se corridos pelos desordeiros de cacête e faca. (1) Estava previsto. O “apóstolo” não orou e Sua Alteza viu estabelecimentos públicos, sem esquecer o Seminário, onde, com certeza, a paz dos espiritos era perfeita. Engano! Porque foi rápida a visita escapou de um discurso, com vivas á República, que lhe preparára um seminarista, João Silveira! (2)

Em Pernambuco, no Pará, em Manãos, depois no Ceará, (3) tudo correu bem para o viajante que se dividia entre a retribuição das cortesias e a sua curiosidade pelas paizagens. O Amazonas maravilhou-o. Passou em Manãos o 14 de Julho — centenário da Revolução revivida em fortes côres, no Rio de Janeiro, pela propaganda e pelo entusiasmo dos rapazes. Ali tambem se formára um club republicano, ás vespers da chegada do príncipe, e para mimoseá-lo com um manifesto — que o alertasse sobre os nóvos ideais. (4) Regressou, resolvido a dizer alguma cousa. Falou — em 24 de Julho, em Belem, repetindo d’alguma sorte as palavras do Imperador a Saraiva: “A monarquia brasileira não tem qualquer interesse proprio ou ambição particular. Se se convencesse de que a nação brasileira deseja dispensar os seus serviços, seria a primeira a não pôr obstaculos á vontade na-

(1) Vd. Braz do Amaral, *Discursos e Conferencias*, p. 207, Porto 1921.

(2) Odorico Bertiou, *Memorial de um egresso da clerezia*, p. 54, Rio 1939.

(3) Vd. João Brígido, *op. cit.*, sobre a passagem pelo Ceará.

(4) Artur Cesar Ferreira Reis, *História do Amazonas*, p. 246, Manãos 1931.

cional e a concorrer para a transformação que mais consentanea fosse aos interesses do país”.

O discurso era demasiado. Revelava uma inconformidade. Decididamente, não se resignava ao silenciamento dos consortes, ao seu fino silencio constitucional. De volta ao Rio em 10 de Setembro — intimamente se julgava recompensado da excursão apesar dos banquetes, da retórica, de Silva Jardim. “Como resultado — sumariou, em carta para o pae — me restam as lembranças e preciosos conhecimentos, bem como a satisfação da acolhida quasi por toda parte extremamente afetuosa, o que os Jornaes do Rio esconderam o que pudéram...” (1)

A sua ilusão consistira em apresentar-se aos povos e estender-lhes a mão, como um penhór da segurança do regimen. Saíndo dos habitos pacatos, oferecera á campanha de imprensa um alvo incomparavel. O futuro — tornou-se ele. O terceiro reinado — ele. Ouro Preto e as suas reformas financeiras — ele. A velhice do sôgro e a gloria abolicionista da esposa sumiram-se na sombra de sua ambição — indicada com horrôr ao público. Em 25 de Junho — no “Diario de Noticias” falava Ruy “do neto e da bisneta de D. João VI”, indignando-se com o boato duma viagem do Imperador a Minas Gerais. Depois, deixa de lado a princesa: e trata “da camari-lha atarefada em preparar a sucessão do conde d’Eu”; do seu proposito de entregar o Rio “às fôrças do conde d’Eu”, “a monarchia orléanizada”... (9 de Novembro). Generalizára-se a prevenção. Silveira Mar-

(1) Taunay ouviu a Nioac cousa diferente: “Falando sobre a viagem ao norte, contou-me que o conde d’Eu regressára mal impressionado, tendo tido, em toda parte, recebimento meramente official, mostrando-se em todas as Provincias má vontade em acolhe-lo”. (D. Pedro II, p. 97).

tins diria que uma vez amigo irrestrito, dos bons, contestára-lhe: aceitava tudo; mas... “o francês, tenha paciência, não engulo”. (1)

Aliás sintómas alarmantes prenunciavam a revolta, iminente. A agitação da mocidade em 14 de Julho epilógára-se tristemente, com um atentado, um tanto vago, contra o imperador que saía do teatro. Foi na noite de 15. Ouviu-se um tiro. Prenderam um jóven caixeiro, paranoico, a quem o pae, pelas fôlhas, amaldiçoou com ênfase. A bôa gente correu a deixar os nomes na portaria de S. Cristovão. Mas, á passagem do carro da princêsa pela rua da Misericórdia— estudantes de medicina ensaiaram uma assuada. (2) A policia procurou reprimi-los. Os de engenharia manifestaram-se solidarios com os colégas. No “diario” de Rebouças ha esta noticia amarga: “Desde 17 de Julho, que retirára meu amôr aos alunos pelo que aplaudiram a tentativa de morte contra o velho imperador” (3) O marechal Floriano Peixoto — Ajudante General do Exercito — escreveu em 9 de Agosto ao seu amigo João Neiva: “Isto por aqui vae mal, muito mal”. (4)

(1) Alberto de Faria, *Mauá*, p. 448, Rio 1926.

(2) Rebouças, *Diario*, p. 342. E' o caso das “laranjas da Sabina”, que inspirou versos engraçados a Artur Azevedo — e estimulou o republicanismo estudantil.

(3) *Diario*, p. 347.

(4) Artur Vieira Peixoto, *Floriano — Memórias e Documentos* — I, 116, Rio 1939.

15 DE NOVEMBRO DE 89

Não se julgava, nas Laranjeiras, a revolução tão próxima.

O Imperador ignorava o que mesmo o ministerio sabia mal, ou por indícios desconéxos: o motim, para aqueles dias quentes de Novembro.

Ouro Preto confiava no equilibrio aparente, cujo eixo era Floriano. A' frente do exercito, como seu chefe diréto, o ajudante general era a propria imagem da disciplina — embora afétado por sua descrença sutil e muda. Pela marinha — respondia Ladario. Voltára ao paço Isabel a habitual tranquilidade. 15 de Outubro — bôdas de prata dos condes d'Eu — foi para eles um bonito dia. Casa repleta de visitas, desde as 10 e meia da manhã — regozijou-se o principe em carta para o pae; presentes magnificos; uma comissão de vinte e oito senhoras trouxera um admiravel serviço de mesa de prata; a Associação Commercial não falhou, com outro mimo de preço; e a Guarda Nacional — a milicia “orléanista”, dizia Ruy — com uma placa de prata e o dístico, “homenagem de inquebrantavel lealdade”. A' noite houve em sua homenagem baile pomposo no Casino Fluminense. “La plus grande partie de la presse a été ce jour-là d'une amabilité à laquelle nous n'étions guère habitués...” (1)

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 385.

Aliás a chegada do couraçado chileno puzera no ambiente uma emoção americanista — gulosamente distendida em júbilos públicos pelo governo, apressado em abafar o debate político com os écos das orquestras. O pensamento era sagaz. Os “auxílios á lavoura” reanimavam as forças economicas, profundamente abatidas pela abolição. Os conservadores queixosos esqueciam depressa as suas iras ante a expectativa de empréstimos salvadôres — desde que o lêma do Estado era ajudar a agricultura, financiando-lhe os prejuizos. O nervosismo mercantil, que empolgára Buenos Aires, desembarcára já, no porto do Rio, com a sua mentalidade especial — papéis bancários! — as parêlhas do Prata, o luxo dos nóvos-ricos, a mania de emprêsas grandiosas. O cambio subira — o que traduzia o optimismo inglêz pela situação imperial. Chegava-se a um acôrdo com a Argentina ácerca do territorio de Missões, agora que navios chilenos — em nome d’uma aliança virtual — procuravam, embandeirados, retumbantes de afeições pan-americanas, a monarquia de Pedro II. A arbitragem, aceita pela Argentina, na mesma oportunidade em que Lafayette acorria aos Estados Unidos, para participar da primeira conferencia continental de amizade e colaboração, desanuviava o horizonte meridional. A Guarda Nacional — annunciára um grande banquête, em 1.º de Março, ás classes armadas, como uma conciliação, o ósculo de paz. Ouro Preto promoveu um baile inexcêdível — para a Ilha Fiscal, em 9 de Novembro, quando se inauguraria tambem o edificio gótico da alfandega, um primôr de estilo no meio da baía...

Mas o jôgo lhe saíu ás avéssas. Os chilenos motivaram manifestações desencontradas. Na recepção

da Escola Militar, em 23 de Outubro, o discurso de Benjamin Constant foi uma recapitulação dos desgostos do exercito, entre flôres e palmas dos alunos, maliciosos “vivas á Republica... do Chile”. A 26 e 27, recebeu o “professor amado” veemente demonstrações de apoio de cadêtes e oficiais. O marechal Deodoro voltára de sua missão ao Mato Grosso incompativel com o gabinete e requestado pela conspiração — que desde a questão de Serra Madureira girava em torno do seu “panache”. Todos sabiam dessa animosidade, mas os ministros fizeram vista grossa ás visitas coletivas, que enchiam do ruido de esporas as escadas do marechal, no pequeno sobrado do Campo de Sant’Ana. “E’ questão de tudo ou nada...” “O futuro é seu!” — escrevêra-lhe, antes de seguir para Mato Grosso, João Severiano da Fonseca, seu irmão. (1) O capitão Antonio Adolfo Menna Barreto chegára a 12 de Outubro do Rio Grande, para concita-lo a assumir a direção do movimento armado. Sómente no dia 30 — vencido pelos argumentos, arrastado pela sedução das patentes moças que vibravam de cóleras civicas — assentiu, submeteu-se, prometeu. A flama passou do pince-nez catedrático de Benjamin para os olhos de aguia de Deodoro. De um lado, era o governo a anunciar os bailes aos chilenos; do outro, os alferes-alunos a prepararem a grande saída — um belo dia, ao som dos clarins, rumo “da terra de promissão”, do “solo da liberdade”.

Tanto em S. Cristovão como no paço Isabel nada constava.

(1) Leoncio Corrêa, *A verdade histórica sobre o 15 de Novembro*, p. 190.

Em 31 de Outubro o conde d'Eu dizia á marquezia d'Oraison: "La politique est tout à fait au calme pour le moment". Esperava a costumeira zoada parlamentar em 20 de Novembro, inauguração das Camaras. Até lá — haveria uma paz com grinaldas, uma trégoa decorativa. 9 de Novembro foi uma esplendida jornada para a monarquia. O principe acompanhou o Imperador á cerimonia inaugural do hospital de S. Sebastião, em Niterói. A' noite, a Ilha Fiscal resplandecia na sua "iluminação chinêsa" (diria Ruy), a população derramada pelas praias para vêr o prodigio, cinco mil convidados a disputarem as barcas, os escaleres, os rebocadôres, e o porto franjado de clarrões, como se os pezados navios da esquadra fossem repuxos luminosos num lago de sonho. A impressão causada pelo feroz artigo de Ruy "Crime contra a Pátria" não perturbára o festim. Ignorou-se a visita que Benjamin Constant fez então ao escritório do jornalista — acertando o encontro com Deodoro, que ia precipitar os acontecimentos. Não transpirou, nessa mesma noite, o que aconteceu no Club Militar, todos a confiarem a Benjamin a solução desesperada, imediata. Na ilha dançou-se até o alvorecer... "Sobre um vulcão". A princesa e o marido estavam contentes. O imperador e a imperatriz denotavam vivacidade e saúde. Ouro Preto, ufano, cortejado, gozava aquella portentosa demonstração de prestigio social, de normalidade politica e bom gosto.

No dia 11 — em que Quintino e Benjamin ajustavam os nomes do ministério revolucionário — o barão do Rio Apa tranquilizava o presidente do Conselho: "Creia v. ex. que todos os corpos do exercito são disciplinados e que com eles o governo pode sempre con-

tar" (1) O conde d'Eu — com uma serenidade de Pangloss — escrevia ao pae: "O imperador subira para Petropolis. Nada de novo. "Ils doivent revenir samedi suivant l'habitude" (2). O ajudante general do exercito não via razões de sobressalto, embora presentisse uma inquietação soturna: "Rio, 13 de Novembro de 1889. Exmo. Amigo sr. conselheiro. A esta hora deve v. ex. ter conhecimento de que tramam algo por aí além: — não dê importancia, tanto quanto seria preciso, confie na lealdade dos chefes, que já estão alertas". (3) "Estou vigilante e é bom recomendar cuidado ao Maracajú" — preveniu Candido de Oliveira.

Ouro Preto ouviu o Maracajú. E Deodoro? — "Nada me consta e supponho que não se envolverá em disturbios, até porque está enfermo". (4)

Na manhã de 14 — os condes d'Eu foram ao Arsenal esperar o Imperador que descêra de Petropolis para assistir ao concurso de inglês, no Pedro II. Não desconfiavam dos rumôres circulantes. A' tarde o Imperador regressou — e o paço Isabel recaiu no socêgo habitual. Não lhe chegavam os boatos, do que se cochichava na rua do Ouvidor, do que se propalava nos quarteis — num frenesí crescente. (5) 15 de No-

(1) Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto, p. 289.

(2) Carta de 11 de Novembro de 89, A. Rangel, *op. cit.*, p. 388.

(3) A. Celso, *op. cit.*, p. 296.

(4) A. Celso, *op. cit.*, loc. cit.

(5) Escreveu a princesa, sob o titulo "Minhas conversas a bordo do Parnaíba": — "Com o comandante do Parnaíba, Palmeira: — Falava-se das questões militares. Velu a falar-se de suas diferentes fases, do momento em que se quiz obrigar o Exército a ir pegar os pretos fugidos em S. Paulo.

Disse em resumo isto: o Exército deve obedecer, mas tambem quem manda deve igualmente lembrar-se que manda a pessoas a quem deve certas considerações.

Falando-se dos acontecimentos que deram logar á crise e das acusações que se nos faziam de intervenção, dissemos que

vembro seria um dia como os outros. O calor chegára. Um sol glorioso convidava á equitação, aos longos passeios que o conde d'Eu gostava de fazer com os filhos, até o Flamengo, defronte dum mar chapeado de prata, metalico e imovel. Provavelmente não lêra o "Diario de Noticias". O artigo de Ruy era sereno: "Boas Vindas", endereçava-se a Saraiva, lembrando-lhe as responsabilidades liberais. De súbito... A noticia estoirou como uma granada. A revolução rolava pelas ruas; a revolução desfilava; a revolução vencia.

nunca nos metiamos nos negocios do Estado, e que até ignoravamos completamente que tivessem embarcado ou devessem embarcar corpos do exercito.

Escrevo tudo isto, porque é raro relatar-se exatamente o que se ouve.

Soube em viagem que no dia 10 embarcara um batalhão, no dia seguinte á noite do baile da Ilha Fiscal, o que déra occasião a que se dissesse que enquanto uns se divertiam gemiam as familias dos infelizes soldados.

Soube que muito poucas pessoas do exercito e da armada foram convidadas para o baile. Que o Candido de Oliveira mostrara-se áspero, em certas ordens como ministro da guerra. Que o chefe de policia Basson em conferencia de ministros que precedeu ao baile disséra que os militares preparavam uma grande reunião para essa noite. Na conferencia seguinte os colegas perguntando o que havia, o C. d'Oliveira respondeu não ter havido nada de importancia.

Na noite de 14 ás 9 horas foram (creio que o Basson mesmo) avisar o Ouro Preto de que o regimento tal se rebelára. O Ouro Preto começou por não dar grande importancia a tal informação tanto que só a 1 hora da noite, depois de outras informações, é que fôra para a secretaria da justiça.

A senhora do Rio Apa no dia 14 á noite fôra á casa d'Amandinha. O Doria voltara de Petropolis muito endefluxado e se achava em cima. Amandinha recebeu a senhora em baixo. Esta lhe disse, que as cousas não pareciam boas e que o marido devia vir tambem á casa dela. Chegando este só falou com Amandinha com meias palavras e foram-se. Mais tarde o Doria exprobando ao Rio Apa de não tê-lo avisado, este respondeu que pensava que como ministro deveria estar ao fáto de tudo. Este no dia 15, a sua brigada tendo bandeado, parecia ir colocar-se ao lado dos ministros, foi demittido pelos revoltosos e logo depois fez a ordem do dia em que declara o dia 15 de Nov. o mais glorioso! Expliquem tudo isto." (Diário da princesa, ms. adiante aludido).

* * *

A princesa Isabel escreveu uma intensa página de memórias sobre os sucessos de 15 de Novembro. Poz-lhe uma epigrafe comovida: “Quando os primeiros dias de angustia estão passados, e meu espirito e coração acabrunhados pela dôr pôdem exprimir-se a não ser por lágrimas, deixai-me filhinhos que lhes conte como se deu a maior infelicidade de nossa vida!”

Que seja de sua pênna, portanto, o histórico que vamos lêr. Mais do que uma narração, é um depoimento. O seu testemunho — resumido, para os filhos, que não tinham idade para bem entender aquilo — revela-a toda: na sua mágoa, na sua reflexão, nós seus impulsos. Indica uma surprêsa confusa, uma reacção embebida em perplexidade e um protesto agitado — de mulher e rainha. Então, as camelias da Abolição, a rosa de ouro, as juras de Patrocínio? Porque não lhe tinham dito nada?

“Eram 10 da manhã do dia 15 de Novembro de 1889 (começa o escrito) — quando á casa chegaram o visconde da Penha e o barão de Invinheima, declarando-nos que diziam parte do Exercito insurgido, e na Lapa achar-se um batalhão ao qual se tinham reunido os estudantes da Escola Militar armados. Pouco depois chegaram o Tosta, Mariquinhas e Eugeninha, pouco depois o White. Foram então chegando sucessivamente o Ismael Galvão, Miguel Lisbôa, Pandiá Calogeras e senhora, Lassance, major Duarte, barão do Cattete, Carlos de Araujo, Drs. Rebouças e Araujo Góes. —As noticias que chegavam eram tais que a nós pareciam exageradas. O Miguel Lisbôa ofereceu-se então para ir ao proprio Campo d’Aclamação saber

do que havia. Daí voltou dizendo que o ministério estava sitiado no Quartel e Ladario dado como morto. Ligamos o telefone com o Arsenal de Marinha e Guerra que responderam nada saber.

“Não quiz sair logo do Paço Isabel; temi que talvez não sendo as cousas como se diziam, não viessem mais tarde acusar-me de mêdo, do que aliás nunca dei próvas.

“Pouco depois vieram noticias de que tudo estava apaziguado, nada mais havia a receiar, mas todo o Exercito coligado ter imposto, e alcançado, a retirada do ministério. Gaston exclamou: a Monarquia está acabada no Brasil! (1) Ainda iludida, eu julguei que tal exclamação era pessimismo. Tambem nos informaram que o Deodoro tinha a seu lado o Bocayuva e o Benjamin Constant e que declarára um Governo Provisório. O Rebouças chegou á casa e veiu tambem da parte do Taunay com o plano de papae se conservasse em Petropolis, e aí estabelecesse o governo internando-se se fôsse necessario.

“Neste interim ninguem sabia como comunicar com o Papae, temendo-se uma traição do telegrafo central no Campo provavelmente em mão dos republicanos; com efeito, pouco depois o Capanema declarava que entregára o telegrafo a estes. Os meninos, fizemo-los partir antes do recado do Capanema para bordo do “Riachuelo”, enquanto esperavam a saída da barca das 4 para Petropolis. Era o meio de informar

(1) Ramiz Galvão recordou (*Revista do Instituto Histórico*, v. 144, p. 661). O conde d'Eu, “recebeu essas noticias, com surpresa de certo, mas sem um gesto de revolta, sem a menor tentativa de reação. E ele era entretanto um bravo marechal...”

Papai do que havia e tambem pôr os meninos fóra do barulho.

“A meio dia e meio recebemos telegrama de Motta Maia, dizendo que Papai partira de Petropolis e que vinha pelo caminho de ferro do norte. Resolvêmos a ir ter com ele em S. Francisco Xavier, tomando uma lancha que nos arranjou o barão de Cattete. Partimos com os Tostas. De Botafogo nos dirigimos ao Cajú, quando em caminho Gaston avistou em frente á Misericordia os carros de Papai. Dirigimo-nos ao cães Pharoux e aí soubemos que, com efeito, ele já se achava no Paço da Cidade. Desembarcamos, e com ele e Mamãe ali ficamos.” (1)

Para a princêsa, passára o ensejo da resistencia com a descida do Imperador. No mesmo papel notou: “Opinião de Papai e nossas: Se soubesse exatamente como as cousas se achavam, teria ficado em Petropolis de onde depois ter-me-ia internado mais e mais se fôsse necessario. — Papai diz, provavelmente para não aumentar a culpa, que o Ouro Preto não o chamou ao Rio, mas que pensou com sua presença tudo serenar, e portanto não duvidára em descer para o fóco, onde estaria mais perto dos acontecimentos e mais deprêssa

(1) **Narração dos acontecimentos de 15 de Novembro**, notas redigidas por S. A. I. a Senhora D. Isabel condessa d'Eu, a bordo do “Alagôas”, e mais tarde em Cannes, doc. n. 9.337 do castelo d'Eu, cópia no Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro. — N'outro logar a princêsa diz: “Papai incomunicavel, assim como o Ministério sitiado, mandei pedir ao Dantas que me dissesse o que pensava. Veiu logo ter comigo, e sem encarregá-lo de missão alguma politica, pois nada devia fazer a esse respeito, pedi-lhe que visse o que se deveria empreender, e nesse intuito safu de minha casa. — Quando penso agora que ele me disse: V. A. não receie nada, peço-lhe que tenha toda confiança em mim, eu não quero republica, eu não admito Republica”.

poderia providenciar”. (1) Continúa Isabel: “Com outras medidas se teria evitado o mal? Não sei. Gaston também foi de opinião de conservarmo-nos em Petropolis, mas não teve meio de comunicar com Papai, e quanto a mim, que sempre vejo tudo pelo melhor, estava longe de pensar que sucederia o que sucedeu, e portanto atuou muito no meu espirito a idéa de não fazermos um papel que mais tarde tornasse menos fácil nossa posição, podendo-se-nos acusar de pusilanimidade. Como o Ministerio, e especialmente os ministros da Guerra, da Marinha e da Justiça, e o Presidente do Conselho por estes, não sabiam nada ! Imprudencia! e mais imprudencia! descuido ou o que?! Uma vez que a força armada toda estava ao lado dos insurgentes, todos nós, nem ninguem poderia fazer senão o que fizemos”.

O diário prossegue:

“Apareceu neste dia alguma guarda e um piquete que ainda veio por-se ás ordens do Papai.

“Papai mandou pelo Miranda Reis chamar o Ouro Preto, que declarou de maneira alguma poder continuar com o ministério, dando ainda, como razão, alguma deslealdade da parte de colégas.

“Por volta de seis horas chegaram Amandinha e o Dória, Pedro Augusto, a baroneza de Suruhy e outras pessôas.

“O Miranda Reis, Olegario, Silva Costa e Penha tinham passado todo o dia acompanhando o Imperador. Estiveram também o conde e condessa de Cara-

(1) O comandante do “Alagôas” ouviu a D. Pedro II: “Grande parte das noticias que foram para Petropolis pelo telegrafo eu só vim a ler quando estava no Paço. Se eu soubesse que as cousas tinham tamanha gravidade, ter-me-lia retirado para Minas”. (Tobias Monteiro, **Pesquisas e Depoimentos**, p. 302).

pebús, condessa de Baependy, D. Maria Candida, Pandiá e senhora, Marianinha e Eugeninha e talvez outras pessoas de que não me lembro.

“A’ noite compareceram o Taunay, Tomaz Coelho, Soares Brandão e os conselheiros d’Estado á exceção de Sinimbú, Nunes Gonçalves e do Corrêa, Bom Conselho e Olegario que se retiraram antes da sessão. Soube-se que o Ouro Preto havia indicado a Papai o Silveira Martins para compôr o ministério. (1) (N’outro lugar: “Diz papai tambem que foi ele quem se lembrou do Silveira Martins para suceder ao Ouro Preto. Em todo caso, como é que o Ouro não o dissuadiu disso?”) Mas este ainda devia chegar do Rio Grande, e demais era inimigo figadal do Deodoro. Reunidos os conselheiros d’Estado deram como opinião a nomeação urgente para Presidente do Conselho de alguém que estivesse imediatamente á mão e não fôsse inimigo do Deodoro e com ele pudesse se entender. Papai mandou chamar o Saraiva, que tendo já vindo se achava novamente em Santa Tereza. O Paranaguá para lá parte imediatamente e não achando condução sóbe a pé. Chega o Saraiva, aceita e segundo o alvitre do Andrade Figueira manda um emissário (Trompowski, genro do Andrade Figueira) entender-se com o Deodoro para ver se o traz a bom caminho. Leva uma carta cujos termos do conteúdo ignoro. Ás 2 horas da manhã Trompowski volta declarando que não havia meio de nada arranjar e que o Deodoro declarou-lhe considerar-se irrevogavel — Presidente da Republica”.

(1) Depõe Ouro Preto: “Quem indica para organizador? perguntou S. M. — O senador Silveira Martins é o homem para a situação. — Lembra bem; avise-o para vir falar-me”. (Advento da ditadura militar no Brasil, cf. A. Celso, op. cit., p. 316). O visconde afirmou depois não se ter lembrado da incompatibilidade existente entre Gaspar e Deodoro.

Esboroára-se o Imperio — entre os primeiros alar-
mas daquele dia tumultuoso e as altas horas em que
um mensageiro procurava, com uma carta, desmanchar
o irremediavel.

Não conta a princesa a sua ação — algo autoritá-
ria — nas horas de ansiedade que acabavam de escoar-
se. com o Imperador abatido a uma cadeira, o “pince-
nez” trémulo e revistas estrangeiras abertas, a impe-
ratriz a enxugar uma lágrima persistente, o conde
d’Eu arquitetando e desprezando planos inexequíveis,
e velhos criados chorando pelos corredôres onde —
ha meio seculo — o reinado começára com desvarios
juvenis.

Devia-se tentar ou arriscar alguma cousa. A des-
tituição de Ouro Preto era uma crise. O Conselho de
Estado podera opinar. Seria um arrimo, uma objeção,
uma saída. O barão de Loreto escreveu aos dezese-
te conselheiros a carta de convite: “S. A. a Princesa Im-
perial me encarrega de rogar a V. ex. queira com a
maior brevidade comparecer ao Imperial paço da ci-
dade onde se acha S. M. o Imperador”. (1) Não tinha
qualidade para convocá-los: mas o seu nome produzi-
ria o efeito duplice, de frizar o colapso constitucional
e recordar que, atraz do trôno abalado, havia a her-
deira. A reunião do Conselho fez-se a rógos de Isabel.
O visconde de Cruzeiro confirmou a Taunay, mezes
depois: o Imperador objetára que já se tinha chamado
Silveira Martins. “Só concordou com o pedido da
Princêsa Imperial. Chamando um criado, disse-lhe:
“Vá acender a sala do despacho” (2). Acendia-se a
ultima lâmpada do regimen... Foi depois que o Im-

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 399.

(2) V. de Taunay, *D. Pedro II*, p. 100. Aí é dada a Cru-
zeiro a iniciativa da convocação dos conselheiros de Estado
para a sua casa de Rio Comprido, donde seguiram para o Paço.

perador disse a Saraiva: "O Conselho de Estado ple-
no acaba de aconselhar-me a organização de novo mi-
nisterio e mandei chamá-lo para encarregá-lo dessa
tarefa. Conhece a confiança que me merece, e pois
dou-lhe carta branca, e farei tudo que o seu patriotis-
mo me aconselhar" (1) Ela, debatia-se entre as suas
emoções — que a enfraqueciam — e a sua indignação
— que a excitava. E' outra observação do diário do
visconde de Taunay: "O conde de Carapebús me dis-
se que ouvira a resposta da Princesa, quando o... lhe
propoz fosse pedir refugio num dos vasos de guerra
estrangeiros ancorados no porto. "Não deixo Papai,
nem que me varem de balas, como fizeram ao Lada-
rio". (2)

Jaceguay acrescentou: "a Princêsa Imperial, ao
passar pela mesa de Sèvres, em que assinou, no dia 13
de Maio de 1888, ás 2 horas da tarde, o decreto da abo-
lição, exclamou: "Se nos expulsam, a mim e a minha
familia, pelo que assinei ali, repostas as cousas como
dantes, hoje eu tornaria a escrever o meu nome sem
vacilação". (3)

(1) Carta de Saraiva, 18 de Novembro, cf. Afonso Celso,
O Visconde de Ouro Preto, p. 158.

(2) **D. Pedro II**, p. 105.

(3) V. de Taunay, *op. cit.*, p. 120. E' do mesmo autor este
comentário: "... Um grande proprietario me disse em uma
explosão de triunfal alegria: Tudo foi muito bem. A princêsa
chorou a valer: — Sim, é verdade, a princesa D. Isabel... cho-
rou, chorou muito, chorou as lagrimas mais amargas do coração
humano — ela de chôfre precipitada das alturas da felicidade á
mais cruel desgraça — mas tambem essa illustre senhora, com os
olhos aljofrados de pranto, teve, nas horas de maior angustia,
um movimento sublime, um rasgo digno da neta de Maria Te-
rêza.

Foi quando, ao passar pela ultima sala do paço imperial,
bateu com energia e pulso de homem, na mesa em que assinára
a luminosa lei de 13 de maio e exclamou: "Se tudo quanto
acontece provem do decreto que aqui assinei, não me arre-
pendo um só momento. Ainda hoje o assinarla!" (**Império e
República**, p. 32). Conteje-se esta com a frase repetida pelo
barão de Jaceguay.

ENTRE DOUS NAVIOS

Só mais tarde os detalhes se esclareceram. Por exemplo: o grito de Cesar Zama á janela da Camara — de viva o Imperador, (1) o desfile das forças pela rua do Ouvidor, a proclamação da Republica no paço municipal, ás 3 horas, por... José do Patrocinio. Sim, pelo esteio do Terceiro Reinado na capoeiragem da “Guarda Negra”, pelo tribuno que mandava os negros jurarem: “Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade dos meus filhos, pela honra de minha mãe e a pureza de minhas irmãs, e, sobretudo, por este Cristo, que tem seculos, juro defender o trôno de Isabel a Redentora”. Mas esses ruidos se confundiam no estrondo do edificio a desabar.

A princesa escreve: “No dia 16 de manhã ainda entravam e saíam pessoas do Palacio, mas os guardas aumentam, e não havia mais meio de se reunirem grupos á roda do Paço. Constantemente ouviam-se correerias de cavalaria em torno para espalhar a gente. Pelas 10 horas já ninguém podia penetrar, nem mesmo senhoras.

“Vimos por vezes, ainda que pouco chegassemos ás janelas, alguns conhecidos que de longe nos cumprimentavam. Que horrivel dia! Meu Deus! Vários alvitres foram levantados. Ninguém socegava. Ás 2

(1) Afonso Celso, *Oito anos de Parlamento*, p. 164.

horas finalmente chegou a tal comissão do Governo Provisorio que anunciavam desde a vespera, com uma mensagem a Papai exigindo sua retirada para fóra do país.

“Compunha-se do major Solon e outros officiaes subalternos. Por sua attitude respeitosa pareciam ir cumprir uma mensagem ordinaria. O major Solon mostrava-se tão perturbado que ao entregar o papel a Papai deu-lhe o tratamento de Vossa Excelencia, Vossa Alteza e finalmente Vossa Majestade. Entregando-o a Papai o major Solon disse: “Venho da parte do Governo Provisorio entregar mui respeitosa-mente a V. M. esta mensagem”.

— Não tem V. M. uma resposta a dar? disse ele.

— Por ora não, respondeu Papai.

— Então posso retirar-me? disse Solon.

— Sim, respondeu Papai.

“Só ás pessoas que se achavam no Paço Papai declarou que se retirava, e que se não fosse pelo país, para ele pessoalmente era um despachamento. — Papai sempre calmo e digno. — Dizer o que se passou em nossos corações, não é possível! A idéa de deixar os amigos, o país, tanta cousa que amo, e que me lembra mil felicidades de que gozei, fez-me romper em soluços! Nem por um momento porém desejei uma menor felicidade para minha Pátria, mas o golpe foi duro”. (1)

A resposta escrita do Imperador exalava politica, traduzia renuncia, pulsava de sentimentos mansos. “Cedendo ao império das circumstancias”, deixava a patria “estremecida” a que déra “amôr e dedicação du-

(1) Notas ms. cit.

rante quasi meio seculo” de “chefe de Estado”. A princesa quiz ser simples — e muito feminina:

“E’ com o coração partido de dôr que me afasto de meus amigos, de todos os brasileiros e do país que tanto amei e amo, para cuja felicidade esforcei-me por contribuir, e pela qual continuarei a fazer os mais ardentes votos. — Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889. Isabel, Condessa d’Eu”.

Paulino vingou-se no Senado — da violencia de 13 de Maio.

Nessa manhã de 16 lá se reuniu a ultima sessão preparatoria da Camara Vitalicia.

O visconde de Lima Duarte esboçou um protesto — ou um comentário — que a induzisse a uma attitude qualquer.

Esboroando-se o regimen — que fariam os seus padres — conscritos? Num silencio de curiosidade o Senado viveu o mais aflito minuto de sua história. Paulino endireitou na cadeira presidencial o busto sêco, dominou, com o olhar impascivel, o recinto, onde se espalhavam as fisionomias assustadas, de tantos que, naquele dia frenético, queriam que se calasse por não retardar “senhora de tão alta jerarquia” — e declarou:

— “O Senado está em sessões preparatorias que se abrem com qualquer numero, ainda que insufficiente para deliberar. Mantendo hoje, como sempre, a estricta legalidade constitucional e observando o regimen-to, como me cumpre, não posso consentir debate que não seja restricto á constituição desta Camara”.

E, levantando-se, convidou os presentes para nova reunião... no dia seguinte.

No dia seguinte a familia imperial viajava em caminho do exilio.

E' a princesa quem informa: "A' noite fomos descançar; (1) algumas pessoas tiveram licença de sair para os arranjos necessarios. O Lassance tinha de ir falar com Gaston, e depois de uma hora da noite bateu á porta. Pensando que só era ele e não imaginando dever partir tão cedo, nem esperando por mais essa picardia, deitei-me de novo, quando Gaston voltou, dizendo que me levantasse, que o Mallet e o Simeão estavam aí, pedindo, da parte do Governo Provisorio, que Papai partisse antes do dia, o povo parecendo querer fazer alguma manifestação, e os rapazes das Escolas já com metralhadôras para atirarem sobre quem quizesse resistir".

(1) A W. de S. Ramiz Wright devemos outros informes (*Jornal do Comercio*, 17 de Março de 1940):

"Ainda no dia 15 de Novembro, á noite, recebia Ramiz Galvão, já em Petropolis, o seguinte telegrama do Conde d'Eu: "Palacio Imperial — 15-11-1889.

Barão Ramiz Galvão.

Muito estimamos telegramma da chegada.

Conservamo-nos todos no Palacio da Cidade.

"Pelo 1.º trem manhã vão para o serviço dos pequenos, Eduardo, Clara e Emilia. Muitas saudades. — (Ass.) Gastão".

No dia immediato, mais os seguintes telegrammas pela ordem de expedição:

"Palacio Imperial — 16-11-1889.

Barão de Ramiz.

Queira mandar dizer como passaram á noite e como estão todos. São seis horas da manhã, não me consta novidade nas saudes. Saudades. (Ass.) Gastão".

"Palacio Imperial — 16-11-1889.

Barão Ramiz Galvão.

Agradecemos muito telegramma. Saudes boas. (Ass.) Gastão.

A' noite desse dia foi expedido para Petropolis o ultimo telegramma seguinte:

"Rio — 16-11-1889.

Barão de Ramiz.

Queira vir amanhã de manhã com os meninos para este Paço da Cidade com toda bagagem promptos para seguir para Europa. Clara e Emilia não devem vir. Recado enviado pela Carapebús fica prejudicado. Queira...

Esse telegramma traz a seguinte "nota" do chefe da Estação do telegrapho: "A trovoadá não me deixou receber o resto. Logo que possa concluir, mandarei o resto".

O papel omite um rápido incidente. Foi quando o coronel Mallet informou que estava sendo lavrado o decreto "que concede a Sua Majestade o Imperador cinco mil contos de réis para as suas despesas". "A princesa, que apparecêra tambem ao lado do esposo, interrompeu prontamente a Mallet:

"— Nós não fazemos questão de dinheiro. O que me custa é deixar a pátria, onde fui creada e tenho as minhas afeições. E' isto o que mais lamento perder; não o trôno, nem ambições, que não tenho".

Ao aviso de que o embarque devia ser quanto antes, agitou-se numa angustia que impressionou o emissário. "Como?" interrompeu vivamente a princêsa, "embarcar sem meus filhos, que ainda estão em Petropolis?" E a voz quebrou-se em pranto: "Não sigo sem meus filhos". Garantiu Mallet, "em nome do governo e por sua honra pessoal, que a familia imperial não deixaria o porto sem que todos os principes estivessem a bordo." (1)

Os preparativos da viagem foram febrís, os criados atirando ás malas os objétoes mais necessários, o conde d'Eu muito calmo, a princêsa em lagrimas, atenta aos ruidos de rua, preocupada com a saúde dos pais, o coração apunhalado pela incerteza, quanto aos filhos — e tão distraída, ao guardar as suas joias, que deixou numa gavêta de movel o colar de perolas, de subido valor... (2)

As suas reminiscencias sóbrias e breves contrastam com esse sobresalto:

"Acordei então papai e mamãe e, com eles, Pedro, Augusto, Josefina, o Aljezur, Tamandaré e Motta Maia, embarcámos-nos dizendo-se que iamos para o Alagôas".

(1) Tobias Monteiro, *op. cit.*, p. 272.

(2) Docs. cm. pela familia do Dr. José Calmon Nogueira da Gama.

“Despediram-se de nós no cáes Pharaoux Miranda Reis, Penha, Marianinha, Pandiá e senhora.

“Papai quiz saber do motivo que fazia precipitar sua partida, declarando que só consentia nisso para evitar conflito inútil.

“Ao embarcar-nos disse ao Mallet que se eles tivessem qualquer lealdade não deixariam de declarar isto; o mesmo já Papai disséra antes e tornou a repetilo, e chegando já ao cáes, depois de algumas palavras trocadas, disse: Os senhores são uns doidos. Foi a unica frase um pouco dura, mas bem merecida, que Papai lhes disse

“Ao pôr o pé no vapôr foi que soubemos que em vez do “Alagôas” levavam-nos para o “Paraíba”.

“Em tudo notâmos receio e atrapalhação

“Os meninos, que na vespera mandamos chamar de Petropolis, chegaram, graças a Deus, com o Doutor, Mr. Stoll, o Rebouças e o Welsersheim (ministro austriaco)”. (1)

A princêsa não esqueceu mais um rápido diálogo que sustentou a bordo da “Parnaíba”.

Registou, no seu canhenho: “Com um oficialzinho da fazenda ainda parado no porto (o navio):

— V. A. compreende que esta transformação era necessária.

— Pensava que se daria, mas por outro modo: a nação iria elegendo cada vez maior numero de depu-

(1) O diário da princêsa continúa: “Com os outros diplomatas que estavam no Rio foram de uma grande má fé; no sabado já os tinham impedido de vir nos vêr no Paço da Cidade, e no domingo depois de os fazerem subir para o salão do Arsenal com promessa de irem a bordo despedir-se de nós, na hora de embarcarmos Mariquinhas e Amandinha, lhes foi declarado que não podiam mais ir porque não teriam condução para a volta. Entretanto o Parnaíba tinha levado ordem de voltar da Ilha Grande! Vieram a bordo do Parnaíba Maria Eufrasia e Sebastião Lage. Domitília que tambem velu só nos pôde ver de longe”.

tados republicanos e estes tendo a maioria nos retirariamos.

— Assim nunca podia ser feito, porque o poder é o poder.

— Quanto a ser a expressão da vontade da nação, não. Estou convencida de que se cada um votasse livremente a maioria por meu Pai seria incontestevel. Agora tudo foi feito pelo exercito, armada e por conseguinte, pela força. Póde-se mesmo dizer tudo foi feito por alguns officiais

— Mas ver-se-á isto por meio da Constituinte proximamente.

— Não disse o senhor que o poder é o poder?"!(1)

A calma do conde d'Eu — ligada a uma visão lucida dos acontecimentos — deixára-lhe escrever alguns papéis de despedidas e de instruções. Não olvidava os seus vinculos com o exercito. Precisava exonerar-se e, afinal, partir com as devidas licenças. Podia ser ingénuo; mas era regulamentar. Dirigiu-se a Benjamin Constant — o ministro da guerra: "Ilm.º e Exm.º Sr. Rogo a V. Ex. me conceda exoneração do cargo de comandante geral de Artilharia, que exerço desde o dia 19 de Novembro de 1865, e licença para retirar-me do país. Diz-me a consciencia que sempre servi á Nação Brasileira, na medida de minha força e intelligencia, e procurei guardar justiça para com os meus comandados. Dela me despeço saudosamente, assim como de todos os meus camaradas do Exercito Brasileiro. Se não fosse as circumstancias que bem contra a minha vontade me obrigam a sair do país, e que não são desconhecidas de V. Ex. estaria pronto a continuar a servir debaixo de qualquer fórma de governo á Nação,

(1) **Diário** cit. A princesa diz mais: "O rapazinho falava respeitosamente e parecia bem intencionado e comovido da nossa dôr".

que por tantos anos me acolheu no seu seio, cumulando-me de honras e enchendo-me de imorredouras saudades e cuja prosperidade e gloria serão sempre um dos meus mais ardentes anhelos. Deus guarde a V. Ex. Gastão d'Orléans, marechal do Exercito Brasileiro". Com a pena vibrando da emoção dessa mensagem traçou um manifesto "aos Brasileiros" — datado do mesmo dia 17, porem da "Parnaíba", no ancoradouro da ilha Grande. "Com a mais profunda saudade e intenso pesar afasto-me deste país... Nestes sentimentos acompanham-me minha mui amada esposa e nossos ternos filhinhos, que debulhados em lágrimas conosco empreendem hoje a viagem do exilio. Praza a Deus que, mesmo de longe, ainda me seja dado ser em alguma cousa útil aos Brasileiros e ao Brasil".

Do ministro d'Austria temos impressões complementares. Representava um primo de Sua Majestade que não pudera ser estimado, siquer conhecido na sua frieza rática, feita de pontualidade e devêr, tão semelhante afinal ao temperamento de D. Pedro II. Mas não importava: este era um Habsburgo e o zêlo antigo, do bom barão Daiser, reponrou na derradeira solicitude do honesto Welserheim. Telegrafou, nesse mesmo 17 de Novembro, para a sua côrte: "Imperador virilmente disposto e fisicamente bem." Em officio, a seguir, descreveu-o: "Elevada dignidade e perfeito dominio sobre si mesmo indicavam-se no porte de S. M. durante a minha estada a bordo. Nenhuma palavra de queixa ou censura..." Ao diplomata parecêra igualmente que o movimento se destinava a derrubar o ministério, não a corôa. Não notára a participação do povo. A princesa — no tombadilho do navio — falou-lhe, quasi súplice: "Ne pensez pas trop mal de mon pays, ce n'est que dans un accès de folie qu'ils agis-

sent:”(1) De resto o agente de Francisco José não se inteirára dos pormenores e mostrava-se compungido. A princesa coordena as suas lembranças:” O “Alagôas” onde embarcou a comitiva que se achava fóra, em arranjos meus e deles, partiu a 1 ½. Estiveram a bordo do “Alagoas” algumas pessoas que procuravam vê-los: Carapébús (que entrára ás escondidas com a condessa no Paço no dia 16 e assim saíram encarregados por nós de velar pelos meninos caso fosse necessario) Marinho, Yeati, Lopo Diniz e filho, Mamoré e Beau-repaire Rohan. Quanto ao “Parnaíba”, depois de muitos recados desencontrados saiu conosco barra fóra ás 10 ½ e dirigiu-se á ilha Grande, onde então passamos para o “Alagôas”. Ás 8 da noite, com efeito, apesar da escuridão que era muita, e do mar agitado, passaram-nos para bordo do “Alagôas”, onde encontramos a nossa comitiva bem sobressaltada, com a difficil trasladação a tais horas de um navio para outro; e na verdade perigo havia, sobretudo para Papai e Mãe, e para as crianças.

“Á meia noite partiu da Ilha Grande o “Alagôas” com direção á Europa, passando defronte do Rio de Janeiro no dia 18 ás 6 ½ da manhã”.

(1) Docs. do arq. d’Austria em copia no Inst. Hist. e Geogr. Bras. Rebouças anotou: “17 de Novembro. 9 3/4. No “Parnaíba com o Imperador filosofando como Socrates, e com a princesa Imperial, sublime de abnegação e de amor ao Brasil...”, *Diário*, p. 351.

UM INVERNO, NO EXILIO

Essa viagem foi dolorosa e extensa.

A dôr não se lhes limitou ao cataclisma politico. A imperatriz sofria, cardiaca, muito débil; o Imperador assustava, com a sua resignação de quem nada mais quér da vida; o conde d'Eu — com o seu pródigo espirito ráxico — arrolava as dividas e pensava no futuro; e como se não bastasse a desolação da familia naquella quebranto de nervos esgotados, de vigílias tristes, o meigo D. Pedro Augusto endoidecia, proferindo disparates num tom cavernoso. Exaltado, propenso elle tambem a um indefinivel delirio, o fiel Rebouças é um pouco de tudo a bordo: interlocutor de D. Pedro II, com Loreto e Muritiba, que o acompanham; conselheiro, aio dos meninos, cortezão da desbaratada dinastia. Recolhendo-se ao camarote, ante as fôlhas brancas do seu diario, é um "reporter".

Escreve, a 18 de Novembro: "10 hs (noite). Em todas estas angustias o Imperador lembra Socrates; sua filha a Redentora excéde a toda a imaginação em coragem e amôr ao Brasil, não me permitindo expansão alguma contra os monstros de traição e ingratição, autores de todos esses atentados. Ontem, na tristissima baldeação do "Parnaíba" para o "Alagôas" carregou a Imperatriz, lembrando o episodio de Virgilio, quando Enéas carrega o pae Anquises na saída de Troia. A Imperatriz não póde conter os gemidos das

dôres reumaticas e dilacera-nos o coração; o Imperador já não pôde auxiliá-la; é a filha heroica, que nos dá animo a todos”.

Notava ela, por sua vez, nesse dia: “O Riachuelo” veio ter connosco, e até agora nos segue obrigando-nos muitas vezes a parar e retardar a marcha, e fazendo um papel bastante ridiculo e tôlo: Guardar quem eles devem bem saber nada devem empreender agora, pois o resultado seria conflito e sangue.

“O Riachuelo achou vir guardando-nos, entretanto posta-se do lado do mar, deixando-nos livres de dirigi-mo-nos para qualquer provincia sem que ele nos possa impedir, pois a sua marcha é só de pouco mais de metade da nossa, acrescentando-se ainda que nem se saberiam haver sós, pois levam todo o tempo a pe-dir-nos rumo!”(1).

Rebouças registou, em 20 de Novembro: “1 h. Dou a primeira lição de algebra ao primogenito da Redentôra”. Em 21: “Conversação literária; o Imperador recita um soneto...” Lagrimas dilúem-se em frases. D. Pedro Augusto fôra por prudencia fechado num camarote. Tinha visões de pavôr e grandêza; ora se julgava a morrer, apertado por tenazes, ora feito imperador. Pobre môço! Recobriria a razão em transe de lucidez, para perdê-la mais tarde, suavemente, de modo a ficar o resto dos seus dias lembrando S. Cristovão, infantil e cerimonioso, a barba loira de arquiducado cada vez mais parecida com a do avô... As emoções abrandam-se com a aproximação do outro continente. D. Pedro II não esconde um certo alivio, de quem alijasse um fardo; a imperatriz já dizia — que

(1) No *diário* da princesa ha esta observação: “Tudo isto foi escrito antes do “Riachuelo” largar-nos a 22 de Novembro de 1889 e copiado mezes mais tarde em Cannes, assim como o que se segue escrito em diferentes datas anotadas...”

podia ser peor e, de fáto, foram respeitosos; a princêsa se entretém com os filhos, agora sua esperança, seu tesouro e sua distração. No dia 23 compõe um trecho sentimental: "23 Novembro 1889. On ne peut être trop heureux en ce monde! Mon vrai beau temps est passé! Que le Bon Dieu me laisse au moins tous ceux que j'aime! La patrie et mes meilleurs affections s'éloigne de plus en plus! Que le Bon Dieu la protège! Le souvenir des heures heureuses me soutient et m'accable!" (1) A renuncia deslisa por essas pautas de exercício que lembram os ditados clássicos da Barral, o principio do seu romance... Uma semana no oceano apaziguára-lhe o espirito; e a idéa de que era indispensavel a outras vidas, filha e mãe a quem o dever impunha nóvas fórmãs de sacrificio e resistencia — lhe restituia a antiga serenidade. Ha um "resumo" curioso, naquelas páginãs amargas: "Grande incúria, muita falta de cuidado sobretudo por parte dos ministros da guerra e justiça personificados no C. d'Oliv. e Ouro Preto, Exercito ou antes officiais muito minados pelas ideas republicanas e sabendo proceder com muita discreção, tollice do Deodoro que estou convencida foi mais longe do que queria, esperteza do Bocayuva e Benjamin Constant que souberam aproveitar a ocasião, verdadeira ratoeira para o ministério e para nós, e finalmente força maior que decidiu tudo". (2) Sacudia, no patamar do seu destino novo, as sandálias; fez-se razoavel; e deixou que o tempo exercesse sobre os seus nervos deprimidos uma ação benevola.

(1) **Diário** da princêsa, -cit.

(2) Ha uma nota nessa páginã do **diário**: "corda esticada demais pelo C. de Oliv." A epigrafe "Resumo" dá-nos a idéa d'um julgamento. A princêsa resumiu nessas poucas linhas o "processo" de 15 de Novembro...

O conde d'Eu esforçava-se por substituir o Ramiz — a quem, em 25 de Novembro, escreveu melancolicamente:

“Ignoramos inteiramente que rumo vão seguir as cousas do Brasil; pois nada sabemos do que ahi se passou depois do dia 17.

“Póde fazer idéa quanto estamos ansiosos por noticias e saudosos e quanto vai correndo triste esta viagem do exilio.

“As saúdes, graças a Deus, não têm sofrido.

“Seus discipulos escrevem-lhe a inclusa carta pedindo-lhe para ajudar o Lassance a separar e fazer expedir os objectos que elles desejariam receber na Europa, já que infelizmente não ha probabilidade de poder tornar brevemente a gozar d'elles no Rio de Janeiro.

“Rogo tambem queira fazer o favor de separar e indicar ao Lassance os livros que mais uteis julgar á continuação dos estudos dos meninos, pelo plano até hoje seguido, para que elle nol-os envie com muitos outros objectos que lhe pedi. Aqui a bordo, temo-nos visto, como sabe, sem livro absolutamente nenhum ao alcance dos meninos, (nem meus livros de reza eu trouxe) de modo que para não ficarmos inteiramente ociosos temos estado a estudar com o criado Edward uma grammatica ingleza-portugueza (pois nem livros alle-mães temos)”.

A carta do principe D. Pedro exalava uma mágoa paciente, uma resignação polida, que lhe definia o temperamento suave — em opposição ao gênio irrequiêto do mano Luiz:

“Meu querido Doutor. Estamos com muitas saudades do Brasil, e do Doutor e do Bejo, e desejamos muito tornar a vê-los. Graças a Deus a viagem tem sido bôa, mas triste e saudosa. Todos temos enjoado

um pouco... Papai manda ao Senhor Lassance uma relação dos objétoes que desejamos que ele nos mande... Na mesma ocasião queira enviar-nos todos os nossos livros de reza se já não o fez. Estamos certos que o Doutor nos desculpará essas massadas. Bem desejaríamos poder tornar a vêr todos nossos objétoes no Brasil e não ter de mandá-los vir para a Europa". "Seu discípulo afeiçoado — Pedro". (1)

"No dia 30 de madrugada (prosegue o diário) chegamos a S. Vicente do Cabo Verde, e no dia 1.º partimos com a nossa bandeira arvorada!

"Saúdes bôas até o dia 1.º. Mamãe nesse dia sentiu-se resfriada e no dia 2 ficou no quarto. No dia 2 ao jantar bebemos á saúde de Papai. Ele respondeu ás nossas saúdes brindando: á prosperidade do Brasil. (2) Todos cordialmente tomaram parte no nosso regozijo, e o comandante e gente de bordo mostraram-se especialmente dispostos a nos testemunhar sua simpatia por todos os modos possiveis. O tenente Magalhães Castro de farda conservou-se todo o dia, e veio nos saudar pelo aniversario. Todos os da comitiva escreveram pensamentos que assinados viemos entregar a Papai. Foi grande a minha comoção quando de manhã vim abraçar Papai! Já no dia 1.º meu coração sobressaltava-se ao vêr içar ao saír de S. Vicente a nossa bandeira ainda não hasteada neste vapôr desde a partida. (3) Não pude deixar de bater palmas e tive um

(1) W. de S. Ramiz Wright, *Jornal do Comercio*, 17 de Março de 1940.

(2) Confirma Rebouças: "5 hs. Jantar festivo: a Redentora brinda "a Papai..." O Imperador diz: Menina! Ouça o meu brinde — A prosperidade do Brasil!!!" (*Diário*, p. 353).

(3) Oliveira Lima, *Memórias*, p. 58, diz que o "Alagôas" entrou o Tejo com a bandeira de listas verdes e amarelas (a do club de Lopes Trovão, bandeira da Republica até a definitiva, decretada em 19 de Novembro), "que as autoridades do porto declinaram reconhecer". A dificuldade opôsta pelas autoridades portuguezas foi em S. Vicente.

momento de grande jubilo. Parecia-me a esperança! Lembrei-me de tantos momentos de verdadeira felicidade! Desde este dia Pedro Augusto voltou a seu estado natural; já a bordo do "Parnaíba" mostrára-se receioso de tudo e de todos os que não eram da comitiva, vendo ciladas, assassinatos e venenos por toda parte. Tivemos sérios receios pelo seu juizo sobretudo a bordo do Alagoas. — 4 de Dezembro de 1889".

O pico de Tenerife appareceu no dia seguinte.(1) A viagem ultimou-se em mar plácido. Amanhecera a barra do Tejo em 7 de Dezembro. Um acolhimento amavel, mesmo caloroso, lhes deu ali a sensação de que a pátria continuava — em Portugal. O Imperador não queria que se falasse na revolução. Nada de remexer emoções indiscretas! Procurava encobrir os fátos — na sua realidade viva. Fingia não perceber que desembarcára sem vintem. Notou, isto sim, a frieza do jóven rei D. Carlos, (2) cuja coroação, no mês seguinte, seria empanada com a presença dos parentes exilados — precioso cartaz para os democratas portuguezes! — e os atritos produzidos entre amigos e adversários da causa monárquica. O barão de Penedo, Eduardo Prado, Ramalho Ortigão lá estavam, para os primeiros

(1) Do diário da princesa: "Avistamos hontem Tenerife, primeiro o pico sobre as nuvens e a parte baixa da ilha por baixo delas, depois a ilha de mais perto, mas já o pico nas nuvens. Mar inteiramente manso, quando na vespera não pudé-ra levantar-me. 5 de Dezembro de 1889".

El Rebouças, no mesmo dia: "O Imperador lê-nos — Alfred de Vigny... 10 hs. E' democraticamente encantador ouvir o Imperador tratar a Princesa Imperial de "Menina" ou de "Minha filha". Ela tambem só diz "Papai e mamãe"... Os príncipezinhos são "Os meninos", "meus filhos", "meus netinhos". Tudo como em uma boa e santa Família; sem o menor preconceito. Jamais pronunciam as frases, "Meu trôno", "meu Reino"... "meu Imperio"... "Minha dinastia"... E tão sómente: — O Brasil... Minha bela Pátria... Que saudades do Brasil tão bonito... De Petropolis, de minha casa, do meu jardim, de minhas amigas." (Op. cit., p. 354).

(2) Oliveira Lima, *Memórias*, p. 56.

abraços; mas, em terra, ondulavam paixões reacendidas e perigosas. Visivelmente a demóra em Lisbôa seria desagradavel. D. Carlos poderia dizer: inconveniente. O plano estava feito: os condes d'Eu iriam ver em Espanha os Montpensier; e Suas Majestades se aqueceriam no bemdito clima da "Côte d'azur", onde toda a familia se reuniria em principios de Fevereiro.

O ministro austriaco em Lisbôa segredou, em 7 de Janeiro de 1890, para o seu governo: "Segundo confidencias feitas pelo Rei a S.A. o Arquiduque, espera S.M. que o Imperador não demóre muito a sua residencia aqui, pois ele com as suas atitudes democraticas, assim como pela preferencia que tem de se entreter com pessôas favoraveis á forma republicana de governo como aconteceu a ultima vez que esteve aqui, só pôde trazer complicações". (1)

Mas não era só a burgueza simplicidade do destronado. Recusára, de S. Vicente, o subsidio de 5 mil contos que lhe ofecera o Governo Provisorio. A rejeição do dinheiro junta ao manifesto, ás declarações combativas do visconde de Ouro Preto, estalou no Rio de Janeiro como uma contra-marcha, no sentido da restauração. Ruy Barbosa achou-lhe o dístico: sebastianismo. Usou uma frase caustica: "A idéa de restauração é sebastianismo ou ignorancia de especuladores ou tolos" (2). Rebouças e Eduardo Prado mane-

(1) Ms. dos arq. d'Austria, copia no Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro.

(2) Telegrama de 18 de Dezembro de 89 a Latino Coelho, redação do "Seculo", cf. Ouro Preto, *Advento da ditadura militar*. Latino Coelho viu na proclamação da Republica brasileira o ensêjo da revolução portugûesa e escreveu a Ruy Barbosa em 23 de Fevereiro de 1890, recomendando-lhe muito o Dr. Jacinto Dutra que lhe exporia um negocio de alta importancia. No arquivo de Ruy está a carta de Latino e a de Jacinto Dutra. E' nada menos do que um pedido de emprestimo confidencial de mil contos (1.000:000\$) fortes... para tentarem

jaram a pênna — dos debates vivos. Eça de Queiroz perguntou, num lampejo de ironia, pela opinião de... Machado de Assis. O Imperador exigia moderação. E Gaston d'Orléans, em carta para o duque de Nemours, em 7 de Janeiro: "Pour ce qui est de la situation financière, elle est en ce moment réduite à zéro..."(1)

Não exagerava. "Quanto ao conde d'Eu, os seus bens particulares no Rio de Janeiro eram então avaliados em 554 contos, mas as suas dividas no Banco do Brasil subiam a 559 contos". Os "cortiços", a usura, a agiotagem de que se lhe fizera carga na imprensa e na tribuna? Ao contrário, o visconde de Taunay só lhe encontrou o débito: "Tomei o compromisso de falar ao Dantas sobre os juros que paga o conde d'Eu, capitalizados de tres em tres meses sobre o total de 580 e tantos contos, conforme a conta que me mostrou o mesmo Dantas" (2). Alberto Rangel revela: "E tais foram as conjunturas do Principe, que se viu obrigado nessa ocasião a receber a pensão de oito mil francos mensais, servida pela duque de Nemours." (3).

A excursão por Espanha afastava-o das festas portuguezas da coroação, a que não poderia assistir com o indispensavel bom humôr; e os tios Montpensier sempre o acolheriam excelentemente. (4).

A princesa despediu-se dos pais sem prevêr que a vida lhes estivesse por um fio.

a Republica em Portugal. Seriam pagos depois da implantação desse regimen, em condições estipuladas. (Ms. inéd.) Não se conhece a resposta do ministro da fazenda a tal "démarche".

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 410.

(2) 20 de Julho de 1890, Taunay, D. Pedro II, p. 106.

(3) *Gastão de Orléans*, p. 411.

(4) Carta do conde d'Eu a Motta Maia, com o itinerário, Lisboa, 17 de Dezembro de 1889, Manuel A. Velho da Motta Maia, *op. cit.*, ps. 292-3.

De San Lucar em 21 de Dezembro D. Pedro e D. Luiz escreveram a Ramiz Galvão. São duas miniaturas espirituais essas cartinhas infantís. O primeiro mostrava-se simples, carinhoso: "Nossas saúdes são boas graças a Deus, apesar de termos tido grandes constipações. Vovô e vovózinha estão ainda em Lisbôa, mas devem ir reunir-se comnosco na França e todos devemos ir ficar em Cannes onde pensamos que Nenem fará sua primeira comunhão. Estão aqui comnosco o barão e a baroneza de Loreto e o barão e a baroneza de Muritiba. O Guilherme ficou em Lisbôa com vovô porque este não tinha trazido criado comsigo". D. Luiz pensava n'outras cousas. "Em Sevilha fomos á Catedral e ao Museu. Partimos no dia 20 para S. Lucar em um barquinho a vapor sobre o Guadalquivir". "Ás 11 horas vae haver o relever da guarda." (1) O menor ensaiava uma linhas: "Seu amiguinho Antonio". Enquanto D. Pedro se preocupava com os avós, os resfriados, os amigos, D. Luiz estalava os dêdos de impaciencia, para ver a bela guarda ao som dos clarins desfilar ás portas do palacio. Os soldados coloridos, as pontas góticas das catedrais, as armaduras fulgindo nas galerias dos museus, imagens que falavam á sua imaginação, a um gosto literário que amanhecia nessa exaltação ingênua. A excursão, porem, interrompeu-se-lhes em Madrid.

Em 28 de Dezembro — no mesmo dia em que era ungido D. Carlos em Lisbôa — recebeu a princêsa um telegrama avisando que a Imperatriz acabava de falecer no Porto.

Precipitou-se, com o marido e os filhos, para a estação ferro-viária. Chegou a tempo de assistir ás

(1) W. de S. Ramiz Wright, *Jornal do Comércio*, 17 de Março de 1940.

exequias solênes (1) amparando no seu braço o Imperador muito sereno mas débil de pernas, pálido de morte e fazendo receiar também pelos velhos achaques. Ela, devia continuar forte, aprumada, severa nas suas expansões de dôr imensa. Acompanhou ao fundo da galeria de S. Vicente de Fóra, necropole dos Braganças, aquele ataúde de mogno e chumbo, que lá ficou, com a bandeira do Brasil e uma corôa doirada, entre desbotados esquifes de veludo encarnado. Repou-sára. Havia lugar ali para outros reis.

O Imperador ansiava pelo prosseguimento da viagem, para o sul da França onde não seria reconhecido, para longe do barulho das opiniões, do fragôr da política, de tudo. Cannes foi um refúgio providencial.

(1) D'A **Provincia**, do Porto, 30 de Dezembro: "S. S. Altezas os condes d'Eu chegaram ás 12 e um quarto (da vespera), sendo esperados na gare pelas personalidades mais em evidencia que se achavam no Porto. A porta do hotel eram recebidos pelos condes de Aljezur e Motta Maia, i quem S. S. A. A. abraçaram banhaços em lagrimas. O encontro do Imperador com sua filha e genro foi uma cêna devêras lancinante e comovedôra... A visita á sala mortuária teve a Princesa Isabel uma síncope, ao lado do esquife. O imperador está abatidissimo, apesar da sua aparente serenidade de animo". (Motta Maia, *op. cit.*, p. 295).

A MORTE DO IMPERADOR

Em Cannes havia a serenidade de um retiro, um socêgo claustral nos passeios sob as arvores, vendo-se, muito azul, o mar adormecido ali junto e — na sociedade internacional do hotel Beauséjour — um convite ao esquecimento e ás idéas tolerantes.

Podia ser uma página de diário a carta que escreveu a D. Isabel Carvalho de Moraes — em 19 de Março — o sol entrando-lhe a jôrros pela janela aberta para uma paizagem verde e fluida, em cujos relêvos se recompunham as linhas de uma terra conhecida... de sua terra distante, e quasi aquilo...

“Minha querida Isabelinha. Muito lhe agradecemos todos a expressão de seus sentimentos. Quantas dôres! quantas angustias, por que passamos em tão pouco tempo! Que Deus tenha piedade de nós e do nosso querido país! Felizmente as saúdes são boas e o clima de Cannes de uma doçura incrível. Não parece um inverno europeu, e as palmeiras e plantas tropicais que vejo por toda parte ao ar livre, o mar e as belas vistas me lembram tanto o Brasil! Ha mais tempo tinha querido responder-lhe e agradecer-lhe sua tão boa carta, mas não me foi possível. As tristezas acabrunhavam-me. Estou tão pouco acostumada a elas! Depois, arranjos de toda sorte tomavam-me o tempo...” (1)

(1) Doc. in *Revista do Brasil*, n.º 24, Junho de 1940.

Reparava na natureza; reatava a correspondencia com as amigas; achava devagar outro sabôr á vida — perto de uma praia estrangeira onde os ruidos do mundo se dissolviam na confusão e na futilidade de tantas almas exóticas, que enxugavam ao sol, em férias...

O Imperador, porém, enfermou de novo, em Abril. Juntava-se, á preocupação pela sua saúde, a tristeza, pela escassez de recursos, que sobretudo afligia o espirito metódico do conde d'Eu. O sogro nunca, devêras, se importára com dinheiro. Educára-se, fizêra-se homem, envelhecera indifferente a essa ordem de problemas. Dizia-se que jamais tivêra comsigo uma moêda, pois se acompanhava de um camarista, que lhe levava a bolsa. No exilio continuou insensível á sua penuria, lembrando-se dela apenas quando lhe falavam, que era necessário moderar os gastos e recorrer a algum empréstimo. Então se abatia, num pezar comovido, deixava que Motta Maia e o principe discutissem a situação, as soluções possiveis, e acariciava a hipotese de meter-se num cõvento da Italia, onde agasalhasse a viuvez pôbre, o seu profundo instinto de silêncio. Gaston de Orléans insurgia-se contra essa imobilidade.

Em 20 de Fevereiro de 1890 descrevia em carta a Ramiz Galvão:

“Os rendimentos dos poucos bens que possuo no Brasil são muito inferiores aos juros de minha consideravel divida, e nada posso portanto d'elles distrahir.

“Para Europa nunca mandei sinão o que foi consumido pelas despesas das nossas viagens, e tive mesmo de sacrificar em grande parte, para occorrer ás despesas inherentes á nossa posição no Brasil, a pequena herança que me coubera por successão de minha Mãe.

“Aqui vivemos parcamente com o que meu Pae pôde dar-nos; e fomos forçados, bem a pesar nosso, a

tomar morada separada da do Imperador para não continuar a augmentar as despesas que elle faz no hotel, e, portanto, seus compromissos para com seus credores, unico recurso de que elle presentemente vive." (1)

Esgotada a quantia emprestada no Porto pelo visconde de Alvares Machado, precisavam apelar para outros auxilios — emquanto não se concluisse, no Rio, o moroso processo da liquidação dos bens imperiais. Rothschild atenderia com certeza. Escreveu a Nioac, em Paris. Mas a princesa impediu o negocio — porque teria de fazer-se com os bons officios do representante da Republica. Foi o que o conde d'Eu participou a Motta Maia (Cannes, 23 de Junho de 1890): "A Princesa me disséra, é verdade, que se lhe falára no nome do barão de Itajubá, para ajudar a conseguir o emprestimo projetado, mas que ella repelira a idéa de recorrer para assunto dessa ordem á pessoa que representa em Paris o actual Governo Provisório do Brasil, porque entende que ha certas normas de conduta inherentes á propria dignidade que não se infringe impunemente". E, concordando: "Sabe que foi sempre minha opinião que, antes de recorrer-se á praça de Paris, se procurasse apelar mais uma vez para o cavalleirismo do visconde Alves Machado". (1) O hotel era muito caro. O Imperador esquecia-se continuamente do preço das rosas — mandando enfeitar todos os dias a mēsa da filha. Queria que as suas camelias vicejassem sempre — agora que das rosas do bello periodo vivido restava sómente a de ouro, da Igreja...

(1) W. de S. Ramiz Wright, art. cit. Nesta carta, ainda: "Se, como é de esperar, cedo ou tarde, os poderes publicos brasileiros, fazendo justiça á Família Imperial e especialmente á Princesa que três vezes regeu o Imperio, nos tirarem d'esta situação afflictiva, não me recusaria a auxilia-lo na medida que permittirem nossas posses e o faria com prazer".

(1) Motta Maia, *op. cit.*, ps. 308-9.

Ligavam-se mais, na consternação daqueles dias de luto e saudade; ou então, os olhos enxutos, quando as esperanças renasciam com os brasileiros que chegavam, propalando, com calôr, que em breve seriam chamados, tais as desordens da Pátria. Isabel acreditava; o príncipe conservava-se retraído, entretido com os estudos dos filhos, a quem acompanhava, pela manhã e á tarde, ao colégio Stanislas (1); D. Pedro II pensava em Petropolis e nos livros.

A Tomaz Ribeiro segredára — em 18 de Julho de 90: “Vou ocupando meu tempo como sabe e tenho na forja algumas traduções em verso, por exemplo, e não para este, dos Contos — porque não o confessarei no sigilo das Musas? — de Lafontaine. Decerto conheço e creio que não deviam embaraçar a entrada na Academia francesa ao autôr das fábulas. Emfim, o tempo nunca me aborrece e vou agora aproveitá-lo com muito prazer em Baden-Baden de que conservo mui agradáveis recordações. Peço-lhe que entregue esta carta á viuva do nosso Camillo. E mande-me sempre bons petiscos literarios” (2).

De resto, não podiam permanecer indefinidamente á beira do Mediterraneo, entre “turistes” que recobravam as côres num sol brando. Paris seria um balsamo e um derivativo.

Os condes d’Eu partiram antes, para arranjar os cômodos precisos.

Com um senso meticuloso de dona de casa, economica e avisada, saíu a princesa a procurar uma residencia, que lhes servisse. Neste bilhete, para o medico, mostrava-se cautelosa e exausta.

(1) Carta de D. Pedro a Ramiz, 18 de Fevereiro de 1890, W. de S. Ramiz, *art. cit.*

(2) Ms., inéd., do arq. de Tomaz Ribeiro, cm. pelo seu illustre neto, Tomáz Ribeiro Colaço.

“Sr. Motta Maia. E’ da mesa da sala de jantar que lhe escrevo. Levamos todo o dia a correr séca e méca. Tomamos todas as informações, não deixamos nada por indagar, e por ora só encontramos dous apartamentos que poderão servir para Papai, no 1.º andar. Quanto a nós, impossivel achar qualquer coisa senão Vila. Ha uma que nos conviria, que não está longe do apartamento em Passy. Em Auteuil não ha nada que sirva. A solução mais razoavel para tanta complicação e dificuldade é mesmo Versalhes, a não se querer meter Papai em apartamentos no centro de Paris, o que é menos conveniente” (1). Propunha o hotel dos Réservoirs, ao pé do palacio de Luiz XIV. O Imperador aquiesceu: iria na primavera. Mas preferia a capital, com as instituições ciêntificas, poetas, filosofos e sábios que o procuravam, que o lisonjeavam, que lhe conversavam hebraico como Renan, ou de febre amarela, como Pasteur.

O inverno foi que o repeliu de Paris.

Em 14 de Janeiro — faleceu a condessa de Barral.

Voltou a Cannes mais fatigado, mais predisposto a uma revisão sentimental do seu largo passado, pronto para redigir um testamento politico. Saíu-lhe, breve, um tanto confuso, a “Fé de Officio”, que mandou ao visconde de Taunay.

Os condes d’Eu alongaram a sua viagem à Italia.

Leão XIII pediu ao principe que lhe dissesse alguma cousa sobre o futuro do Brasil (2). O episcopado aderira francamente á Republica; e, para o decreto da “separação”, Ruy Barbosa ouvira D. Antonio de Macedo Costa. (3) Este visitára o Papa em 1890: o “dis-

(1) Motta Maia, *op. cit.*, p. 310.

(2) A. Rangel, *op. cit.*, p. 411.

(3) Vd. no arq. de Ruy, carta de D. Antonio, de 27 de Novembro de 1889: “nossa conferencia de ontem fique por ora em toda reserva”. (Casa de Ruy Barbosa).

creto e prudente influxo do Vaticano” lograra “evitar a inoportuna criação de um partido católico”. Nomeado arcebispo do Rio de Janeiro D. João Esberard, “monarquista conhecido, Leão XIII não condescendeu em anular a preconização feita, o que fôra uma exautoração pessoal do prelado, mas o chamou a Roma antes que ele tomasse posse da sua nova diocese, e o advertiu dos deveres especiais de um arcebispo, que ia residir na capital da Republica, lado a lado com o governo”. (1) Esse Pontifice previdente não aguentava os trônos como seus antecessôres, aprisionados na tradição: queria uma liberal e pacifica tolerancia, de amôr aos homens. E proscrevia a violencia!

D. Pedro II fechára-se numa recordação calma dos tempos idos. Meteu-se, em Maio, naquele illustre hotel des Réservoirs sem muita atenção pelos pródigos luxos do antepassado que construira aquilo.

Conta Pierre de Nolhac que acompanhou uma vez, em excursão pelo castelo, o miliardário Carnegie — que atravessou sem emoção, sem surprêsa, sem palavras os salões famosos e as galerias históricas. Desceu com enfado para os jardins, e, de repente, lá fôra, numa súbita explosão de deslumbramento, pôz-se a bradar: “Ah, os pássaros! Ha pássaros tambem!” (2) Gostava — bom americano — de árvores, frescura d’aguas e barulho d’azas, na paz dos parques lineares... Mas se cansava, fraco de pernas, a diabetis exacerbada por sua vida errante — e receitaram-lhe as caldas de Vichy. Adoeceu gravemente nessa cidade, de um calo que se lhe complicou em gangrena. Doentes como ele difficilmente se salvavam de lesões semelhantes. Salvou-se —

(1) Magalhães de Azeredo, *O Vaticano e o Brasil*, p. 103, Rio 1922.

(2) Pierre de Nolhac, *La Resurrection de Versailles*, p. 171, Paris 1937.

ávido de leituras eruditas e noticias do Brasil, onde a crise politica raiava em catastrophe.

Novembro de 91 foi um mez agitado. A luta entre Deodoro e o Congresso acabára num golpe: a dissolução. Os monarchistas emigrados alvorçaram-se, em expansões prematuras. Ouro Preto, Silveira Martins, Ferreira Viana podiam suprir, em Paris, a ausencia do Conselho de Estado: eram embaixadores daquelle “sebastianismo” que tomára, no Rio, a fórma obscura d’uma campanha derrotista. Toda gente julgou que o Imperio renascia, das cinzas do “constitucionalismo”, da possante revolta de Deodoro — que podia ter um “gesto”, e optar pela volta do Imperador! As forças de terra dividiam-se entre os dous marechais, o presidente e o vice-presidente da Republica, Floriano Peixoto. As de mar insurgiram-se em 23 de Noxembro. Constava alem disso que o principe D. Augusto, desembarcado em Colombo de bordo do “Almirante Barroso” ao saber-se da quéda da monarchia, vinha agora ao Rio da Prata, disposto possivelmente a entender-se com os seus antigos comandantes. O barão de Lucena diria: “todas as suas informações, em que ainda hoje acredita, o levavam a crer que D. Augusto se estava aproximando do Brasil”. “...Pensou que os navios revoltados podiam ir para o norte ao encontro de D. Augusto”. (1) O Fundador desistiu da luta — e passou o poder ao substituto, aclamado pelos “puros”, arrebatado pelos republicanos jòvens numa onda de entusiasmo, que foi o prelúdio da idolatria. Misturaram-se na opposição “deodoristas”, surpreendidos pela renuncia do chefe, os... conservadores, ligados a Lucena, os barões da finança. Voto e sinceridade — pedia, da Bahia, o conselheiro Saraiva: “A Republica está consolidada e nada

(1) Tobias Monteiro, *op. cit.*, ps. 359 e 362.

receie V. ex. por esse lado". (1) Continuava o homem de 1880, o apóstolo da eleição diréta, o místico da "representação". Avisára a Ruy Barbosa (em telegrama de 10 de Junho de 1890): "... seu tino politico lhe mostrára que nosso Estado vae ter na primeira eleição da Republica menos liberdade do que em tempo algum do regimen monárquico" (2). Prégava no deserto. Recolheu-se por isso ao seu engenho de Pojuca e deixou-se olvidar — dos "nóvos" que não lhe compreendiam a autoridade sêca e esquiua.

O desgosto da princêsa, que lhe desviára a atenção desse panorama de surprésas, já lhe deixava agora entrever possibilidades, calcular acontecimentos eventuais, talvez iminentes. Dissipára-se a confusão inicial. As figuras adquiriam nitidez, os fátos tinham lógica. Distinguia as forças e — propelindo-as — as idéas, que se mediam. Liberais e autoritários, não mais monárquicos e republicanos. Se pudesse acompanhar, na penumbra em que a distancia embrulhava tudo isso, uma atitude sintomática, como os navarrêses acompanhavam o penacho branco de Enrique IV — não perderia mais de vista Ruy Barbosa. No horizonte sombrio avultava o perfil marcial de Saldanha da Gama. Mas não concebia a revolução — como um beneficio ou uma desforra. Esta probabilidade a inquietava. Enchia-se de intimo pavôr. Contrariava os seus sentimentos conhecidos, esse character feminino entrançado de religião e orgulho que se lhe aguçára com o infortunio, a vaidade de sua obra de paz — que exatamente era o consôlo do seu exilio.

Junto dela, o pae simbolizava o perdão. Mas Isabel não esquecia. Nunca soube esquecer. A decepção

(1) Almirante Custodio José de Melo, **O Governo Provisorio e a Revolução de 1893**, I, 182, S. Paulo 1938.

(2) Doc. in arq. da Casa de Ruy Barbosa.

fôra muito brusca, para que o lenitivo da religião lhe apagasse, no espirito lanhado por tanta lembrança dolorosa. Quando do Rio lhe mandaram os seus móveis mais prezados, foi com indignação que viu a mêsá de Boulle, do Paço da Cidade, sobre a qual assinára a lei de 13 de Maio, a mêsá em que batêra, em 15 de Novembro, dizendo que faria de novo, se tivesse de recommençar, a abolição — com gavêtas arrombadas, bronzes torcidos... Gritou: ladrões! Mas o Imperador, com suavidade, a dissuadiu: — Não, minha filha, não foram ladrões... Pensavam que nessas gavêtas havia cartas de pedidos, que me dirigiam; e as revistaram. Enganavam-se! Não guardava tais cartas. (1) — Isabel olhou-o admirada, quasi convencida, sobretudo dominada pelo clarão de indulgencia que lhe alumina a face livida, as barbas de neve, o seu aspecto decrépito e humilde de rei expatriado. E dissolveu em lágrimas o seu protesto.

Não resignava os seus “direitos”, não apagava a flama de sua reivindicação. A princesa enquanto viveu se manteve inalteravel nesse inconformismo: apenas o conservou para si mesma. Renunciou ás altas vózes. Aprendêra do pae a arte de calar. O segrêdo de não discutir; a placidez aparente, de quem acha absurdo um debate. Em 1891 — podia esperar uma transformação do ambiente brasileiro. O conde d’Eu já duvidava. A uma reunião de antigos conselheiros de Estado, convocada pelo barão de Penedo nos aposentos de D. Pedro II, compareceu Silveira Martins disposto a falar francamente. “Os presentes, inclusive o conde d’Eu, julgavam viavel o movimento. Viavel e indispensavel”. Gaspar discordou. “O conde d’Eu não poudo ocultar nesse momento a sua impaciencia, o seu

(1) Cf. Paulo José Pires Brandão, a quem devemos esta e outras informações sobre esse periodo da história do Imperador.

aborrecimento, e dirigindo-se a dous ou tres dos presentes, disse-lhes: Estamos no meio dos conspiradores da Servia!" — (1). O movimento produzir-se-ia — diferente e terrível... Não o veria o Imperador!

Teimou em permanecer em Paris, naquele final de Novembro, muito frio, o mais impróprio para um organismo frágil. Prostrou-o, no seu leito do hotel Bedford, uma pneumônia incurável: no dia 4 de Dezembro os medicos o desenganaram; ás 10 da noite de 5 de Dezembro recebeu uma visita derradeira, reclamada pela filha que, ao seu lado, reproduzia os cuidados da imperatriz, quando parecia morrer — em 1888 — na sua longa enfermidade de Milão. Foi o abade Le Rébours, da Madalena: levava-lhe a Extrema Unção. O Imperador "recebeu-a com vizível humildade" (2). A meia noite, os seus olhos sem luz já não conheciam ninguem. Expirou — sem um gemido, um movimento, uma palavra — meia hora depois. A princesa poz-lhe nas mãos imóveis um crucifixo. E levantou-se, trémula, o rosto molhado de pranto, sem forças para comunicar ás pessoas que se acercavam o remate daquela grande vida. O destino fôra-lhe implacável. Acabára ali, no 1.º andar de um hotel de segunda ordem, em meio a uma cidade demasiadamente ruidosa para atentar nisto, uma carreira começada cincoenta e um anos antes, entre as galas do Brasil que depositára nas suas mãos infantis — naquelas mesmas que, arroxeadas pela morte, sustinham o crucifixo — as suas esperanças e a sua sorte... Os circumstantes, um após outro, oscularam a dextra da princesa Isabel: segundo o estilo das casas reinantes, era a maneira de reconhecê-la chefe da dinastia. De cada beijo ficava uma lágrima.

(1) José Julio da Silveira Martins, *Silveira Martins*, p. 308.

(2) *Notas da Princesa*, cf. Mary W. Williams, *Dom Pedro*, p. 381, Chapel Hills 1935.

Foi uma homenagem silenciosa, mais de comiseração que de politica. Ali, devéras, havia somente a filha — ao pé d'um leito pobre onde jazia o seu pae e o seu rei. Se o pensamento lhe voava para alem do mar, á procura dos sítios amados, que não reveria mais, a rigidez de sua fisionomia, immobilizada pelo sofrimento, traía apenas consternação e perplexidade. O exilio parecia-lhe subitamente vazio; a Europa — glacial; e o seu devêr, misturado á sua saudade, pezado como uma cruz. Que faria agora? Ou antes: que fariam?...

HORIZONTES DE FÔGO

O governo francês deu aos funerais de D. Pedro II a majestade de um entêrro de chefe de Estado. Era menos pela corôa do que pelo filósofo: honrava o amigo de Victor Hugo. Após essas exequias suntuosas seguiu o ataúde para o seu lugar, junto da Imperatriz, na cripta dos Braganças em Lisbôa. Aguardaria naquele columbário húmido, onde as velhas urnas imitavam um consêlho de família, apertadas e esquecidas como num pó de arquivo — que se cumprisse o sonho de sua agonia e pudêsse voltar, para o descanso definitivo, á terra natal. Aliás o conde de Motta Maia puzeralhe a cabeça sobre um travesseiro cheio dessa terra brasileira. Fôra-lhe, na hora do trespasse, a repatriação simbólica. Pedro e Tereza dormiam o sôno justo ao lado dos reis de seu sangue num calado corredôr de mosteiro português: iniciava-se o ano de 1892, e a princesa — refeita do seu abatimento — tinha de corresponder-se com os correligionários que lhe chamavam Imperatriz e pintavam com côres sinistras a situação nacional.

A subida de Floriano ao governo definira a luta, que se dissimulára em fórmulas indecisas no periodo anterior.

Tombára, com Deodoro e Lucena, uma politica de oportunismo; Floriano trouxe á tona a Republica re-tinta, o entusiasmo jacobino, a vontade de pelear pelos

princípios, morrer e matar por eles. Derrubando os governadôres estaduais, favoráveis a Deodoro, o presidente-marechal cometêra uma ilegalidade, que, paradoxalmente, nutria e sustentou o "legalismo" que tinha de ser a sua missão. Ao impulso de sua mão autoritária a máquina política revirou nos eixos bambos; e aboletou-se em cada Estado um governo freneticamente "florianista". Os que lhe aconselharam o atentado á Constituição — as autoridades depostas haviam sido eleitas! — discerniam uma realidade: a posse do poder. Ele antevira a crise de 1893. O almirante Custodio de Mello, seu ministro da marinha, exigira o desmonte dos governos locais: um ano mais tarde rebelaria a armada, e os encontraria pela frente — a essas criaturas do presidente taciturno. A Republica poderia esfrangalhar-se sob o punho d'um general estouvado: Floriano conserva-la-ia. A sua paciencia era fria, a sua displicencia manhosa, a sua energia — incalculavel. Guindado á boléa do carro da nação — mantinha-se, nem que lhe atirasse as rodas sobre um lago de sangue. Cezar Zama lembrou-lhe uma vez: "V. ex. já me disse: ás vezes vacilo em deliberar; mas sou pronto e energico na execução". (1) Iludiram-se, quantos duvidaram dessas qualidades esbatidas numa serenidade enigmática, de cabôclo. A guerra civil — rebentava!

O estopim situava-se no Rio Grande do Sul.

O duelo doutrinário entre Castilho e Silveira Martins não se decidiria a golpes eleitorais: soára o instante das lanças gaúchas. Mas, ao bater dos tambôres nos pampas, écos multiplos lhes responderam no centro, ao oéste, no norte. Os descontentamentos mostrar-se-iam, estimulados e provocados; atitudes, até aí

(1) Carta de Zama a Floriano, *Floriano*, II, 272, Rio 1939.

indefinidas, se esclareceriam; brigariam as forças por ora equilibradas ou neutras; e tres soluções se apresentavam á confusão brasileira: a Republica apesar de tudo; a restauração, ou a desagregação.

A princesa Isabel não se beneficiaria com a carnagem prevista; e — mal lhe presentiu a conjura — correu a desaprovar, a advertir, a suplicar: ensarilhassem armas, antes que o conflito mergulhasse o país na anarquia e na miseria!

Escreveu a João Alfredo, que lha mostraria aos monarchistas — uma carta muito clara e muito simples:

“4 de Dezembro de 1892. Boulogne-sur-mer. — Sr. João Alfredo. — De maneira coletiva respondo á mensagem coletiva que o senhor e seus companheiros me enviaram por intermedio do barão de Muritiba.

“Não quero porém deixar de tambem confidencialmente responder á sua carta confidencial que pelo mesmo canal chegou-me ás mãos. Tanto mais facilmente o faço que suas idéas quadram em tudo com as minhas. Quanto preferivel seria que a persuasão moral só para lá nos fizesse voltar! Quanto mais firme tudo ficaria! Lamento sempre as circumstancias que armam irmãos contra irmãos. De fórma alguma desejo animar semelhante guerra, e tanto mais que não vejo nela base segura, e nem exito muito provavel. Dôe-me o coração pensar que talvez só leve a fazer ainda maior numero de infelizes. Alem disso pelo que constou-me são empregados subterfugios para obter dos vizinhos garantias que repugnam á lealdade. Quando a politica deixará de empregar meios que diminuem a grandeza moral dos povos e das pessoas! E' assim que tudo se perde e que nós nos perdemos. O senhor porem conhece meus sentimentos de católica e brasileira. Não duvidará pois que uma vez que a nação se pronunciar

por convicção geral pela monarquia para lá voltemos. Não posso porem deixar de dizer que os meios atualmente empregados me parecem dolorosos, sem exito certo, e por conseguinte tornando mais difficil qualquer melhor tentativa mais tarde quando os espiritos mais amadurecidos e convencidos estiverem e assim mais aptos a conservar o que tivessem feito. Deixe-me abrir-lhe assim meu coração, confidencialmente, ao senhôr que em circumstancias gloriosas e dolorosas foi sempre o mesmo para nós. — Isabel. ” (1)

Pela primeira vez — subscrevia-se como Imperatriz: Isabel. Isabel a pacifica — em meio áquele torvelinho de fátos trágicos que quizera desviar, suspender, desarmar. Não poudé. O proprio Silveira Martins fôra vencido no seu lancinante apêlo aos partidários, para que renunciassem á violencia. “As revoltas são hoje fatais como a conclusão de um “silogismo” — ponderou Pedro Lessa. As cochilhas rio-grandenses ensanguentaram-sé; Floriano aguentou o “castilhismo”; repeliu, no Rio, os que pretenderam abreviar-lhe o prazo presidencial, com a alegação de que não devia ir alem do quatriênio começado por Deodoro; e na manhã em que Custodio levantou a marinha, desmascarou-se, no seu heroísmo estoico. O “marchal de ferro” appareceu aí: expedito na resistencia, inexoravel na réplica, inalteravel na perseverança de gladiador sem nêrvos.

“O País”, mal reboaram os primeiros tiros, qualificou a revolta de “restauradôra”. Os amigos de Silveira Martins já se tinham definido, no Rio Grande: “Nossos adversarios, com o designio perfido de tornar antipatica á opinião a revolução rio-grandense, apontam-nos ao país, como restauradôres de monarquia!

(1) Ms. no arq. de João Alfredo, inéd.

E' uma monstruosa calunia!" Foi em vão. Os officiaes da armada passaram a "sebastianistas". Custódio e Saldanha tiveram o apelido de "reacionários", "retrógrados". Floriano transfigurou-se em salvador do regimen.

Seria "restauradôra" a revolução?

Custodio de Melo conservava-se republicano (1) — embora alheio ao 15 de Novembro, que o surpreendêra ausente da Pátria (como Saldanha) e duas vezes desiludido, com Deodoro, que dissolvêra o Congresso, e Floriano, que lho restabelecera. A marinha tambem não podia dizer-se "restauradora": fazia a reacção em nome das idéas defendidas pelos dous almirantes. Mas — não se tivesse duvida! — Saldanha estava muito mais perto da monarchia do que Custodio da Republica.

O comandante da escola naval vinha da velha aristocracia ajustada e polida na sua profissão do mar. Official dos mais destacados do Império — como Tamandaré, ligára o espirito monárquico ao sentimento nautico, para conceber a armada como uma força de união nacional e um elemento de cultura. Não comprehendêra a federação; descobrira no choque das facções, que dividiam o exercito, um individualismo inédito; e vogára facilmente no enxurro da opinião burgueza, muito alarmada com o fracasso do "ensilhamento", a ruina cambial, a desordem interna, a sangueira no sul. De resto, Saldanha fôra infenso a Custódia. Em 23 de Novembro — ao cair Deodoro — chegaram a defrontar-se, este com os navios poderosos,

(1) "Muito ligado á pequena corte do Palacio Isabel (Custodio) ao passo que Saldanha era o preferido em S. Cristóvão, seria ele o Almirante do 3.º Reinado". (Souza e Silva, **O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada**, p. 56, Rio 1936).

aquele com — os contingentes que poude prevenir. A digna renuncia do Generalissimo poupou-lhes o conflito; mas continuaram afastados. Em 6 de Setembro de 93, Custodio insurgiu-se sózinho. Permitiu Floriano que Saldanha continuasse neutral (1) na ilha de Villegagnon, com os guarda-marinhas e os aspirantes, respeitado e ameaçador na sua independencia absurda. Um inglês surpreendeu-se: "Já vi uma revolução no Perú, outra em Venezuela, mas nunca vi uma fortaleza neutra como no Rio de Janeiro". (2) Parecia espantoso: e era hábil. A imobilidade de Saldanha privava Custodio de um impulso talvez decisivo, a resistencia legalista a organizar-se ás prèssas; e quando se juntassem, já seria tarde — e inutilmente. O raciocinio de Luiz Felipe de Saldanha da Gama foi retilineo — como o seu brio de cavaleiro do mar: não se rebelára; interviria para precipitar o apaziguamento; mas só se meteria no fôgo para realizar um programa. Os detalhes — ficavam para depois. Restauração? Não o disse nunca. Antes, "Mello perguntou a Alexandrino se Saldanha tinha propositos de restauração monarchica, ao que Alexandrino respondeu: "Sal-

(1) Souza e Silva noticia, segundo o depoimento do alm. Rafael Brusque, a conferencia de Floriano e Saldanha logo após a demissão de Custodio, de ministro da marinha. Saldanha teria dito: "V. ex. não ignora que se eu estivesse aqui no 15 de Novembro as coisas ter-se-iam passado de outro modo...", **O Alm. Saldanha e a revolta da Armada**, p. 129. Mas, convidado depois para o levante, respondeu á comissão de officiais: "Digam aos seus companheiros que o almirante Saldanha da Gama pôde arrastar mas nunca será arrastado. Ninguem o arrasta", *ibid.*, p. 146. Disse Alexandrino de Alencar que, em Agosto, Custodio se dispuzera a aceitar o commando de Saldanha, com "a restrição, de que Saldanha não tivesse a intenção de repôr a Monarquia". (*Op. cit.*, p. 157).

(2) Henriquê Boiteux, **Jornal do Comércio**, 7 de Janeiro de 1940.

danha não pensa nisso". (1) Pensava "salvaguardar... o país dos efeitos e consequências da Revolta" — como respondera, sóbriamente, ao Governo que o interpelára com secura, em 6 de Setembro. "Além disto, nada mais".

A' beira do combate, a sua alma estorce-se em ânsias compreensíveis. A tática dos braços cruzados irrita-o. Em 4 de Novembro escreveu a Silveira Martins: "Opôsto por instinto a toda revolta e por principio a toda imiscuição militar na politica..." Mas, em 5 de Dezembro, explôde: Afinal vou entrar tambem na luta, que já animava e sustentava de espirito. (2) — Rompeu, declarou-se, desembainhou a espada em 7 de Dezembro com o seu manifesto que é igualmente uma confissão. Saldanha retrata-se nesse papel bravo: "sem prévios conchavos", "jámais entrei em conluio de qualquer espécie", fazia a guerra ao "militarismo agravado pela contubernia do sectarismo e do mais infrene jacobinismo". Não negava — embora fosse estratégica a negação — a sua fidelidade ao passado. "A lógica, assim como a justiça dos fátos, autorizaria que se pro-

(1) Souza e Silva, *op. cit.*, p. 158. "Dous dias antes de explodir o movimento foi ele (Custodio) abordado sucessivamente por dous chefes monarquistas de prestigio — que lhe vinham oferecer cooperação. Melo declarou-lhes que "em caso algum trabalharia pela restauração da Monarquia e que seu intuito era promover a pacificação do país". Só nessas condições aceitaria o auxilio que lhe quizessem prestar — no que concordaram. Perguntou-lhes Melo o que pensava Saldanha; responderam-lhe ambos "que o ignoravam"... — Prova isso não só que Saldanha nenhum entendimento tinha com o elemento monarquista e nem conspirava ou nutria propositos para uma restauração monarchica como que nenhuma combinação ou compromisso existia entre ele e Mello..." (Souza e Silva, *ibid.*, p. 161). Uma vez aliás Saldanha respondeu, a um official que, gracejando, lhe dissera que o seu proposito era a restauração.

— Está enganado. Não foi a politica; foi o desespero de ver a nossa farda enlameada. (Dunshée de Abranches, *A Revolta da Armada e a Revolução Rio-grandense*, I, 6, Rio 1914).

(2) José Julio Silveira Martins, *Silveira Martins*, p. 382-3.

curasse á força das armas repôr o governo do Brasil onde estava a 15 de Novembro, quando num momento de surpresa e estupefação nacional ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o actual governo não é senão uma continuação". A linguagem estala-lhe aí franca e agressiva. Continúa: "O respeito porém que se deve á vontade nacional livremente manifestada, aconselha que ella mesma escolha solenemente e sob sua responsabilidade a fórma de instituições sob que deseja envolver os seus gloriosos destinos. Ofereço minha vida, com a dos meus companheiros de luta, em holocausto no altar da Pátria". A sua — insistia, era "a causa nacional": "tem por si o apoio de todas as classes conservadoras da sociedade brasileira..." — contra "o militarismo de 89". Em resumo: conservador de educação e indole, inconformado, em face da transformação consumada, o seu designio era regenerá-la ouvindo a nação — possivelmente mediante um plebiscito que lhe apurasse a vontade, aquella duvidosa vontade de todas as eleições pretéritas, de todos os pronunciamentos computados nas tabelas do sufrágio... A mística da "consulta á nação" foi, por sinal, a fórmula gasparista. "Eu sirvo á patria, quero viver livre. A fórma parlamentar, monarquia ou republica, me garante a liberdade, contento-me com qualquer delas" (1). Ruy Barbosa pensava do mesmo modo. Acima dos estilos ou dos rótulos — o contexto liberal! E o império da maioria. Floriano exultou: o "sebastianista" descobriu-se! Os seus adversários regozijaram-se: ia emfim ferir-se a luta ideológica! Na Europa, estranha

(1) Carta de Silveira Martins á esposa, José Julio da Silveira Martins, *op. cit.*, p. 380. E Saldanha, em carta ao tribuno, de 4 de Novembro: "... Nunca me moveria senão diante de uma manifestação serla e vasta do país..."

aos acontecimentos do Brasil, uma senhora havia que rezava sem cessar pela extinção dos odios, pela terminação do morticínio. Era a princesa Isabel.

Com a vitória dos almirantes o seu regresso continuava improvável; mas impossível se prevalecesse — na sua tenacidade brônzea — o marechal. Num ou n'outro caso a oportunidade não seria mais d'uma corôa, sem partidos: muito menos de uma rainha educada no parlamentarismo proscrito. Ruy Barbosa, emigrado em Buenos Aires, confidenciára á esposa a "de-liberação de renunciar por uma vez á vida publica. Esta, no Brasil, de ora em diante, pertence aos violentos, aos ambiciosos, e aos servís". (1) Silveira Martins escrevera a Custodio: "Depois de restabelecidas a ordem e a liberdade em nossa Pátria, só tenho uma ambição: é retirar-me da vida publica". (2) Licenciára-se — isto sim — o debate politico, para falarem as carabinas. Desmantelou-se a armada, tão cuidadosamente construída até aí. A intervenção estrangeira, nas aguas da Guanabara, limitou a ação ofensiva dos navios. A revolução no sul descreveu uma parabola temerária, combinados os movimentos de terra e mar sobre Santa Catarina e o Paraná: mas esbarrou nas trincheiras da Lapa, vacilou na orla do planalto, refluiu fustigada pelo desalento dos seus parceiros civis. Os Estados Unidos — cuja attitude, em favor da legalidade, Salvador de Mendonça soubéra fixar — alarmavam-se com "a inclinação monárquica de Saldanha": (3) con-

(1) Ruy Barbosa, carta de 19 de Setembro de 1893. *Mo-
cidade e Exílio*, edição de Americo Jacobina, p. 192, S. Paulo
1934.

(2) José Julio, *op. cit.*, p. 389.

(3) Salvador de Mendonça, ministro em Washington, fôra
aviso das esperanças "restauradoras" Em of. de 3 de Outubro
de 93, o ministro americano no Rio comunicava a seu governo
a proposta brasileira para a compra de dous navios de guerra:
Floriano mandara dizer que tinha provas evidentes da intenção

centraram no Rio cinco belonaves. (1) Apoiado a essa aliança — o marechal podia responder, a quem lhe conversasse de desembarque de maruja estrangeira: Receberia á bala! “Um “monroísmo” tácito ajudou a Republica, nesse desfêcho em que aparece a figura cavalheirêsca de Augusto de Castilho, o chefe da flotilha portugûesa. Para a intuição popular — nestas cousas aguda e infalivel — jogava-se um duélo final entre corôa e Republica. A bordo da “Mindello” representava Castilho a tradição lusa. Defronte, com os canhões rutilando, simbolizava a America a divisão dos cruzadôres — cuja presença antecipava o exito da esquadra do almirante Gonçalves, adquirida nos Estados Unidos e no Prata e esperada em Março. A’ iminencia dum encontro, que lhe provaria afinal a falta de munições, a paralisia dos seus grandes barcos avariados, Saldanha preferiu desistir, pôr a salvo a sua gente, e, seguro disto, recomeçar adiante uma aventura em que acabasse tambem a vida. Castilho deu-lhe asilo. Intimado para entregar os officiais que recolhêra, negou; e com uma inflexivel firmeza, contemplado pela população que corrêra ás praias para vê-lo sair a barra, lá se foi, com os dous navios, lentamente, honrando a palavra — que empenhara aos refugiados — e esse espirito naval, que a desgraça e a fadiga não tinham abatido, e lampejava, persistente, na melancolia d’um grupo de emigrados. — Viva a Republica! — rugiram, pelas ruas, os estudantes, os jóvens heróis do batalhão Tiradentes, os tenentes que acabavam de de-

monárquica dos revolucionários... (Ms. no National Archives, Washington).

Em 10 de Outubro tambem de 1893 telegrafou o diplomata para o State Department: “It is rumored that an attempt will be made to restore Monarchy”. (Doc. no mesmo arquivo dos Estados Unidos).

(1) Helio Lôbo, *Um Varão da República*, ps. 164-5, São Paulo 1937.

fendê-la. Floriano assegurou-lhes que o triunfo era total. Consolidára-se o regimen. Vencêra, varrendo os inimigos, esmagando-os. Déra com eles nas zonas frias do exilio. O marechal encarnava a Pátria abraçada á ortodoxia republicana, nevrosada de tumultos purificadôres. Custodio alegára a necessidade de sangue, para que os campos se definissem, sem os adesistas cínicos; cumprira-se a sua vontade, resultára o seu prognostico. O sangue “entra nas prescrições da medicina politica” — dizia Napoleão a Metternich... E os “restauradôres?”

Custodio afirma que deles não recebeu nenhum subsidio, siquer resposta ás cartas que lhes escreveu do “Aquidaban” (1). Emigrou Saldanha levando por unica fortuna 300 libras (2); e no Uruguai, em Março de 95, ainda lamentava: “os prometidos recursos do Rio ainda não vieram”. (3). “Condêno as conspirações”, proclamára Ouro Preto — achando que a decomposição, ou o aniquilamento, viria do uso, do abuso do regimen... (4). Era leal: “não sei, não posso, nem devo combater senão á face descoberta”; mas se enganava redondamente, se imaginava que excesso de poder é abdicação, renuncia, falencia. De fáto, applicava á ordem nova o raciocinio displicente dos inimigos da antiga, quando queriam que o Imperador, um belo dia, fizesse as malas, empacotasse a corôa, e, tomando o chapéo, se despedisse do país, entregando-o á “regeneração”. Tal na Republica... de Platão, que aconselhára: como o doente vae bater á porta do medico,

(1) Almirante Custodio José de Mello, *O Governo Provisorio e a Revolução de 1803*, II, 302, S. Paulo 1938.

(2) Dunshee de Abranches, *A Revolta da Armada*, I, 29.

(3) Carta a Silveira Martins, José Júlio, *op. cit.*, p. 385.

(4) Afonso Celso, *O Imperador no Exilio*, prefacio, p. LXXXIV (1.^a ed.).

os que precisam ser governados procurarão a quem os dirija, e não estes, a eles... Mas — Portugal? O rei D. Carlos — interrompidas as relações diplomaticas em consequencia do abrigo a Saldanha — se limitára a recomendar aos ministros que lhe participavam o acontecido: “O que está feito, está feito. Deus permita agora que os navios cheguem sem qualquer novo incidente. É’ preciso tratar bem os refugiados quando aqui desembarcarem, como emigrados politicos que são: mas nunca perca o governo de vista que poderemos estar de mal com todo o mundo, menos com o Brasil e a Inglaterra”. (1) E o conselheiro Hintze Ribeiro mandou proibir que das corvêtas desembarcassem em Buenos Aires os officiais brasileiros. Teriam de ser conduzidos para territorio portugûes!

(1) João Franco, *Cartas del-rei D. Carlos I*, p. 41, Lisboa 1924.

ONDE SE FALA EM VENDÉA...

Em 15 de Novembro de 1894 a vida recomeçou — na política brasileira.

Iludiu-se Ruy na Inglaterra, tomando Prudente de Moraes por instrumento do florianismo, reinstalado no Itamaraty após a substituição do “idolo”. O salvador da Republica nunca poderia ser o condestavel daquela casaca austera, de Piracicaba. Prudente — militarista para os emigrados — era, para os tenentes de Floriano, um civilista soturno: daí, mais cedo ou mais tarde, o conflito que se resolveria com um vasto equívoco e um sacrificio isolado. Este, foi o assassinato do marechal Bittencourt; aquele, a guerra de Canudos.

Voltára Saldanha: mas para o seu fim romântico em Campo Osorio, concluindo, numa guerrilha extemporânea, a tarefa sem futuro que fizera compromisso de honra, resgate de tantos erros e solução individual.

Não lhe sobreviveu o “marechal de ferro”. Matou-o a sua esclerose hepática numa fazenda perto do Rio — em 29 de Junho de 1895. Se fosse dado a frases — o mais lacônico dos vencedores — repetiria Jules Ferry: “La République sort triomphante d’une crise redoutable: qu’importe qu’elle me laisse sur le champ de bataille!” Desapareceu — num silêncio provocante. Entre os dous simbolos antagonicos levantou a sua clemencia oportuna o presidente paulista. Pacificador — saudaram-no os vencidos; perdulário e algoz da

vitória — rugiram os intransigentes. Mas a anistia era uma bela bandeira de governo e á sua sombra a ordem se congregou com a lei. Os velhos monarquistas não perderam a ocasião. Arregimentaram-se — congregando forças eleitorais, primeiro em São Paulo, resolvidos a combater o partido dominante, depois no Rio, onde João Alfredo, Ouro Preto, Lafayette, Ferreira Viana, Andrade Figueira formavam o “estado maior” d’um exercito abstrato. Sem soldados, sem planos de campanha fóra da demolição teórica, esses irreductiveis se juntavam mais para recordar que para lutar. O seu comando tornára-se coletivo: a literatura de Eduardo Prado e do visconde de Taunay, o sarcasmo de Lafayette e Figueira, a arrogancia de Ouro Preto, o angelismo de Viana, mais distante o trovão verbal de Gaspar — obstinado em reavivar, pelo voto, como Saraiva em 1890, a flama parlamentar... Conta Pires Brandão que de uma feita Eduardo Prado visitára, na redação da “Cidade do Rio”, José do Patrocínio, que, decadente e agitado, inventava agora um aerostato. O jornalista levou-o á sala onde, no assoalho, com um traço de giz, esboçára a maravilha. E foi dizendo: — Filho, larga essa idéa de monarquia. O Brasil precisa dos teus serviços. — Prado olhou com atenção o risco de giz, sorriu-lhe e despediu-se: A monarquia é o meu balão... (1) Como o de Patrocínio — não subiria!

Deles, talvez, apenas Figueira — que se arruinára em 93 — teimasse em renovar a ação, que — no terreno da violencia — não seduzia os estadistas aposentados, os caractéres forjados no socêgo do fôro, no inocente ardôr dos discursos. Prado e Afonso Arinos partiam

(1) Paulo José Pires Brandão, **Vultos do meu caminho**, p. 84.

do presupôsto de que a Constituição admitia o franco debate. Arrimados a essa proteção, já que não a pudéram derrubar dous anos antes — saíram com o “Comércio de S. Paulo”, e logo mostraram o jôgo promovendo “a primeira manifestação pública do novo partido”, um banquete em 15 de Outubro, aniversário de D. Pedro de Orléans e Bragança, “herdeiro presuntivo”. (1)

A festa em homenagem ao filho arredava intencionalmente a princesa Isabel do cenário político. Revelava o consenso, de que — nesses tempos difíceis — jamais poderia apresentar-se, numa paródia das pretendentes ousadas, nova duquesa de Berry numa Vendéa bem guardada, a sensata senhora que não conspirára, que não pleiteava, que emudecêra. Antes o rapaz! Indigitaram-no, dêram-lhe o verniz do “legitimismo”, antecipando a “sucessão”, em fórma a apagar dos espíritos a impopularidade — do terceiro reinado, com o “francês”. Ao Diretório paulista, encabeçado por João Mendes, correspondeu em 2 de Janeiro seguinte o do Rio de Janeiro, com aqueles conselheiros, e mais Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Afonso Celso. Deitaram manifesto no dia 12; e logo circulou o “Libertador”. (2) Na atmosphéa saturada de paixões extremes — tal campanha suscitaria reações desatinadas, que, de fáto, foram do empastelamento dos prélos á imolação e á garruchada.

A policia de Campos Salles varejou o Centro monárquico em São Paulo. Eduardo Prado recorreu a Ruy Barbosa — numa carta patética. “Como os re-

(1) Afonso Celso, **Vicorde de Ouro Preto**, p. 101.

(2) Com o cons. Candido de Oliveira, Laet, general Cunha Mattos, Luiz Bezamet, Basson, Afonso Celso e outros, **op. cit.**, p. 103. Subscreveram o manifesto: Ouro Preto, João Alfredo, Figueira, Lafayette e Carlos Afonso de Assis Figueiredo, “diretôres do Centro monarquista nesta Capital”.

publicanos do tempo de Luiz Felipe tinham ao realista Berryer por advogado, e como os judeus de Roma tinham no Sacro Colégio um Cardeal seu protetor, nós queremos que o republicano Ruy Barbosa tome em mãos a causa do nosso direito". (1) Morreu dias depois — o sibarita da fazenda "Fundão", modelo do Jacinto, de Eça, grão-senhôr rural que fugira aos deleites da riquêza em Paris para abraçar o escudo de Don Quixote — pessimista e imaterial na sua jornada...

O Supremo Tribunal não mandou reabrir o Centro — por faltar-lhe o devido registro. Depois, as arruaças do Rio se quebraram diante dos tres jornais "sebastianistas" cuja alma era o coronel Gentil de Castro. Os "jacobinos" voltaram-se contra Prudente. A guerra de Canudos fermentou uma lenda pueril: que acolá, no sertão bahiãno sem agua, sem civilização, sem contactos com a cultura externa, o guião do "saudosismo" se exhibira no punho de... Antônio Conselheiro. Estranho e funesto engôdo! O fanático era um pobre sujeito que pastoreava jagunços parvos num trêcho remoto de "caatinga" onde os viajantes e as idéas não iam nunca; e Canudos um arraial de rezadôres, necessitado mais de um capuchinho, que os esclarecesse, que de um pelotão, que os metralhasse. A rua do Ouvidor deu-lhe, porém, uma ressonancia monstruosa. A inquietação popular moldou-lhe o "simile" histórico. E — com Victor Hugo frêsko na memória — os môços de colête vermêlho juraram, que era aquilo a Vendêa, exatamente a Vendêa com os seus escopeteiros tôrvos, a sua guerrilha mística e os seus "padres". O Conselheiro reincarnava o "saldanhismo"... O que hoje parece incrível, naquelas horas quentes se afigurou

(1) Ruy, discurso de 21 de Dezembro de 1921, *Novos Discursos e Conferencias* (colligidos por Homero Pires), p. 440, S. Paulo 1933.

incontestavel. Os estudantes da Politécnica improvisaram o seu batalhão, para salvar a Republica em Canudos. Euclides da Cunha entusiasmou-se com a definição: "A nossa Vendéa". "Como na Vendéa, o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império". (1) E correu a observar-lhe o revéz: para regressar com um grande livro esboçado e a convicção de que o "verdadeiro vencedor" seria... o mestre escola. (2) Os exaltados da rua do Ouvidor floream os cacêtes em busca de ultramontanos: e acabaram assassinando Gentil de Castro. Ouro Preto e seu filho, Afonso Celso, escaparam do mesmo atentado. Ao desembarcar o ministro da guerra, vindo da Bahia com batalhões triunfantes, o punhal e a pistola fais-caram de novo: mas, desta vez, dirigidos ao presidente da Republica, em cuja defêsa tombou morto o marechal Bittencourt.

Esse ultimo crime — em 5 de Novembro de 97 — serenou, como por milagre, a procéla intermitente.

O exercito comoveu-se, uniu-se, desfilou em continencia diante daquele martirio — oferta da honra militar á paz nacional. Prudente de Moraes diria dos jacobinos como Mirabeau: "não lhes adotei o romance, nem a metafisica, nem os crimes inúteis". Reprimiu, processou, acusou — revestido de uma energia possante. Foi nas compensações dessa reviravolta que a normalidade politica entorpeceu o irrequiêto espirito das ruas cariocas. Em 8 de Março de 98 um telegrama da ilha da Madeira noticiava — com brutal laconismo — a morte de André Rebouças. Suicidára-se — calcêta de sua saude, escravo — o impenitente abolicionista

(1) Artigo n'0 Estado de S. Paulo, 14 de Março de 1897, *Canudos* (Diário de uma expedição), p. 167, Rio 1939.

(2) Euclides, *op. cit.*, p. 26.

— do coração que se lhe rebentou no desterro voluntário e no desengano... Outros olhos agora, d'uma geração que tinha prêssa, discutia o progresso e pedia ordem, para o seu trabalho entusiasta — lêram, sem compreender bem a complexidade daquele caso, o telegrama de Funchal. A República aquiétara-se, financeira e equilibrada. Silvio Romero esbravejára: “O povo brasileiro tem feito contra essa politica apenas a guerra do tédio...” Reduzia-se a uma tranquilidade de recuperação, esgotando-se com o seculo — em 99 — as infaustas trepidações d'uma insurreição platônica. O seculo XX era como uma curva da estrada, que esconde o trajéto vencido e alarga para diante as perspectivas alagadas de luz...

ALGUNS VELHOS...

O ciclo das conspirações anti-republicanas encerrou-se talvez em 1900.

O conselheiro Domingos de Andrade Figueira absorveu, nessa fase de inquietação esporádica, a atenção um tanto assombrada do país: em primeiro lugar, porque não havia propriamente um "movimento" — ligado á opposição rude que se fazia a Campos Salles; em seguida — porque não se descobria, atraz da sobreca-saca do velho advogado, a sua legião pronta para o combate. Nesse caso — destaca-se um homem que luta, resiste, teima e ironiza, agigantando-se, na sua rebelião solitária, como se o martírio — ou o exemplo — lhe completasse o programa de ação. Não levou a sério a conjura descoberta; Ferreira Viana deu-lhe o título, num panfleto amargo, de "conspiração policial". As suas cartas a Campos Salles, escritas na prisão, foram ferózes: repisavam a "brincadeira do tal processo de conspiração", que envolvêra o major Pimentel, o Dr. Francisco de Góes, alguns sargentos... (1) O peor fôra a prisão.

"Descoberta, ele é chamado á policia. Nêga-se. Cercam-lhe a casa e arrastam-no á Chefatura, onde arrogantemente, com as vestes rôtas, sem chapéo, declara: Trouxeram-me o corpo e não a alma. Não depo-

(1) Cf. *O Império*, S. Paulo, 14 de Julho de 1900.

inho, porque não posso, não devo e não quero!" (1) Escusada violência — deu relêvo ao drama, d'outro modo "risível" (como Alcindo Guanabara o classificou) (2), dilatou-lhe os reflexos no espanto público, comoveu e provocou. Não se contem Ruy Barbosa que não escreva a Andrade Figueira — seu desafêto de outr'ora: "Nova Friburgo, 12 de Março de 1900... Só agora chega aqui a mala do dia. E o que, em presença da cêna inaudita passada hontem na casa de v. ex. senti, e estou a sentir, de indignação, horror e nôjo, só no artigo de amanhã para depois terei ocasião de exprimir, querendo Deus, porque estou doente, e por isso lhe escrevo por mão alheia: a de minha filha. Mas, numa coisa sou obrigado a apressar-me, da primeira vez na minha vida que lhe escrevo: em procurar este meio pessoal de comunicar-lhe a minha simpatia. V. ex. é advogado, jurisconsulto dos mais sabios: não carece de patrono. Mas, se, na sua causa, que é a da lei e da civilização da nossa terra, precisar de um auxiliar, de um servo, de uma coisa qualquer, que mereça a honra de estar a seu lado, dê-me as suas ordens". (3)

Este conforto era tambem um certificado.

O regimen não pereceria, sacudido pelos braços magros daquele Samsão decrepito.

Agradecendo a Ferreira Viana o folheto, definiase Figueira: "E' uma clava que Hercules jogou sobre esse processo de conspiração, que seria ridiculo se não fosse odioso e que o atirou ao nada, donde nunca devera ter saído". E traçava o seu itinerário: "A' semelhança do "batalhão sagrado" formado por Pelopidas

(1) Paulo José Pires Brandão, **Vultos do meu caminho**, p. 18, S. Paulo 1935.

(2) **A Presidência Campos Salles**, Política e Finanças, p. 130, Rio 1902.

(3) Ruy, **Cartas Políticas e Literárias**, p. 370, Bahia 1919.

e Epaminondas dentre trezentos jovens tebanos para a defesa da independência da pátria e da liberdade da Grécia ameaçadas, constituamo-nos centro das aspirações da mocidade brasileira, desgostada com as baixezas do presente e ávida de um melhor futuro para si e para a pátria! Empunhemos a pena. . .” (1) Afrontou o júri com a mesma insolência. “Senhores jurados. Não venho defender-me, venho acusar. Conspirei, conspiro e hei de conspirar, e quem não conspirará vendo a sua pátria em frangalhos como velo a minha?” Ouro Preto e Ferreira Viana sentaram-se ao seu lado, no banco dos réus. Foi absolvido por unanimidade. Saía coruscante de frases daquela provação — inconsequente. Os estadistas do passado conjugados pelo mesmo debate — de fáto tinham mudado. Em 1892 eram derrotistas; em 93 sibilinos, ameaçando, como Lamartine a Guizot, com “la révolution du mépris”; mas em 1900 optimistas, dum claro e remozado optimismo, propunham reformas, falavam da juventude e vaiavam cênas de pequena politica estadual acotovelando a descrença, espantando o desanimo que ia pelas almas republicanas. O seu monarquismo perdêra a atualidade e dispersára-se em generalidades. Pediam parlamentarismo, unidade nacional, representação; e uma tribuna. Ficaram aí. A exemplo de Chateaubriand, ao cair com os Bourbons que combatêra no trôno e cortejava na desgraça. “Nous ne lui devions que notre fidélité, elle l’a”. Ruy franqueou-lhes uma secção n’A Imprensa. Anotou, á margem da “Decada Republicana”, no trecho em que lhe imputavam o republicanismo do “Diario de Noticias” em 89. Então dêra uma coluna aos republicanos, como

(1) Carta de 21 de Malo de 1900, Pires Brandão. *op. cit.*, p. 21.

fazia agora com os monarquistas. (1) A seu ver, a Republica não podia ser menos tolerante do que o Império. Os anciãos, pelo menos, vibravam! Euclides da Cunha confidenciou a Coelho Neto: "De mim penso que uns restos de mocidade nacional estão nas mãos de meia duzia de sexagenarios dos bons tempos de outróra. Entre esses desfibrados e jóvens imbecis, tenho ás vezes vontade de perguntar a um Andrade Figueira, a um Lafayette e a um Ouro Preto se já fizeram vinte anos." (2)

*

* *

Havia uma compensação para aquele exilio: o conde d'Eu repatriára-se. Um quarto de seculo vivera a sua aventura tropical; cumpria agora á princêsa provar, por um prazo equivalente, o seu clima europeu. Os Orléans eram excelentes pessoas; porém o isolamento do conde de Paris em Stowe House, a velhice de Nemours, a doença da princesa Margarida — Czartoryska —, os revêzes politicos lhes punham n'alma uma tristêza invencivel. A admiravel geração que vira 1848 extinguia-se.

As portas de Paris, na sua "vila" de Boulogne-sur-Seine, Isabel e Gaston tinham sempre a companhia do duque octogenário. Aparentava uma resistencia perfeita; e continuava a dar aos gestos calmos a dignidade elegante d'um general do "ancien régime". Mas a morte da filha, em 24 de Outubro de 1893, prostrou-o, para nunca mais recuperar a sua sevêra energia. Ou-

(1) Exemplar na Casa de Ruy Barbosa, cm. por Americo Lacombe, devotado diretor do estabelecimento.

(2) Carta de 10 de Março de 1905, Francisco Venancio Filho, *Euclides da Cunha a seus amigos*, p. 154, S. Paulo 1938.

tros lutos concorreram para o seu crescente abatimento: a sobrinha Amelia de Saxe, filha da princesa Clementina; em junho o genro, príncipe Ladisláo Czartoryski; afinal, na paz do seu retiro, o chefe da familia.

Reuniram-se os Orléans á cabeceira do conde de Paris. Nemours achou-se lá com os filhos, o conde d'Eu e o duque d'Alençon, e o príncipe Emanuel d'Orléans, filho deste, representando as tres gerações que deviam testemunhar a sucessão da corôa numa antecâmara funebre. (1)

“O conde de Paris teve, como chefe da casa de França, e portanto pretendente á corôa de França, o defeito de não possuir senão virtudes”. Nesse necrologio de Eça de Queiroz ha o consenso da Europa: dir-se-ia que a raça de Enrique IV, não devendo reverdescer em soldados rijos — pois seria anacrônico — renovava-se em flôres de santidade. Corria-lhe o dever do exemplo, uma especie de profissão de virtude, de larga lição moral que substituisse os progrâmas politicos, já sem éco. Os varões do sangue de Luiz Felipe morriam admiravelmente.

(1) René Bazin, *Le Duc de Nemours*, p. 553; YJ. D'Ysné, *Duc d'Alençon*, p. 168.

A "MOCIDADE TEMERARIA"

Em 1896 o clarão d'uma alegria real consolou a decrepitude do duque de Nemours, já impossibilitado de viajar, de associar-se á festa dos netos: o casamento de Vendôme — o jóven Emmanuel d'Orléans — com Henriquêta da Belgica, em Bruxellas. Foi em Fevereiro. Em Abril uma febre perniciosa prendeu-o ao leito; em junho não mais esperava levantar-se. Conseguiu sempre pôr-se de pé; e quiz recolher-se a Versalhes, ao hotel des Réservoirs, onde ocupou os aposentos em que estivera D. Pedro II. (1)

Para a condessa d'Eu a enfermidade do sôgro nesse logar repleto de recordações do pae era uma reprodução — de dôres e saudades que o tempo não consumira. Expirou a uma da manhã de 26 de Junho, cercado dos parentes, o bispo de Versalhes ajoelhado, concordando todos com a sentença do prelado: "C'est la fin d'un juste". D. Pedro II morrêra assim. A cerimonia do sepultamento realizou-se em Dreux, em 1.º de Julho. Abriam o cortêjo o duque de Chartres, representando o duque d'Orléans que, em Marienbad, comunicára o falecimento do tio-avô ás côrtes européas; o conde, a condessa d'Eu e os tres filhos; d'Alençon e Vendôme; os principes de Joinville, o duque de Penhièvre, o conde de Bourbonloulon em nome de Ferdinan-

(1) R. Bazin, *op. cit.*, p. 556.

do da Bulgaria. Em Dreux reluziam os principais escudos de França. Havia também delegações patrióticas. Velhos oficiais das campanhas d'Africa, á roda do duque d'Aumale. Sobreviventes d'um passado tormentoso; expoentes d'uma politica pertinaz. Quando a lousa sepulcral lhe selou — naquela cripta realenga — o sarcophago de marmore, foi como se um livro se tivesse fechado, com as páginas brancas esmagadas por uma capa de pedra: o livro do seculo XIX.

Em 4 de Maio do ano seguinte, um acontecimento terrível novamente enlutou os Orléans: o incendio do Bazar da Caridade, em que se experimentava um cinematografo. A maravilhosa máquina ardeu, e, com ela, as bambinelas dum quiósque, os sarrafos d'um pavilhão, logo as construções de madeira, o Bazar todo. A duqueza d'Alençon, sitiada pelas chamas na sua barraca, quiz que salvassem primeiro as crianças; e, desaparecendo na fumaça e no fôgo, ainda respondeu á angustia duma religiosa que lhe estendia os braços em desespero: "Dans quelques instants nous verrons Dieu: le ciel!". (1)

O duque viuvo desejou meter-se num convento.

Nesse mesmo ano de 1897 o conde d'Eu resolveu fazer a volta ao mundo: numa prolixa viagem do plano "Cook" — encetada em Outubro — "completaria a educação para o resto dos seus dias". (2) Isabel — em 6 de Dezembro — escreveu a seus amigos do Brasil: "Vamos bem, apesar da tristeza que nos causa o estado do nosso infeliz País". (3)

(1) D'Ysné, *Duc d'Alençon*, p. 165.

(2) A. Rangel, *op. cit.*, p. 413. Publicou "*Journal d'une promenade autour du monde en 118 jours*". Como um personagem de Jules Verne.

(3) Carta ms. no arq. de J. Alfrêdo.

O Príncipe — após a morte do pae — puzéra em bôa ordem os seus negocios. Apuradas “as sucessões de D. Tereza Cristina, de D. Pedro II e do duque de Nemours”, comprou a sua deliciosa casa de Boulognesur-Seine.

Dos havêres do Brasil recebera pouco. Uma pedreira que lhe custára 200 contos, pudéra vender por 600, pagando logo as dividas, 500 contos ao Banco do Brasil, 30 ao Banco Nacional e 24 da Mordomia; na Europa, viu apenas 46 contos. Ficavam-lhe mais a casa de Petropolis, alugada por 8 contos anuais, uma á rua do Marquês de Abrantes, por 6 contos, outra á rua de S. Pedro, por 2:400\$. Fôra tudo. (1) Em 1905 completou um antigo ideal, adquirindo o castelo d’Eu, tempos antes danificado por um grande incendio. Era a propriedade do seu nome, um ambiente para o seu inverno, com a vantagem de poder juntar aí as suas colleções, os papeis de D. Pedro II, as suas télas, as reliquias brasileiras que lhes lembrassem — á princesa e a ele — o Paço Isabel, as modestas galerias de S. Cristovão e o seu lar na serra. Entretanto no castelo d’Eu, foi como uma “restauração”, (e uma reconstrução...), á sua moda, do seu espirito de Orléans, do seu orgulho rácico: exilado na infancia, confinado mais tarde em terra extranha, pelo menos teria, para os ultimos dias, o abrigo do seu palacio-patronimico, por sinal um dos mais notaveis de França.

A princêza regozijára-se (escrevendo a João Alfredo, em 27 de Junho de 1905): “Terá certamente sabido que Petropolis é todo nosso, que os sobrinhos acabaram-se por ter juizo. Esta solução deu-me muito prazer.” (2)

(1) João Brígido, *O Conde d’Eu*, p. 29.

(2) M. no arq. citado.

A “vila” de Boulogne-sur-Seine foi, por cinco lustros, a mais brasileira casa de Paris.

Acessível a quantos vinham da Pátria, constituiu um campo neutro para as opiniões e as lembranças da terra comum: e pôde dizer-se que os cartões que lá deixavam os ricos patricios em trânsito constavam dos seus hábitos de viagem como a visita á Torre Eiffel ou o desfile obrigatório, pelos Invalidos. A princesa recebia com simplicidade e o conde d’Eu sempre comovido, a perguntar por muitos personagens do seu tempo e achando jeito de falar em “Perribebúe”.

Em 13 de Julho de 1901 — tiveram uma surpresa patriótica.

Perto da “vila”, num estrondo de queda, sobre os castanheiros do parque de Edmond de Rothschild, abatera-se a aeronave em que Santos-Dumont disputava o premio Deutsh. Prodigiosamente, o rapaz salvára-se agarrado a uma alta rama de árvore. A princesa mandou-lhe o almôço — para que o comesse mesmo no seu galho de castanheiro — e o convite, para que a fosse vêr. Santos-Dumont substituiu a gravata encarnada por um lenço de sêda — nada de simbolos jacobinos! — e apresentou-se á condessa d’Eu, que o animou:

— Suas evoluções aéreas fazem-me recordar o vôo dos nossos grandes pássaros do Brasil. Oxalá possa o senhor tirar do seu propulsôr o partido que aqueles tiraram das próprias azas e triunfar, para glória da nossa querida pátria.

Deu-lhe depois uma medalha de São Benedito “que protege contra accidentes”.

O “pae da aviação” suspendeu-a a uma pulseira de que não se separou mais. (1)

(1) Vd. Santos-Dumont, *Os Meus Balões*, trad. de Miranda Bastos, p. 157, vol. 12 da *Bíbl. de Divulgação Aeronáutica*. A carta da princesa é singela: “1.º de Agosto de 1901.

Distribuiu outróra condecorações...

As medalhas devotas amparavam, confortavam, se-
cavam muita lágrima furtiva.

Só não faziam esquecer.

No ano anterior escrevera uma carta que era quasi
um enigma :

"8 de Abril de 1904. Meu prezado Conselheiro Sr.
João Alfredo. — A Baronêsa de São Joaquim é de to-
da minha confiança. Ela lhe falará. Desejaria muito e
muito que viesse ver-me logo que lhe for possível, a
menos que objeto de maior importancia ainda, o re-
tenha lá. Desejaria tambem que estivesse convenci-
do de que não faço absolutamente questão de minha
pessoa. Outro mais moço poderá estar mais no caso
de ser útil, e se não soltei as rédeas já é porque a
mocidade póde ser temeraria. Lá vão o que devam
fazer convencidos de que ninguem de minha familia
poró obstaculo ao que fôr para o bem do país. Creia
sempre em toda minha amizade e toda minha con-
fiança. Isabel condessa d'Eu." (1)

Tratava-se do "pretendente".

"Outro mais moço", "a mocidade temerária" —
era por certo o segundo filho.

Os seus rapazes, concluidos os estudos, tinham
iniciado no exercito austriaco — como o duque de Ven-
dôme — a carreira das armas. D. Pedro e D. Luiz che-
garam ao posto de capitão. Este não iludira o precep-
tor, quando, enfezado, lhe batia o pé. Emquanto o mais
velho ambicionava uma vida harmoniosa de viagens,

Senhor Santos-Dumont. Envio-lhe uma medalha do São Be-
nedito, que protege contra accidentes. Aceite-a e use-a na cor-
rente do seu relógio, na sua carteira ou no seu pescoço. Ofere-
ço-lha pensando na sua boa mãe e pedindo a Deus que lhe
socorra sempre e lhe ajude a trabalhar para a gloria da nossa
pátria. Isabel, condessa d'Eu".

(1) Ms. no arq. de João Alfredo.

de tranquilidade íntima, de renúncia ás atitudes teatrais — o outro ardia em sonhos de aventura e luta. Tomaria o lugar do irmão, se lho dêsse; substituiria a mãe, resolvida de muito a “soltar as rédeas”; daria que falar de si.

Começára dous renomes simultaneos, de alpinista e literato, a investir o Monte Branco em Setembro de 1896. Não se contentara em escalar as galeiras com a sua fome de emoções, a atração das alturas, que fazia pensar em O. Pedro I arriscando a vida no tôpo do Corcovado — vaidoso de sua proêza. O primeiro livro situou-o entre os escritôres de assuntos exóticos, de paizagens rebarbativas. (1) A guerra dos boers seduziu-o. Foi conhecer em Moçambique e no Zanzibar o drama colonial: e caçou, com os zulús. Perseguiu-o um simbolo irônico, em que se revia talvez — na sua imaginação quente e insatisfeita: o Tartarin, de Daudet. Evocou-o uma vez nas grimpas alpinas: e não se esqueceu de contemplar, na selva, o boabab... (2) O príncipe D. Pedro realizára uma bela viagem pela Asia. O beriberi atacou-o no Himalaia. Esteve á morte: porém não se arrependeu do imenso passeio. D. Luiz palmilhou os mesmos trajétos em companhia de Henri de La Tour d’Auvergne. Foi, por terra, da India á Europa — em 1902. Atravessou civilizações hostis, panoramas lamentaveis, velhas capitais, contente de “ces jours heureux d’initiative et d’indépendance” (3). Nestas palavras vigorosas retratava-se — com a sua ânsia do desconhecido, o seu arrebatamento e a sua insubmissão.

(1) Louis d’Orléans, *Dans les Alpes* (1896-1898), Paris 1900.

(2) Louis d’Orléans et Bragance, *Tour d’Afrique*, Paris 1902.

(3) Louis d’Orléans et Bragance, *A travers l’Hindo-Kush*, p. 423, Paris 1906.

Em 1904, ia ser oficial em Presburgo.

A princesa insistiu, ainda misteriosa:

“Meu prezado Conselheiro Sr. João Alfredo,

“A Condessa Monteiro de Barros lhe dirá toda a vontade que tenho de vê-lo e conversar com o senhor. Venha o mais breve possível. Sinto muito que sua viagem tivesse sido adiada. Terei tanto prazer em torná-lo a ver! Creia em toda minha amizade. Isabel condessa d’Eu. — Depois d’escrita esta conversei com o S. e acrescento: venha se sua presença não fôr útil lá”. (1)

O Conselheiro empreendeu a viagem.

Não transpirou a combinação acertada, as impressões trocadas naquele socegado recanto de Boulogne-sur-Seine.

Em 1906, porém, um frémito de irritação politica québrava o gêlo d’uma alma repousada, aquecia-a num instante de vibração intempestiva.

“16 de Agosto de 1906. Meu prezado Conselheiro. Como sempre venho abrir-lhe meu coração em momentos angustiados. Vi nos jornais a proposta da trasladação dos restos dos meus queridos pais! A idéa é de justiça, mas falta-lhe tacto; façam a restauração que para lá com certeza irão. Uma lei de levantar banimento não poderia ser aproveitada por mim pessoalmente nas circumstancias atuais e durante minha vida não me poderia resignar a deixar ir para longe de mim os restos daqueles que tanto amei e amo e perto dos quais ainda posso ir rezar! E’ um grande constrangimento para mim a idéa pois teria de responder negativamente. Creio bem lembrar-me de que já falei-lhe nisso aqui (em Paris) e que o senhor mesmo foi de opinião que tal consentimento não poderia eu dar sem restauração. Esta carta é para o senhor só, mas dela se poderá apro-

(1) Ms. no arq. citado.

veitar caso o julgue necessário. Sabe bem toda a confiança que tenho no senhor, e também quanto sou sua amiga muito de coração — Isabel condessa d'Eu." (1)

Afonso Arinos de lá escreveu a Martim Francisco — em 26 de Janeiro de 1906: "Estou certo de que os principes aprovam com fervor o programa de disputar eleições. Aqui, no dia da eleição do Fallières, um deputado monarchista (ha nas duas Camaras cerca de 80) telegrafou ao duque de Orléans do proprio palacio de Versalhes..." E interrogava, estouvado: "Porque razão os monarchistas daí não deixam de parte o platonismo e entram em ação pacifica como a campanha eleitoral ou violenta, quando fôr oportuno?" (2) Esta idéa de ação a todo preço, de oportunismo e "golpe" — não mais da "majestosa reserva e pasmaceira" — empolgou em Boulogne-sur-Seine "a mocidade temeraria".

Arriscou-se no ano immediato: entre os sustos da princêsa, a surpresa enternecida dos velhos conselheiros, uma viva curiosidade dos jornais. Em 3 de Março de 1907 participou Isabel a João Alfredo, "nos é impossivel impedi-lo de fazer viagem ao Chile passando pelo Brasil". A resposta foi um estimulo: "Temos homem". Guardou-se grande segredo sobre a viagem de D. Luiz. "O governo segundo afirmações do barão do Rio Branco ao cons. Barros Barreto, tomaria reservadamente todas as medidas para a segurança individual de S. A.". Era "governo fraco mas bem intencionado". Em 2 de abril — o aviso da princesa: "O viajante parte daqui pelo vapor do Pacifico no dia 14. Prometeu-me fazer o que os senhores acham possivel". (3) Alcan-

(1) Ms. no arq. citado.

(2) Martim Francisco, *Contribuindo*, p. 24, S. Paulo 1921

(3) Ms. no arq. J. Alfredo.

çára-lhe este compromisso: não se excederia, em infan-tilidades; ouviria o diretório monárquico; teria juízo. Temia-lhe exatamente as alternativas de paixão e melancolia. . Em 4 de Maio de 1909 pediu ela a João Alfredo “obter de seus colegas alguma cousa que acalme o Luiz e ao mesmo tempo não o deixe cair em desani- mo. Ele está cheio de bôa vontade para trabalhar por nossa causa”. (1) Mas a viagem foi infrutífera: melhor, produziu um belo livro, “Sous la croix du Sud”. O go- verno obstou-lhe ao desembarque. No escritório de Ouro Preto — informa João Alfredo (2) — chegára-se á conclusão de que um pedido de “habeas corpus” seria denegado.

O presidente Penna tivéra de ouvir Ruy Barbosa, cuja resposta foi cabal: dependia de lei a relevação do banimento. “Se hoje não ha mais risco algum (e me parece que não haverá) em acabar com semelhante ex- ceção, á representação nacional compete decidi-lo.” Porque a Constituição proibia o banimento “judicial”, e aquele fôra “político”. (3) Na limpidez desse comen- tário falava a exegése histórica: primeiro, o ato do Con- gresso que o revogasse! A imprensa discutiu nervosa- mente o incidente — enquanto o moço, de bordo, in- vestido por uma onda de amigos, contemplava comovi- damente a terra natal. As manifestações fizéram-se ali, num desfile de gente de outr’ora, de veteranos do Para- guai, de titulares do Imperio arrimados a suas bengal- las, mais numa despedida do que num acolhimento. Aquele ardente rapaz, tão confiante em si — chegára- lhes demasiadamente tarde. O barco seguiu viagem,

(1) Ms. no arq. citado. A princesa telegrafou-lhe, 15 de Maio de 1907: De Boulogne-sur-Seine. Feliz e muito agrade- cida por telegrama agradeço do fundo d’Alma recepção feita a meu filho, Isabel.” No mesmo arq.

(2) Ms. no arq. J. Alfredo.

(3) Maio de 1907, Ruy, *Cartas Políticas e Literárias*, p. 85.

com o “pretendente” disposto a tentar algum dia a sorte, revelar-se uma vez, agitar-se pelo menos, numa ação diréta. Limitou-se a um manifesto — e á correspondencia de poucos, na obsessão de sua quiméra, desvanecida muito cêdo.

As letras foram-lhe mais propicias que a politica. O escritôr devia vencer o principe.

Herdára do pae a má estrela — e da mãe o condão de uma ascendencia mistica, que se reduziu a um epíteto. Ariel, a correr mundos... Não é de admirar que preferisse emfim — a uma cadeira de deputado como Luiz Napoleão — uma poltrona acadêmica como os duques de Richelieu.

Assim o percebêra Euclides da Cunha — e avisára a Escobar — republicano como ele, da velha guarda: “Um contraste: depois de receber a tua carta, irei responder outra — do principe D. Luiz de Bragança!... Recebi-a ha dias. Tem oito páginas massiças, escritas num portugûes impecavel e surpreendente. Não preciso dizer-te que ela não me fére a integridade republicana. D. Luiz é sobretudo escritôr. Escreveu ao adversario político — ele mesmo o observa — obedecendo apenas ás afinidades de temperamento. De qualquer modo é um compatriota que estuda as nossas coisas e que ama o Brasil. E como, ao mesmo tempo, parece-me ter lucidez bastante para compreender que a missão de sua dinastía está completamente acabada, irei responder-lhe desafogadamente”. (1)

Apenas o seu estilo francês mascarava uma inquietação irremediavel. “Naturalmente preferiria agir a falar — comunicou, em 1913, a Martim Francisco; a nossa atmosfêra está saturada de palavras. Mesmo os admiraveis discursos de Ruy já não produzem a menor

(1) Carta de 10 de Abril de 1908, Venancio Filho, *op. cit.*, p. 207.

impressão. Precisamos de atos, mas quais? A conclusão do meu manifesto não é um méro hyperbole. Se fôr para o bem do Brasil, estou pronto a arriscar a péle na primeira ocasião que se apresentar; mas onde encontrar essa ocasião? A distancia e o "terror das responsabilidades" são obstaculos quasi insuperaveis. Emfim, quando precisarem de mim, bastará um simples telegrama. Não imagina quanto me custa ficar aqui, de braços cruzados, quando penso que um punhado de homens decididos bastaria para arrancar a Pátria das garras dos aventureiros que a exploram." E n'outra corrente de idéas: "Ainda não sei qual será a sua attitude na questão de candidaturas. Quanto a mim, julgo ambos os candidatos "indesejaveis"; mas a ter de optar, optaria pelo Ruy, cujos partidarios representam o elemento mais são e de maior prestigio no país. Parece-me mesmo que poderíamos aproveitar o momento para um acôrdo com os proceres desse grupo, afim de conseguirmos um esforço comum pela restauração, logo após as eleições presidenciais". (1) Nem platonismo, nem acomodação. Oscilava nele o calculo, entre o caudilho e o politico; com vontade de saltar de sabre em punho n'alguma praia do Brasil, como um paladino, e todavia inclinado para um acôrdo, que lhe poupasse a alucinação. Procurava pescar, nas turvas aguas da crise brasileira. Ruy, invectivando as "salvações", ou intervenções violentas nos Estados, desse periodo de desordens em série, escreveu ao senador José Marcelino: "Se um novo Monck se propuzesse a restabelecer entre nós a monarquia, como andam tão alvoroçados em crêr os fiéis desse regimen, com esse presente, que de antemão e de mão beijada lhe fazemos, estaria aberta

(1) Martim Francisco, *Contribuição*. ps. 20-1 (Carta de 11 de Setembro de 1913). Fala do príncipe em Montreux, Rodrigo Octavio, *Minhas Memórias dos Outros*, última série, 302.

a estrada, para, pelo desmonte da autonomia dos grandes Estados, se ir ter á centralização e ao trôno". (1)

Martim Francisco elegeu-se deputado em 1910.

Para combater, trançar, confundir? Parece que menos: para sorrir... — Opôr-me-ei com todas as forças ao seu reconhecimento. Constituiria sanção de verdadeiro escandalo eleitoral! — gritou-lhe um colega, seu adversario.

E o Andrada, muito sério:

— Quão diverso o proceder do Sr. seu illustre Pai! Néga-se o meu inimigo ao ato generoso com que o seu digno Progenitor o beneficiou: o reconhecimento!

A sua dialética fôra a "blague", a sua clava — o humorismo, e de resposta ao partido official tinha sempre pronta, como um petardo num ramalhete — a sua pilhéria.

— A Republica tudo perdeu, menos a honra!

Os assistentes assombraram-se, com esta declaração. Mas acrescentou — feroz:

— Ninguem perde o que nunca teve!

Estrugiu a gargalhada. (2)

O "saudosismo" bifurcava-se — nas lamúrias de vários Jeremias e no riso de alguns sarcastas. Refugiava-se em anedótas. Deslisava em ditos de espirito. E perdia-se no nada.

D. Luiz desambainhou a espada: mas n'outros climas de pelêja e sacrificio.

A guerra européa entreteve-o, desviou-o de sua obsessão partidária, cobrou-lhe com avareza o seu débito de Orléans e os seus compromissos de descendente de Enrique IV.

(1) Carta de 11 de Agosto de 1910, *Cartas pol. e liter.*, p. 194.

(2) Afonso Taunay, Martim Francisco III, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*, XXXI, 13 (1936).

UM DEVER FINAL

1908 foi um ano fausto para o castelo d'Eu. Casaram-se D. Pedro e D. Luiz — em Novembro. Desistiu D. Pedro em favor do irmão os seus direitos á sucessão da corôa — em Cannes, a 30 de Outubro. No dia 14 consorciou-se em Versalhes com Maria Elizabeth Adelaide, condessa Dobrzensky de Dobresenicz. (1) Uniu-se D. Luiz á casa de Duas Sicilias, que fôra de sua avó, e do tio Aquila: em 4 do mesmo mês desposou a filha de Afonso, conde de Caserta e chefe da familia — Maria Pia de Bourbon Sicilia. (2).

Para a princesa Isabel era o fim de sua delicada missão de mãe. Encarava agora com mais serenidade o ultimo devêr de filha: a repatriação dos restos mortais que em S. Vicente de Fóra aguardavam, num lugar de empréstimo, essa justiça tardia.

Puzêra-se a pensar na morte.

Fez testamento em Boulogne-sur-Seine, a 10 de Janeiro de 1910. Sem deixar cair da pênna uma palavra

(1) São filhos do príncipe D. Pedro e da princesa Elizabeth: D. Isabel (13 de Agosto de 1911), actual condessa de Paris; D. Pedro Gastão (19 de Fevereiro de 1913); D. Maria Francisca (8 de Setembro de 1914), nascidos no castelo d'Eu; D. João (15 de Outubro de 1916) e D. Tereza Maria (18 de Junho de 1919), nascidos em Boulogne-sur-Seine.

(2) Teve tres filhos: D. Pedro Henrique (13 de Setembro de 1909); D. Luiz Gastão, falecido aos dez anos de idade (1911-1931); D. Maria Pia (4 de Março de 1913), nascida, como seu irmão mais velho, em Boulogne-sur-Seine.

política, um sentimento estranho á contricção de sua alma cristã desapegando-se das vaidades humanas. “Eu, abaixo assinada, Isabel, condessa d’Eu, tendo resolvido fazer o meu testamento, faço-o pelo modo seguinte. Quero morrer na Religião Católica, Apostolica, Romana, no Amôr ‘de Deus e no dos meus e de minha Pátria”. (1)

Renunciára, nas mãos de D. Luiz, (2) a sua reivindicação esmaecida no desinteresse e na paciencia da velhice muito preenchida com as obras pias:

Insinuára-se em tempo uma mediação del-rei D. Carlos, convidado para visitar o Brasil — quanto á revogação do exilio.

Opuzéra-se, numa desaprovação incisiva: Não! Fô-ra humilhante e inutil. (3)

Pobre rei — não faria a sua bonita viagem! Chamára ao poder João Franco “já um pouco tarde”, como escreveu Ramalho: á semelhança de Ouro Preto no ultimo ato do espetaculo imperial. Aquele reinado, que coincidira com o destronamento de D. Pedro II, enlaçado de guirlandas quando humildemente se depunha em S. Vicente o corpo da Imperatriz Tereza Cristina — acabou numa tragédia sem par. Arcabuzados na via pública D. Carlos e o príncipe real — com eles praticamente se extinguiu a monarquia: entre o regicidio e a revolução de 5 de Outubro a república se impôz, e dominou. Isabel assustou-se — compungida. Os Orléans choravam a desdita da rainha Amelia e do seu filho;

(1) *Jornal do Comércio*, 19 de Novembro de 1921 (apresentado pelo cons. Silva Costa após o falecimento da princesa).

(2) João Alfredo “me disse um dia que continuava a considerar D. Pedro o legitimo sucessor da Princesa Imperial por não haver sido feita sua renuncia perante a representação nacional...”, Oliveira Lima, *Memórias*, p. 86.

(3) Ms. no arq. de J. Alfredo.

mas a princesa temia por outra corôa. A corôa de madeira doirada que na cripta de S. Vicente guardava os despójos amados. E' de 14 de Outubro de 1910 esta carta para o seu confidente:

“Meu prezado Conselheiro. — Estamos tão longe que é necessário prevêr as cousas muito de antemão. A triste revolução de Portugal nos fez revivêr Novembro de 89 e ao mesmo tempo dá-me a pensar, anciosa, sobre os queridos restos mortais de meus queridos Pais. Ficam eles em Lisbôa á mercê de quem?! Não julgo uma contra-revolução provavel, pelo menos tão cêdo. No estado atual das cousas não será mais acertado irmos visitá-los em Lisbôa, sobretudo não sabendo de quem vão depender. O senhor sabe que até agora julguei durante minha vida não me ser possível separar-me de tumulos tão caros deixando-os á mercê da republica. Aliás tenho mais confiança na maneira de proceder da republica do Brasil do que na de Portugal. Eis o que pensei: esperar um pouco e vêr no que dão os acontecimentos. Mas tudo póde precipitar-se e o que deva eu fazer?! Por isso peço-lhe seu conselho e que se entenda bem reservadamente com os Chefes a respeito. Chegará a ocasião de eu aceder á idéa que lá formularam?! N'esse caso julgo talvez necessario um pedido formal (custar-me-ia tomar uma decisão a não ser assim) e regularizar-se bem a maneira por que a trasladação tivesse de ser feita. Com quem nos entenderiamos para rehver nossos caros defuntos?! O senhor avaliará bem minhas preocupações. Peço-lhe que como sempre me ajude a tomar a decisão mais ajuizada, e como sempre creia em toda minha confiança e amizade. — Isabel, Condessa d'Eu”.

ⓘ O apêlo do Diretório Monárquico foi redigido com eloquencia; respondeu-lhe — em 8 de Agosto de 1911 — que consentia fossem os ataúdes imperiais para a

Catedral, se a igreja de Petropolis ainda não os comportasse. (1)

Mas a João Alfredo, que aceitára a direção do Banco do Brasil, replicára com firmêza: Não se doêsse das censuras. “Estou convencida de que se esse cargo viér a trazer-lhe compromissos contrários ás suas convicções retirar-se-á. Por enquanto muita abnegação e paciencia.”

Soubesse tambem: os netos enchiam-lhe de encantos a sua paz sem ambições. “Os avós têm um amôr especial pelos queridos netinhos”. (2)

Continuava igual a si mesma, atenta ás cousas de sua saudade, vigilante apesar de abdicatória — e entregue toda áquella geração que despontava. O tempo, que parecia não correr, nas remotas galerias do seu castelo, ia devagar, um após outro, derrubando os generais de sua causa, os advogados do seu privilegio. Os “chefes”, como lhes chamava — estado maior sem exercito, cujo capitão jóven, D. Luiz, não podia fazer-se bem compreendido deles — desapareciam do cenário em que já eram sombras ou reliquias. Tinham realizado, no ostracismo, a politica inofensiva da abstenção, a severa conspiração do silencio e morriam aureolados de lendas. Sobreviviam na dextreza de sua ironia. Ficára-lhes o exemplo. Crearam um tipo, de velhice descontente, a cuja passagem, na rua do Ouvidor, os transeúntes abriam alas com respeito. Ouro Preto, com as alvas suizas de estadista da epoca vitoriana; Lafayette com o sarcasmo engatilhado no sorriso leve; Figueira de

(1) Ms. no arq. cit.

(2) Carta de 8 de Agosto de 1911: “Estou á espera do terceiro neto filho do Pedro. Junto envio-lhe uma fotografia minha com meus netos do Luiz. Pedro Henrique cada vez se desenvolve mais e é criança intelligentissima. Os avós têm um amôr especial pelos queridos netinhos”. (Ms. no mesmo arq.).

calças brancas, o “frack”² póido nas mangas, simbolicamente a sua capa de Antisthenes — imponente na sua invalidez, temível na sua altivez agreste... João Alfredo confessou uma vez: — Se não fosse a família, o meu sonho seria acabar frade mendicante. (1) Esses juriconsultos transitavam para o tumulto com um passo soberbo — como se seguissem para o parlamento, a defender o seu progrãma. Este — era a sua coerência. Quando faleceu o visconde de Ouro Preto, Ruy Barbosa escreveu uma carta vibrante ao filho: honrava-lhe os funerais a “veneração de todos os brasileiros”. (2) Bastára-lhes esse prestígio — e esse prêmio. Os ruidos da crise nacional abafavam outras vózes, perdidas numa agitação crescente.

1914 raiára esperançoso — para o Brasil e para o mundo. Foi entretanto o ano da hecatombe.

De Agosto de 14 a Novembro de 18 um pensamento só dominou os Orléans e — no castelo d’Eu — a família exilada: a vitória francesa. Preteriu todos os interesses. Sobrepôz-se ás conveniencias pessoais. Foi uma fórmula de pagamento: Isabel e os filhos retribuíram lealmente ao país que os hospedava a graça e a ternura do agazalho. Agora, os campos de batalha chamavam a juventude; e atraz das linhas de fogo havia ocupação e logar para os marechais invalidos e as damas caritativas.

(1) Tobias Monteiro, **Pesquisas e Deprimentos**, p. 180.

(2) Carta de 24 de Fevereiro de 1912, **Cartas Pol. e Lit.**, p. 238.

EPILOGO

D. Luiz e D. Antonio alistaram-se no exercito inglês. O conde d'Eu enfiou no braço a insignia da Cruz Vermêlha. A invasão estrugia, como um oceano que tivesse rebentado os diques belgas, e levando no seu impeto as defêsas, as fortalezas, os exercitos, só devesse québrar-se de encontro ás arestas de Notre Dame, nos cáes de Paris. Mas, entre 6 e 12 de Setembro, a batalha da Marne a desviou do seu rumo. De novo, naquela planicie histórica, os destinos do mundo se jogaram com fúria: venceu Joffre. Os primeiros feridos chegaram a Abbeville no dia 8. A guerra aproximára-se do castelo d'Eu. O velho castelão empunhou uma baioneta de guarda-civico; e apresentou-se, para a sua ronda noturna, como um soldado de 70 que ainda podia abrir fogo sobre o inimigo. (1) Não foi preciso. A vitória da Marne assegurára-se, em 10 de Setembro, com o exito do 6.º exercito, em l'Ourcq. (2) Seguiu-se a "corrida para o mar". Depois, os beligerantes se recolheram ás trincheiras e a "usura" da terra, a dissimulação no sub-solo, o canhoneio cêgo não lhes permitiram mais as belas manobras do tempo em que os

(1) A. Rangel, *op. cit.*, p. 314.

(2) José Roussel-Lépine, *Les Champs de l'Ourcq*, p. 187, Paris 1919. — O Conde d'Eu escreveu "Voyage au quartier général de l'armée britannique en France de 12 au 19 Septembre (*Courses du Front*, 1915-1917).

dragões de capactes reluzentes se misturavam com as infantarias de penachos vermelhos, dos quadros românticos... D. Luiz d'Orléans e Bragança conheceu esses contrastes desde 23 de Agosto de 1914 a 15 de Junho de 15.

Ainda em Junho de 14 D. Luiz não acreditava na guerra.

Acariciou então um sonho — encorajado por seus confidentes do Rio de Janeiro. Vagára-se na Academia Brasileira, por morte do almirante Jaceguay, a cadeira de Casimiro de Abreu. Candidatou-se. A Ruy Barbosa, presidente da Academia, escreveu com veemência: "Habitado a considerá-lo como o campeão infatigável das liberdades publicas no nosso país, espero que V. Ex. não negará a um exilado o favôr e a honra que ele solicita" (1). A missiva foi transmitida ao destinatário por Rodrigo Octávio (cujas conferencias na Sorbonne, em 1913, o principe ouvira com interesse)(2). Não lha respondeu Ruy. Goulart de Andrade venceu o

(1) Ms. no arq. Ruy Barbosa.

(2) Devemos ao ministro Rodrigo Octávio a comunicação das duas cartas que, por igual motivo, lhe escreveu D. Luiz: "Boulogne-sur-Seine, 12 de Julho de 1914. — Prezado Dr. Rodrigo Octávio. — Como o Snr. sabe, sou candidato á cadeira de Casimiro de Abreu, vaga na Academia de letras pela infausta morte do nosso glorioso Jaceguay. — Creia o Snr. que muito hesitei antes de enviar a minha carta de apresentação. Se por fim julguei conveniente ceder ás instancias dos meus amigos, não foi por muito presumir do valor de minha obscura obra, nem da minha posse do nosso belo idioma, mas para manifestar o meu desejo de trabalhar com os mais illustres representantes da nossa cultura pelo brilho das nossas letras e pelo progresso intelectual do nosso caro Brasil. — Impossibilitado infelizmente pelas contingencias politicas de fazer-lhe, como eu quizera, a minha visita de apresentação, sirvo-me deste meio para cumprir tão grato dever e solicitar a honra do seu voto no meu nome. — Não ignoro as suas convicções republicanas, mas conhecendo tambem a sua imparcialidade e a sua mente generosa, bem sei que essas convicções jamais influirão no seu espirito, para o julgamento do valor litterario d'um candidato. — Aproveito o ensejo para testemunhar ao illustre jurisconsulto, cujas luminosas conferencias ficaram gravadas na minha memoria, os meus protestos de elevado

prélio acadêmico. (1) Um poeta, aos 34 anos de idade, ficava bem — na poltrona de Casimiro, o vate nostálgico: recebeu-o Alberto de Oliveira. No ano seguinte voltou o “exilado” a corresponder-se com o seu notavel patricio.

Em 9 de Junho de 1915... “Escrevo estas linhas no Quartel General do 1.º Exército Britânico, ao som grandioso dos 1.800 canhões que, á nossa direita, os francêses concentraram ao norte de Arras. Hoje mesmo foi-me dado percorrer o campo de batalha dos recentes combates de Casency e Albain St Nazaire. Visão sublime e no mesmo tempo horrorosa! Se por um lado meu atavismo militar me predispõe a compartilhar as emoções guerreiras do ambiente em que vivo, a minha razão não me ilude sobre a barbara inutilidade de tamanhas carnificinas. Voltando da minha expedição e deparando nos jornais recebidos, com o vulto de V. ex., surgiu-me na memoria, com particular intensidade, o brilhante papel desempenhado na conferencia da Haia, pelo nosso inclito representante. Reunião illusória, dirão alguns. Que os acontecimentos não tardaram a ridicularizar! Tentativa sublime, direi eu que, teria poupado a vida a milhões de seres humanos, se os algôzes da Europa já não estivessem decididos a en-

apreço e sincera simpatia intelectual. — Creia-me sempre seu patricio e admirador — Luiz de Orléans e Bragança”.

“Urlacq, 5 de Julho de 1915. — Prezado Dr. Rodrigo Octavio. Além dos predicados inegaveis do meu concorrente considerações de ordem meramente politica tornaram impossivel a minha vitória na ultima eleição da Academia de Letras. Não quero porem deixar de lhe agradecer a grande honra que o Snr. me fez dando-me nessa ocasião o seu valioso voto. Se o numero dos meus partidarios foi reduzido, posso pelo meros, creio, orgulhar-me com o valor representativo que lhes compete no escól intelectual da nossa Pátria. Aceite as mais cordiais saudações do amigo grato e sincero admrãador — Luiz de Orléans e Bragança”.

(1) A eleição foi em 22 de Maio de 1915. Goulart teve vinte votos e o principe nove. (Atas da Academia, ms. no arq. desta).

frentar todas as calamidades para a satisfação do seu orgulho nacional...”(1)

Esta linguagem sensibilizou o tenaz adversario das “soluções de força”, da “nova barbárie”. Indiferente ao sebastianismo, indigitára-o ao regimen como um sintôma; desdenhando as conspiratas, permanecêra fiel ao seu liberalismo; superior ás superstições politicas alçara, acima dos seus equivococ, o culto do espirito e do Direito. Dispuzêra-se aliás á sua grande campanha em prol dos Aliados. Viu em D. Luiz — que o evocava e o aplaudia em meio das chamas do imenso incendio — um indice da geração consumida pela guerra; talvez até lhe presentisse o fim próximo, devorado pelas enfermidades contraídas na lama das trincheiras e no envenenado ar do “front” bafejado pelas emanações tóxicas; e foi copioso na réplica. (2)

“Rio de Janeiro, 19 de Julho de 1915. Alteza: Lendo a preciosa carta, com que sua benevolencia me honrou a 9 do mez passado, e que acabo de receber, senti muito viva impressão da falta, grave, gravissima, em que estou para com V. A., não lhe tendo respondido até hoje aos seus obsequios anteriores, já quando se apresentou candidato á Academia Brasileira, já quando, em data mais antiga, me distinguiu, offerecendo-me um exemplar do seu admiravel livro *Sous la Croix du Sud*, tirado em linguagem portugueza.

“Acceite V. A. esta confissão do meu remorso e do meu acanhamento como expiação da culpa, que ousou esperar me relevará, á conta das circumstancias de uma vida sempre accidentada e sobrecarregada em excesso mesmo para um organismo novo, quanto mais para o de um homem já bem entrado em annos como eu.

(1) Ms. no arq. Ruy Barbosa.

(2) Ms. no arq. Ruy Barbosa.

“Muito antes de o conhecer pela sua ultima obra, já eu começara a lhe apreciar o talento, lendo, ha quinze annos, a sua brochura **Dans les Alpes**, onde as qualidades do escriptor não estão abaixo dos quadros, que descreve, e dos riscos a que se expoz na perigosa excursão. Mas isso era apenas uma distração em confronto do registro das suas viagens e observações **Debaixo do Cruzeiro do Sul**. Ahi os dotes do observador fino e do philosopho politico, juntos á sobriedade e á transparencia de um estylo habil no aproveitar os recursos do idioma crystalino em que se exerce, fazem desse volume um bello escripto e um formoso manual de idéas sãs e investigações uteis.

“Desde que o li, foi V.A. o meu candidato á Academia Brasileira, que a sua entrada, a meu ver, honraria e prestigiaria.

“Escripta do Quartel General do Primeiro Exer-cito Britannico, a carta de V.A. vem repassada no ambiente de heroismo sublime e grandesa moral, que ahi se respira. Como me lisongeia que, entre taes emoções, pudesse V.A. ter um pensamento de generosidade para com o humilde compatricio, a quem se dirigia! Creia V.A. que, se alguma coisa ainda me eleva o animo esmorecido com as miserias de nossa politica interna, é o spectaculo dessa lucta de gigantes, dessas maravilhas de abnegação e energia moral, esse patriotismo de Titães, que parece terem acabado, realmente, de roubar o fogo do céu, para alimentar o da liberdade humana, ameaçada pelas potencias tenebrosas da mais terrivel das barbarias. ©

“Esse quadro espantoso me levanta o animo da nossa prostração nacional, dando-me o orgulho de pertencer á especie dessas creaturas de Deus, que elle er-gueu acima das outras. e, todavia, andam tão decaídas noutras regiões da superficie do nosso planeta.

“Bem feliz é V.A. em poder sentir bem junto do seu esses corações, onde rutila inextinguível a scintilla divina do sacrificio pelo dever, em ter o gozo de aquecer a sua alma ao contacto dessa raça, a que todo o mundo contemporaneo deve as suas constituições livres, e em associar, com a sua presença, uma porção moral da nossa patria á defesa desses interesses eternos, desses direitos sagrados, com os quaes prende tambem directamente o futuro do Brasil.

Não sei se as conveniencias autorizam estas expansões. Mas creio que V.A. m’as perdoará, considerando que se devem á influencia da sua carta, dos nobres sentimentos que nella vibram. Depois, ha, no terreno superior da philosophia e do christianismo, uma communhão, em que todos nos podemos reunir, por mais que os accidentes e contingencias dos factos e situações individuais nos separem uns dos outros nesta rapida passagem da vida.

“Retribuindo sinceramente a V. A. os sentimentos da affeição que tão generosamente me dispensa, peço-lhe acreditar que sou de V.A.

verdadeiro admirador e amigo
Ruy Barbosa.”

*

* *

Duas communicações ainda recebeu João Alfredo do castelo d’Eu.

Em 22 de Novembro de 1917, um telegrama, que era quasi uma conciliação.

“Veuillez publier en portugais c’est avec satisfaction et émotion que je suis mon cher Brésil dans cette guerre pour le droit et la liberté, priant Dieu de le proteger. Isabelle, comtesse d’Eu.”

Em 14 de Novembro de 1918, outro todo alívio e jubilo:

“Veuillez publier nous nous associons de coeur à la joie que le Brésil (éprouve) de la conclusion glorieuse de la guerre dans laquelle il a apporté son concours a la bonne cause. Comte et Comtesse d’Eu.” (1)

A guerra, porém, não terminára completamente para ela. Persistia, nas suas consequências. Logo em 29 de Novembro — uma noticia terrível a feriu em cheio. D. Antonio, capitão dos Royal Canadian Dragoons, agora oficial da aviação, entre os mais peritos de sua arma, atravessára ainda uma vez a Mancha no seu aparelho e fôra cair em Edmonton, perto de Londres, onde morreu. Poupado á metralha, com a “Military Cross” em Junho de 17, bravo, frio, exemplar, acabára estouvadamente, num acidente, em plena paz!

Pôde-se dizer que desde então a princêsa Isabel não teve mais saúde.

O coração enfraqueceu-se-lhe, agoniado em seguida pela longa doença de D. Luiz que não recobrára o vigor antigo.

A humidade das trincheiras inutilizára-o. “Os pantanos gelados do Yser feriram-no de morte. O ministro da guerra de França André Lefebvre reconheceu que o príncipe morria de molestia contraída na linha de batalha. O Rei dos Belgas condecorou-o com a Medalha Militar do Yser.” (2) Imaginára um campeão da monarquia brandindo-lhe a bandeira sobre um mar de baionêtas: e de fato, provára a guerra com os seus horrôres meúdos. Aspirando a uma ação destacada e pessoal, embaraçára-se nas complicações d’um

(1) Arq. J. Alfredo.

(2) Luis da Camara Cascudo, *O Conde d’Eu*, p. 146.

reumatismo incuravel. O pensamento fugia-lhe para as questões transcendentales e para o seu país: mas era como uma larga aza de moinho a palpitar no vazio. Achava que o problema operario se antepunha ás mysticas do passado. Abraçava-se ás idéas de Leão XIII, do conde de Mun. Cumprimentára uma vez Martim Francisco — desdenhando já a inércia ideologica dos “chefes”: “Vejo com grande prazer que ha ao menos um monarchista que dá toda a sua atenção ás questões operarias, que hoje em dia têm uma importancia capital”. Depois — em Março de 18 — fremente de animação politica, impava de esperanças: “A minha saúde continúa felizmente a melhor. Caminho todos os dias dous a tres quilometros ainda com duas bengalas (em casa só me sirvo d’uma)”. Em 27 de Setembro de 1919: “A hemeopatia me tem feito tanto bem que ontem montei a cavallo — pela primeira vez desde quatro anos”. E de bom humôr: “No que respeita ao Brasil, passamos em Paris, antes de vir para cá, algumas semanas de perfeita união sagrada. Meu pae encontrou-se num hospital com o dr. Epitacio que muito amavelmente o cumprimentou; o ministro do Brasil e o chefe da nossa missão militar presencearam o batisado da ultima filha do meu irmão Pedro; eu mesmo tive conversas muito interessantes com o general Aché e o nosso actual ministro da Guerra. Só na nossa terra, pelo que li nos jornais relativos á minha pretendida viagem, continuamos a ser considerados como lobis-homens. E’ verdadeiramente tempo que isso cesse”. (1)

Cessava. Mas não se aproveitaria dessa revisão. Vivêra a enganar-se, com um optimismo tenaz e benévolo. Em 11 de Fevereiro sorria mais uma vez nas

(1) Martim Francisco, *Contribuindo*, p. 16..

suas cartas asperamente francas: “E’ incrível o terror que ainda inspiramos áquela gente, nesta época de democracia e tronos derribados”. (1) Faleceu em Cannes, no dia 26 do mez seguinte. Ao lado do mano Antonio — o mártir do ar — aumentou, na capela de Dreux, a coleção de lápides illustres — sob as quais dormem soldados de França.

Em 3 de Maio desse mesmo ano de 1920 o presidente Epitacio Pessôa, na sua Mensagem, propôz ao Congresso a extinção da lei do banimento da familia que reinára no Brasil e a condigna repatriação dos despojos mortais de D. Pedro II e da Imperatriz.

Desaparecera, com o “pretendente”, a ultima objeção a essa medida de justiça nacional.

D. Luiz enrolára-se na flâmula arrancada ao barco que déra afinal á costa, por falta de braços que aguentassem com ele na calmaria e na solidão. Lafayette e João Alfredo, desaparecidos, aquele em 1917, este em 1919, já não podiam levar ás redações os sóbrios “comunicados” d’um Diretório dissolvido na morte. A volta dos esquifes de S. Vicente de Fóra significava a segurança do regimen. Não tremeu ante aquelas cinzas, como Luiz Felipe no retôrno de Napoleão, entre as alas dos seus veteranos de fisionomias condecoradas de cicatrizes: foi compreensivel e sensato. Deu a Republica a esse ato de patriotismo um sentido de solidariedade com o passado que era definição nacionalista e desafôgo espiritual.

Ninguém com a autoridade de Ruy Barbosa para exprimi-lo: “Ultimo dos sobreviventes do Governo Provisorio que assinaram a destronização da Monarquia e a expatriação da Familia Imperial, agra-

(1) Martim Francisco, *op. cit.*, p. 18.

deço á Providencia o ensejo, que me depara, a mim, o derradeiro deles no merecimento e na sobrevivencia, para dar o testemunho dos sentimentos, que nesse ato nos animávam a nós todos." Era "um mandato de além tumulo, para dizer da verdade autentica e solenemente." "Os que fizeram a Republica federativa não têm reivindicações contra as cinzas do velho Imperador, cujas virtudes eram muito maiores do que os seus defeitos". (1) Criticas malevolas induziram-no a desistir da oração que devia proferir á chegada do couraçado "S. Paulo" com os dous sarcófagos.

Mas a unção e a imponencia do desembarque, a emoção pública do acompanhamento, as efusões civicas da acolhida dispensada ás urnas restituídas á Pátria proclamaram a opinião e a intima generosidade do país.

A princesa Isabel não se abalçou á viagem, agora que se lhe abria, de par em par, o acesso do Brasil. O conde d'Eu e D. Pedro de Orléans e Bragança vieram revê-lo, modestos nas palavras e de coração simples, como quem palmilha de novo o caminho da juventude bordado de arvores conhecidas, amêno e silvestre... Ela — ficou, para não mais se separar dos filhos que dormiam entre os marmores reais de Dreux.

Debilitára-se muito. O coração cançava-lhe — e ansiando, sofrendo, sombra de si mesma, mantinha a custo a cabeça alta, conservava o ar majestoso que fôra tão seu, o perfil bourbônico acentuado com a idade, vagamente imperial sob um chapéu burguês de "mãe francesa" — um redondo chapéu de luto — com que aparecia no Sacré Coeur, pontual e fugidia como cem outras velhas damas convocadas por uma dôr contem-

(1) *Novos Discursos e Conferencias*, p. 427-9 (discurso na Liga de Defesa Nacional, 15 de Dezembro de 1920).

plativa. Aos que lhe lembravam a alegria discreta do seu regresso, num dia de sentimentalismo filial, para tactear, com as mãos trémulas, as roseiras de Petropolis — sorria e prometia, sem esperança. “Elle souhaitait ardemment de révoir sa patrie et de révivre pendant quelques semaines de doux et lointains souvenirs” — testemunhou o arcebispo de Rouen. (1) Nunca mais!

A sua missão findára-se e percebêra que a hora do descanso não podia estar longe.

Chamou o bom cura da cidadezinha d’Eu. “Jamais je ne m’étais sentie si faible. Préparez-moi à mourir. J’aurais aimé demeurer quelque temps encore au milieu des miens; mais je ne demande rien. Le Bon Dieu sait mieux que nous ce qu’il nous faut”. (2) Na sua raça morria-se cêdo. Fizêra entretanto 74 anos. Os olhos fecharam-se-lhe devagar, suavemente, escondendo primeiro os objéto próximos, depois os distantes, bem remotos, do outro lado do mar, onde as paizagens de sua felicidade recobravam as vivas côres do passado...

Amandinha Dória recolhêra-se ao Rio. A idade condenára-a a separar-se por sua vez da amiga de infancia. Correspondim-se com uma ternura alvoroçada, de almas irmãs, e uma constancia de espiritos que se completam. Dir-se-ia que Isabel a enviára para ver por ela — bemdizendo a Deus, que lhe conservára uma vista! — os bambuais da Quinta, ao lado do jardim de crianças, as palmeiras da serra, as suas flôres... Em 14 de Novembro de 1921 chegou-lhe um telegrama de Paris, passado ás 9,5. “Baronêza de Loreto. Imérso na maior dôr comunico queridissima Princesa falecida

(1) Discours prononcé par Mgr. de la Villerabel archevêque de Rouen aux obsèques de S. A. I. et R. Madame la Comtesse d’Eu en l’église Notre Dame d’Eu le 18 Novembre 1921.

(2) Discours etc., cit.

de fraqueza cardíaca agravada por congestão pulmonar.
Rezem por nós. (Conde d'Eu." (1)

Na cripta dos Orléans em Dreux foi novamente culpido o escudo do Brasil imperial.

E' um monumento severo e frio, de pedra alva, sob a abobada donde pende um lampadario. Ao encontro do muro resplandece um retabulo — dous anjos abraçando roarem uma santa — alusivo á espécie mística da realêza. As armas de D. Pedro II e de Luiz Filipe põem nesse túmulo uma delicada nota heráldica. Permanecem, associadas, um exilio — e sua história antiga de politica, amôr e caridade. São poucos os estrangeiros que lá se demoram, a meditar um instante junto ao marmore immaculado que tem um nome familiar á sua memória. Para estes não é a Princesa, apparentemente com todas as Casas da Europa, que três vêzes governou o Brasil... E' ainda — a Redentora. Assim, não se inclinam a Rainha. Inclinam-se ante a glória bella da Mulher.

Rio de Janeiro, Julho de 1939 - Julho de 1940.

(1) **Jornal do Comércio**, 15 de Novembro de 1921.



A princesa imperial em 1864



Estatueta de prata de Isabel imperatriz n'uma apoteose da Lei Aurea (Oferecida à princesa por uma Sociedade Hípica, Museu Mariano Procopio. Juiz de Fôra).



as gerações. Os condes d'Eu, D. Luiz, a princesa D. Maria Pia e seus filhos, 1914.
(Fotografia em album da baronêsa de Loreto, M.H.N.).